

Homero de Oliveira Costa

**Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos,
nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)**

Doutorado em Ciências Sociais

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA/SP

2006

Homero de Oliveira Costa

**Alienação eleitoral no Brasil: votos nulos, brancos e
abstenções nas eleições presidenciais de 1989 a 2002.**

**Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência
parcial para a obtenção do título de Doutor em
Ciências Sociais (Área de concentração em Política)
sob a orientação da Prof^a Dr^a Vera Lucia M. Chaia**

Pontifícia Universidade Católica/SP

2006

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Para meus três amores
três mulheres de minha vida
Iana, Isabela e Marciane
Que não podem dizer que
dediquei mais tempo à tese
do que a elas porque sabem
que são mais importantes
que qualquer tese.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram, de uma forma ou de outra, para o desenvolvimento desta tese.

Em primeiro lugar, à Prof^ª. Vera Chaia, que aceitou me orientar. Por tudo: a convivência cordial e fraterna; a amizade construída ao longo do curso; a orientação conscienciosa; a confiança e o estímulo necessário.

Aos amigos Paul Burlin que, dos Estados Unidos, gentilmente me mandou, sempre que solicitados, textos e livros que não tive acesso no Brasil e João Emanuel Evangelista, com quem discuti o projeto original da tese e que, no curso da pesquisa, me mandou teses e importantes referências bibliográficas.

Aos professores Rogério Arantes e Raquel Meneguello, pelo conjunto das observações, críticas e sugestões por ocasião de minha qualificação (certamente não são responsáveis pela permanência de erros e/ou limitações que porventura tenham permanecidos).

Aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Luciano e Henrique, sempre gentis e solícitos nas inúmeras vezes que fui em busca de dados para a tese e a Vânia, excelente profissional, que fez a revisão da tese.

À Socorro, minha comadre e Junior, meu irmão que, de Natal, estavam sempre disponíveis para “quebrar” pequenos e grandes “galhos”.

Às minhas irmãs em São Paulo, Salete, Alvanete e Lucia, a esta, junto com Luis, um agradecimento especial por tudo que fizeram por mim em mais esta passagem por São Paulo. Sempre generosos e disponíveis. A eles, minha eterna gratidão.

Agradeço também ao Departamento de Ciências Sociais da UFRN, por ter me liberado das atividades acadêmicas para a realização do curso e a Capes, pela concessão da bolsa de estudos.

Finalmente, agradeço a Marciane, musa inspiradora, pela convivência nesses anos todos, especialmente nesse período de nossas vidas em que éramos “fazedores de teses”. Sua contribuição à minha tese foi inestimável, quer quando da redação, pela leitura crítica (ela que é sempre minha primeira e atenta leitora), às sugestões e observações pertinentes, quer pelos estímulos necessários em momentos de desânimo. Seu auxílio em relação à parte estatística foi fundamental. A ela, agradeço pelo “conjunto da obra”.

SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	5
Abstenção Ativa e Abstenção Negativa	9
Abstenção Apática	11
Objetivo	12
Hipótese	12
CAPÍTULO I – TEORIA SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL	15
O Crescimento da Não-Participação Eleitoral	15
A Evolução dos Estudos sobre Comportamento Eleitoral	20
Modelo de Columbia	21
Modelo de Michigan	22
Teoria da Escolha Racional	24
A Importância da Integração Social	26
Explicações sobre Abstenção Eleitoral na Europa Ocidental ao Nível Agregado	27
Outros Modelos Explicativos	30
CAPÍTULO II – CRISE DOS PARTIDOS E DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	39
Crise e Transformação dos Partidos	39
Declínio das Filiações e Crescimento da Desconfiança nos Partidos e nas Instituições Democráticas	43
O Papel da mídia	47
América Latina: entre a apatia e o desencanto democrático?	50
O Crescimento da Desconfiança nas Instituições Democráticas	52
Crise de Representação Política	55
CAPÍTULO III – PARTIDOS POLÍTICOS E CRISE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	64
Os Partidos e a crise de representação	64
O Papel da Mídia no Brasil	76
CAPÍTULO IV – COMPORTAMENTO ELEITORAL NO BRASIL	80
Estudos Eleitorais	81
O Período Pós-1964	88
O Modelo da Centralidade e a Tese da Sofisticação Política	91
Votos Nulos e em Branco: falência do sistema partidário? O primado do político	95

Preferência Partidária e Fatores Demográficos, Socioeconômicos, Políticos e Psicossociológicos	100
A Teoria da Escolha Racional Aplicada ao Comportamento Eleitoral no Brasil	102
Críticas à Teoria da Escolha Racional	108
A Tese do Eleitor Não-Racional e a Explicação sobre a Alienação Eleitoral	111
A Tese da Centralidade como Determinante da Alienação Eleitoral	113
Uma Tipologia da Participação Eleitoral	114
Desestruturação Social e Comportamento Eleitoral	115
A não Participação como Protesto Político?	117
O Impacto do Voto Obrigatório	118
O Voto deve ser Obrigatório ou Facultativo?	120
Um Modelo que Articula Fatores Político-Institucionais e Socioeconômicos	123
CAPÍTULO V – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL (1989 A 2004) E A ALIENAÇÃO ELEITORAL	127
Justificativa do Uso de Algumas Variáveis	129
Eleições Presidenciais 1989	134
Conjuntura eleitoral	134
Votos brancos e nulos	142
Abstenção	144
Eleições Presidenciais 1994	148
Conjuntura eleitoral	148
Votos brancos e nulos	156
Abstenção	158
Alienação eleitoral	161
Eleições Presidenciais 1998	164
Conjuntura eleitoral	164
Votos brancos e nulos	168
Abstenção	170
Alienação eleitoral	172
Eleições Presidenciais 2002	175
Conjuntura Eleitoral	175
Votos brancos e nulos	180
Abstenção	182
Alienação eleitoral	184
Análise Comparativa das Quatro Eleições Presidenciais	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
ANEXOS	220

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a alienação eleitoral (votos brancos, nulos e abstenções) nas eleições presidenciais no Brasil de 1989 a 2002. Nossa opção metodológica foi trabalhar com dados agregados, por estado e região, tendo como fonte os dados oficiais (Tribunal Superior Eleitoral). Para cumprir os objetivos do trabalho, dividimos em cinco capítulos. No primeiro capítulo, fizemos uma revisão da literatura internacional sobre comportamento eleitoral, especialmente em relação à Europa, trazendo alguns dados comparativos sobre os países, evidenciando que uma das questões importantes nesse estudo, pelo menos desde a década de 1990, é o crescimento principalmente de um dos componentes da alienação eleitoral, que é a abstenção eleitoral. Inicialmente, apresentamos alguns modelos e/ou teorias (Columbia e Michigan, teoria da escolha racional, teoria da integração social etc), alguns dados comparativos entre países, que mostram como especialmente a abstenção eleitoral, tem crescido de forma significativa na maioria desses países. Procurei situar parte da literatura pertinente sobre o tema, com suas distintas interpretações. Apresentamos alguns estudos e dados também sobre a América Latina. No segundo capítulo, partimos do princípio que há uma crise dos partidos políticos e da representação política e que não se pode compreender a alienação eleitoral sem inseri-la no quadro mais geral da crise dos partidos políticos e da representação política, ou seja, os dados da alienação eleitoral, quer em termos de abstenção, quer em termos de votos nulos e brancos, também expressam uma descrença e deslegitimação dos partidos políticos. No terceiro e quarto capítulos, analisamos estas questões (comportamento eleitoral e crise dos partidos e da representação política) no Brasil, fazendo uma revisão da literatura pertinente, mais especificamente no pós 1964. E finalmente o capítulo cinco em que apresentamos os resultados de nossa pesquisa. Para cada ano eleitoral analisado, fizemos uma introdução com dados sobre a conjuntura político-eleitoral, em seguida, apresentamos os dados, aplicando, para cada variável definida, o modelo de regressão linear pelo método dos mínimos quadrados. A conclusão é a de que as variáveis IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e IES (Índice de Exclusão Social), explicam em grande parte os votos nulos e brancos enquanto a Extensão territorial explica também em grande parte a abstenção eleitoral. No entanto, procuramos demonstrar que não são fatores isolados que explicam a taxa de alienação eleitoral Há de se considerar também outros fatores, como os de ordem político-conjuntural (eleições mais concorridas, com dois turnos têm maior participação eleitoral e, em consequência, menor taxa de alienação eleitoral); o papel da mídia nos respectivos processos eleitorais (maior cobertura, maior participação e menor taxa de alienação eleitoral), inseridos no quadro mais geral da crise dos partidos e da representação política.

ABSTRACT

This Study aims at analyzing electoral alienation, this is, white and null voting as well as voting abstention at Brazilian presidential elections from 1989 to 2002. The used methodology was data collecting in each state and region. Firstly, a review on international electoral behavior studies, mainly from Europe, the United States and Latin America, was carried out showing that there is a growth one of the electoral alienation items, voting abstention. In this chapter it will be shown some models and/or theories along with their respective explanations (Columbia and Michigan, theories on rational choice, social integration, etc.). It is observed that although the growth on voting abstention is a constitutive part of electoral behavior in most of those studied countries there is no model and/or theory which would isolated explain this. It should be taken into account in the analysis several factors as well as to establish differences not only among continents as in Europe and Latin America. But no matter the differences among the countries what seems to go on worldwide is a political party crisis as well a political representation crisis which without this the electoral alienation can not be understood. In other words, this political representation has to be more widely considered within this crisis. Data on electoral alienation considering abstention as well as null and white voting also showed a disbelieving and a non-legitimacy of political parties. For the Brazilian context, the electoral behavior and the political party crisis as well as their political representation were analyzed by a pertinent literature review specifically the one post-1964. Finally, at the results of each analyzed electoral year there is an introduction on the political-electoral context. Afterwards, data are shown using for each defined variable linear regression model by minimum square method. Conclusion shows that each HDI (Human Developing Index) and SEI (Social Exclusion Index) variables mostly explain the null and white voting while territorial extension also mostly explains electoral abstention. However it was shown that isolated factors do not explain electoral alienation rating thus it is also needed to consider other factors such as the political context organization (more competing election consequently lower electoral alienation rate) and the role of media within the respective electoral processes (wider broadcasting thus more participation and lower alienation rate) which are inserted in a more general view of the party crisis as well as the political representation.

INTRODUÇÃO

Nas democracias representativas, votar é uma condição necessária e fundamental de participação política. Sua relevância procede, fundamentalmente, em primeiro lugar porque não existe nenhuma outra forma de participação política que envolva um número maior de indivíduos: para a maioria dos cidadãos, é a única forma de participação exercida com certa regularidade.

E em segundo lugar, uma parte-chave do funcionamento do sistema político continua julgando-se na arena eleitoral. As eleições parlamentares livres e justas não só produzem legitimidade e representação necessária para o funcionamento dos sistemas políticos democráticos, como também constituem um elemento fundamental para a formação dos governos.

No entanto, nem todos exercem seu direito ao voto. Constata-se especialmente a partir dos anos 90, um aumento da abstenção eleitoral nas democracias representativas, quer na Europa e nos Estados Unidos, quer na América Latina, bem como dos votos nulos e em branco.¹

Dessa forma, se numa democracia votar é condição necessária e fundamental de participação política, o aumento da não-participação eleitoral, expresso tanto nas taxas de abstenção, quanto nos votos em branco e nulos, pode pôr em dúvida a própria legitimidade da mesma, à medida que altos percentuais podem gerar um problema de legitimidade, pois revelam que só uma proporção limitada do eleitorado participa realmente do processo que representa a essência da democracia: as eleições.

As explicações são variadas. No geral, há um certo consenso de que esse processo, tanto na Europa e Estados Unidos quanto no Brasil, se insere num contexto mais geral, no qual há um questionamento a respeito dos partidos políticos, um declínio acentuado da confiança e credibilidade, de sua importância enquanto instância de representação, ou seja, uma crise de representação política (que também atinge outras instituições como o Judiciário, Parlamento, polícia e a burocracia governamental).

Entretanto, a crise de representação política se explica, em parte, com o que ocorre na Europa, Estados Unidos e no Brasil – onde historicamente os índices de

¹ Para mais detalhes, com dados sobre diversos países, consultar Justel (1995) Perea (1999), Lane e Ersson (1987), Freire e Magalhães(2000a e 2002b) e Wattenberg (1999 e 2000).

confiança nos partidos e nas instituições são diminutos -, sendo necessário, para o entendimento das taxas de alienação eleitoral, agregar outros fatores explicativos, como os de ordem institucional, conjuntural e socioeconômico.

O objetivo desse estudo é analisar as taxas de alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 1989 a 2002, no Brasil. Sua relevância se expressa, primeiro, no fato de que, apesar do voto ser obrigatório,² as taxas são significativas. Em 1989, foram mais de 15 milhões de eleitores inscritos que ou se abstiveram, ou anularam o voto ou votaram em branco, significando em termos numéricos mais do que os votos em Luiz Inácio Lula da Silva que obteve 11.622.673 votos no 1º turno.³

Em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito no 1º turno, registraram-se 16.793.932 abstenções, 7.193.510 votos em branco e 7.444.608 votos nulos, totalizando mais de 31 milhões, quase o dobro do 2º colocado, Luiz Inácio Lula da Silva, que teve 17.112.155 votos.

Em 1998, de uma população de 157.070.163 habitantes, estavam inscritos 106.076.088 eleitores, ou seja, 67% da população. Somando-se a abstenção com os votos em branco e nulos, a alienação eleitoral (38.351.547, ou 40,2% do total de eleitores), foi maior do que os votos dados a Fernando Henrique Cardoso, eleito no 1º turno

² Segundo a Constituição de 1988, o registro eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os cidadãos brasileiros alfabetizados, entre 18 e 69 anos de idade, e facultativo para os analfabetos, os jovens de 16 e 17 anos e para os maiores de 70 anos. A abstenção deve ser justificada junto às seções dos Tribunais Regionais Eleitorais até 30 dias após o pleito. A não justificação implica multa que varia de 5% a 20% do salário mínimo em vigência. Sem o título de eleitor e o comprovante de que tenha votado ou justificado a ausência (ou pago a multa), entre outras penalidades previstas em lei, não se pode obter a carteira de identidade, passaporte, inscrever-se em concursos públicos, renovar matrícula em estabelecimentos de ensino oficial, quitação do serviço militar e, caso seja funcionário público, não receberá o salário do mês subsequente à eleição.

³Em relação a esses números, utilizaram-se como fonte os dados do Tribunal Superior Eleitoral. A abstenção é calculada a partir da diferença entre o eleitorado inscrito e os que votaram. Na Europa, a abstenção oficial tem sido motivo de controvérsias. Freire e Magalhães (2002a) estudaram a abstenção em Portugal e Europa e afirmam que está subestimada, à medida que há diferenças entre o número de inscritos, dos que votaram e a abstenção. Justel (1995) também assinala as imprecisões e lacunas nas fontes oficiais de dados eleitorais e põe em xeque a cifra real da abstenção na Espanha. Com base em pesquisas do Centro de Investigação Sociológica (Madrid), afirma que, desde os anos 70, não há uma exceção em que a cifra de abstenção real não seja bastante inferior à que foi constatada na pesquisa. No Brasil são muitas as denúncias de fraudes no que diz respeito ao registro eleitoral. Em 2001, uma circular do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinava que a revisão (ou a verificação) do eleitorado deverá ser feita toda vez que esse percentual ultrapassasse 65% da população do município (segundo o TSE a média nacional para a relação entre eleitorado e população é de 67,84%). Em 2003, o TSE fez uma revisão do eleitorado em 1.304 municípios (mais de 20% do total no país) no qual oito em cada dez moradores eram eleitores e cancelou 2.154 milhões de títulos eleitorais. Em 2005 foram cancelados 1 milhão e 89 mil títulos eleitorais. Em 2006, segundo matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (16 de setembro), entre 2002 e 2006, o TSE fez uma revisão em 1.223 cidades, levando 6.576 milhões de pessoas, em cujas cidades os eleitores superavam os 80% da população adulta, a se reapresentarem nos cartórios eleitorais.

(35.936.540). Nestas eleições, a taxa de alienação eleitoral, em média para o país, foi superior a 40%, com variações estaduais. Nos Estados do Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Bahia, os índices foram superiores a 50% (em 1994 correspondeu a 63,06% e em 1998 a 67,84% num eleitorado de 7.932.228). No Nordeste, a média dos nove Estados foi de 52% (ou seja, mais da metade dos eleitores inscritos ou se abstiveram, ou votaram e branco ou anularam o voto).

Dos 26 Estados e mais o Distrito Federal, apenas Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram índice abaixo de 30% (26,17% e 26,48%, respectivamente).

No Maranhão, para citar apenas um exemplo, Estado que apresenta altos índices de alienação eleitoral qualquer que seja a eleição, a taxa em 1998, foi de 61% para presidente da República, 78% para deputado federal e 67% para governador.⁴

Finalmente em 2002, quando comparado a 1989, verifica-se que a taxa de alienação eleitoral, no 1º turno, aumentou de 18,13% para 28,12%, correspondendo a mais de 31 milhões dos 115 milhões de eleitores aptos a votar (Lula teve, no 1º turno, 39.455.233 votos e José Serra, o 2º colocado, 19.705.445 votos). A alienação eleitoral foi maior do que a soma dos 3º e 4º colocados (Ciro Gomes e Anthony Garotinho) e, em alguns Estados, superou os votos dados aos governadores eleitos (alguns no 1º turno).

Em 2006, antes da realização da eleição em 1º de outubro, foram divulgadas várias pesquisas em que se constatava crescimento do número de eleitores inscritos que pretendiam votar em branco ou anular o voto. Em agosto de 2006, o Ibope divulgou pesquisa na qual cerca de 9% dos 125.913.479 eleitores inscritos, aproximadamente 11 milhões, pretendiam anular o voto ou votar em branco na eleição de 1º de outubro (uma das explicações era que isso seria reflexo das sucessivas denúncias de corrupção envolvendo parlamentares, como o “mensalão”, “a máfia das sanguessugas”, etc. e o próprio governo). Em vista não apenas desta pesquisa, mas de outras, o Tribunal Superior Eleitoral lançou a campanha “Vota Brasil”, que contou com 32 *spots* e vinhetas transmitidas diariamente nos canais de televisão, com o objetivo de motivar o eleitor a escolher algum candidato e não votar nulo. A Associação dos Magistrados Brasileiros também lançou uma campanha contra o voto nulo, enviando cartas aos seus 14 mil associados, criando *site* e inserindo *spots* na televisão. Também foram criados diversos comitês em defesa do voto nulo (muitos deles em universidades como a USP,

⁴ Em anexo, há um quadro com dados da alienação eleitoral de todos os Estados da Federação, nas eleições para deputados estaduais, federais, governadores e presidente da República, entre 1986 e 2002.

PUC/SP, Unicamp, etc.). Na internet surgiram vários *blogs* e *sites* também em defesa do voto nulo e, até agosto de 2006, havia mais de 300 comunidades no *orkut* defendendo o voto nulo.⁵

Esses dados mostram a relevância do tema. Em que pese sua expressividade numérica, que pode dar margem a questionamentos sobre a legitimidade e representatividade do sistema político, há uma ausência de pesquisas sistematizadas a respeito. Do ponto de vista acadêmico, existe apenas um trabalho dedicado ao tema, a dissertação de mestrado (Sociologia) de Adriano de Macedo Tostes (*A alienação eleitoral e seus determinantes*, UFMG, 1995), em que a base empírica corresponde apenas a quatro cidades (Juiz de Fora/MG, Taguatinga/DF, Presidente Prudente/SP e Niterói/RJ, cujos dados analisados são referentes a 2.286 questionários (divididos entre as quatro cidades) e relativos somente à eleição presidencial de 1989.

A atenção continua sendo direcionada para o chamado “comportamento eleitoral orientado”, ou seja, para os votos dados aos partidos e/ou candidatos. Como diz González *et al.* (1997, p.107) “Alguns temas da Ciência Política, mesmo relevantes, não têm merecido o devido destaque da academia. E quando são tratados, muitas vezes há uma tendência a repetir-se o enfoque sem que sejam apontadas novas interpretações para o assunto”. E complementa: este parece ser o caso da alienação eleitoral (absenteísmo eleitoral e voto nulo e em branco).

As análises que tratam desta questão são, em geral, parte de um estudo mais amplo sobre o sistema partidário e eleitoral, ao contrário do que ocorre tanto nos Estados Unidos e Europa, onde o tema tem sido objeto de estudo.⁶

⁵ Na Unicamp, por exemplo, foi formado um Comitê Voto Nulo que não apenas ensina como votar nulo (“para anular seu voto digite 00, e depois aperta a tecla CONFIRME, em seguida aperte a tecla CONFIRME novamente”), como também faz críticas à campanha do TSE (“Não se engane, a campanha do Tribunal Eleitoral é uma fraude para jogar a culpa da corrupção nas costas dos trabalhadores”). No Rio de Janeiro, foi formado o “Comitê Pró-Voto Nulo”, que promoveu palestras, encontros, atos públicos (<http://votonulorj.blogspot.com>).

⁶ É o caso do Centro Caen, em Paris, que entre 29 e 30 de novembro de 2001, realizou o colóquio “L’abstention électorale: apaisement ou épuisement?” com a apresentação de dezenas de trabalhos, publicado em forma de livro posteriormente (2002), e o colóquio “Eleições e democracia”, realizado em Lisboa, pela Fundação Luso-Americana em fevereiro de 2002 (entre outros trabalhos importantes, foi apresentado um de André Freire e Pedro Magalhães, intitulado “A abstenção nas eleições legislativas e presidenciais: o caso português em perspectiva comparada”. Segundo Garrigou (2002), na Europa em especial, durante muito tempo não se deu a devida atenção à abstenção, uma vez que ela não tinha incidência nos resultados eleitorais. Depois, com seu crescimento foi necessário admitir que ela não flutuava de acordo com as eleições, mas que continuava a aumentar mais ou menos regularmente, e por toda parte “o fenômeno atinge países de tradição democrática, mesmo nas eleições mais antigas e capazes de mobilizar a população. A abstenção atingiu 40% nas últimas eleições de junho de 2001 no Reino

Neste trabalho, utilizou-se o conceito de alienação eleitoral conforme proposto por Santos (1987), ou seja, como somatório dos votos em branco, nulos e abstenções. É esse também o sentido utilizado por Reis (1991, p.19), para quem “o termo alienação eleitoral não deve ser entendido no seu sentido pejorativo, significando tão somente uma atitude explícita de não-participação”.⁷

Assim, por alienação eleitoral deve-se entender a ausência de uma escolha de representante em determinada eleição, de indivíduos que, aptos a votarem, por variadas razões, não o fazem, ou seja, ou se abstêm, ou votam nulo ou em branco. Há, portanto, três componentes: a abstenção, os votos em branco e os nulos.

Abstenção Ativa e Abstenção Negativa

Abstenção é uma palavra que tem sua origem no latim: *abstinere*, que significa abster, suprimir, privar-se de, evitar. A expressão começa a ser usada no Direito privado, como renúncia ou não exercício de um direito ou obrigação, nomeadamente a uma herança. Depois passa para a linguagem política, querendo significar a renúncia ao exercício de direitos políticos, nomeadamente o fato de o eleitor não comparecer para votar no dia da eleição.

Segundo Pasquino (1986, p.7), o termo é utilizado basicamente para definir a não participação no ato de votar. Pode, no entanto, compreender a não-participação em um conjunto de atividades políticas, sendo definida como apatia, alienação:

como muitas das variáveis ligadas à participação eleitoral, o abstencionismo é de fácil avaliação quantitativa. É, com efeito, calculado como o percentual daqueles que, tendo direito, não se apresentam às urnas. É diferente o caso dos que, apresentando-se, deixam a cédula eleitoral em branco ou, deliberadamente, a anulam de diversas maneiras. Embora tanto os que não se apresentam às urnas como os que se manifestam mediante voto não válido, pretendam expressar desafeição ou desconfiança, ambos os fenômenos são considerados analiticamente distintos.

Unido. Na França, em mais ou menos 20 anos, a participação diminuiu de 5% a 10% de acordo com o tipo de eleição (...) e mesmo em países que submetidos à ditaduras mantinham altas taxas de participação eleitoral, a abstenção cresceu brutalmente. Depois dos anos de vida política intensa de pós-comunismo, na Polónia ultrapassou os 50% de abstenção nas eleições legislativas de 2001”.

⁷ Ramos (2006) prefere o termo “alheamento eleitoral”, entendendo-o como “a manifestação, em uma eleição, de indivíduos que não escolhem um representante político para exercer o poder”. Para a autora, o termo “alheamento” não significa o mesmo que “alienação”, apesar de ambos advirem do vocábulo latino *alienare*, “alheamento eleitoral não remete, imediatamente, a uma ausência de consciência/desconexão mental com a realidade, pois é um comportamento. Assim, o termo não está imbuído das complexidades que caracterizam a subjetividade da alienação”.

Laguna (2004) afirma que os estudos eleitorais identificam tradicionalmente a abstenção eleitoral com a ausência do exercício do direito de sufrágio ativo, quer dizer, com o não votar em um processo eleitoral determinado.

Esta abstenção eleitoral, segundo o autor, pode ter sua origem em uma discrepância radical com o regime político (ou inclusive, com a democracia), em que “não se deseja participar de nenhuma forma (...) ou em um convencimento de que nada pode mudar realmente ganhe quem ganhar as eleições, entre os principais motivos que fundamentam esta atitude”. É uma abstenção voluntária, que Freire e Magalhães (2002a) chamam de “abstenção política”, ou seja, aquela protagonizada por indivíduos com razoáveis níveis de recursos (materiais e educacionais) e de integração social, que assumem a abstenção como uma opção estratégica para mostrar o seu descontentamento com o funcionamento do sistema e/ou com os partidos. Portanto, a abstenção política é aquela que expressa um rechaço às alternativas partidárias existentes, a determinados regimes políticos e/ou a lideranças partidárias.

Entretanto, há outro tipo de abstenção, que é aquela forçada pelas circunstâncias: dificuldades climáticas, indisposições ou acidentes, por viagens não previstas, enfim por acontecimentos pessoais de índole variada. Nesse caso, não é uma abstenção voluntária, que Laguna denomina de “abstenção técnica” (difícil de quantificar, mas certamente parte da abstenção eleitoral).

Existem, portanto, uma abstenção voluntária e outra que ele chama de “técnica”, que se caracterizam pela não-participação no processo eleitoral, ou seja, uma abstenção não participante. Esse tipo de abstenção é chamada de “abstenção negativa”.

Mas, abster-se eleitoralmente, para o autor, não significa tão somente não votar ou não participar nas eleições, “também pode significar não expressar preferência por nenhuma das opções eleitorais concorrentes”, votando em branco ou anulando o voto. Nesse caso, trata-se de um tipo de abstenção, distinta da anterior, que ele chama de “abstenção ativa”, que “tem sido tradicionalmente descuidada nos estudos eleitorais e não tem merecido a atenção específica que requer”.⁸

⁸ De fato, como afirma Vitullo (2005, p.241), “são pouco frequentes na literatura especializada encontrar estudos específicos sobre os votos em branco e nulos (...) como bem assinala Brechon(2001) os votos em branco e os votos nulos não recebem grande atenção por parte dos especialistas da ciência política. Podemos agregar que as escassas menções sobre o voto em branco e o voto nulo em investigações mais gerais costumam estar acompanhadas de uma atitude de menosprezo, pois são

O entendimento aqui é que o voto em branco constitui uma abstenção ativa voluntária e, certamente, legítima, que, em muitos países, conta como voto válido.

Já o voto nulo é um voto irregular, que, segundo Laguna, “que supõe uma discrepância formal com as regras estabelecidas e também uma discrepância material, no sentido de que ou não permite averiguar qual seja a vontade que o eleitor pretende expressar, ou suscita dúvidas razoáveis acerca de qual seja essa vontade”.

A abstenção ativa, nos termos do autor, diferente da abstenção passiva, não questiona os processos eleitorais democráticos, mas põem em relevo questionamentos em relação aos partidos, sistemas eleitorais, etc. e, no limite, também pode se transformar em abstenção passiva, indicando, entre outros aspectos, “os déficits democráticos de uma determinada sociedade”.

Abstenção Apática

Um outro tipo de abstenção pode ser chamada de abstenção apática. O termo foi utilizado por Khan (1992, p.159), que a divide em duas categorias: a que ocorre por falta de incentivo próprio, tal como a indiferença imposta pela lei do esforço mínimo, ou características psicológicas do indivíduo – reduzida auto-estima ou baixo senso de eficácia política –; e que decorre de um desincentivo provocado pela barreiras sociais ou pelas regras do jogo político e seu desenrolar – eleições pouco competitivas, campanhas políticas maçantes, partidos inexpressivos ou lideranças políticas não carismáticas – que tornam os benefícios da participação inferiores ao custo de votar.

Para o autor, o que distingue um tipo de abstenção apática do outro é a existência ou não de interesse político subjetivo: o segundo grupo poderia talvez ser melhor denominado, “acolhendo a sugestão de Sidney Verba” de abstencionistas “inibidos”, que, diferentemente dos apáticos propriamente ditos, revelam interesse por matérias políticas, mas que não se concretiza em participação devido a constrangimentos e desincentivos externos.

Na presente pesquisa, como não se tem acesso aos dados sobre os abstencionistas (ou seja, quem se absteve por “discrepância radical com o regime político” ou

considerados comportamento desviados e marginais ou fruto de erros produzidos no ato de emitir o voto ou no processo de contabilização dos sufrágios, não resultando, portanto, dignos de maior interesse”.

impossibilitado pelas circunstâncias e por apatia), esses tipos estão incluídos na categoria “abstenção”, embora se saiba que existem essas diferenças que foram apontadas.

Objetivo

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar a alienação eleitoral nas eleições presidenciais no Brasil de 1989 a 2002. Eleições presidenciais, porque, num regime presidencialista, são mais participativas e de maior relevância institucional. Em relação ao período analisado, procurou-se abordar esta questão no contexto de um regime democrático: de 1989, quando foram realizadas as primeiras eleições diretas depois de 29 anos (dos quais 21 anos de ditadura militar) até 2002, portanto, englobando quatro eleições presidenciais.

Reexaminando criticamente os estudos sobre o tema tanto na literatura nacional quanto na internacional, procurou-se, com uma base empírica consistente, construir um diagnóstico abrangente acerca do objeto de estudo.

Hipótese

O que se procura demonstrar, nesta pesquisa, é que os fatores explicativos da alienação eleitoral (ou seja, votos nulos, em branco e abstenção eleitoral), nas eleições presidenciais de 1989 a 2002, correspondem a aspectos ecológicos (tal como formulado e defendido por Lima Junior (1990a) em relação à eleição presidencial de 1989) para a abstenção, associados a fatores socioeconômico (aqui compreendidos os indicadores dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Exclusão Social (IES) e, predominantemente fatores socioeconômico para os votos nulos e em branco. Predominantemente porque apenas fatores socioeconômicos, isoladamente não explicam as taxas de votos em branco e nulos, sendo necessário acrescentar outros, como os de ordem político-conjuntural (eleições mais concorridas, com dois turnos, têm maior participação eleitoral e, portanto, menor alienação eleitoral), institucional (a obrigatoriedade do voto implica maior participação eleitoral), além de medidas, tais como a universalização da urna eletrônica, que têm impacto especialmente quanto aos votos nulos e em branco. Tendo como pressuposto o papel central que a mídia possui

hoje nas sociedades modernas e em especial nos processos eleitorais e na condução da política, é necessário analisar sua influência em cada conjuntura eleitoral. Observa-se que quando há maior cobertura da mídia nas eleições, a participação eleitoral aumenta.

Ao mesmo tempo, a alienação eleitoral se insere no quadro mais geral da crise dos partidos e da representação política, que não é específica do Brasil.

Não existe, portanto, uma única teoria, um único modelo explicativo que, isoladamente, dê conta de explicar a alienação eleitoral. São diversas as dimensões envolvidas, havendo um caráter múltiplo de variáveis. Uma compreensão mais ampla tem de ter claro que há uma pluralidade e diversidade de enfoques: não existem monocausalidades, nem explicações únicas.

O que procura-se demonstrar neste estudo, é que, no caso do Brasil, há fatores de ordem ecológica (abstenção) e sócio econômicas (votos nulos e em branco), que se vinculam a aspectos de ordem institucional, ou seja, alguns ordenamentos institucionais podem facilitar ou não o ato de votar e, dentro de uma ampla variedade de incentivos institucionais, destacam-se as disposições legais e sistemas eleitorais (como o voto obrigatório), determinadas medidas que têm profundo impacto no voto, como é o caso da adoção das urnas eletrônicas, além da conjuntura eleitoral: eleições mais disputadas (como as de 1989 e 2002) têm participação eleitoral maior.

Assim, se por um lado, é inegável a influência de fatores de ordem político-institucionais, como os sistemas eleitorais, a volatilidade eleitoral (mutações contínuas das preferências partidárias) e a fragmentação partidária (para alguns autores o sistema de listas abertas para as eleições proporcionais que vigora no Brasil podem estar acelerando os processos de desinteresse e alijamento da política por parte da cidadania) bem como a debilidade do sistema partidário e a existência de uma crise de representação política, que se insere no quadro mais geral de outras democracias representativas, por outro lado, como procurar-se-á demonstrar, há fatores de ordem sócio econômicas (não por acaso, as maiores taxas de alienação eleitoral são justamente nas regiões mais pobres do país) e, portanto, é preciso considerar também fatores de ordem macro-estruturais: o crescimento do ausentismo é consequência também da deteriorização das condições sociais. É da conjugação desses fatores que se pode explicar as altas taxas de alienação eleitoral.

Para isso trabalhou-se com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Exclusão Social. Analisou-se também a relação da alienação eleitoral com

outras variáveis, como a extensão territorial e densidade eleitoral (ver detalhes sobre os procedimentos metodológicos no Capítulo V).

Para cumprir os objetivos do presente trabalho, foi estruturado da seguinte maneira: no capítulo I, são discutidas algumas teorias sobre comportamento eleitoral no plano mais geral; no capítulo II, analisa-se a crise dos partidos e da representação política; os capítulos III e IV tratam, respectivamente, dos partidos políticos e a crise de representação política e do comportamento eleitoral no Brasil; e finalmente o capítulo V com os resultados e as conclusões da pesquisa.

CAPITULO I – TEORIAS SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL

O Crescimento da Não-Participação Eleitoral

Parece ser consensual, na literatura sobre o tema, que nas últimas décadas tem-se verificado um decréscimo da participação eleitoral nas democracias representativas, quer nas consolidadas quer naquelas em processo de consolidação, ao mesmo tempo em que aumenta a abstenção eleitoral.

Na Europa, como mostram Freire e Magalhães (2002a), o crescimento da abstenção é constatado pelo menos desde os anos 70. Comparando as médias entre a década de 70 e a década de 90, os autores verificam que, com exceção de Espanha, Grécia e Bélgica (os dois últimos por terem voto obrigatório), todas as democracias ocidentais, sem voto obrigatório, registraram declínio da participação eleitoral. Segundo os autores há, entre os analistas, “um consenso sobre uma tendência generalizada de declínio da participação eleitoral nas democracias ocidentais”.

É o que constata também Viegas e Faria (2005):

Nas últimas décadas tem-se verificado um decréscimo da participação eleitoral na generalidade das democracias europeias. (...) existem, é certo, países em que essa tendência não é visível, como a Dinamarca, ou outros, em que se verificam flutuações de taxas de participação de umas eleições para as seguintes, que não permitem ver claramente um sentido de mudança, como é o caso da Espanha. Conjunturas específicas de mobilização política ou virtualidades de alguns sistemas políticos poderão explicar essas exceções, que não anulam, no entanto, a tendência geral, referida e analisada por diversos autores.

Freire e Magalhães (2002a) apresentam um quadro da abstenção média/eleitores inscritos relativo ao período 1970-1999 na Europa (Tabela 1).

Tabela 1
Níveis médios de abstenção nas eleições legislativas em democracias consolidadas 1970-1999 (Câmara baixa ou única)

Países	Abstenção média/eleitores inscritos (%)	Número de eleições
Grécia	18,1	09
Luxemburgo	11,3	05
Itália	11,1	08
Áustria	10,5	09
Bélgica	7,0	09
Austrália	5,0	11
França	27,7	07
Irlanda	27,6	09
Espanha	25,6	07
Reino Unido	25,3	08
Finlândia	25,3	08
Portugal	23,0	10
Noruega	18,7	06
Holanda	17,1	08
Alemanha	14,2	08
Dinamarca	13,5	11
Suécia	10,7	09
Islândia	10,6	08
Japão	33,7	10
Canadá	27,3	08
Israel	21,2	07
Nova Zelândia	12,3	09
Suíça	51,2	07
Estados Unidos	32,8	14

Fonte: Dados elaborados a partir de IDEA, 2002. (Freire e Magalhães, 2002 a, p.26).

Nota: Desses países, apenas Grécia, Áustria, Bélgica e Austrália têm voto obrigatório. A Itália tinha voto obrigatório até 1993 e, no caso da Áustria, a obrigatoriedade é apenas para eleição presidencial. A Holanda teve voto obrigatório entre 1917 e 1967.

Além de democracias europeias, constam também na tabela 1, dados sobre abstenção referentes a democracias não-europeias, como Japão, Canadá, Israel e Estados Unidos. Os países que apresentam os menores índices são justamente aqueles com voto obrigatório: Austrália (5%), Bélgica (7%), Áustria (10,3%), Itália (11,1%) e Grécia (18,1%). Os maiores índices correspondem à Suíça, com 51,2%, seguido por Japão (33,7%) e Estados Unidos, (32,8%). Se for considerada a abstenção média tendo como base a população em idade de votar, esses índices aumentam para 59,1% na Suíça e 54,1% nos Estados Unidos.

Em termos de crescimento da abstenção, proporcionalmente, a maior taxa foi observada nos Estados Unidos e Suíça, com médias acima de 50%.

Perea (1999) mostra como, em praticamente todos os países da Europa Ocidental, a abstenção eleitoral tem aumentado durante as últimas três décadas. A tabela 2 apresenta um quadro dos 16 países pesquisados pela autora, com percentagens de abstenção eleitoral média entre 1940 e 1990.

Tabela 2
Abstenção média em percentagem
Países da Europa Ocidental – 1940-1990

Países	Em percentagem					
	1940	1950	1960	1970	1980	1990
Bélgica	7,7	6,9	8,7	7,1	6,1	7,2
Áustria	4,5	4,7	6,2	7,7	8,5	16,0
Itália	9,4	6,4	7,2	7,4	10,3	13,3
Holanda	6,6	4,6	5,0	16,5	16,5	21,2
Suécia	17,3	21,3	13,6	9,6	10,9	13,2
Alemanha	21,5	13,2	12,9	9,1	12,9	21,6
Dinamarca	14,0	18,3	12,7	12,5	14,0	16,3
Noruega	20,8	21,2	19,5	18,7	16,4	24,2
Grécia	-	24,2	17,8	19,7	16,5	19,3
Portugal	-	-	-	12,5	22,0	31,8
França	20,1	20,0	23,4	17,8	28,1	30,7
Finlândia	23,5	23,5	15,0	21,8	26,1	31,6
G.Bretanha	27,4	19,8	23,4	24,9	25,9	22,2
Irlanda	25,8	25,7	25,8	23,6	27,1	31,5
Espanha	-	-	-	27,5	26,6	23,6
Suíça	28,3	31,0	35,9	47,7	52,5	54,0
Média	16,0	17,7	16,2	17,0	19,6	21,7

Fonte: Perea (1999, p.137).

Segundo os dados, a abstenção média cresceu de 16,0% para 21,7% no período estudado, com variações entre os países. Dos 16 países, apenas Bélgica, Noruega, Grécia e Espanha não apresentaram evolução significativa das taxas de abstenção, embora a Noruega registre taxas sempre superiores a 16% e a Bélgica e a Grécia são países com voto obrigatório.

Os países com maiores crescimentos são a Holanda, que passou de 6,6% para 21,2% (saliente-se que o aumento coincide com o fim da obrigatoriedade do voto, em 1970), Finlândia, de 23,5% para 31,6%, e Suíça, de 28,3% para 54,0%. Áustria, Alemanha, França e Portugal também tiveram incremento no nível de abstenção.

Na Suíça, pelo menos desde a década de 80, o percentual sempre foi superior a 50%, o que significa afirmar que, no mínimo, a metade da população com direito de voto se absteve (aqui não estão considerados os eventuais votos brancos e nulos).

Dos países europeus, os únicos sem voto obrigatório que aumentaram a participação eleitoral, nos anos 80, foram Espanha e Portugal. A explicação é que são países (junto com a Grécia) que viveram longo período sob ditadura. No retorno à democracia, nas primeiras eleições livres, houve um recorde de participação, aumentando a abstenção eleitoral, nas décadas seguintes, em todas as eleições (presidenciais, legislativas e para o Parlamento Europeu).

Freire e Magalhães (2002a) analisaram, entre outros aspectos, a evolução da abstenção nas eleições legislativas em Portugal, entre 1983 e 1999, mostrando seu crescimento progressivo; e não apenas nas eleições legislativas, mas também nos referendos e nas eleições presidenciais.

Em 1998, por exemplo, realizaram-se os dois primeiros referendos nacionais na história democrática do país. O primeiro, em 28 de junho, foi sobre a concordância (ou não) de um projeto de lei que liberalizava o aborto. A abstenção foi de 68,1% (e dos 32% que compareceram, 50,9% votaram no “não” e 49,1% “sim”).

Em 2001, nas eleições presidenciais, foi registrado o mais alto nível de abstenção na história da democracia portuguesa. Para o Parlamento Europeu, não apenas em Portugal, mas também nos demais países da Europa esses índices são ainda maiores.⁹ Em 2004, por exemplo, a abstenção em Portugal na eleição para o Parlamento Europeu, chegou a 5 milhões e 356 mil eleitores, o que significa 221 mil a mais do que na consulta eleitoral de 1999 (passou de 59,7% para 61,2%).

Pizzutti (2005), analisando a eleição para o Parlamento Europeu de 2005, afirma que “o resultado mais importante foi à abstenção”. Segundo o autor, no total dos 25 países, em cerca de 60% dos eleitores não votaram sendo mais expressivo nos “novos

⁹ O Parlamento Europeu, constituído por 25 Estados-membros e com sede em Estrasburgo (França), é a instituição parlamentar da União Europeia. Seus parlamentares são eleitos por um período de cinco anos por sufrágio universal direto.

países recém-integrados do Leste”. Na Polônia e Eslováquia, por exemplo, o índice foi de 80%. “Salvo em casos excepcionais como Itália, Bélgica ou Grécia (onde votou mais de 75%) na maioria dos países se registrou uma taxa de votação sensivelmente menor se comparado com as eleições mais recentes”.

Nas eleições parlamentares, entre os países em que as abstenções mais cresceram, está a Alemanha, que passou de 13,6% na década de 70 para 26,4% na de 90, ou seja, um crescimento de quase 100%.¹⁰ Nas eleições para o Parlamento Federal, cuja participação até 1983, era em torno de 90%, diminuiu na de 1987 para 77,8% na de 2 de dezembro de 1990.

Nas eleições para o Parlamento (Bundestag) de 22 de setembro de 2002, o partido majoritário, SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha), do Chanceler Gerhard Schröder, teve apenas 38,5% dos votos, ou seja, 30,4% do total de eleitores inscritos, quase igual ao nível de abstenção eleitoral.

No Japão, nas eleições de 29 de julho de 2001 para o Parlamento (composto por duas Câmaras: a Shugi-in - Casa dos Representantes, com 480 membros e eleitos para um período de 4 anos; e a Sangui-in, de 247, eleitos para um período de seis anos), a participação eleitoral foi de apenas 59,9% dos eleitores inscritos, diminuindo para 56,4% nas eleições de 8 de novembro de 2003.

Em relação à Europa Central e Oriental, a Fundação Robert Schuman (Paris), desenvolve pesquisas desde 1995 (*La opinion Européenne*) sob a direção de Dominique Reynié. Em 2002, junto com Bruno Cautrés, foi publicado um estudo (*La participation électorale dans les democracies post-comunistes*) mostrando que, entre 1984 e 2001, houve uma evolução nas taxas de abstenção na maioria desses países, especialmente na Hungria e Bulgária (REYNIÉ E CAUTAES, 2001).¹¹

Na França, pelo menos desde o início dos anos 90, constata-se uma crescente abstenção eleitoral, qualquer que seja a eleição considerada. No primeiro turno das eleições legislativas, de maio de 1997, por exemplo, de um total de 39 milhões de inscritos, 12,5 milhões não participaram da eleição. A abstenção foi de 32%, atingindo quase o recorde histórico, que foi de 34% nas eleições presidenciais de 1988.

¹⁰ Para dados mais completos em relação às taxas de abstenção eleitoral na Europa, consultar Virós e Font (1995), Justel (1995), especialmente o cap.1 La abstención electoral española en perspectiva comparada e Freire e Magalhães (2002a e 2002b).

¹¹ A respeito dos processos eleitorais na Europa oriental, consultar Boher, R, Páček, A, e Radclif (2000).

Em 2000, como mostra Garrigou (2002) no plebiscito de 24 de setembro a respeito do mandato presidencial (*quinquennat*), a abstenção foi de 69,3%, enquanto os votos nulos e em branco, corresponderam a 16,1%. Em 2001, nas eleições municipais, em algumas cidades, praticamente a metade dos eleitores inscritos não votou e nas eleições presidenciais, que levaram Jacques Chirac e Jean-Marie Le Pen ao segundo turno, a abstenção foi de 28,4%.

Com o crescimento da intenção de voto em Le Pen,. De certa forma inesperado, muitos dos que não haviam votado no 1º turno compareceram no 2º turno, o que aumentou a participação eleitoral e levou Jacques Chirac à vitória, com uma ampla vantagem em relação ao seu adversário.

O que explica o crescimento da abstenção eleitoral que, como visto, não é específica da Europa? Há várias tentativas de explicação e algumas teorias serão aqui apresentadas. Entretanto, expõem-se algumas breves considerações a respeito do comportamento eleitoral.

A Evolução dos Estudos sobre Comportamento Eleitoral

A análise empírica do comportamento eleitoral tem seu desenvolvimento mais expressivo na 2ª metade do século XX. Até os anos 50, eram poucos os estudos, destacando-se segundo Perea (1999, p.48), as obras de Siegfried (1913),¹² Merriam e Gosnell (1927),¹³ Tingsten (1937),¹⁴ e Lazarsfeld (1944).¹⁵ Eram estudos que podem ser enquadrados na sociologia eleitoral e que adotam basicamente enfoques ecológicos, ou seja, análises a partir de dados agregados (por região, Estado ou país). A explicação

¹² André Siegfried nasceu na França em 1875 e morreu em 1959. Sua obra *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*, publicada em 1913, é considerada pioneira a respeito do comportamento eleitoral.

¹³ A pesquisa de Merriam e Gosnell, por exemplo, tem como base as eleições presidenciais de 1924 nos Estados Unidos e seus dados são relativos à pesquisa realizada na cidade de Chicago. Uma de suas conclusões é a de que a participação eleitoral tem uma relação direta com o *status* socioeconômico: “os indivíduos mais escolarizados têm maior probabilidade de se registrar e votar” (Merriam e Gosnell, 1927, p.98).

¹⁴ O estudo de Herbert Tingsten *Political behaviour. Studies in election statistics*, publicado em 1937, relacionou o gênero, a idade, a ocupação e o status socioeconômico com a taxa de abstenção eleitoral

¹⁵ O trabalho de Paul Lazarsfeld (1901-1976), citado por Perea (1999, p.48), é *The people's Choice*, escrito junto com Bernard Berelson e Hazel Gaudet, quando era professor da Universidade de Columbia. O livro foi publicado em 1944 (Columbia University Press) e se tornou uma referência importante para os estudos posteriores sobre comportamento eleitoral.

desse procedimento metodológico dava-se, em boa parte, por só se dispor de dados agregados, tanto eleitorais, como econômicos e demográficos.

Para Justel (1995, p.20), até os anos 40, a sociologia eleitoral adotou enfoques ecológicos, em boa medida porque só dispunha de dados agregados para unidades geográficas e administrativas. E como a maioria dos dados disponíveis era de tipo econômico e demográfico, esses foram os fatores que de forma prioritária eram aludidos para explicar esse comportamento.

Isso significa afirmar que, pelo menos até o início dos anos 50 prevaleceram as análises agregadas tanto do voto quanto da abstenção eleitoral, em que privilegiavam os fatores explicativos de caráter sociológico e econômico.

No entanto, a partir dos anos 50, os enfoques analíticos e modelos explicativos do voto, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, onde as pesquisas eram mais frequentes, passaram a incorporar técnicas estatísticas mais refinadas. No estudo sobre comportamento eleitoral, mais especificamente, passaram a ser utilizadas pesquisas de opinião, possibilitando obter, de forma mais sistemática, as características, opiniões, atitudes e comportamentos individuais.

Nesse sentido, a contribuição de estudos e pesquisas desenvolvidos pelas Universidades de Columbia e Michigan, nos Estados Unidos, foi de fundamental importância não só em relação a este país, mas também pela influência que exerceu em outros países: “Columbia e Michigan foram pioneiras na aplicação de técnicas de coleta de dados para a análise político e eleitoral. A aplicação das mesmas se estendeu pela maioria das sociedades industriais com democracias pluralistas” (JUSTEL, 1995, p.16).

Modelo de Columbia

O que ficou conhecido como “Modelo de Columbia” começou a ser elaborado na década de 40, quando professores e pesquisadores da Universidade de Columbia, sob a liderança de Paul Lazarsfeld, realizaram diversas pesquisas em eleições presidenciais nos Estados Unidos.

O pressuposto central desse modelo é a compreensão de que o comportamento eleitoral individual só pode ser compreendido no contexto social mais amplo. Os

resultados das pesquisas de eleições presidenciais, por exemplo, apontavam para a estabilidade do comportamento e das preferências dos eleitores e, portanto, foram interpretados como resultado de predisposições políticas com origens em características sócio demográficas.

Essas pesquisas tinham por objetivo analisar como se davam os processos de integração, comunicação e interação dos eleitores em determinada eleição e, a partir daí, construir um modelo que se centra no modo como os indivíduos estão integrados na sociedade e como isso reflete na sua participação eleitoral. A compreensão é de que os eleitores socialmente mais integrados têm maiores probabilidades de votar do que os mais isolados. Essa integração os torna mais expostos a estímulos sociais e políticos, portanto, têm mais informações, se mobilizam mais, proporcionando maior participação política.

Para os seguidores dessa escola, mesmo considerando que o voto é individual, são características sociais que determinam as preferências políticas. O indivíduo, ao viver em sociedade, estabelece relações interpessoais nos grupos aos quais ele pertence e que determinam suas preferências políticas (família, amigos, etc.). As ações individuais, portanto, derivam da integração social.

Como afirma Figueiredo (1991, p.43) a respeito desse modelo, não são os indivíduos e sim os coletivos sociais que imprimem dinâmica à política. Nesse sentido, o que precisa ser explicado são os resultados agregados de ações coletivas.

Modelo de Michigan

A Escola de Michigan elabora um modelo distinto de explicação do comportamento eleitoral. A ênfase é a dimensão psicológica, privilegiando a formação de identidades subjetivas do indivíduo. Ele foi elaborado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan, EUA, sob a liderança de Angus Campbell, no final dos anos 50.

Como afirmam Balbachevsky e Holzhaker (2004, p.243):

O modelo de Michigan, ao enfatizar como a opinião das pessoas sobre os partidos, candidatos e assuntos públicos influencia a decisão do voto, criou uma nova perspectiva de análise para o comportamento eleitoral. Dentro desta perspectiva três variáveis são importantes para predizer o voto dos eleitores: a identidade partidária, suas opiniões sobre assuntos políticos e a imagem dos candidatos. A identidade

partidária tem um valor chave nesse esquema: é um elo relativamente estável do eleitor com o mundo da política e tende a condensar, num formato simbólico rarefeito, as inclinações do eleitor, e suas percepções sobre a política. Esta identidade incorpora um fator psicológico, não completamente racional, que se forja ao longo do tempo, na interação do eleitor com a política. Um dos trunfos nas análises de Michigan foi justamente mostrar como esta identidade é o melhor preditor da escolha eleitoral.

Para os autores desse modelo, as unidades de análises são os indivíduos. E assim as decisões dos votantes são explicadas em termos de atitudes políticas a longo prazo, destacando-se a importância das atitudes, o compromisso psicológico com a política, a responsabilidade, o dever cívico, a identidade partidária, etc. O que descarta, portanto, as características sócio econômicas como determinantes do comportamento eleitoral.

Nessa escola, como afirmam Reis e Castro (1992), o tema da identidade partidária ganha especial relevo, destacando-se não apenas o papel importante no condicionamento da decisão do voto pela identificação psicológica do eleitor com um partido, mas também o fato de que essa identificação tende a apresentar grande estabilidade ao longo do tempo, independente das classes sociais e ideologias. Assim, a lealdade adquirida (ou herdada) em relação a um partido tende a ser mais decisiva.

Ao se enfatizar a dimensão psicológica, é elaborado um modelo explicativo do comportamento eleitoral que se contrapõe ao determinismo social da Escola de Columbia. Como diz Justel (1995, p.24, tradução nossa):

é um modelo mais psicológico e atitudinal. Se privilegia a formação de identidades subjetivas do indivíduo, ante os componentes estruturais, institucionais e temáticos do sistema político. Não exclui a mediação ou influxo do entorno – ponto em que se encontram com os colegas de Columbia – mas sempre o fator chave é de caráter psicológico: é o indivíduo que elege, é o que atua ou se inibe antes as opções que se apresentam.

Na pesquisa sobre as eleições presidenciais, nos Estados Unidos, também objeto de análise por parte de pesquisadores da Universidade de Michigan, o comportamento eleitoral é explicado baseado em atitudes políticas e a participação dos indivíduos relaciona-se ao grau de implicação dos cidadãos na política. O interesse pela campanha, a preocupação com o resultado da eleição, a sensação de eficácia política, o sentido de responsabilidade cidadã, e em menor medida, a identificação partidária são atitudes que influenciaram positivamente a participação eleitoral.

Para Perea (1999), o paradigma de Michigan foi muito mais influente do que o de Columbia e não apenas nos Estados Unidos, mas também em outros países anglo-saxões sob forte influência norte-americana, como Reino Unido, Irlanda, Austrália e Canadá.

Justel (1995), quando analisa essas duas escolas, afirma que as diretrizes básicas estabelecidas por esses modelos começaram a ser postas em questão na década de 70.

Nos Estados Unidos, entre outros trabalhos importantes, está o de Nie, Verba e Petrocik (1976), em que são analisadas as eleições presidenciais de 1972 (mas contendo dados também das eleições presidenciais desde o início da década de 50). Os autores procuraram mostrar que o “velho modelo” não era capaz de dar conta do comportamento eleitoral norte-americanos, especialmente a partir da década de 70.

A avaliação é a de que o eleitor norte-americano havia mudado e essas mudanças sociais, destacadamente os incrementos em educação, produziram um incremento na competência política, maior coerência ideológica, maior atenção e discernimento temático e menor vinculação aos partidos, entre outros (JUSTEL, 1995).

Diante desses dois modelos, competiu, pelo menos desde o final dos anos 50, um modelo analítico distinto, cuja formulação foi feita por Anthony Downs em seu clássico *Teoria econômica da democracia* (2000). Trata-se da teoria da escolha racional.

Teoria da escolha racional

Basicamente, a teoria da escolha racional visa explicar e predizer o comportamento dos atores políticos a partir de um conjunto de supostos (“supostos da racionalidade”), ou seja, parte do princípio de que todos os fenômenos sociais têm de ser compreendidos como produto da ação dos indivíduos, no qual o indivíduo racional atua tendo em conta o comportamento que espera de outros atores.

Downs (2000) formula os principais elementos dessa teoria. Ao tratar da questão do voto, o autor afirma que o homem racional decide votar, assim como toma outras decisões, se os benefícios superam os custos.

No modelo proposto por Downs, a decisão do voto é concebida como produto da ação racional individual orientada por cálculos de interesse pessoal, tendo em vista o objetivo de maximizar ganho. Assim, a participação nas eleições ocorre somente se os benefícios esperados forem superiores aos custos do voto, ou seja, o eleitor racional se motiva a votar apenas se os benefícios esperados forem suficientemente importantes e recompensadores. Segundo Downs (2000, p.279) “presumimos que todo homem racional

decide se vota ou não o mesmo modo que todas as decisões : se os retornos esperados superam os custos, ele vota, se não, se abstém”.

De acordo com essa teoria, o ato de votar é interpretado por meio da perspectiva da racionalidade econômica, adaptada ao universo da política: o ato de votar é concebido como uma relação que tem custos e benefícios.

Como diz Castro (1994), a perspectiva da escolha racional baseia-se na perspectiva micro do individualismo metodológico, segundo o qual é possível explicar comportamentos políticos se considerar que os indivíduos são racionais e agem como consumidores do mercado econômico, procurando antes de tudo diminuir seus custos, maximizar e otimizar seus ganhos.

Dows, ao elaborar essa teoria, introduziu o conceito de renda utilitária, que se tornou um parâmetro que o eleitor usa para mensurar os benefícios que obterá junto a cada candidato, uma vez eleito. Para o autor, o indivíduo vota no partido que acredita que lhe trará maiores ganhos, ou seja, maior índice de renda utilitária no próximo período.

Segundo Elster (1989, p.182), as premissas básicas da teoria da escolha racional são:

- que as restrições estruturais não determinam completamente as ações praticadas por indivíduos em uma sociedade;
- que dentro do espectro de ações factíveis e compatíveis com aquelas restrições, os indivíduos escolhem as que acreditam lhe trarão os melhores resultados.

Nesse modelo, o comportamento dos indivíduos, portanto, sustenta-se na maximização do lucro individual. A concepção fundamental é a de que existem motivações racionais para o comportamento eleitoral.

Desde sua formulação, na década de 50, esta abordagem tem recebido inúmeras contribuições, como, entre outros, Tullock e Buchanan (1962), Riker e Ordeshook (1968), Olsen (1992) e Elster (1994), mas também muitas críticas, especialmente a respeito do grau de generalizações e limitações empíricas¹⁶.

¹⁶ A respeito de uma crítica mais consistente dessa teoria, consultar Green e Shapiro (1994), Baert (1997) e Perea (1999, p.18-26).

A importância da integração social

Para Justel (1995) até os anos 70, a maioria das hipóteses explicativas da participação e da abstenção eleitoral converge para o marco mais geral da *teoria da integração social*. A compreensão subjacente é a de que a alienação eleitoral é resultado da marginalidade social, política e/ou econômica, ou seja, são os fatores sócio estruturais que a definem ou determinam.

Essa é a explicação mais geral adotada pelo que ficou conhecida como “Escola Francesa”, na qual um dos principais representantes é Alain Lancelot.

Numa obra publicada em 1968, *L’abstencionnisme électoral en France*, que pode ser considerada pioneira na Europa entre os trabalhos dedicados especificamente ao estudo da abstenção eleitoral numa perspectiva sociológica, Lancelot analisa a influência da condição social dos eleitores sobre sua propensão a se absterem.

A hipótese explicativa da participação eleitoral formulada pelo autor, é a de que a *integração social* condiciona o nível de participação eleitoral, ou seja, o grau de integração social, como característica da situação de uma categoria social em relação ao conjunto da sociedade, ou de um indivíduo em relação ao grupo de atividades.

Para Lancelot (1968, p.171, tradução nossa): “A análise política permite compreender a maior parte das variações do abstencionismo. Mas ele não explica a maior parte das abstenções, que nos leva a buscar a chave em um fator de ordem sociológica: a integração social”.

Desta forma, quanto mais integrado está o indivíduo na sociedade, mais ele desenvolve um sentido de responsabilidade cívica em relação ao voto; e quanto mais consciente e informado sobre a eleição, maior será a probabilidade de votar.

Abster-se de votar numa eleição significa, em última instância, uma fraca ou insuficiente integração social. Há, portanto, uma relação de causalidade entre o processo de inserção social e a participação eleitoral. Quanto maior a integração, maior a participação.

No capítulo IV *Analyse sociologique de L’abstentionnisme*, o autor interpreta os dados sobre abstencionismo segundo a situação social (idade, sexo, origem étnica), sócio econômica (renda, educação e profissão), sócio geográfica e religiosa. Trabalhando com

dados eleitorais das eleições legislativas de 1951 até 1965, Lancelot (1968, p.226, tradução nossa) afirma que “a participação eleitoral aparece, em suma, como uma dimensão secundária da participação social. Ele procede de um fator geral (extra-político no sentido restrito do termo) que é o grau de integração à coletividade”.

No entanto, a partir dos anos 70 e especialmente depois da década de 90, quando se constata o crescimento da abstenção na maioria dos países europeus, surgiram outras tentativas de explicação. A seguir, apresentam-se algumas delas.

Explicações sobre Abstenção Eleitoral na Europa Ocidental ao Nível Agregado

Um primeiro aspecto a ser considerado em relação às explicações sobre a abstenção eleitoral na Europa não é apenas a diversidade das interpretações, mas também as variações entre os países. Embora se constate o crescimento da abstenção eleitoral na Europa pelo menos desde a década de 90, há variações significativas entre os países, quer entre aqueles com voto obrigatório e os com voto facultativo, quer entre estes últimos.

Estas variações dizem respeito, também, ao tipo de eleições. As maiores taxas em relação ao aumento da abstenção nas democracias industrializadas ocorrem nas eleições legislativas, embora o aumento seja observado também para outras eleições.

Que explicações existem? Freire e Magalhães (2002a) apresentam três tipos de explicações: institucionais, sociológicas e a competitividade política.

O primeiro caso relaciona-se às diferenças entre as instituições políticas democráticas de diferentes países, destacando-se três fatores. O primeiro refere-se ao tipo de eleição: os regimes com Parlamento bicameral e/ou com presidente eleito exibem maiores níveis de abstenção nas eleições para a câmara baixa. Segundo Jackman e Miller (1995), os votos em eleições legislativas para a câmara baixa são menos decisivos do ponto de vista político e, portanto, há maior abstenção eleitoral.

O segundo fator está ligado ao sistema eleitoral e diz respeito ao grau de proporcionalidade na conversão de votos em mandatos:

um menor grau de desproporcionalidade tende a favorecer a participação eleitoral. Por um lado, porque aumenta a probabilidade de que os votos nos partidos mais pequenos se convertam de fato em mandatos, aumentando assim o valor do voto para os seus apoiantes (...) por outro lado, ao minimizarem a exclusão de pequenos partidos e ao limitarem as barreiras à entrada de novos partidos no parlamento, os sistemas

caracterizados por maiores níveis de proporcionalidade aumentam a escolha relevante disponível e estimulam, para isso, a participação eleitoral (FREIRE e MAGALHÃES, 2002a, p.117).

O terceiro fator corresponde ao grau de fragmentação do sistema partidário. Os autores argumentam, basicamente, que um número maior de partidos com representação parlamentar significa também aumento da possibilidade de escolha, proporcionando aos eleitores opções partidárias mais próximas das suas preferências ideológicas.

Quanto às explicações sociológicas, embora reconheçam que se trata de uma das abordagens “tradicionalmente mais promissoras na explicação das variações entre os níveis de abstenção em diferentes países”, os autores, ao relacionarem o grau de desenvolvimento econômico como um dos fatores explicativos das diferenças entre países em termos de participação eleitoral, com base em seus dados, afirmam que isso não se verifica: na Europa Ocidental, a abstenção tende a ser mais elevada nos países com um PIB *per capita* também mais elevado.

Quanto à competitividade política, o argumento principal é o de que são as diferenças entre os níveis de abstenção em diversos países o que as relacionam com diferentes contextos de mobilização política. “A capacidade mobilizadora das classes sociais, dos sindicatos e dos partidos tem sido assinalada por diversos estudos como uma das fontes mais importantes de variações a nível de participação eleitoral” (FREIRE e MAGALHÃES, 2002a, p.124).

De fato, como salientam os autores, sem fortes organizações partidárias enraizadas na sociedade, é mais difícil haver uma forte mobilização eleitoral. Gray e Caul (2000), quando analisam o declínio da participação eleitoral em 18 países, entre 1950 e 1997 (democracias industriais avançadas), tanto em eleições presidenciais quanto parlamentares, mostram que esse decréscimo é explicado, em larga medida, pela sistemática deteriorização da mobilização do que eles chamam de “eleitores periféricos” (que são mobilizados apenas em períodos eleitorais).

Com o objetivo de introduzir a importância da mobilização dentro do estudo do declínio da participação eleitoral, entendendo que a mobilização por parte das organizações partidárias afeta a participação, os autores procuram checar a validade destas indicações, utilizando uma série de dados, que incluem observações de cada eleição dos países pesquisados.

Eles mostram que, entre outros aspectos, o declínio é não apenas de filiação a partidos, mas também a sindicatos e afirmam que, onde “a densidade da união dos trabalhadores” reduziu-se, também diminuiu a participação eleitoral (embora o decréscimo da participação eleitoral não corresponda necessariamente ao dos sindicatos).

Os autores analisam também a mobilização das forças de esquerda do espectro ideológico, que tradicionalmente têm alto impacto sobre a mobilização dos “eleitores periféricos”, e mostram que, em países como Austrália, Áustria, França, Alemanha, Japão, Suécia e Reino Unido, o declínio da esquerda vem ocorrendo desde os anos 80, provocando impacto não apenas na mobilização, mas também na participação eleitoral. Em todos esses países, houve redução da participação e aumento da abstenção eleitoral. Ou seja, os autores relacionam o declínio da militância sindical e partidária na generalidade das democracias ocidentais (Lane e Ersson, 1999) com a queda da participação eleitoral.

Hansen e Rosenstone (1993) também destacam a importância da mobilização. Analisando o declínio da participação eleitoral nos Estados Unidos, entre 1952 e 1988, por meio de diversos *surveys*, os autores argumentam que os determinantes da participação são fatores de ordem política, especialmente o trabalho de mobilização por parte de dirigentes políticos e de partidos, ou seja, quando há esforço nesse sentido, com amplo trabalho de mobilização, a participação na eleição aumenta.

Fazendo uma comparação das eleições presidenciais dos Estados Unidos, entre as décadas de 60 e de 80, os autores mostram como, nos anos 60, houve maior mobilização, o que implicou maior participação eleitoral. Mas, à medida que as campanhas eleitorais tornaram-se cada vez mais restritas ao *marketing* e ao uso intensivo da televisão, diminuiu a mobilização dos eleitores, o que repercutiu na participação eleitoral.

Essa também é a compreensão de Powel Jr. (1980). Para ele o cenário institucional norte-americano, particularmente o sistema partidário e o registro eleitoral, inibe a participação. Usando uma combinação de dados agregados e comparativos de *surveys*, o autor afirma que, em perspectiva comparada, a participação eleitoral nos Estados Unidos sugere que, se houvesse por parte dos partidos maior estímulo à participação dos eleitores, esta poderia bem mais expressiva: há uma parcela significativa do eleitorado norte-americano que poderia ser mais interessada e envolvida nas atividades políticas, pois

como se sabe, a participação eleitoral nos Estados Unidos é muito menor do que em outras democracias.

Para o autor, se a participação eleitoral nos Estados Unidos é inferior, por exemplo, à dos países europeus, no entanto, há maior envolvimento dos cidadãos norte-americanos no que diz respeito à esfera pública, especialmente em defesa de seus interesses individuais. A experiência de outras democracias sugere que, incentivar os eleitores a terem maior participação nos processos eleitorais, poderia levar a um maior envolvimento nas atividades políticas.

Matsusaka e Palda (*apud* ALVES, 1999, p. 27) analisam dados agregados (por distritos) das eleições nacionais no Canadá de 1979 e 1980 e concluem que, se o grau de competição de uma eleição tem impacto direto sobre a taxa de participação, ela tem origem mais nos efeitos dos esforços de mobilização empreendidos pelas elites políticas, especialmente “quando e onde a disputa eleitoral se encontra equilibrada”.

Também para Cox, Rosenbluth e Thies (*apud* ALVES, 1999, p.29). no artigo *Mobilization social network and turnout: evidente from Japan*, analisando a participação no Japão pós-Segunda Guerra Mundial, o comparecimento eleitoral está diretamente relacionado ao esforço de mobilização das elites políticas e é “estrategicamente empregado quando a disputa eleitoral está equilibrada, e mais eficaz quando dirigidas a pessoas conectadas a estreitas redes de relações sociais”, ou seja, há uma interação entre grau de competição e o capital social.

Enfim, o que se quer destacar aqui é a relevância dos fatores de mobilização social e política (sindicatos e partidos políticos), ou seja, quanto maior a capacidade de mobilização das forças sociais e políticas, menor a abstenção eleitoral.

Outros modelos explicativos

A abstenção como comportamento estratégico em face da conjuntura política

Subileau e Toinet (1989), analisando o abstencionismo eleitoral na França, embora compreendam que uma parte se remete às explicações tradicionais (ou seja, menor integração social e política, enfraquecimento dos laços entre Estado e os cidadãos) e outra parte revela o rechaço à política, de maneira geral, indicam pelo menos que, em dada

eleição, há um inequívoco rechaço às alternativas partidárias existentes, de uma oferta política incapaz de mobilizar os eleitores.

Esse tipo de abstencionismo é chamado pelas autoras de “abstencionismo de protesto”, que aparece como “um dado permanente da vida política francesa”, um abstencionismo “de outra natureza”, que elas chamam de “estratégica” ou “seletiva” mais sensíveis às conjunturas políticas. Trata-se de uma escolha deliberada por parte dos eleitores devido ao denominado “desencanto democrático”, resultado da ausência de projetos críveis e ilustrado pelo descompasso entre os discursos nas campanhas eleitorais e a realidade. As razões da abstenção constituem um problema político, uma advertência crítica dirigida ao Estado, que incide sobre seu funcionamento e legitimidade.

Outro aspecto relevante, que vai além da conjuntura eleitoral, diz respeito à falta de identificação com os partidos, que também exerce influência sobre esse tipo de abstencionismo. Segundo as autores, isso não é específica da França, mas uma característica também presente nas democracias européias e que contribui para o declínio da participação eleitoral, aumentando, portanto, a abstenção.

Na pesquisa, um estudo qualitativo que utiliza entrevistas não-diretivas com não-inscritos para votar e com o que chamam de “intermitentes” (que votam dependendo da eleição) e votantes constantes, dois aspectos foram destacados: a incapacidade da classe política de resolver os problemas econômicos e sociais, e a hostilidade aos políticos que, de maneira geral, apenas querem conservar o poder.

Dos que não votam (e nem se inscrevem para votar), a maioria é constituída de desempregados e imigrantes, sendo uma das justificativas para não votarem o fato de que os políticos, uma vez eleitos (especialmente os que fazem parte dos governos), não apresentam nenhuma solução para as dificuldades vividas por eles. Este é, para as autoras, um dos fundamentos da “crise de representação”: recusa de votar, porque as eleições são percebidas como um engodo, sem verdadeira significação social e política.

A variável política-conjuntural como principal responsável pelo declínio da participação é defendida também por Narud e Valen (1996), quando analisam as eleições nacionais de 1993 na Noruega. Como visto na Tabela 2, entre 1940 e 1990, os índices de abstenção no país, variaram pouco: 20,8% em 1940; 21,2% em 1950; 19,5% em 1960; 18,7% em 1970 e 16,4% em 1980. Já em 1990, houve um crescimento de aproximadamente 50% em relação à 1980, passando para 24,2%.

Segundo dados apresentados pelos autores, entre 1945 e 1989, a participação média naquele país foi de 81,4%. No entanto, nas eleições de 1993, a taxa de comparecimento diminuiu para 75,8% dos eleitores registrados. Para Narud e Valen, a alta taxa de abstenção deveu-se à ausência de uma alternativa de governo e ao rechaço às alternativas partidárias existentes. Uma explicação para essa mudança é que, pelo menos desde 1945, embora houvesse seis partidos nas disputas eleitorais, configurou-se de fato um bipartidarismo alternando-se no poder (blocos de esquerda e direita), mas, no início da década de 90, com a entrada da Noruega na União Européia, ocorreram coalizões partidárias, com a formação de um único bloco, o que, segundo os autores, com base nos dados *de surveys*, acarretou o aumento da abstenção eleitoral (ou seja, os eleitores que votavam tradicionalmente nos partidos de esquerda, por exemplo, deixaram de votar quando esses partidos formaram coalizões com partidos de direita e vice-versa).

A perspectiva política-institucional

Freire e Magalhães (2002a), analisam a abstenção eleitoral em Portugal em termos comparativos com relação à Europa, usando as eleições legislativas e os referendos. Entre os fatores que explicam o comportamento abstencionista, quer em Portugal, quer na União Européia, os mais significativos são de ordem política: acentuado decréscimo da identificação dos eleitores com os partidos políticos; desadequação da oferta partidária; desinteresse pela política e crescente desconfiança nas instituições democráticas (Parlamento, Judiciário, etc.).

Ao apresentarem algumas variáveis explicativas, os autores mostram os limites de algumas interpretações, como os modelos que utilizam apenas variáveis sociológicas (maiores recursos econômicos e educacionais, etc.). No caso da Europa (que inclui evidentemente Portugal), a pesquisa revelou que apenas a estrutura etária nos diferentes países explica as diferentes taxas de abstenção: quanto maior a participação dos jovens na estrutura etária, maior a taxa de abstenção. O restante das variáveis não tem um impacto estatisticamente significativo.

Outros fatores que também devem ser considerados referem-se à pequena densidade sindical e à baixa polarização ideológica. Isso significa dizer que, entre os

abstencionistas, a maioria não é sindicalizada e, entre os países onde as eleições são realizadas e se observa uma baixa polarização ideológica, a abstenção é maior.

Além disso, o grau de confiança depositado nas instituições é importante. Como demonstram os autores, com base em outros estudos, nas democracias industrializadas essa confiança tem diminuído, enquanto aumenta a abstenção eleitoral.

Powell (1986) analisando dados de 30 países democráticos, entre 1957 a 1977, busca estabelecer as determinantes da participação eleitoral. Sua hipótese é a de que a participação se remete, fundamentalmente, ao sistema partidário e às normas legais e constitucionais.

Nesta última categoria encontram-se as regras de alistamento, a existência ou não de penalidades para a abstenção eleitoral não justificada e o sistema eleitoral (majoritário ou proporcional) que cria incentivos e custos para a participação.

O argumento central é que o arranjo legal tem forte implicação sobre os níveis de comparecimento. O voto compulsório (casos da Bélgica, Grécia, Luxemburgo, Holanda e Itália para o período estudado) tem impacto positivo e significativo sobre a participação, assim como o registro automático dos eleitores (em alguns países a iniciativa cabe ao eleitor). Onde o alistamento é uma iniciativa do cidadão (como é o caso do Brasil, por exemplo), a abstenção é maior.

Outro elemento importante é o sistema de representação proporcional, que tem impacto positivo nas taxas de participação: primeiro, porque reduz as distorções entre votos recebidos e cadeiras preenchidas pelos partidos, encorajando a participação dos que apóiam os pequenos partidos; segundo porque estimula a competitividade eleitoral, favorecendo a formação de sistemas multipartidários, aumentando as opções eleitorais.

Além desses aspectos institucionais, há outros fatores que também contribuem para uma maior participação eleitoral, como a existência de uma identificação partidária mais sólida, ou seja, em países onde os partidos têm bases sociais mais amplas e há maior identificação dos eleitores com eles, a participação eleitoral é maior.

Jackman (1987), analisando as instituições políticas e a participação eleitoral nas democracias industriais, contribui para reforçar o modelo que indica que os fatores institucionais são mais importantes na determinação dos níveis de participação.

Aplicando o modelo de análise de regressão multivariável para medir a variação entre a média nacional e dados eleitorais, mostra que os determinantes mais altos, que incrementam e explicam a participação eleitoral, são o voto obrigatório, o unicameralismo (onde existe) e o sistema de representação proporcional.

Blais e Carty (1990), observando as diferenças das taxas de comparecimento de 20 países parlamentaristas, no total de 509 eleições, adotam uma perspectiva que chamam de “internalista”, ou seja, consideram aspectos internos ao próprio processo político e analisam as diferenças entre os sistemas eleitorais (proporcionais e majoritários) e as taxas de participação.

Para os autores, o sistema de representação proporcional é mais favorável à participação e, portanto, ao aumento da taxa de participação. Esse tipo de sistema apresenta um maior número de partidos na competição eleitoral, possibilita a representação de pequenos partidos e, assim, torna o voto mais eficaz, reduzindo a distorção eleitoral. Outros fatores, como o tamanho do distrito eleitoral, tendem também a aumentar a competitividade e são importantes incentivos aos partidos e aos eleitores para votarem.

Outros fatores são a obrigatoriedade do voto, a universalização do sufrágio, o voto feminino e o federalismo. No primeiro caso, o voto obrigatório é um forte incentivo (países com voto obrigatório têm maior taxa de participação eleitoral), no segundo, a universalidade do sufrágio, atingindo um maior número de eleitores, pode significar uma diminuição à medida que reduz o grau de instrução do conjunto do eleitorado. O voto da mulher é associado negativamente à participação – em geral, são votos politicamente menos ativos e, em relação ao federalismo, este pode influenciar negativamente a participação, uma vez que, com a divisão de poderes (Estados e municípios), diminui a importância de certos pleitos, tornando-se dessa forma menos decisivos.

A integração política

Viegas e Faria (2005), ao analisarem a evolução das explicações da participação eleitoral, selecionaram alguns países (Alemanha, Dinamarca, Espanha, Holanda e Portugal), estabelecendo dois blocos de variáveis que entraram nas regressões logísticas de participação eleitoral referentes aos dados de 1989 e 2002.

No primeiro bloco, estão as variáveis de integração e recursos materiais e simbólicos: habitat, idade, nível de escolaridade, situação conjugal, situação em face do trabalho e frequência de prática religiosa. No outro bloco, estão à satisfação com a democracia, o interesse pela política, a proximidade do partido político e a saliência da identidade ideológica.

Analisando os dados da pesquisa, os autores constataam que são os fatores de integração política, “afetados por via da ‘importância da política’, do ‘interesse pela política’ da ‘proximidade a um partido político’ ou da ‘saliência da identidade ideológica’, aqueles que tendem a determinar de modo mais intenso o exercício do voto”, ou seja, “a maior propensão à abstenção verifica-se entre aqueles para quem a política menos importa ou interesse tem e entre aqueles que menos afetam revelam em relação a um determinado partido político ou a uma posição ideológica marcada, seja à direita, seja à esquerda”.

A pluralidade de enfoques

Blais e Dodrzyńska (1998) analisaram a participação eleitoral em 324 eleições para a Câmara de Deputados em 91 países, entre 1972 e 1995, distinguindo três blocos de fatores que afetam a participação eleitoral: o desenvolvimento socioeconômico; as instituições; e o sistema partidário.

Em relação ao desenvolvimento socioeconômico, os autores argumentam que, se este aspecto tem sido minimizado em diversas análises, os dados mostram ser um impacto substancial na participação eleitoral. Usando como variáveis a renda *per capita*, expectativa de vida, grau de instrução e tamanho e densidade populacional, os autores demonstram que, quanto mais elevadas estas variáveis, maior a participação eleitoral, embora tais variáveis apresentem diferenças entre os países, mas alguns fatores permanecem. Por exemplo, segundo os autores, “é extremamente difícil haver um alto nível de participação eleitoral onde existe um alto grau de analfabetismo” (BLAIS e DOBRZYŃSKA, 1998, p, 244, tradução nossa).

Quanto aos aspectos institucionais, o voto obrigatório aumenta a participação. Já em relação ao sistema partidário - basicamente o sistema eleitoral e número de partidos -,

o sistema de representação proporcional possibilita maior participação, assim como maior número de partidos em disputa.

O problema consiste em compatibilizar todos estes aspectos. Quando a maioria desses fatores estiver presente, o nível de participação pode ultrapassar os 90%, caso contrário, há uma variação em torno dos 60%.

Decaumont (2001), analisando o abstencionismo nas eleições nacionais francesas, entre 1958 e 1997 (onze foram eleições legislativas), também defende que, para compreender adequadamente esse fenômeno na França, onde existe “uma progressão forte e regular da abstenção”, é necessário incorporar na análise tanto fatores conjunturais como sociológicos, sendo que cada fator possui uma ação específica, que pode ter implicações sobre a taxa de abstenções.¹⁷

Em relação aos fatores conjunturais, a autora refere-se a uma oferta eleitoral incapaz de mobilizar os eleitores: “a abstenção é uma resposta negativa a uma oferta política, a um momento determinado de uma conjuntura particular e uma séria advertência dirigida à classe política que coloca em causa sua legitimidade e nutre o debate sobre a crise da representação” (DECAUMONT, 2001, p.19, tradução nossa).

A autora exemplifica, afirmando que, depois de uma década de forte mobilização (1967 a 1978), o nível de abstenção situava-se abaixo de 20%, mas, a partir das eleições de 1981, aumentou para mais de 30%. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, havia a possibilidade de alternância entre esquerda e direita (que na época, segundo a autora, se diferenciavam), enquanto nos anos 90 isso não era mais motivo suficiente para mobilizar o eleitorado, ou seja, sua explicação remete a uma oferta partidária que não mobiliza mais os eleitores (pelos seus dados, entre 1993 e 1997, cerca de 1/3 dos franceses não participaram das eleições que ocorreram neste período).

Quanto aos fatores sociológicos, a pesquisa constatou que havia uma relação da participação eleitoral com o nível de renda e educacional (maior nível de renda e educação, maior participação), gênero e idade (as mulheres e os mais jovens se abstêm, votam em branco ou anulam mais o voto) e até mesmo geográfico (nas áreas rurais a abstenção é maior do que nos centros urbanos, havendo também variações por regiões).

¹⁷ A autora apresenta um quadro com taxas de abstenções nas eleições presidenciais de 1965, 1969, 1974, 1981, 1988 e 1995, constando o crescimento progressivo da abstenção. Em 1965, o índice foi 15,2%, subindo para 21,6% em 1995. Em relação às eleições legislativas, as taxas são maiores. O recorde foi na eleição de 1988, na qual 34% dos eleitores inscritos não compareceram para votar. Nas eleições legislativas de 1997, 12,5 milhões de eleitores (de um total de 39 milhões de inscritos) deixaram de votar.

Justel (1995) analisa o caso da Espanha, país que viveu uma longa experiência autoritária no século XX, onde com o término da ditadura do general Franco (1939 até 1975), houve grande participação eleitoral nas primeiras eleições livres. No entanto, como mostra o autor, a partir dos anos 90, registraram-se, a exemplo de outros países europeus, crescentes taxas de abstenção eleitoral.

Nesse sentido, tendo por objetivo explicar a abstenção eleitoral, suas características e evolução durante o período de 1977 a 1993, tanto em eleições gerais como municipais, buscando ampliar essa compreensão, o autor propõe um modelo misto de explicação da abstenção, ou seja, a pluralidade de enfoques analíticos à base tanto de fatores contextuais e sistêmicos (marginalidade social e econômica, etc.), quanto de fatores atitudinais e características individuais.

O autor faz uma crítica aos modelos que dão prioridade a um ou outro fator (individuais e/ou os fatores contextuais e sistêmicos) isoladamente, por entender que uma compreensão mais ampla do fenômeno da abstenção implica, exatamente, a articulação entre esses dois modelos.

Em relação ao caráter complexo e não unívoco da abstenção, diz Justel (1995, p.383, tradução nossa): “há que por de manifesto que tanto fora de lugar está uma interpretação puramente psicológica e motivacional, como uma interpretação meramente objetiva ou estrutural”.

Como conclusão do trabalho, baseado numa análise agregada, com dados históricos (análise sincrônica e seriada dos níveis regionais e provinciais da abstenção na Espanha) e individuais (através de pesquisas qualitativas), o autor mostra como, desde 1977, a abstenção em eleições gerais tem flutuado entre um quinto e quase um terço do eleitorado e, em eleições locais, entre 30% e 40%. Além disso, não há uma linha clara e linear, mas flutuações, assim como uma distribuição desigual do ponto de vista geográfico, e no período analisado e para ambos os tipos de eleição, persiste pauta ecológica clara de maiores níveis de abstenção na periferia geográfica e predomínio crescente da abstenção urbana.

Como conclusão global destas análises correlacionadas há que se ressaltar, por conseguinte, a notável mobilidade agregada da abstenção e, o que é mais significativo, que a evolução se produz em direção contrária ao desenvolvimento industrial e terciário. A análise agregada multivariável mostrou isso claramente. E este é um dos aspectos analíticos e substantivamente centrais da investigação (JUSTEL, 1995, p.376).

Quanto a Perea (1999), analisando igualmente o caso da Espanha, numa perspectiva comparada em relação aos países europeus, também propõe um modelo que enfatiza a importância dos efeitos da interação entre as variáveis individuais e sistêmicas, mas, ao contrário de Justel, não se baseia no individualismo metodológico.

Para a autora, existe um efeito interativo entre as características individuais e os fatores sistêmicos que influem na abstenção, sendo que não apenas os efeitos dos incentivos sistêmicos variam segundo os níveis de recursos e motivações individuais, mas também podem operar em um sentido para os eleitores favorecidos e em outro para os desfavorecidos.

Assim, como demonstramos, os indivíduos com menos recursos e motivações não são necessariamente os mais sensíveis ao nível de incentivos sistêmicos. Pelo contrário, em muitos casos os eleitores menos favorecidos são os mais influenciados pelos incentivos sistêmicos para participarem. Por último, vimos que apesar de muitas características sistêmicas terem um efeito mais forte entre os eleitores favorecidos, estes não se transformam automaticamente em fortes reduções da abstenção, posto que este grupo de cidadãos vota de maneira massiva qualquer que seja seu contexto político. Pelo contrário, os níveis de abstenção eleitoral dos eleitores favorecidos podem reduzir-se substancialmente como consequência das variações em fatores sistêmicos (PEREA, 1999, p.222-223).

Enfim, como se pode perceber, se existe consenso quanto ao crescimento da abstenção eleitoral, há uma pluralidade de interpretações que vão desde fatores sociológicos e político-institucionais, até a importância da mobilização, a relação entre fatores individuais e sistêmicos, entre outros.

Nenhuma interpretação, isoladamente, consegue explicar as razões do crescimento da alienação eleitoral, quer nas democracias consolidadas quer naquelas recém-instauradas. A pluralidade de enfoques é fundamental, porque se agregam fatores de ordem estrutural e macro-sociológica com fatores político-conjunturais, além da necessidade de se incorporarem na análise, outros componentes, como a mídia, que passa a ter importância fundamental nos processos eleitorais, assim como a crise dos partidos e da representação política, conforme será visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – CRISE DOS PARTIDOS E DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Crise e Transformação dos Partidos

Historicamente, os partidos enquanto veículos entre a sociedade civil e as instâncias governamentais, articulando e canalizando demandas, capazes de sustentar a estabilidade e a legitimidade dos regimes políticos, são fundamentais para o funcionamento e a manutenção das democracias contemporâneas.

Estariam os partidos cumprindo esta função? A resposta de muitos analistas é não. Como assinala Baquero (2000), a bibliografia que questiona a centralidade dos partidos políticos na sociedade moderna “vem ganhando adeptos globalmente”. Para o autor, uma das questões que têm reemergido na bibliografia da ciência política contemporânea diz respeito justamente à importância ou não dos partidos políticos como as mais influentes organizações de mediação política no mundo moderno. Tal questão, afirma, surge em virtude das dúvidas geradas nos últimos anos sobre a influência dessas organizações no processo de mediação política, bem como pelo seu crescente descrédito.

Dalton, Flanagan e Beck (1984), Nades (1996), Lawson e Menkl (1998), Wattenberg (2000) e Gray e Caul (2000) são alguns autores que, embora não neguem a importância dos partidos e reconheçam que são um requisito fundamental nas democracias representativas, constatam, com diagnósticos e perspectivas distintas, que existe hoje uma crise de representação política e um declínio acentuado dos partidos, com decrescentes níveis de filiações aos partidos, não apenas nas democracias recém-instauradas (como na maioria dos países latino-americanos), como também naquelas consolidadas.

Para Baquero (2000), os partidos políticos têm perdido a importância como canais de mediação entre o Estado e a sociedade. São deficientes na articulação e agregação dos seus distintos interesses e, nesse sentido, é compreensível a constatação dos decrescentes níveis de vinculação das pessoas aos partidos e o crescente descrédito dos mesmos.

Portanto, se há consenso quanto à importância dos partidos para a democracia, que apesar de tudo continuam detendo o monopólio da representação e a constituição dos governos, mantendo assim importante papel institucional, parece inegável que, no plano mais geral, atravessam uma crise - que é, também, uma crise de representação -, em que

suas funções de intermediação entre Estado e sociedade têm diminuído e sua centralidade sistematicamente questionada.

Para Offe (1983), as estruturas partidárias têm se transformado em verdadeiras “máquinas eleitorais”, em que a conquista do poder político leva à “desradicalização” ideológica e à indistinção programática, resultando, entre outros aspectos, na ampliação das alianças eleitorais, muitas vezes entre partidos sem qualquer afinidade programática e ideológica. Isso contribui para o descrédito dos partidos.

Para o autor, o que existe é a “desintegração” dos partidos políticos como forma dominante de representação das massas e, nesse sentido, “abre-se a possibilidade de sua substituição gradual por outras formas que possivelmente sejam menos indicadas que a competência entre partidos para ‘usar conseqüentemente’ o poder do Estado” (OFFE, *apud* NADALES, 1996, p.210).

Valdés (1996) na análise dos sintomas da crise das organizações partidárias na Europa, afirma que as múltiplas expressões da progressiva desconfiança social em relação aos partidos políticos constituem um fato incontestável:

A desconfiança social em relação às organizações partidárias estão hoje bem à vista. Começando pelo que resulta ser, sem dúvida, a mais transparente, por ser, obviamente, a mais elementar: a desconfiança referida tem generalizado uma crescente apatia da opinião pública a respeito das forças políticas tradicionais que vêm conformando os mais importantes sistemas de partidos europeus, apatia cujas manifestações essenciais têm se concretizado em um descenso lento, porém generalizado, da participação eleitoral (VALDÉS, 1996, p.192, tradução nossa).

Para o autor, a crise dos partidos e a legitimidade democrática na Europa, pelo menos desde meados dos anos 90, relacionam-se com os acontecimentos que se sucederam na vida política de uma boa parte das democracias européias, a partir da década de 70. e têm contribuído de tal forma na generalização de uma consciência social contrária aos partidos que, “parafrazeando o filósofo de Tréveris, bem poderia dizer-se que um novo fantasma ronda a Europa: o do ‘antipartidismo’, recorrente na atualidade em nosso continente”.

A apatia generalizada pela desconfiança, para Nadales, influencia também algumas das principais organizações partidárias com alto nível de solidez, chegando inclusive, em certos casos, a adquirir um efeito letal para os partidos afetados, mesmo os que apresentavam uma “notável capacidade de persistência” (partidos *históricos*), não só em países cujos sistemas democráticos haviam apresentado grande continuidade ao largo do século, como Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça e Reino

Unido, mas também naqueles cuja continuidade se viu interrompida por regimes ditatoriais (o nazi-facismo na Alemanha e Itália, a ditadura na Áustria, etc.).

Esses partidos históricos são basicamente de esquerda, socialistas e comunistas. O autor cita, entre outros exemplos, o caso da Itália, onde o Partido Socialista praticamente desapareceu da cena política nas eleições de março de 1994, além dos fracassos eleitorais dos partidos socialistas e comunistas, tanto na Europa Ocidental quanto na Europa Oriental.

Kirchheimer (1990), num influente estudo sobre os partidos, em que analisa sua evolução desde o século XIX, usa o conceito de “partido pega-tudo” (*catch-all-parties*) para assinalar o “ápice” desse processo. Para o autor, o grau de complexidade e fragmentação da sociedade leva os partidos a se burocratizarem e abandonarem suas posições de classe (característica do período inicial) para formularem propostas difusas, em nome de “todo o povo”, cujo objetivo é unicamente a conquista do poder. Assim considerado, os sistemas partidários perdem credibilidade à medida que não proporcionam espaços institucionais nos quais as demandas possam ser processadas, via partidos políticos.

O que Kirchheimer procura é, essencialmente, rever a tese clássica de Maurice Duverger sobre os partidos. Qual é, sucintamente, a tese de Duverger? Analisando a formação e o desenvolvimento dos partidos políticos (pelo menos até meados da década de 50, quando publica seu clássico *Os partidos Políticos*, o autor mostra que existiam dois tipos de partidos: os de quadros que haviam se formado a partir de meados do século XIX e caracterizados por se constituírem por integrantes do Parlamento (intelectuais, autoridades civis, militares, etc.) e formados “de cima para baixo”; e os partidos de massa, constituídos nas sociedades capitalistas mais avançadas e que se afirmam em meados do século XX, com apoio e mobilização das classes trabalhadoras e com programas consistentes, unidade ideológica e fortes vínculos dos partidos com suas respectivas bases.

São esses partidos de massa (de classe, confessionais, etc.), que para Duverger, se afirmam nos regimes democráticos. Nesse sentido, para Panebianco (2005, p.510), a obra de Duverger pode ser lida, e de fato o foi, como um hino às virtudes políticas dos partidos de massa.

Entretanto, para Kirchheimer, esses partidos de massa, características das democracias européias até então, constituíram apenas uma etapa, historicamente superada.

Especialmente a partir dos anos 80, eles se transformaram no que o autor chama de “partidos pega-tudo”, ou seja, mais do que partidos com consistência ideológica e programática, eram meros “escritórios eleitorais”, que mobilizam seus filiados e/ou simpatizantes apenas durante os períodos eleitorais, visando somente seus deslocamentos às urnas. E essa seria a tendência dominante não apenas na política norte-americana, mas também na européia (no caso da Europa ocorre o que o autor chama de “a americanização da política européia”).

Os partidos passam, portanto, por uma mudança significativa. De partidos de massa, para os “partidos profissionais-eleitorais”, nos quais os profissionais, os “especialistas” passam a ter papel fundamental.

Que aspectos dessa transformação dos partidos são importantes para Kircheimer? Panebianco (2005) destaca cinco:

- acentuada desideologização dos partidos;
- maior abertura do partido à influência dos grupos de interesse, acompanhadas de uma transformação das antigas organizações colaterais, sindicais, religiosas, etc., por sua vez grupos de interesse com ligações mais fracas e relações menos contínuas do que antes com o partido;
- perda do peso político dos filiados e declínio acentuado do papel da militância política de base;
- relações partido-eleitorado mais fracas e descontínuas, não mais ancoradas numa forte inserção social e com subculturas políticas sólidas e compactas;
- fortalecimento do poder organizativo dos líderes, que passam a se apoiar, para financiamento da organização e para manter ligações com o eleitorado, muito mais nos grupos de interesse do que nos filiados (PANEBIANCO, 2005, p.510-511).

Em relação a este aspecto em particular, Offe (*apud* NADALES, 1996, p. 191) argumenta no sentido de que as conseqüências do modelo “catch-all-parties” de Kircheimer fazem com que uma equipe de profissionais do partido gere interesses corporativos e que essa profissionalização nos partidos resulta na dominação política por parte dos profissionais e dos executivos dos partidos.

Para Panebianco, o aspecto central no diz respeito à *profissionalização* das organizações partidárias traz uma série de conseqüências organizativas, não apenas entre

os “partidos burocráticos de massa”, como também nos “partidos profissionais-eleitorais” e que só é possível compreender as transformações que os partidos ocidentais experimentaram se forem analisadas suas mudanças organizativas.¹⁸

O que ocorre é essencialmente o que Panebianco chama de “processo de estatização dos partidos”, no qual há uma preocupação quase exclusiva com a competição eleitoral. Ao analisar as causas do agravamento da crise de legitimidade, o autor exemplifica analisando o caso da Itália, onde esse processo foi muito evidente (associado às formas de financiamento dos partidos, escândalos políticos, ausência de controle por parte dos militantes do que foi arrecadado pelos partidos, fracionismo dos partidos, etc.) e os partidos perderam a credibilidade, burocratizaram-se e, assim, distanciaram-se de suas bases sociais.

Uma das conseqüências desse processo corresponde, ao enfraquecimento das organizações partidárias e declínio da participação eleitoral.

Declínio das Filiações e Crescimento da Desconfiança nos Partidos e nas Instituições Democráticas

A satisfação e a confiança dos indivíduos para com o sistema democrático e suas instituições, como dizem Freire e Magalhães (2002a, p.137), podem ter diferentes impactos sobre a participação eleitoral: os indivíduos mais insatisfeitos e desconfiados poderão ser também os mais alienados em relação ao sistema, não só participando menos nas eleições, como também recorrendo a outras formas de participação política, enquanto os indivíduos mais satisfeitos com o funcionamento da democracia e confiantes nas respectivas instituições políticas são os que mais votam.

No entanto, como afirma Meneguello (2003, p.346), um conjunto grande de análises internacionais vem mostrando uma tendência à constituição de um cenário adverso às instituições tradicionais partidárias e representativas, “marcado sobretudo pelo descrédito nos partidos, nas eleições e nos próprios governos como atores resposivos aos interesses do público”.

¹⁸ No seu clássico *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*, publicado originalmente em 1982 e traduzido no Brasil em 2005, Ângelo Panebianco desenvolve longamente seus argumentos. No caso das mudanças organizativas, ver especialmente a quarta parte, Cap. XIII e XIX (A mudança organizativa).

A mesma tendência declinante, diz a autora, ocorre para a confiança em instituições, sendo que “esses estudos apontam o declínio da participação eleitoral nas democracias consolidadas e a intensificação de formas mais participativas de ativismo político”.

Entre os estudos, baseados em pesquisas com ampla e consistente base de dados, que constata o declínio das filiações aos partidos e o crescimento da desconfiança em relação a estes, pode-se destacar Mair (1994), Nadas e Garcia (1996), Norris (1999), Mair e Biezen (2001) e Putnam (1996 e 2005).

Mair (1994), utilizando dados de 80 partidos em 20 países e privilegiando o estudo da organização interna dos partidos (relação com a sociedade civil, participação em governos, número de filiados, etc.), mostra que há efetivamente um crescimento da desconfiança em partidos (e políticos) em todos os países analisados.

Para o autor, o que parece estar em declínio é o partido de base. No entanto, os partidos continuam sendo fundamentais para constituição e direção dos governos e têm sido, de certa forma, fortalecidos, portanto, a ênfase no declínio partidário *tout court* pode estar mal colocada se não se levar em conta este aspecto.

Segundo o autor, se há um declínio nos vínculos entre os partidos e a sociedade civil - uma inegável redução de seu quadro de filiados -, há um reforço dos vínculos dos partidos com o Estado, ou seja, cresce o acesso dos partidos a cargos públicos, ao mesmo tempo em que o Estado dá os meios para garantir sua sobrevivência (fundos partidários, acesso aos meios de comunicação, etc.).

Em relação à organização interna, Mair mostra como, de maneira geral, a direção dos partidos passa a ser ocupada por políticos profissionais (detentores de cargos eletivos) ou seus representantes, havendo crescente distanciamento das bases, expresso na redução do papel dos filiados e militantes, ao mesmo tempo em que é dada enorme autonomia às direções partidárias. Existe, portanto, um enfraquecimento da democratização da vida interna dos partidos.

Embora constata o declínio da participação, para Mair o que parece caracterizar os partidos, no início dos anos 90, mais do que o declínio, é uma mudança ou adaptação dos partidos às novas formas de organização, mais distantes da sociedade civil, com menos filiados e com maior autonomia e centralização das direções partidárias, o que estaria na base do crescimento de “uma política antipartidos”.

Nadales e Garcia (1996) também constata a queda de confiança nos partidos políticos que, para eles, se insere numa tendência mais geral. Os partidos, em lugar de serem intermediários que poderiam traduzir a nível estatal a vontade política da sociedade, têm se convertido em “autênticos muros de separação entre os eleitores e os eleitos” e, assim, “fazendo atual a lei de ferro das oligarquias formulada por Michells” (NADALES e GARCIA, 1996, p.14).

Quanto ao estudo de Norris (1999), utilizando dados comparativos entre 18 países (Estados Unidos e países europeus), também constata a queda de confiança não apenas nos partidos, mas também em outras instituições, como Judiciário, Parlamento, polícia e a burocracia governamental, processo esse, segundo a autora, que vem acontecendo pelo menos desde o início dos anos 80.

Já o estudo de Mair e Biezen (2001) é resultado de uma pesquisa em 20 democracias europeias de 1980 a 2000 e mostra que não apenas o nível de membros dos partidos tem declinado continuamente, como também os partidos políticos na Europa têm perdido sua capacidade de engajar os cidadãos. O decréscimo é observado em relação tanto aos partidos políticos quanto a outras formas de mediação institucionalizada (igrejas, sindicatos, etc.).

Em relação a Putnam, podem ser destacados dois estudos. No primeiro (1996) utilizando o conceito de capital social (entendido como as formas e as redes de engajamento cívico), o autor analisa a Itália moderna e mostra a redução do que chama de “engajamento cívico”, por meio de um amplo conjunto de dados que indicam que a participação cidadã tem diminuído, o que pode ser observado em atividades tão diversas como associações, sindicatos e, claro, partidos políticos.

Em outro estudo, Putnam (2005) afirma, em relação aos partidos políticos, que “pesquisas recentes nos Estados Unidos e no Brasil revelam uma desilusão com partidos e políticos, uma tendência que parece se estender aos eleitores de outros países latino-americanos, da Europa, do Japão e da Índia”.

Para Putnam, além da conhecida queda no comparecimento às urnas, muitas outras formas de participação política também se reduziram significativamente, especialmente a partir dos anos 90, ao mesmo tempo em que a alienação política e a desconfiança nas instituições públicas aumentaram. Para o autor, o declínio da conexão

social constitui parte importante da explicação do declínio no comparecimento às eleições.

Moisés (2005b, p.34) afirma que essa desconfiança

Expressa atitude de descrédito ou desmerecimento de alguém ou de algo, embora, na democracia, alguma dose de desconfiança em instituições possa ser sinal sadio de distanciamento dos cidadãos de uma esfera da vida social sobre a qual têm pouco controle. No entanto, a desconfiança em excesso e, sobretudo, com continuidade no tempo, pode significar que, tendo em conta as suas orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições como algo diferente, senão oposto, aquilo para o qual existem: neste caso, a indiferença ou a ineficiência institucional diante de demandas sociais, corrupção, fraude ou desrespeito de direitos de cidadania geram suspeição, descrédito e desesperança, comprometendo a aquiescência, a obediência e a submissão dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social.

Em 2004, foi divulgado o relatório da Transparency International Global Corruption (www.transparency.org), revelando que em 62 países pesquisados, os entrevistados afirmaram que os partidos políticos eram as instituições mais afetadas pela corrupção, seguidos pelo Congresso, Polícia e Judiciário. Estes dados foram também reafirmados nos relatórios dos anos seguintes (2005 e 2006).

Whitaker (2005), comentando uma pesquisa financiada pelo Serviço Mundial da rede BBC, feita em 2005 pelo Instituto Gallup, que entrevistou mais de 50 mil pessoas em 68 países, “representando assim a visão de cerca de 1,3 bilhão de pessoas ao redor do mundo”, argumenta que, embora haja variações em relação aos países e regiões onde a pesquisa foi realizada, a constatação é que há um baixo nível de confiança nos políticos e nos partidos de uma maneira geral. A pesquisa mostra, por exemplo, que só 13% das pessoas confiam nos políticos - ou seja, os políticos representam a ocupação menos confiável - e 53% dos pesquisados acreditam que as eleições em seu país não são livres nem justas.

O que essas e outras pesquisas têm demonstrado é que as instituições vinculadas à democracia representativa (partidos, parlamentos, etc.) são as que possuem menor credibilidade. Isso ocorre não apenas nas democracias consolidadas, como visto, como também em países com regimes democráticos mais recentes, como é o caso da maioria dos países da América Latina o que se associa a outros fatores.

O Papel da Mídia

A influência da mídia sobre a democracia tem sido objeto de estudo de uma expressiva literatura. Qual o sentido geral das mudanças que os meios de comunicação impingem à democracia? Para Sartori (2001), o diagnóstico é pessimista: ao analisar os efeitos do que chama de videopolítica nas eleições, mostra como há uma personalização, que leva à despolitização do debate político, substituído pelo espetáculo. Segundo o autor, na essência, as eleições, especialmente as mais concorridas, como as presidenciais, são configuradas como um espetáculo (parte do *show business*), no qual a informação aparece apenas como um “resíduo”. Tudo isso, na sua ótica, põe em xeque a própria democracia.

Para Bourdieu (1997), numa abordagem mais geral sobre o papel da televisão, o que se busca é o espetacular, o sensacional, a dramatização dos fatos, o privilegiamento do que ele chama de “fatos-ônibus”, que agradam a todos, mas não tocam nos aspectos essenciais, relevantes. A tendência é a banalização, a conformação, a des-historização dos fatos, sendo que suas principais conseqüências é a despolitização. A forma como são conduzidas as campanhas eleitorais, privilegiando o *marketing*, especialmente através da televisão, é apenas conseqüência desse processo mais geral.

Também para Manin (1995), a mídia tem um papel muito relevante, substituindo os partidos. Para ele, o que tem sido entendido como “crise da democracia” é o declínio das relações de identificação entre representantes e representados e a mudança para um novo modelo político. De um modelo no qual a representação política tinha o predomínio do parlamento – e a relação representantes x representados não seria mais pessoal, mas intermediada pelos partidos, o que ele chama de “democracia de partidos”- para um novo modelo, o da democracia de público, no qual os partidos perdem essa condição, substituídos pela mídia.

Analisando o que chamou de metamorfoses do governo representativo, o autor mostra como, nos últimos dois séculos, ele passou por importantes modificações, especialmente durante a segunda metade do século XIX (com a expansão do sufrágio universal e a formação de partidos de massas).

No primeiro momento – que Manin denominou de democracia de partido -, o governo é do ativista e do líder partidário: o eleitor vota em partidos e não em pessoas e

os eleitos não são representantes livres para votar segundo sua consciência, mas estão presos aos partidos que os elegeram.

Num segundo momento, com a expansão dos meios de comunicação de massas, esse tipo de governo transforma-se numa democracia de público, em que ocorrem transformações importantes: há um processo de personalização da política (e, portanto, dos candidatos), com os eleitores tendendo votar mais em pessoas do que em partidos e, embora estes continuem sendo importantes, tendem a se tornarem instrumentos a serviço de um líder.

Na democracia de público, as campanhas eleitorais são caracterizadas pelo uso ampliado do *marketing* político, focando essencialmente a imagem do candidato e não dos programas partidários:

No passado, os partidos propunham aos eleitores um programa político que se comprometiam a cumprir, caso chegassem ao poder. Hoje, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens que projetam a personalidade dos líderes. As preferências dos cidadãos acerca das questões políticas expressam-se cada vez mais freqüentemente por intermédio das pesquisas de opinião e das organizações que visam fomentar um objetivo particular, mas não têm a intenção de tornar governo. A eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas. Por último, a arena política vem sendo progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores. O abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando (MANIN, 1995, p. 1).

Nesse sentido, há uma crescente racionalização da escolha eleitoral, com foco nos candidatos, em que eles se comunicam diretamente com os eleitores através da mídia, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias. Isso leva ao enfraquecimento dos partidos, que passam a depender mais dos líderes e estes, por sua vez, a depender da capacidade de domínio das técnicas midiáticas, com o uso intensivo do *marketing* político e das pesquisas de opinião, orientando os candidatos, sem levar em consideração os conteúdos programáticos e adaptando os discursos às expectativas do eleitorado.

Para Manin, os políticos não estão legalmente compelidos a se aterem à sua plataforma eleitoral em nenhum sistema democrático, ou seja, em nenhuma democracia existente os representantes estão sujeitos a obedecer disposições obrigatórias. Os eleitos, ao elegerem seus representantes, não contam com mecanismos institucionais para obrigar os ocupantes de cargos públicos eletivos a se manterem fiéis às suas promessas e/ou plataformas eleitorais.

Para Castels (2001), existe não apenas uma crise de representação, no sentido de que os representantes efetivamente não representam aqueles por quem foram eleitos, mas também, analisando o crescimento da abstenção e a diminuição da participação eleitoral na Europa, da própria democracia e, conseqüentemente, há uma clara crise de legitimidade.

As novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoletos o sistema partidário existente e o atual regime de concorrência política como mecanismos adequados de representatividade política na sociedade em rede. Isso tem levado à volatilidade eleitoral, ao desaparecimento gradativo dos partidos e à importância decisiva da mídia nos processos eleitorais. (...) a tendência global parece indicar ou confirmar, ao longo do tempo, a proporção decrescente de votos para os partidos (CASTELLS, 2001, p.407-408).

Quanto à crise de legitimidade, o autor afirma que um de seus componentes essenciais consiste na incapacidade de o Estado cumprir com seus compromissos como Estado de Bem-Estar, desde a integração da produção e do consumo, com um sistema globalmente independente e os respectivos processos de reestruturação capitalista (CASTELLS, 2001, p.401).

América Latina: entre a apatia e o desencanto democrático?

Na América Latina, constata-se de maneira geral, um descrédito das instituições democráticas, especialmente dos partidos políticos. É o que tem verificado, entre outros, o Instituto Latinobarómetro (www.latinobarometro.org) que, desde 1996, realiza pesquisa na região. Esse descrédito, como diz o Relatório do Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina (2005), está associado à crescente incapacidade dos partidos políticos de articularem e representarem os distintos setores da sociedade, levando, conseqüentemente à perda de credibilidade e legitimidade frente à cidadania e o aumento da alienação eleitoral.¹⁹

Segundo o diagnóstico do Relatório, há uma crise dos partidos, expressa na “desideologização, na desmobilização e na erosão de sua identidade coletiva” em que “os partidos políticos, na América Latina, deixaram de ser canais de intermediação dos interesses dos cidadãos frente ao Estado”.

Mais de 20 anos depois do início dos processos democráticos na região, segundo o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), existem cerca de 220 milhões de latino-americanos considerados pobres (o que corresponde a 43,2% da população) e 98 milhões de indigentes, confirmando a região como uma das mais desiguais do planeta, com o Brasil na liderança do *ranking*.²⁰

Como afirma o relatório do Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina (Idd-lat) (2005), da Fundação Konrad Adenauer:

¹⁹ Há uma expressiva literatura sobre o crescimento da alienação eleitoral na América Latina, especialmente da abstenção eleitoral. Na América Central, os dados disponíveis permitem afirmar que isso tem se constituído numa característica marcante das eleições na Nicarágua, Guatemala, Honduras, El Salvador, República Dominicana e Costa Rica. Ver, nesse sentido, Rodriguez e Mendez (1999), Rosário (2002) e Chamorro (2001).

Em relação à América do Sul, sobre a Colômbia, ver, Boudon (1998), Riza (1999), Gómez (2003), Daza (2006) e Anzola (2006). Sobre o crescimento da abstenção eleitoral na Venezuela, consultar Maignon e Sonntag (1996), Kornblith (1996), Amorim Neto (2002), Molina (2002) e Torres (2004). Em relação à Argentina, ver Vitullo (2001, 2002 e 2005), Fara (2002), Tcach (2002), e Mustapic (2002). Sobre o Chile, ver Epstein (2001), Frei (2000) e Navia (2004). Bolívia: Palma (2002), Ballivian (2003), e Garay (2005) e quanto ao Paraguai, Uruguai, Peru e Equador, ver Santos, W. (2002) e Nohlen (2004) e os respectivos Tribunais Supremos Eleitorais.

²⁰ Ver o relatório *Panorama Social da América Latina* de 2004, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), disponível em <http://www.ciberamerica.org>. Em relação às transições dos regimes autoritários na América Latina do Sul, há uma significativa literatura. Ver, entre outros, O'Donnell e Schmitt (1988) e Garretón (1997). Sobre democracia na América Latina, ver PNUD (2004).

Com efeito, durante finais dos anos 1980 e os primeiros anos dos anos 1990, o ressurgimento democrático em vários países da região fez prever que a América Latina se encaminhava para uma etapa de ordem institucional, paz social e crescimento econômico, porém a realidade se empenhou em demonstrar que aqueles anos de ilusão e confiança foram cedendo a um crescente descontentamento e desconfiança com a classe política, que se não logrou derrubar os pilares de sustentação da confiança na democracia, em alguns países, os tem debilitado ostensivamente.

Certamente, as causas desse processo são múltiplas e complexas, destacando-se, entre outros aspectos: o impacto da globalização; o crescimento da pobreza e da marginalidade; a desmotivação da militância política; a destruição das estruturas de intermediação partidária; e a perda de funcionalidade do sistema político – os partidos perderam a batalha, em âmbito tecnológico e social – para os meios de comunicação.

Assim, o retorno dos civis ao poder, se representou a volta à democracia política (ampla liberdade de organização partidária, eleições livres e periódicas, etc.), não significou um avanço na democracia social e as (justificadas) expectativas pós-ditaduras militares foram sendo progressivamente frustradas. Isso gerou crises políticas sucessivas, aumentou o ceticismo e a desconfiança nas instituições e nos políticos em geral e, em consequência, ampliou a abstenção eleitoral. A expressão *que se vayan todos*, ao que parece, sintetiza esse sentimento de frustração, significando um rechaço generalizado aos partidos políticos.

Boron (2001, p.179), analisando a crise dos partidos e os problemas enfrentados pelo Estado e pela democracia, na história recente da América Latina, e “as difíceis relações entre a reestruturação neoliberal em curso nos mais diversos países da região, com o funcionamento das instituições típicas do capitalismo democrático, que rapidamente se tornam obsoletas”, afirma em relação à participação eleitoral que:

Se a “oferta eleitoral” está viciada, é porque na realidade não apresentam alternativas reais, mas uma mera alternativa de nomes e partidos que respondem aos mesmos interesses fundamentais, então o silêncio do povo se consume dialeticamente no falatório dos comícios. Um resultado similar se obtém mediante a indução da apatia política, da persistente desvalorização da política e da esfera política que tem como efeito o retraimento dos cidadãos e a abstenção eleitoral.

O autor procura mostrar como, na América Latina, o neoliberalismo tem sido “um mestre na arte de desacreditar a política e o espaço público”, no qual a política passa a ser “o reino dos faladores, vagabundos, irresponsáveis, mentirosos e corruptos” e o Estado é dominado “pela ineficiência, pela irracionalidade e pela corrupção”.

Para Boron, um dos aspectos relevantes dessa expansão neoliberal é a forma como isso atinge o sistema partidário à medida que fragiliza o Estado, no qual as decisões mais

importantes são tomadas fora do sistema partidário e a representação política, cuja crise se expressa nos altos índices de abstenção eleitoral e de confiança na democracia.

Essa é também a interpretação de Vitullo (2005). Acorado na revisão de uma ampla literatura sobre o tema, além de pesquisas e dados do Instituto Latinobarómetro, ao analisar a trajetória dos níveis e tipos de participação político-eleitoral, ao longo dos últimos anos, o autor procura mostrar como o processo de fragmentação partidária, os votos nulos e em branco e o abstencionismo crescentes são reflexos, de um lado, da indiferença, rejeição e desconfiança dos cidadãos, diante dos partidos e políticos e, de outro, do agravamento da exclusão social, “que produzem as políticas econômicas excludentes e a piora das condições de vida de grandes setores sociais nestes países e que vão erodir a própria credibilidade e legitimidade das instituições da democracia representativa” (VITULLO, 2005, p.225).

Analisando as eleições legislativas de outubro de 2001 na Argentina (para renovação parcial da Câmara dos Deputados), o autor mostra como os índices de alienação eleitoral alcançaram “valores extraordinariamente elevados, nunca antes vistos na história eleitoral do país”. Nestas eleições, o chamado “voto bronca” ultrapassou os 4 milhões (4.508.883), só superado pelo partido Justicialista. Somados à abstenção eleitoral, representou 42,6% do eleitorado inscrito. Para Vitullo (2005, p.250- 251):

A rejeição à classe política e aos partidos se constitui num outro sintoma da crise que sofrem as instituições democráticas e, contribui para explicar por que uma porção importante do eleitorado “scolhe não escolher” e optou por dar outra função a seus votos (...) fica evidente o cansaço coletivo ante a persistente recessão econômica, o vertiginoso aumento do desemprego e os reiterados escândalos de corrupção nas altas esferas governamentais.

Essa rejeição expressa nas altas taxas de alienação eleitoral, não representa para o autor um voto contra o regime democrático, mas sim contra os mecanismos tradicionais de mediação e representação política.

O Crescimento da Desconfiança nas Instituições Democráticas

A crise dos partidos se reflete também no apoio à democracia na Região. Segundo o Instituto Latinobarómetro, entre 1996, quando iniciou suas pesquisas na América Latina (17 países), e 2000, o apoio da população à democracia e às instituições democráticas ficava em torno de 60% e a “satisfação com os governos” era de 37%. Em

2001, esses índices caíram para 48% e 25%, respectivamente, e em 2003, a proporção de confiança nos partidos políticos reduziu-se para apenas 14%.

Power e Jamison (2005), no ensaio *Desconfiança política na América Latina*, examinando o contexto, as causas e as conseqüências da desconfiança em relação aos políticos, procuram demonstrar que a baixa confiança é um dos aspectos de uma síndrome de desconfiança generalizada, que se associa ao fraco desempenho econômico na maioria dos países, escândalos de corrupção e uso instrumental das instituições políticas pelos governantes. Isso se expressa num apoio “fraco e desigual” à democracia na Região.

Schlegel (2006) afirma que avaliar os efeitos da desconfiança elevada e persistente, sobre a democracia, é uma questão relevante colocada hoje na agenda de pesquisa da Ciência Política na América Latina. Ao analisar a desconfiança nas instituições no contexto latino-americano, o autor mostra como a desconfiança em instituições e atores políticos pode contribuir para o desinteresse pela política e, em conseqüência, para a desmobilização dos cidadãos em termos de participação eleitoral.

A desconfiança institucional para Schlegel, tem relevância ainda que não represente ameaça direta à manutenção da democracia, mas “a desconfiança em instituições e atores políticos é indicador de baixa responsividade do sistema político, por isso configura um problema em si. Sobretudo porque há sinais de que afete outras dimensões que compõem o funcionamento democrático, diminuindo a disposição do cidadão para pagar impostos, participar de ações coletivas e votar”.

O’Donnel (1991), ao analisar os processos de transições na América Latina, mais especificamente os casos do Brasil, Peru e Argentina, utilizou o conceito de “democracias delegativas” uma “nova forma de democracia política”, cujas características principais são o enfraquecimento dos mecanismos representativos e a deteriorização da capacidade do Estado em regular conflitos, mostrando entre outros aspectos, como uma das razões da crise de credibilidade desses regimes é a distância entre o que os candidatos prometem e o que fazem quando eleitos. Ao fazerem isso, criam o que o autor qualifica como um “sistema de violação dos mandatos”, frustrando os eleitores e gerando conseqüências negativas em relação à democracia.²¹

²¹ Respuela (1992) afirma que se há algo que caracteriza a teoria democrática moderna tem sido a multiplicidade de modelos elaborados para caracterizar e descrever as democracias modernas: “modelos de democracia competitiva, pluralista, participativa, econômica, consociativa são alguns exemplos”. A origem dessas caracterizações, segundo a autora, pode se remeter às construções teóricas de Weber e

Os governantes pós-transição autoritária, que foram eleitos por via direta, não cumpriam o que prometeram em suas campanhas eleitorais, frustrando os eleitores e contribuindo para o descrédito dos políticos e dos partidos em geral.

Quando os fracassos se acumulam visível e repetidamente, o país se depara com um presidente amplamente execrado que, abandonando o dinamismo inicial, tenta meramente sobreviver no governo até o final de seu mandato. O período resultante de passividade e extrema desagregação das políticas públicas também não ajuda em nada a melhorar a situação do país (O' DONNEL, 1991, p.38).

Como afirma Przeworski (1998), essas democracias delegativas fundamentam-se na premissa de que quem ganha a eleição é autorizado a governar o país conforme suas conveniências. Tornam-se a “encarnação da nação” e principal fiador dos interesses nacionais, no qual o eleitor, depois de ter depositado o voto na urna, volta à condição de passividade anterior.

Falcoff (*apud* Norris, 2005, p.14) resume a situação da Região com base nos resultados de um *survey* do Latinobarómetro de 2001, realizado em 17 países da América Latina:

Há 15 anos, os latino-americanos falavam de democracia como se fosse uma cura mágica para todos os males. Hoje em dia este clima tende a inverter-se. Para muitos o problema parecia residir nos procedimentos através dos quais se elegem os líderes. Nessa pesquisa (Latinobarómetro) o único país da região onde se detectou um incremento de apoio à democracia foi o México (...) ainda assim, cresceu só um ponto percentual em relação à pesquisa anterior (passou de 45% para 46%). Em outros países, as cifras são muito mais perturbadoras. Por um lado, a maioria dos cidadãos aparentemente se subscreeve aos objetivos de uma sociedade democrática, por outro lado, tem pouca fé na capacidade de suas instituições de conduzir a sociedade aonde desejam ir.

Enfim, o enfraquecimento dos mecanismos representativos e a incapacidade do Estado não apenas de regular conflitos, mas de resolver os problemas sociais e econômicos, trazem como conseqüência um crescente desencanto com as instituições políticas e os políticos, de maneira geral. O fim do crescimento econômico, que caracteriza a maior parte dos países latino-americanos recém saídos de regimes ditatoriais, significou não apenas o descrédito dos partidos e dos governantes civis, como também uma queda do apoio ao sistema democrático, como constataam as pesquisas do Instituto Latinobarómetro.

Schumpeter e é nesse sentido que a autora faz uma crítica ao uso desse conceito (democracia delegativa) em O'Donnel, por não ser sequer original. Para ela, esse conceito não constitui uma novidade dentro da teoria da democracia e apresenta sérios problemas, tanto teóricos como empíricos, assim como considerá-lo um “tipo” diferente da democracia representativa. Não é nosso objetivo discutir a pertinência do conceito, apenas salientar um aspecto relevante na formulação de O'Donnel, que é ressaltar, nos países analisados, o enfraquecimento dos mecanismos representativos e a incapacidade dos respectivos Estados em solucionar os (graves) problemas econômicos e sociais.

Crise de Representação Política

Embora não seja objetivo deste estudo fazer uma ampla discussão sobre o problema da representação política, é importante situar como esta questão vem sendo discutida, por trata-se de uma espécie de “pano de fundo” em que se insere a alienação eleitoral.²²

Entendida aqui nos termos formulados por Pitkin (1985) e Monedero (2002), representação refere-se ao ato mediante o qual um representante – governante ou legislador – atua em nome de um representado para a satisfação, pelo menos em teoria, dos interesses deste, ou seja, “a representação aqui significa agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles” (PITKIN, 1985, p.209).²³

Nesse sentido, os representantes devem ter o direito e a possibilidade de controlar e exigir responsabilidades ao governante, através de mecanismos eleitorais institucionalizados. Ou dito em outras palavras: a representação supõe uma relação social em que existe um dominante que atua em nome de um dominado, na qual o representado pode controlar o representante não apenas e exclusivamente através de eleições periódicas. Ao discutir a questão da representação, Sartori (1968, *apud* MONEDERO, 2002) propõe diferenciar analiticamente três perspectivas da representação: a jurídica, a sociológica e a política.

A representação política, que interessa aqui, está ligada à idéia de controle e responsabilidade do representante: o representante o é porque se submete à fiscalização de seus representados. O eleito deve atuar com responsabilidade a respeito das exigências da cidadania que o sustentam, devendo lograr que se cumpram as exigências normativas dessa sociedade, de maneira que, se não são satisfeitas, lhe será retirada a confiança (MONEDERO, 2002, tradução nossa).

²² Para uma discussão aprofundada sobre o conceito de representação, consultar os trabalhos seminais de Hanna Pitkin 1985 e 2006. Para uma discussão mais atualizada, que inclui o debate sobre a América Latina, consultar Mella(2005 e 2006) e a revista *Lua Nova*, n.67, 2006 , O futuro da representação.

²³ Pitkin (1985), identifica vários sentidos da concepção de representação: a representação como autorização (que remete às formulações hobessianas de representação), a representação como responsabilidade e prestação de contas (accountability); a representação simbólica e a noção substancial de atuar por, ou seja, no interesse dos representantes. É o sentido adotado também por Monedero e com o qual concordamos.

Monedero, ao analisar a representação política do ponto de vista histórico, mostra como a irrupção da classe trabalhadora na arena política, através dos partidos de massa deu novo impulso à idéia de representação política:

O sufrágio universal (frente ao sufrágio censitário onde só participava a burguesia) e a organização sobre a exclusiva intermediação dos partidos quebravam os fundamentos teóricos da representação liberal que insistia em seus aspectos escassamente participativos. O parlamento perdia sua função de discussão pública em busca da melhor alternativa e se transformava em mero porta-voz de decisões tomadas fora de seu espaço (MONEDERO, 2002, tradução nossa).

Nesse sentido, os partidos políticos passam a ter uma importante função. No entanto, afirma Monedero, a “racionalização do parlamento” – que buscava a formação de governos estáveis – terminou por alijar a idéia de participação do funcionamento político da atual democracia representativa. Desta forma, segundo o autor, a democracia parlamentar, ideologicamente equiparada à democracia, limita a participação na emissão do voto, ficando a cidadania à margem das decisões relevantes, sendo que esta equiparação acrítica entre democracia e parlamento (...) deixa impotente a teoria para explicar as zonas obscuras do sistema e é um dos elementos de explicação da deteriorização do político que experimenta a cidadania ocidental no final do século XX (MONEDERO, 2002, tradução nossa).

Como salienta Duverger (1987), o sistema de representação é uma consequência lógica dos princípios de liberdade e igualdade, em que se sustenta a ideologia liberal. Se esse pressuposto é verdadeiro, é compreensível que o marco político da representação seja a democracia, na qual a representação constitui sua essência.

No entanto, como destaca Monedero, desde uma perspectiva histórica e teórica, a relação entre representação e democracia é problemática. Os representantes, em geral, não representam os interesses daqueles pelos quais foram eleitos e, ao mesmo, não há canais institucionais que permitam o controle dos representantes pelos representados, se circunscrevendo, basicamente, às eleições periódicas, em que os representados têm apenas a possibilidade de não renovar os mandatos dos que foram eleitos.

Martinez (2004) ao discutir a questão da crise de representação no início do século XXI, afirma que esse debate se remete pelo menos aos anos 60, quando se começou a falar em crise de representação política. Para a autora, é inegável que, se existe crise, os partidos continuamente acumulam recursos, porém - e esse é um aspecto relevante -, cada vez mais se distanciam dos eleitores, burocratizando-se.

Um dos elementos importantes para se compreender os partidos (e sua crise) consiste em analisar a expansão dos meios de comunicação de massas, que, entre outros aspectos, não só têm impactos nos processos eleitorais, como também permitem aos partidos emitir mensagens diretamente ao eleitorado, sem necessidade, portanto, de mobilizar seus eleitores e filiados. Além disso, os mecanismos de financiamento dos partidos, especialmente pelos grandes interesses privados e sem o controle de seus partidários, fazem com que os filiados se tornem cada vez menos necessários, mobilizados apenas nas campanhas eleitorais.

Para a autora, a crise de representação é a conjugação de vários fatores, que vão da perda de legitimidade dos partidos políticos e declínio nos níveis de identificação partidária, até a crescente volatilidade eleitoral. Tudo isso leva à diminuição da participação eleitoral.

Pont (1999) ao analisar a crise de legitimidade do sistema de representação, afirma que “É inegável que, na maioria dos países de democracia liberal, o sistema de representação vive um processo de crise de legitimidade, que se expressa na abstenção eleitoral, na apatia na fraca participação político-social e nos baixos índices de filiação partidária”.

Miguel (2003a, p.124), ao discutir a crise de representação política nas democracias ocidentais e propor o que chama de “teoria ampliada da representação política”, diz:

uma afirmação tão genérica, crise disseminada de representação política em novas e velhas democracias – é de difícil comprovação, mas creio que ela se sustenta sobre três conjuntos de evidências relativas ao declínio do comparecimento eleitoral, à ampliação da desconfiança em relação às instituições, medidas por surveys, e o esvaziamento dos partidos políticos. Os dados mais objetivos dizem respeito ao primeiro ponto: o aumento da quantidade de abstenções comparativamente às duas primeiras décadas do pós-guerra(...) e a tendência à redução do comparecimento às urnas).

O autor apresenta dados relativos a alguns países da Europa, ou seja, as democracias eleitorais consolidadas como Reino Unido, França, Itália, Suíça, Áustria e, em menor medida, Alemanha, Finlândia, Bélgica, Austrália, Portugal e Espanha.

O segundo aspecto, relacionado à diminuição dos índices de confiabilidade nas instituições, embora real, diz ele, “deve ser lida com cuidado”, uma vez que “é possível postular uma confiança baixa nas instituições representativas, mesmo nos países em que o comparecimento às eleições é elevado” (MIGUEL, 2003a, p.125).

Quanto ao terceiro conjunto de evidências a respeito da crise dos partidos, o autor menciona que:

Entre os motivos do esvaziamento são citados a burocratização de suas estruturas internas, o estreitamento do leque de opções políticas (...) em especial, as mudanças que a mídia eletrônica introduziu na competição eleitoral (MIGUEL, 2003a, p.125).

Para outros, como Oller (2003), mais do que crise de representação, há uma crise da política: o processo de globalização em que estamos imersos parece conduzir à crise da política, quer dizer, do sistema de representação cidadã sobre o qual se baseia a democracia moderna, afetando o modelo de democracia representativa vigente em meio a um processo de descrédito dos partidos e dos políticos, há uma “deserção cidadã” que se caracteriza pela escassa identificação com os partidos, falta de legitimidade dos partidos e altas taxas de abstenção eleitoral. Neste contexto, conclui a autora, a participação eleitoral se limita a legitimar um sistema que de fato se converte em uma *democracia censitária*.

Para Novaro (2004), a crise de representação política é uma tendência geral que afeta vários países do mundo. Na América Latina, em especial, atinge países que passaram por períodos ditatoriais e iniciaram o processo de transição e estabilização democrática na década de 80.

Em várias destas sociedades, há um processo de crise social e econômica que despertou sentimentos de frustração e decepção em relação às instituições políticas, favorecendo a emergência de lideranças personalistas (casos típicos do Peru, com Alberto Fujimori, Argentina com Carlos Menen e o Brasil com Fernando Collor), líderes carismáticos “relativamente autonomizados de seus partidos”, mas não das elites tradicionais de seus respectivos países.

Devido a essa crise, não há vínculos de identificação entre governantes e governados via partidos políticos, mas intermediados pelos meios de comunicação (a televisão, em particular). Isso leva à despolitização e permite que um sistema político com graves déficits de consenso e legitimidade continue funcionando.

O autor exemplifica analisando o caso da Argentina, cuja crise política associa-se ao agravamento dos problemas econômicos, iniciados pelo menos desde o final da década de 80. A expressão dessa crise política, a exemplo do que ocorreu em outros países, como Bolívia, Equador e Peru, foi a frustração das expectativas depositadas na transição democrática. Na Argentina, a transição iniciada por Raul Alfonsin, em 1983, levou a uma crise das identidades nacionais e a um certo esgotamento das tradições políticas nacionais (clientelismo e caudilhismo), no qual “os partidos majoritários não foram capazes de

adaptar seus comportamentos e costumes com os que haviam fracassado em outras oportunidades a uma conjuntura particularmente complicada” e muito menos de dar respostas adequadas às transformações produzidas nos anos anteriores na sociedade civil, na economia, no Estado e no contexto internacional.

Outro aspecto destacado por Novaro diz respeito ao fato de que os partidos perdem a importância diante de outras formas de mediação e produção de imagens, especialmente a televisão “agora a política se decide e se executa no âmbito *massmediático* onde atua novos atores (líderes, empresas, grupos de opinião etc.) através de mecanismos de mercadotecnia”.

Este é um aspecto significativo da crise de representação política: o fato de que, para triunfar eleitoralmente e estabelecer uma liderança sólida, é muito mais relevante a construção de imagem do que a organização dos militantes ou a apresentação de um programa partidário (que pode até ser um obstáculo).

Finalmente, Novaro destaca a relação existente entre a crise do Estado e da representação. À medida que se amplia a crise econômica, como no caso da Argentina e outros países, na qual o Estado se deteriora, assim como a sua capacidade operativa e financeira, os atores sociais são afetados, atingindo as organizações de massa e desarticulando os movimentos sociais, pois esse Estado, para enfrentar a crise, necessita de reformas, nesses governos expressam-se pelo “enxugamento” do Estado (e, portanto, na ampliação do desemprego), privatizando órgãos estatais, ampliando a desregulação estatal etc. É esse conjunto de elementos que caracteriza não apenas a sociedade argentina no início do século XXI, mas também outras latino-americanas.

Boudon (1998), no estudo sobre a crise dos partidos e da representação política na Colômbia, Venezuela e México, no início dos anos 90, procura mostrar como, nesses países, a queda de confiança nos partidos “a níveis sem precedentes” está associada ao aumento do absenteísmo eleitoral, que é expressão da rejeição ao sistema político e eleitoral.

Para o autor os partidos na América Latina fracassam enquanto mecanismos de representação, ou seja, a função de representação dos interesses da sociedade tem sido abandonada pelos partidos, “precipitando sua própria crise como atores centrais no processo político”.

Os partidos, cujas características são o personalismo – ou seja, são basicamente veículos eleitorais para um líder político – e o clientelismo – que opera nos esquemas de “votos de favores” - e por não possuírem enraizamentos sociais, transformam-se no que o autor chama de “partidos eleitorais”, significando aqueles que mobiliza seus filiados e/ou simpatizantes unicamente para eleições. Assim, esse tipo de partidos não é capaz de criar espaços para participação dos cidadãos, servindo apenas aos interesses de seus dirigentes.

Para o autor, a crise dos partidos políticos no contexto latino-americano é, antes de tudo, uma crise de participação, que tem se ampliado e se expressa na queda de confiança nos partidos e declínio da participação eleitoral, o que gera, também, uma crise de legitimidade.

Analisando as vicissitudes e obstáculos para a consolidação da democracia na América Latina, Carrion (1991) afirma que a queda do apoio à democracia ocorreu porque, nos processos de transição das ditaduras militares para a democracia, não houve avanço na dimensão da democracia social, verificando-se, ao contrário, uma involução, ou seja, o fracasso da democracia do ponto de vista do resgate da dimensão social.

Esta é também a compreensão de Parâmio (2005), ao analisar os processos de transição democrática na América do Sul. Segundo o autor, à medida que os governos da Região funcionavam sob a base de uma concepção delegativa da democracia, o fim do crescimento econômico, que ocorreu ainda na década de 90, significou não apenas o descrédito dos governos, como também uma queda do apoio à democracia. Para ele, se o apoio à democracia na Europa, por exemplo, é relativamente independente do que os cidadãos pensam sobre seus governos, na América Latina existe uma estreita relação entre ambas variáveis.

Há, portanto, um sentimento de frustração, de que as promessas dos regimes democráticos saídos de ditaduras militares não foram nem serão cumpridas. Esse aspecto, para Parâmio, é que pode fazer crescer a níveis imprevisíveis tanto os processos democráticos de seleção de governantes como a manutenção do governo democrático, e, nesse sentido, é um fator de crise da própria democracia.

Em outro texto, Parâmio (2003) ao analisar a crise da política e o futuro da democracia na América Latina, indaga: até que ponto a questão social é a chave para compreender o futuro da democracia na Região? Até que ponto a democracia pode assentar-se em sociedades marcadas por altos níveis de pobreza e crescimento das

desigualdades? O primeiro aspecto a ser considerado nesse sentido, segundo o autor, deve ser a capacidade dos regimes democráticos na Região para satisfazer as demandas dos eleitores. Têm conseguido? Ao que parece, não. E a frustração em relação a isso explica, em grande parte, o descrédito dos partidos e governos da Região.

A conclusão do autor é a de que os regimes democráticos, de maneira geral, passam por um processo de adaptação a duas mudanças fundamentais. Por um lado, as mudanças nos valores e demandas dos cidadãos, que, por sua vez, se relacionam com uma perda de peso dos partidos políticos e a identificação com eles: a conseqüente individualização da política provoca provavelmente uma visão mais crítica dos partidos e dos governos. Por outro, as mudanças na economia, que afetam as políticas e resultados possíveis dos governos, que assim têm mais dificuldade para satisfazer as demandas sociais e, sobretudo, para ajustarem-se às prioridades dos eleitores.

Estas mudanças explicam provavelmente a existência, em todos os países democráticos, de um clima de relativa insatisfação e desconfiança nos partidos políticos e nos resultados dos governos.

Esse clima mais geral, certamente, afeta as democracias latino-americanas, no entanto, o problema fundamental para a democracia na Região tem relação com fenômenos mais específico:

As limitações da oferta partidária e os resultados insuficientes dos governos nas novas circunstâncias criadas pela globalização dos mercados financeiros. O aparecimento de novos partidos e canais de representação dos interesses populares pode resolver o primeiro problema e conduzir a alternativas verossímeis frente à frustração dos eleitores. Porém o segundo remete a situações de desigualdades sociais e falta de desenvolvimento econômico seriamente agravadas desde a crise da dívida, especialmente nos países que têm conseguido realizar reformas estruturais ou que(...) não têm logrado entrar em um caminho de crescimento sustentado (PARÂMIO, 2003, tradução nossa).

Portanto, o que se constata no contexto latino-americano, é que se, por um lado, há um inegável crescimento dos processos democráticos pós-regimes militares (aumento do número de partidos, eleições livres, etc.), por outro, não ocorre o aprofundamento da democracia social, ou seja, a melhoria da situação de vida da população. São países que, como dizem Linz e Stepan (1999), analisando os processos de transição dos regimes autoritários que sofreram limitações impostas pelos militares e pela crise da dívida, em geral, associam sistemas multipartidários fragmentados com um presidencialismo no qual ocorre uma hipertrofia do poder Executivo, uma combinação, segundo os autores, pouquíssimo propícia a uma democracia duradoura. Certamente,

isso traz impactos no processo eleitoral e se insere no quadro mais geral de descrédito com os partidos políticos que, de maneira geral, parecem desvinculados da sociedade e, portanto, menos legítimos.

Ao se desvincularem da sociedade, se confundido com o Estado, esses partidos são os responsáveis pela crise de representação que, como diz Lessa (s/d), “não se limita a um conjunto de decepções entre eleitores e militantes e seus lemas partidários. Ela parece dizer respeito ao vínculo geral entre sociedade e o sistema político nacional, cuja virtude básica seria de buscar formas de proteção do tecido social nacional(...) e se é o executivo quem na prática legisla, transmite a população de que partidos e congressos são instituições deslocadas no processo decisório”.

Para Moisés (1994, p.82), o distanciamento entre a participação política e a resolução de problemas sociais cria uma sensação de impotência no eleitorado que, cada vez mais, sente-se alijado das decisões políticas. Daí, diz o autor, a apatia que se traduz no aumento da abstenção, o que, embora não seja específico da América Latina, mas também da maior parte das democracias políticas ocidentais, apresenta suas especificidades na Região, com seu histórico de experiências autoritárias e desigualdades sociais. Desta forma, é um campo mais fértil para o qual, como afirma Moisés, “abre-se espaço ao desencanto, à apatia e até à hostilidade em face de distorções que, muitas vezes, envolvem políticos e instituições democráticas.”

Jara (2006), analisando os marcos legais da participação na América Latina, tendo como base as Constituições de 19 países, assim como as leis de participação cidadã da Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Chile e Nicarágua, mostra como há uma série de pontos que indicam a problematização da participação cidadã institucionalizada. Para o autor,

A principal dificuldade que a Participação Cidadã Institucionalizada enfrenta é o contexto adverso em que se inscreve. Esse contexto se caracteriza por um questionamento geral dos sistemas de representação política, expresso em alto abstencionismo e descrédito dos partidos e instituições políticas (...), mas também das instituições judiciárias (JARA, 2006, p.362).

Em síntese, para compreender os altos índices de alienação eleitoral na América Latina, é necessário inseri-los numa perspectiva mais ampla, ou seja, no âmbito de uma crise não só da representação, como também para alguns autores (Parâmio), da própria política. Ela é, portanto, expressão da descrença nos partidos e instituições democráticas, do debilitamento da capacidade dos Estados nacionais de aprofundarem os processos democráticos nos respectivos países.

Para finalizar, diríamos que concordar com o diagnóstico da crise dos partidos e da representação política e perceber a existência de um amplo sentimento antipartido – que parece existir com força especial na América Latina - não significa negar a importância nem da política nem dos partidos e tampouco deixar de reconhecer que esse sentimento é usado de forma eficiente por oportunistas, que apelam para o antipartidismo (e mesmo a antipolítica) como forma de angariar simpatias entre as massas populares. Mas não há como desconsiderar que a política, como diz Antunes (2006), “concebida e praticada ao modo tradicional, encontra-se no fundo do poço. Do descrédito total ao parlamento (...) há bons indícios que justificam a descrença total nos caminhos da política”.²⁴

Por outro lado, não se pode desconsiderar também que, segundo determinadas perspectivas teóricas, os indivíduos que estão satisfeitos com o funcionamento da democracia e suas instituições são os que votam menos, porque confiam no sistema e, assim, o crescimento da alienação eleitoral, por exemplo, é considerado normal e compreensível. É o caso da teoria elitista da democracia e seus seguidores.²⁵

No entanto, como dizem Freire e Magalhães (2002a, p.16), se a predisposição para o uso do direito de voto for influenciada por desigualdades sociais e econômicas (como é o caso muito claro da América Latina), o que se coloca em questão é a própria igualdade política entre os cidadãos; e se ela está associada a um “desajustamento entre as opções políticas disponíveis e as preferências dos cidadãos”, então são as próprias instituições políticas reguladoras da oferta e da escolha política – os sistemas eleitorais e os partidos – que passam a estar em causa.

²⁴ A análise do autor é quanto ao voto nulo, em artigo que antecedeu a eleição de 01 de outubro de 2006 e analisa mais especificamente o caso do PT, no qual “o último grande argumento, usado para a ampliação daqueles que estão optando pelo voto nulo, é a constatação de que a esperança depositada no governo Lula escoou pelo ralo: o mais expressivo partido de esquerda do Brasil soçobrou vertiginosamente frente aos ditames e encantos da ordem dominante. Não ofereceu nem mesmo uma única opção de fato e contrária à pragmática dominante, que riscasse um pouco o receituário do superávit, ajuste fiscal, defesa dos bancos e finanças globais, incentivos aos capitais voláteis etc.”

²⁵ A teoria elitista da democracia considera a participação eleitoral como a única forma de participação política essencial em um sistema democrático e, portanto, o fato de percentual importante de cidadãos se manter fora do processo eleitoral não constitui um problema. Para Schumpeter (1984), um dos principais representantes da teoria elitista, a democracia é tão somente um mecanismo de mercado: os votantes são consumidores e as elites são portadoras da racionalidade política e os únicos sujeitos capazes de tomar decisões, cabendo aos indivíduos comuns terem sua participação limitada ao voto. Como diz Pateman (1992, p.160), a participação limitada e a apatia têm função positiva no conjunto do sistema ao amortecerem o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças.

CAPÍTULO III – PARTIDOS POLITICOS E CRISE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Os Partidos e a crise de representação

Em 2005, uma pesquisa intitulada “Cidadania, participação e Instituições Políticas: o que pensa o brasileiro?”, realizada pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea), da Fundação Getulio Vargas, na qual foram entrevistadas 1.522 pessoas, revelou que, entre as instituições, os partidos políticos tiveram a pior avaliação: 74% dos entrevistados os consideravam ruim/péssimos, seguidos pelo Congresso Nacional, com 63%. Apenas 3% classificaram os partidos políticos como ótimos.

Essa avaliação, como demonstram as pesquisas do Instituto Latinobarómetro, mostra que o Brasil apenas se insere no quadro mais geral do descrédito dos partidos políticos e das instituições democráticas.

No caso específico dos partidos políticos, esta avaliação não se circunscreve ao período recente, estando associada à histórica debilidade do sistema partidário. Parece acertado o diagnóstico de Mainwaring (1991 e 1999) e Lamounier e Meneguello (1986) de que os partidos políticos brasileiros são “singularmente subdesenvolvidos para um país que alcançou seu nível de modernização e que teve uma experiência prolongada (1946-1964) de democracia liberal”.

No livro *Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil* (1999), Mainwaring analisa o sistema eleitoral (suas leis e conseqüências), o sistema partidário e o processo de democratização no Brasil. A ênfase é o período de 1979 a 1996, no qual procura analisar as fraquezas históricas do sistema partidário (e de “alguns problemas subseqüentes à democratização do país”). Já em Lamounier e Meneguello (1986), o sistema partidário é analisado em perspectiva comparada, considerando o Brasil “um caso notório de subdesenvolvimento partidário”.

Para Mainwaring, o sistema partidário brasileiro é pouco institucionalizado. O autor procura investigar as causas da dificuldade de construir partidos consistentes e, ao mesmo tempo, os efeitos de sua fragilidade. Embora o estudo focalize uma época de ceticismo quanto à importância dos partidos, Mainwaring reafirma sua importância ao mesmo tempo em que analisa as conseqüências de uma fraca institucionalização partidária.

O autor apresenta três argumentos centrais sobre o caso brasileiro. Primeiro, o sistema partidário no Brasil tem baixa institucionalização, constituindo “um caso excepcional de fragilidade partidária”:

os partidos são fracos não apenas por comparação com outros países de renda média na América Latina – Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Uruguai e Venezuela – mas, até mesmo quando cotejados com os de nações pobres e de menor experiência democrática, como a República Dominicana (MAINWARING, 1999, p.33).

Segundo, o sistema partidário é pouco institucionalizado devido a três tipos de fatores: estruturais, “que impediram a criação de modernos partidos de massas até 1945 e ainda hoje criam obstáculos à sua institucionalização”; o fato de que as elites políticas e os líderes estatais organizam partidos para promover seus interesses; e o impacto da baixa institucionalização, que tem como uma de suas conseqüências as dificuldades dos presidentes da República em organizar apoio político mediante canais partidários.

Partidos fracos limitaram a representação popular, ajudando por esse meio a sustentar uma comunidade política elitista. Os políticos individuais se tornaram os principais veículos da representação, padrão que beneficiou as elites mais poderosas com as quais eles mantinham conexões. Os problemas criados pela fraqueza dos partidos também contribuíram para corroer a legitimidade democrática e dificultaram a *accountability*, isto é, a responsabilização política dos representantes e do governo, que se faz por meio dos partidos (MAINWARING, 1999, p.34).

Na análise do sistema partidário brasileiro, ao autor destaca, entre outros aspectos, a alta volatilidade eleitoral nas eleições presidenciais, cujos resultados “dão ao Brasil o título de sistema partidário mais volátil entre os países de grande e médio porte da América Latina, no que diz respeito às eleições para o Executivo” (MAINWARING, 1999, p.49).

A volatilidade associa-se a outros aspectos, igualmente danosos para o sistema partidário, como o sistema de listas abertas (eleições proporcionais), ausência de fidelidade partidária e as distorções da representação dos Estados.²⁶

Outro aspecto salientado por Mainwaring diz respeito à tendência da atuação individual entre os parlamentares brasileiros, que é reforçada pela legislação eleitoral. Ao estudar a influência do sistema eleitoral sobre o funcionamento dos partidos políticos e a enorme dificuldade para a construção de partidos fortes, o autor afirma que o incentivo ao individualismo - que caracteriza a atuação dos parlamentares -, associado a outros fatores, contribui para o enfraquecimento dos partidos.

²⁶ Sobre as distorções da proporcionalidade da representação dos Estados na Câmara dos Deputados, consultar Lima Jr. (1993), Nicolau (1996) e, sobre a volatilidade eleitoral, Nicolau (1998).

No caso específico da legislação, Mainwaring considera que o sistema proporcional de listas abertas, ao mesmo tempo em que dá ao eleitor uma grande liberdade de escolha diante da direção dos partidos, distorce a representação à medida que, pelas regras eleitorais, ele vota num candidato e pode, com seu voto, ajudar a eleger outro.

Nesse sistema, as vagas nas Câmaras Municipais e Câmara dos Deputados são primeiramente distribuídas entre os partidos e só depois entre os candidatos. Cabe à Justiça Eleitoral estabelecer um quociente eleitoral mínimo dos votos válidos para um partido eleger um representante. Assim, o sistema possibilita a eleição de candidatos com baixa votação, desde que um dos candidatos do partido seja bem votado, enquanto aqueles mais votados por outros partidos podem não ser eleitos, caso o partido não atinja o quociente eleitoral. Um exemplo desta distorção foi a eleição para deputado federal de Enéas Carneiro (Prona-SP), que teve 1,5 milhão de votos e ajudou a eleger mais quatro deputados com votações inexpressivas (um deles, por exemplo, teve apenas 673 votos).

Outro aspecto diz respeito às campanhas eleitorais, que se caracterizam por serem individualizadas, o que leva a disputa para dentro dos partidos (ou seja, candidatos do mesmo partido disputando votos e com campanhas individualizadas), fazendo com que a campanha eleitoral ocorra basicamente entre candidatos e não entre partidos.

E, aos eleitos, a legislação permite uma grande autonomia em relação aos partidos, uma vez que o mandato pertence ao candidato e não ao partido, e isso certamente repercutirá na sua atuação legislativa.

Essencialmente, segundo Mainwaring, esse conjunto de elementos, em que se associam o clientelismo, o patrimonialismo, a corrupção e o nepotismo, contribui para a fragilização dos partidos e põe em cheque a própria representação política.²⁷

Já o estudo de Lamounier e Meneguello (1986) mostra como, ao longo da história política brasileira, os partidos são descontínuos e débeis.

²⁷ Embora se concorde com esta interpretação, deve-se destacar, como o faz Baquero em *A promoção da valorização dos partidos políticos no Brasil via capital sócia I*(2005) que esta não é a única linha de interpretação sobre os partidos e os sistemas partidários. Baquero cita alguns autores que “têm apontado para um processo de institucionalização com indicadores os mais variados, como a análise das migrações partidárias, a estrutura organizacional dos partidos, o comportamento parlamentar, bem como as origens sociais, as formas de recrutamento e posição ideológica dos parlamentares brasileiros”

Essa descontinuidade diz respeito às distintas formações partidárias ao longo da história: da primeira formação no Império (1837 a 1889) à ampliação partidária pós-reforma eleitoral de 1985.

Inseridos numa compreensão mais ampla da formação social brasileira, os autores procuram estudar a debilidade partidária numa perspectiva histórica, expondo os limites de alguns modelos interpretativos. Para eles, um dos aspectos principais da formação do Estado no Brasil foi uma política deliberada de impedir o fortalecimento de partidos nacionais, levando à fragmentação e à atrofia dos partidos políticos.

Também é preciso considerar o peso do governo federal na economia e na administração do país, combinado com a forma federativa, que exerce poderosos efeitos desagregadores sobre os partidos, além de uma legislação eleitoral e partidária permissiva (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986, p.25).²⁸

Entre outros aspectos da permissividade da legislação eleitoral, está o que Moisés (2006) chama de “multipartidarismo exarcebado”, que estimula a dispersão das forças políticas e a troca de partidos por parlamentares, ou seja, a ausência de fidelidade partidária (no Brasil, especialmente depois do processo de redemocratização na década de 80, essa tem sido uma prática sistemática).

Na Câmara dos Deputados, a troca de partidos pelos parlamentares atinge cerca de 1/3 dos eleitos. Muitos trocam de partido antes mesmo da posse. Com o “multipartidarismo exarcebado”, o presidente eleito não consegue formar maioria no

²⁸ Em estudo posterior, reexaminando criticamente esta tese, Meneguello (1998) analisa a influência partidária nas políticas de governo no período de 1985 a 1997 e salienta o papel dos partidos “como agentes fundamentais dos processos decisórios e gestão da sociedade”, ou seja, os partidos exercem um papel central na organização e no funcionamento do poder Executivo. Analisa o peso parlamentar dos partidos e como esta tem impacto sobre a distribuição dos Ministérios, como a dinâmica governamental exerce influência na reorganização das forças do sistema partidário e a forma como se dá o critério regional da distribuição dos Ministérios (o peso da estrutura partidária regional). Tendo como referência o modelo de Governo Partidário, elaborado por Budge e Keman (1990), a autora analisa a participação dos partidos na composição dos governos federais do período, com o objetivo de elaborar indicadores “capazes de adequar o modelo teórico original ao estudo das especificidades do caso brasileiro”, concluindo que “os partidos figuram como agentes centrais do processo democrático, são elementos necessários à organização e ao funcionamento dos governos e retiram da dinâmica governamental recursos para o seu desenvolvimento” (MENEGUELLO, 1998, p.20).

Em termos de estudos sobre a América Latina, Sáez e Freidenberg, no artigo *Los partidos políticos en América Latina* (2001), argumentam que os partidos e o sistema de partidos na América Latina são mais estáveis do que em geral se supõe “Apesar da hostil recepção dos eleitores sobre os partidos, os sistemas de partidos apresentam certos níveis de estabilidade na América Latina, exceção de casos como Venezuela e Peru, que parecem ser mais exceção do que a regra.”. Os autores analisam três características sistêmicas dos sistemas de partidos no final do século XX: “formato numérico de partidos (que mostra uma certa tendência ao multipartidarismo), o nível de polarização ideológica (relativamente alto) e o apoio social que os mesmos recebem (variável que deve ser matizada pela consideração de uma série de indicadores)”.

Congresso Nacional e, como necessita de maioria para governar, mesmo que instável, possibilita as negociações entre governos e parlamentares, dando a esses, como diz Moisés (2006) “excessivo poder de barganha”.

Quanto à volatilidade eleitoral, Lima Junior (1983), entre outros autores, analisando a multiplicidade e a diversidade dos padrões regionais e estaduais, de distribuição das preferências partidárias, em que se constata a diversidade dos subsistemas partidários estaduais, mostra que o grau de fragmentação do sistema partidário parlamentar varia dentro de cada um desses subsistemas partidários.

Em outro estudo (1997), um trabalho coletivo no qual constam análises em relação aos Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, é indicada uma certa estabilização das preferências eleitorais, portanto, uma dinâmica de estabilidade e não de alta volatilidade.

De qualquer forma, como afirma Kinzo (2005), o sistema partidário brasileiro é um dos mais fragmentados do mundo e, segundo Linz e Stepan (1999, p.218) um sistema multipartidário fragmentado, juntamente com o presidencialismo, fornece uma combinação pouquíssimo propícia para o desenvolvimento de uma democracia.

Em relação à infidelidade partidária, Melo (2004), analisando a migração partidária na Câmara dos Deputados no Brasil, entre 1985 e 2002 (período em que ocorreram 1.041 trocas de legenda, envolvendo 852 deputados federais), mostra, entre outros aspectos, que essas mudanças de partidos, ao promoverem um afastamento entre o sistema partidário eleitoral e o sistema partidário parlamentar, comprometem a própria representatividade do sistema político brasileiro.

Assim, é possível compreender que, embora a democracia brasileira esteja relativamente consolidada (ocorrem eleições regulares, os resultados eleitorais são respeitados, há liberdade de organização partidária, etc.), as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiança dos cidadãos brasileiros, especialmente os partidos políticos. Como diz Moisés (2005b):

Pesquisas de opinião mostram que, apesar de seu apoio ao regime democrático per se, cerca de 2/3 dos brasileiros não confiam nos políticos, nos parlamentos, nos partidos, nos executivos e em serviços de saúde, educação, segurança e justiça. Surveys realizados pelo autor entre 1989 e 1993 revelam que a percepção negativa das instituições atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade e distribuição ecológica, influenciando sobre a disposição dos cidadãos para participar de processos democráticos como a escolha dos governantes.

Esse desencontro dos brasileiros em relação ao sistema democrático pode ser exemplificado com uma pesquisa realizada pela organização chilena Latinobarómetro,²⁹ que revela a frágil adesão à democracia no Brasil. Os dados são relativos à primeira pesquisa sistemática realizada pelo Instituto, em 1996, a qual foram entrevistadas 18.516 pessoas em 17 países.

No caso do Brasil, os dados revelaram, entre outros aspectos, que a confiança nos partidos políticos é baixa (43% afirmaram não ter nenhuma confiança nos partidos políticos e 82% têm “pouca confiança”).

Foram apresentadas aos entrevistados, três alternativas de escolha:

- a democracia é preferível a qualquer forma de governo;
- em certas circunstâncias um governo autoritário é preferível a um governo democrático;
- tanto faz um governo ser democrático ou uma ditadura.

Os dados dessa pesquisa revelaram também que apenas 37% dos brasileiros optaram pela democracia, ou seja, pouco mais de 1/3, representa ainda o menor índice de apoio ao regime democrático entre os 17 países pesquisados (no Uruguai, 78% dos entrevistados preferem a democracia a qualquer outra forma de governo).

Lagos (2000), analisando dados desta pesquisa (1996), comparou os níveis de confiança social dos países da América Latina com os europeus (World Value Survey) de 1990, constatando que os níveis de confiança nas nações latino-americanas, especialmente em relação às suas instituições, são muito baixos.

Comparados aos estudos realizados em fins dos anos 80 e início dos 90, os dados de uma pesquisa coordenada por José Álvaro Moisés (1995) confirmam que o Brasil “permanece num patamar incipiente nesse quesito”.

²⁹ O Latinobarómetro é uma instituição sem fins lucrativos, sediada em Santiago, no Chile, que tem o apoio de governos, empresas privadas, além do Bird, Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e que a partir de 1995 realiza *surveys* anuais, baseados em amostras por cotas de idade e gênero das populações urbanas de 18 países latino-americanos. O tamanho da amostra varia em cada país.

Cantarino (2005), ao comentar pesquisas realizadas pelo Instituto Latinobarómetro e o Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb),³⁰ a respeito do que os brasileiros pensam sobre a democracia, diz que:

Situações de crise política como as recentes denúncias de corrupção envolvendo membros da cúpula do governo federal, partidos políticos e deputados federais têm gerado avaliações sobre o estado do regime democrático no país: completados 20 anos do fim da ditadura militar, a democracia estaria, de fato, consolidada no Brasil? A tendência das avaliações é focalizar as instituições que compõem o sistema político formal tais como as eleições e os partidos políticos. Mas um fenômeno importante parece ser ignorado: o que os brasileiros comuns pensam sobre a democracia. Recentes pesquisas de opinião têm revelado a descrença dos brasileiros em relação à política e aos políticos. E, mais do que isso, o apoio incondicional à democracia tem sido posto em xeque.

Diante disso, o autor indaga: o que explicaria essa desconfiança dos brasileiros em relação às instituições democráticas e aos políticos? Sobre qual política e qual democracia os brasileiros estão falando nessas pesquisas? Quais seriam as conseqüências desse sentimento de desencanto generalizado?

Para responder a estas questões, Cantarino comenta as pesquisas. A realizada pelo Instituto Latinobarómetro é relativa a 2004 e refere-se a 17 países latino-americanos. O Estudo Eleitoral Brasileiro foi resultado de uma pesquisa realizada em 2002, após as eleições presidenciais.

As pesquisas do Latinobarómetro são realizadas desde 1996, com aproximadamente 19 mil entrevistas em 17 países latino-americanos. Analisando alguns dados das pesquisas, Cantarino afirma que os indicadores revelam certa ambigüidade dos brasileiros nas suas opiniões sobre a democracia: 56% não apoiariam, em nenhuma circunstância, um governo militar e, ao mesmo tempo, 54% apoiariam um governo autoritário caso ele resolvesse os problemas econômicos. E mais, “segundo o ESEB, para 80,4% dos entrevistados (2.513 pessoas de todas as regiões do país) a democracia, mesmo com problemas, é a melhor forma de governo (...), mas 62,4% estão pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia no país”.

Os dados indicam também certa involução no apoio à democracia. Em 1996, 50% preferiam a democracia a qualquer outra forma de governo, enquanto em 2004 esse índice baixou para 41% (o que significa afirmar que 59% apoiariam um regime autoritário). Os dados relevam também que para 65% dos entrevistados, “o país é governado por interesses dos poderosos que agem nos seus próprios benefícios”.

³⁰ Os dados, resultados e análise da pesquisa do Estudo Eleitoral Brasileiro (2002) estão disponíveis no Cesop (Centro de Estudos de Opinião Pública), da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP-SP. (<http://www.cesop.unicamp.br>).

Segundo Zovatto (2004), ao comentar o resultado do Latinobarómetro de 2004, “os latino-americanos crêem que suas democracias só beneficiam a uns poucos, porém não desejam um retorno às ditaduras” (apenas 29% estão satisfeitos com seu funcionamento). Para o autor, o apoio à democracia na região, que vinha se fortalecendo desde 2001 (quando atingiu o índice mais baixo), representa níveis inferiores aos registrados em 1996/1997, quando alcançou 62%.

Venezuela, Colômbia, El Salvador e Panamá são os países que apresentaram maior aumento de apoio à democracia, durante 2004, enquanto Costa Rica, Honduras e Nicarágua registraram redução.

Dos países da América do Sul, o Paraguai é o único com cultura política de apoio ao autoritarismo, “se bem que tal apoio também é relativamente alto no Equador e Peru”, onde também ocorreram as menores taxas de satisfação com a democracia.

No artigo de Cantarino (2005), há ainda uma referência às “causas e conseqüências da descrença dos brasileiros”, em que são entrevistados alguns pesquisadores. Para Marcello Baquero, “avaliar a atual cultura política brasileira, marcada pelo descontentamento dos brasileiros com as instituições democráticas implica analisar a crise da democracia representativa no país”. O país estaria, portanto, vivendo uma crise de representação política e um dos elementos seria justamente a incapacidade dos partidos políticos de agirem como mediadores entre a sociedade e o Estado, por estarem cada vez mais interessados na defesa de interesses privados.

Baquero (*apud* Cantarino, 2005) afirma que a conseqüência da crise de representação política que o Brasil está vivendo resulta num paradoxo: por um lado, busca-se o fortalecimento das instituições através de reformas políticas (tais como as que estão sendo propostas recentemente); e, por outro, procuram-se líderes políticos capazes de se impor às instituições. O resultado seria a descrença e a desconfiança cada vez maiores em relação a elas, cujo resultado é a vigência de líderes carismáticos, que contribuem para neutralizar e desacreditar essas mesmas instituições.

O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), cuja pesquisa foi realizada logo após o primeiro turno das eleições de 2002, indica que 62% dos brasileiros não estão satisfeitos com o funcionamento da democracia no país,³¹ sendo que 46% não votariam se o voto

³¹ Os dados do Latinobarómetro de 1996, indicaram em relação ao Brasil que, 36% dos entrevistados estavam “nada satisfeitos” com o funcionamento da democracia, 38,9% “pouco satisfeitos” e apenas 0,7%

não fosse obrigatório. Os dados ainda revelam que 54% não se lembravam mais dos candidatos em que haviam votado para deputados estaduais e federais, 71% afirmaram que os senadores e deputados federais não representam, ou representam muito pouco, o que pensam os eleitores e 83% disseram que os políticos são corruptos na maior parte do tempo “ou sempre”.

Em julho de 2005, em meio a vários escândalos de corrupção no Congresso Nacional, envolvendo parlamentares de vários partidos, incluindo do Partido dos Trabalhadores, o Instituto de Pesquisa Datafolha publicou os resultados de uma pesquisa, em que 49% da população brasileira afirmou não acreditar na existência de políticos honestos. Há um alto índice de rejeição ao Congresso, aos partidos e aos políticos em geral, bem como um crescimento do ceticismo e a erosão da confiança da sociedade em suas instituições e seus representantes.

Em editorial, jornal Folha de S.Paulo comenta os resultados da pesquisa:

Não há dúvida de que os escândalos de corrupção em curso, envolvendo representantes e líderes do PT e de diversas agremiações, contribuíram para a piora da avaliação(...) o percentual do desempenho dos congressistas é reveladora dessa tendência: subiu de 28% em dezembro de 2004 para 36% no último mês chegou na série histórica de pesquisas, ao seu patamar mais alto. E conclui: é fato que esse tipo de desprestígio é um fenômeno internacional. E basta olhar para a América Latina onde em diversos países manifestantes de rua adotam a palavra de ordem 'que se vayam todos' para marcar o amplo repúdio aos políticos.

Em outro editorial, “partidos em crise” de 04 de junho de 2006, volta ao tema. Ao comentar a campanha eleitoral presidencial de outubro de 2006, diz que:

Não há registro de um processo eleitoral, no ciclo recente de democratização, em que o papel dos partidos, enquanto vetores da representação popular, tenham estado tão apagados e relegados a segundo plano como agora. O descrédito do PT e a sua desarticulação só fizeram crescer com os escândalos de corrupção nos últimos meses (...) não há sinal de renovação na vida partidária. À diferença do que ocorreu em muitos países latino-americanos, o Brasil não passou por nenhuma crise institucional ligada à insuficiência de representação dos partidos nas últimas duas décadas (...) mas a sensação de quem olha a situação dos dois partidos (PT e PSDB) que renovaram a representação política no Brasil é de desalento (...) é triste constatá-lo, mas a democracia brasileira ameaça, nesse quesito, dar um passo atrás nas eleições de outubro.

Essa desconfiança, como visto, não é específica do Brasil. Estudos baseados em pesquisas mostram que o decréscimo da confiança nos políticos e nas instituições é uma tendência global, afetando não apenas as democracias mais recentes em países em desenvolvimento, como também aquelas consolidadas (PRZEWORSKY, 1998 e NORRIS, 1999).

estavam “muito satisfeitos”. Nesse sentido, entre 1996 e 2002, nesse item, houve uma involução no Brasil, ou seja, cresceu o número de pessoas que não estão satisfeitas com o funcionamento da democracia.

Como assinala Moisés (2005b):

Em âmbito mais amplo, o registro de mudança da atitude dos cidadãos diante das instituições públicas e, em especial, das instituições democráticas, originando ou aprofundando o fenômeno da desconfiança política em várias partes do mundo, foi documentada por extensa literatura desde os anos 80. A variação realmente dramática ocorreu nas democracias mais antigas como Estados Unidos, Inglaterra, França, Suécia e Canadá, onde pesquisas realizadas por mais de quatro décadas mostraram que a confiança em autoridades e em instituições públicas caiu sistematicamente, nos últimos 30 anos, invertendo a tendência de prosperidade econômica associada à tranquilidade política dominante entre o fim da II Guerra Mundial e os anos 60. Enquanto naquele período cerca de ¾ de cidadãos dos países mencionados mostravam-se satisfeitos, deferentes e confiantes em governos, instituições e burocracias públicas, na atualidade apenas 25% expressam essa atitude, reagindo criticamente a crises, escândalos e, principalmente, à deteriorização do padrão de funcionamento das instituições”. Nesses casos, as mudanças afetaram o comportamento dos cidadãos quanto a mecanismos básicos da democracia representativa como partidos e eleições. Caíram as taxas de identificação partidária, a mobilização dos eleitores por partidos, o comparecimento em eleições e o interesse por política nos Estados Unidos, Inglaterra e boa parte da Europa continental.

Para Meneguello (2005), a erosão da confiança no sistema representativo é um fenômeno que atinge as várias sociedades democráticas há pelo menos duas décadas.

Embora a democracia mantenha o estatuto de melhor forma de regime existente para a organização e o funcionamento da vida política dos vários países, a perda de credibilidade no parlamento, nos partidos em geral é uma tendência crescente. Dentre as razões desta falta de confiança e descrédito, a percepção de que as instituições são ineficientes para responder às demandas da sociedade, e de que as motivações de grande parte dos políticos são meramente individuais e egoístas concentra as principais críticas dos cidadãos.

Embora não haja consenso em relação às interpretações das causas e conseqüências da descrença dos brasileiros em relação à democracia e suas instituições, nem mesmo em relação às propostas de fortalecimento das instituições através de uma reforma política (como a exigência de fidelidade partidária, restrições a nomeações para cargos públicos, financiamento público de campanhas eleitorais, etc.) o que se pode constatar são os elevados índices de insatisfação com o funcionamento da democracia e a incapacidade do Estado brasileiro de responder às demandas das sociedades.

Não por acaso, nas crises mais recentes em vários países latino-americanos, os manifestantes adotaram a palavra de ordem “que se vayan todos” para expressar o amplo repúdio aos partidos e aos políticos que os representam.

Para Baquero (2000, p.15-16), “a análise da bibliografia sobre partidos políticos, globalmente, sugere que eles estão em crise em todo lugar; que estão se tornando mais pragmáticos na captação de apoio eleitoral, através da diminuição da ênfase ideológica, e que partidos de governo estão saindo da moda”.

A tese central do autor é de que, se é verdade que a crise dos partidos é antiga e global, no caso da América Latina, os resultados dessa crise são diferenciados e têm impacto adverso no processo de construção de identidades coletivas, na constituição de instituições fortes e, conseqüentemente, na governabilidade.

Embora considere que os partidos são imprescindíveis numa democracia representativa, o autor constata que os partidos, especialmente na América Latina, “atravessam grave crise de credibilidade e legitimidade, o que, ao contrário do que acontece nos chamados países desenvolvidos, pode comprometer o futuro democrático dessa região” (BAQUERO, 2001b, p.37).³²

O argumento central é de que os partidos não conseguem se institucionalizar como agregadores eficientes e alternativos das demandas populares e se constituírem como mecanismos eficientes e legítimos de intermediação política: a diminuição do interesse dos cidadãos em participar da política, para o autor, “parece reforçar práticas imediatistas e esporádicas, crise de representação política”. Nesse sentido, as eleições, em geral, não por acaso, caracterizam-se pela apatia e desencanto.

No caso do Brasil, Baquero (2001b,) no estudo *Cultura política participativa e desconsolidação democrática*, se propõe a avaliar “se, de fato, os avanços no campo formal da política têm sido suficientes para gerar uma base na qual esteja se desenvolvendo uma cultura política democrática e participativa”. O argumento central do autor é que, embora tenha havido uma modificação nas atitudes e no comportamento dos brasileiros em relação à política, na essência “os brasileiros continuam a desacreditar nas instituições que constituem o pilar da democracia representativa“. Para o autor:

Observa-se uma adaptação das instituições democráticas a uma prática de uso de procedimentos antidemocráticos que pervertem a representação política, gerando dúvidas e incertezas sobre o futuro da democracia. Isso se verifica não no sentido de favorecer retrocessos institucionais ou rupturas profundas, mas na institucionalização de atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado de coisas (Baquero, 2001b, p.98).

Numa análise mais ampla, do que o autor chama de “resgate de alguns fatores de caráter histórico-estrutural”, ele procura demonstrar como as crenças e os valores em relação à política foram condicionados e como se deu a institucionalização de uma cultura política fragmentada e de desconfiança e dos elevados déficits de capital social. Para Baquero (2000, p.149) “as atitudes de desconfiança e desencanto com as instituições,

³² O autor desenvolve esses argumentos em especial no Capítulo V - Crise de mediação política na América Latina: o declínio dos partidos políticos.

particularmente com os partidos, se dão num sentido de desvalorização concreta dessas instituições, gerando uma cultura política claramente personalista, no sentido estrutural”.

O autor afirma, ainda, que os partidos têm se transformado em empresas eleitorais que substituem as formas mais orgânicas de participação e mobilização dos cidadãos, sendo muito mais veículos de grupos de interesses, sem uma base social mais ampla. Como consequência desse processo, alteram-se também as formas discursivas dos partidos, em que predomina o estilo pragmático, tecnocrático e instrumental. A política é, nesse sentido, reduzida e fetichizada à dimensão econômica e consumista (BAQUERO, 2000, p.166).

É essa também a compreensão de Ricci (2006), no artigo O ocaso dos partidos, em que mostra como os partidos se transformaram “em imensas máquinas de tipo empresarial em busca do voto”:

Não por outro motivo, grande parte dos brasileiros que assistiram aos depoimentos de dirigentes partidários envolvidos diretamente nos inúmeros casos de corrupção que assolaram a política nacional nunca havia nem sequer visto de relance as figuras de administradores que, de fato, movimentam fortunas, articulam negociações e acordos, definem e conduzem empresas de marketing político, comandam o cotidiano partidário. Os partidos brasileiros não representam mais o cotidiano do homem simples, justamente porque seu cotidiano é outro, definido pelo corpo administrativo partidário, escondidos nos escaninhos absolutamente ignorados até mesmo da grande imprensa. Como são os administradores (mais do que os líderes que se candidatam aos cargos públicos) que dirigem o cotidiano partidário, o militante vai se tornando uma figura folclórica, saudosista.

Analisando os partidos políticos no contexto latino-americano, diz Baquero (2000, p.170):

Os partidos no poder se mostram incapazes de resolver os principais problemas sociais e isso tende a se agravar no contexto latino-americano como a vigência de medidas de ajustes neoliberais que se orientam no sentido de reduzir a expansão dos gastos públicos e do crédito afetando diretamente o aumento do desemprego e a queda do poder aquisitivo da classe média, o que, por sua vez, aumenta o número de pessoas no mercado informal. Essa situação cria um clima de incerteza e frustração em relação às instituições políticas, incidindo diretamente no seu descrédito.

No artigo Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? (1999), comentando a pesquisa feita pelo Instituto Latinobarómetro de 1995, no qual há dados referentes à confiança nos partidos políticos que são “ilustrativos do desprestígio dessas organizações”, Baquero (1999, p.26-27) afirma que os dados devem ser contextualizados dentro dos parâmetros histórico-estruturais dessas instituições, ou seja, embora a desconfiança nas instituições seja um fenômeno global, no caso da América Latina, “essa dimensão atitudinal é altamente negativa para a construção de uma cultura política democrática, em vista dos antecedentes históricos, nos quais existe

claramente uma relação de hostilidade e indiferença entre eleitores e representantes partidários”.

O que o autor procura demonstrar é a existência de uma crise de representação política e o declínio dos partidos no Brasil, que se expressam, entre outros fatores, na incapacidade dos partidos de agirem como mediadores entre a sociedade e o Estado, na alta volatilidade eleitoral, na pouca disciplina partidária, em um Executivo hipertrofiado (no qual o uso e abuso de medidas provisórias fragilizam ainda mais os partidos) e um sistema eleitoral responsável pelo esvaziamento da participação política (à medida que estimula o eleitor a votar em candidatos e não em partidos, gerando um comportamento antipartidário).

Para o autor, a consequência da crise de representação política é o crescimento da descrença e desconfiança nas instituições. Se os partidos políticos são importantes num regime democrático, seu fortalecimento não é condição única para a consolidação da democracia.

A consolidação democrática não depende unicamente da existência de partidos ou de um sistema partidário institucionalizado e forte. O desempenho econômico, a cultura política, os padrões de desenvolvimento histórico, a intensidade das desigualdades econômicas e sociais, bem como a dependência externa num contexto da globalização, são algumas das variáveis relevantes em qualquer análise de construção democrática (BAQUERO, 2000, p.153).

O Papel da Mídia no Brasil

Não é objetivo deste trabalho fazer uma ampla revisão da literatura sobre o tema no Brasil. Com diferentes perspectivas, a relação mídia e política tem sido objeto de numerosos. Estudos.³³. Pretende-se situar, brevemente, o papel da mídia no processo de queda de confiança nos partidos e seu impacto nos processos eleitorais.

Para alguns autores, a diminuição da confiança nos partidos (e nos políticos), de maneira geral, sugere questões importantes sobre as bases de legitimação e as perspectivas do regime democrático. É o caso de Porto (2000), que, num estudo sobre a crise de confiança na política e suas instituições, o papel dos meios de comunicação e a

³³ Entre os autores, podem ser destacados Rubim e Azevedo (1998), que estabelecem um mapeamento dos principais trabalhos sobre o tema, Mattos (1994), Rubim (1989, 1994 e 2004), Rubim e Azevedo (1989), Azevedo (1998 e 2006), Lima (1990, 1996, 2001 e 2006a), França (1999) – que também estabelece o que se pode chamar de “estado da arte” sobre o tema até então -, Miguel (1999, 2002), Chaia (2000a, 2000b, 2000c e 2004), e Aldé (2004).

democracia no Brasil, indaga: que tipo de relação existe entre esta queda da confiança na política e a legitimidade democrática? Em que medida o descrédito da política e suas instituições, como os partidos, o parlamento e a classe política, inviabiliza a consolidação do regime democrático?

Para o autor, o descrédito põe grandes obstáculos à consolidação da democracia, pois “não se pode falar da constituição de bases legítimas e estáveis para a democracia em um cenário de crise de confiança na política e suas instituições”.

No seu diagnóstico, uma das causas mais importantes do atual cenário de rechaço à política e suas instituições é o caráter explicitamente antipolítico dos meios de comunicação: “o rechaço da política e suas instituições pelo público está diretamente relacionado com a atitude dos meios de comunicação no campo político”.

Assim, a mídia seria indutora da desconfiança política, ou seja, os meios de comunicação teriam um viés não apenas antipolítico, mas também antidemocrático, uma vez que contribuem para criar nos cidadãos uma imagem negativa da política e dos políticos, ajudando desta forma a erodir os fundamentos da legitimidade democrática.

Em relação aos processos eleitorais, a mídia tem tido papel cada vez mais importante. No caso do Brasil, pode-se afirmar que, especialmente a partir das eleições presidenciais de 1989 – quando começou a se conformar um campo de estudo sobre mídia e política – ela passou ser um elemento decisivo, especialmente com o uso intensivo do *marketing* político e eleitoral através da televisão.

Para muitos autores, o *marketing* – que tem um crescimento extraordinário a partir de 1989 no Brasil – tornou-se peça-chave das eleições e tem provocado efeitos devastadores nas antigas formas de se fazer política. Os comícios, por exemplo, que outrora constituíam uma das principais formas de mobilizar os eleitores, não têm mais a mesma relevância (embora sobrevivam), substituídos pelo *marketing* na TV.

Embora não haja consenso em relação aos impactos da mídia na política e em especial nos processo eleitorais, parece que isso tem levado ao enfraquecimento das organizações partidárias e ao fortalecimento da personalização da política, criando condições favoráveis para ampliação do voto definido em função de atributos simbólicos dos candidatos (bom desempenho no vídeo, simpatia, enfim, o primado da imagem) e não em propostas programáticas consistentes.

Isso contribui para a fragilização dos partidos políticos? Parece que sim. No entanto, alguns autores, como Dias e Albuquerque (2002), num trabalho em que analisam o processo de construção da imagem dos grandes partidos envolvidos na campanha eleitoral de 2002 no Brasil, ao discutirem a idéia de que os meios de comunicação de massa têm substituído os partidos em uma série de aspectos (como na formação da opinião pública, etc.), concordam que há uma verdade nesse sentido, mas afirmam que, “sob certas circunstâncias, o uso dos meios de comunicação como recurso político pode servir como fator de fortalecimento e não de enfraquecimento dos partidos políticos”. Assim, no caso do Brasil, “é no mínimo prudente estabelecer uma correlação positiva entre o aumento da importância dos meios de comunicação e o declínio dos partidos políticos”.

O exemplo dado pelos autores é “o crescimento, regular e sistemático do PT nas últimas duas décadas”. No entanto, como o trabalho foi escrito antes das eleições presidenciais de 2002, resta saber se, com os escândalos que atingiram os principais dirigentes e alguns parlamentares do partido em 2005 – nos quais a mídia teve um papel destacado em sua divulgação –, essa perspectiva se mantém nas eleições de 2006.

Lima (1990, 1996, 2001 e 2006a) é outro importante estudioso da mídia no Brasil. Em seus trabalhos, o autor, entre outros aspectos, procura mostrar como existe um reconhecimento crescente da importância da mídia em relação ao processo político e à construção da hegemonia no Brasil, era que a mídia se transforma em território e objeto privilegiados das disputadas pelo poder político hegemônico, “fonte primeira das incertezas com relação ao futuro do processo democrático”.

O autor, ao analisar a tese de que a mídia está exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos (“não significando com isso”, salienta, “que os partidos políticos estejam sendo substituídos ou excluídos da mídia, mas sim que estão sendo suplantados por ela em muitas de suas funções tradicionais”), afirma que:

No Brasil, embora a crise dos partidos seja tema de controvérsias, existe razoável consenso sobre a histórica inexistência de uma tradição partidária consolidada. Torna-se, assim, mais fácil o exercício pela mídia de algumas das tradicionais funções dos partidos, como por exemplo: construir a agenda pública (agendamento); gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar as ações de governo; exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população. A ocupação desse espaço institucional pela mídia é apontada como uma das causas da crise generalizada dos partidos em diferentes sistemas políticos. Além disso, atribui-se à preferência da mídia pela cobertura jornalística dos candidatos, e não dos partidos, uma crescente “personalização” da política e do processo político, que estaria sendo representado como uma disputa entre pessoas (políticos), e não entre propostas políticas alternativas (partidos). Desta forma, o espaço de atuação partidária estaria diminuindo cada vez mais (LIMA, 2006a, p.56-57).

Para o autor tanto esta como outras teses a respeito das relações entre a mídia e política não devem ser tomadas como imutáveis “um erro comum é acreditar na eterna onipotência da mídia”. O próprio autor (2001) defende a concepção segundo a qual “existe sempre a possibilidade de ações contra-hegemônicas que - umas com mais, outras com menos sucesso – enfrentam o enorme poder da mídia” (LIMA, 2006a, p.62).

Em síntese, o que se quis salientar aqui é o papel crescente da mídia na política, num cenário que alguns autores chamam de o fim da era dos partidos no modelo de governo representativo, ou seja, de uma crise de intermediação e representatividade sócio política, concordando com a avaliação de Porto (2000), no sentido de que contribui para o descrédito dos partidos e das instituições democráticas.

Para finalizar, poder-se-ia considerar correto o diagnóstico do declínio dos partidos no plano mais geral e, em especial, na América Latina: o que parece caracterizar os partidos políticos, salvo raras exceções, é sua fragilidade. Isso tem implicações em termos de participação eleitoral, porque sua fragilidade institucional e pouca inserção social, associada à forma como exercem o poder quando chegam aos governos, levam a um crescente descrédito, expresso no declínio das filiações, no crescimento da desconfiança e no desencanto indicado nas pesquisas, não apenas em relação aos partidos, mas também às instituições democráticas (como o parlamento, Judiciário, etc.).

No caso do Brasil, compartilhamos com os autores que defendem a concepção de que, historicamente, os partidos constituem instituições frágeis e pouco institucionalizadas, além de existir, de fato, uma crise de representação política.

Em relação ao papel da mídia, em especial sobre os processos eleitorais, é inegável sua importância. Uma cobertura mais ampla certamente contribui para uma maior participação, o que se procurará demonstrar com as análises das eleições presidenciais de 1989 a 2002.

CAPITULO IV – COMPORTAMENTO ELEITORAL NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns estudos sobre o comportamento eleitoral no Brasil. Não se pretende apresentar e discutir toda a produção teórica sobre o assunto, nem reconstituir a história, rica e complexa, dos esforços de suas explicações. O intuito é apresentar alguns estudos considerados relevantes para a compreensão do nosso objeto de estudo, destacando, portanto, os aspectos que dizem respeito à alienação eleitoral.

Na revisão de parte expressiva da literatura sobre o tema no Brasil, Castro (1994) faz uma distinção entre duas diferentes perspectivas: os estudos descritivos e os explicativos. Os primeiros referem-se a eleições específicas, em momentos e locais determinados. Seu objetivo é analisar esses eventos, tratando-os, na maior parte das vezes, como acontecimentos particulares.

Já os estudos explicativos classificam-se de acordo com o tipo de variável principal enfatizada na análise: fatores sociológicos, psicossociológicos e institucionais (CASTRO, 1994, p.63).

Na revisão crítica que faz dos distintos trabalhos destas perspectivas, com o objetivo de “explicitar da melhor forma possível os principais diagnósticos e interpretações a respeito do eleitor brasileiro, feitos na produção teórica e principalmente acadêmica”, Castro mostra como há autores cujos trabalhos podem fazer parte de mais de uma dessas correntes. São os casos, por exemplo, de Lamounier (1980) e Soares (1961, 1964 e 1973), que articulam argumentos utilizando tanto a perspectiva sociológica como a psicossociológica e institucional.

Os estudos descritivos, ao analisarem o comportamento eleitoral circunscrito, basicamente, a fatores de ordem conjuntural, não podem ser ignorados, uma vez que são importantes enquanto “registro histórico do processo eleitoral e do comportamento dos eleitores e porque sistematizam uma série de informações e dados que podem ser utilizados em análises voltadas para corroborar proposições teóricas mais amplas a respeito do comportamento eleitoral” (CASTRO, 1994, p.63).

A autora situa a produção sobre comportamento eleitoral no Brasil basicamente a partir de 1945. Perspectiva que também adotamos neste trabalho.

Estudos Eleitorais

Os estudos eleitorais baseados em dados empíricos só aparecem, no Brasil, a partir da década de 40, com os trabalhos pioneiros de Orlando de Carvalho. O autor publicou pelo menos duas obras importantes: *A crise dos partidos nacionais* (1950) e *Ensaio de Sociologia eleitoral* (1958), que se tornaram referências para análises posteriores.

Na classificação de Castro (1994), esses trabalhos são chamados de “estudos descritivos”, que utilizam dados empíricos (resultados eleitorais agregados) e como salienta a autora, embora não tenham um tratamento teórico e metodológico mais sofisticado, constituem importantes contribuições sobre processos e comportamentos eleitorais no Brasil.

Em 1956 foi publicado o primeiro número da *Revista de Estudos Políticos*, que se tornou um espaço importante para divulgação de pesquisas e estudos sobre comportamento eleitoral, quer no plano municipal, quer nas análises de eleições nacionais.³⁴

No início da década de 60, surgiram os primeiros estudos de caráter sociológico, que, utilizando dados agregados, procuram inserir a problemática do comportamento eleitoral em termos teóricos mais gerais, como, por exemplo, as inflexões dos processos de urbanização e industrialização. Nesse caso, os dados eleitorais são analisados em contexto mais amplo, como o avanço do capitalismo, que é acompanhado por mudanças estruturais, como a industrialização e a urbanização, possibilitando a manifestação de clivagens sociais no apoio de camadas do eleitorado – classes sociais ou estratos diferentes – a determinados partidos e candidatos. Um desses estudos pioneiros é o de Soares *Classes sociais, strata sociais e as eleições presidenciais de 1960* (1961).

Segundo essa perspectiva, o comportamento eleitoral depende da integração dos sujeitos na hierarquia social, ou seja, há uma relação entre o comportamento eleitoral e as categorias socioeconômicas dos indivíduos.

Castro (1994) destaca dois tipos de estudos sociológicos:

³⁴ A *Revista Brasileira de Estudos Eleitorais* foi fundada por Orlando de Carvalho, em 1956, na Universidade Federal de Minas Gerais. Sua publicação foi interrompida em 1998, com a morte de seu fundador. Voltou a circular a partir de 2004, vinculada à Faculdade de Direito da UFMG.

- aqueles baseados em dados agregados, destacando-se os trabalhos de Aziz Simão (1956),³⁵ Gláucio Ary Soares (1961, 1964, 1973 e 1984), Bolívar Lamounier (1980), Fabio Wanderley Reis (1976), Helgio Trindade (1975), Maria D'alva Kinzo (1988), Antonio Carlos Alkmin Reis (1991);
- aqueles baseados em *surveys*, nos quais se destacam Cintra (1968), Reis e Castro (1992) e Lima Jr.(1978). Embora, como salienta a autora, haja estudos que utilizam tanto dados agregados como *surveys* (Soares e Lamounier, por exemplo).

Para fins de nossa pesquisa, nosso interesse é saber como esses e outros autores analisaram a alienação eleitoral.

No livro *Sociedade e política no Brasil* (1973), Soares analisa os resultados das eleições tanto presidenciais como legislativas de 1945 a 1962, constatando que havia uma correlação positiva entre indicadores de desenvolvimento socioeconômico – como a urbanização, níveis de alfabetização e renda *per capita* – e a proporção de votos nos partidos reformistas.

O estudo dos resultados eleitorais de 1945 até 1962 demonstra claramente a existência de estreitas relações entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção e a penetração eleitoral dos diferentes partidos. Estas relações são particularmente íntimas no caso de partidos com uma clara ideologia de classe, como o PCB (SOARES, 1973, p.230).

O autor defende a importância de considerar fatores como o desenvolvimento econômico na determinação da forma como se desenvolve o processo político e eleitoral, embora saliente sem que se advogue um rígido determinismo infra-estrutural. Assim para Soares (1973, p.215):

A escolha de um candidato é fortemente dependente da preferência partidária. Evidentemente, a escolha de um candidato não é um fenômeno abstratamente individual, desvinculado de toda relação social: tanto a referência partidária quanto a percepção das qualidades dos candidatos estão inseridas numa estrutura supraindividual cujas bases sócio-econômicas em geral, e de classe em particular, são fundamentais na determinação do comportamento dos indivíduos. O desenvolvimento das forças produtivas é, portanto, de importância fundamental para a compreensão do comportamento político, em geral, e das preferências partidárias, em particular. Atrás do caráter aparentemente individual de muitas decisões políticas como a de votar em um candidato de um partido, há uma infra-estrutura sócio-econômica que as sobredeterminam.

Uma de suas teses em relação ao período analisado é a de que havia um processo de ampliação do apoio aos partidos reformistas e trabalhistas e o declínio dos partidos

³⁵ O estudo de Aziz Simão, O voto operário em São Paulo, foi publicado em 1956 na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e procura mostrar que houve uma correlação entre ocupação dos eleitores e o voto. A base dos dados foi a eleição de 1947 para a Assembléia Legislativa de São Paulo. Ao analisar os dados, ele mostra, por exemplo, que os votos dados ao Partido Comunista do Brasil foram mais expressivos nas áreas de maior concentração operária, enquanto a votação do PSD/UDN era maior nos bairros mais ricos da cidade.

conservadores, embora em 1962 os partidos conservadores ainda fossem majoritários, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

A explicação para esse declínio dos partidos conservadores e crescimento daqueles reformistas é de que estava havendo um processo de transformações na estrutura da sociedade brasileira, resultado dos processos de urbanização e industrialização.

Sobre a abstenção, votos em branco e nulos, o autor analisa apenas dados relativos à eleição de 1966:

Há razões de sobra para pensar que, em 1966, boa parte dos votos brancos e nulos representava votos de oposição ao regime e aos interesses conservadores representados pela Arena. Por outro lado, houve uma campanha eleitoral *efetiva* a favor do voto em branco: por outro lado, as correlações com variáveis estruturais indicam uma semelhança relacional entre a votação obtida pelo MDB e a votação em branco, sendo elas, duas formas de um protesto político não violento (SOARES, 1973, p.62).

Pelos dados do autor, houve aproximadamente 3 milhões e meio de votos em branco e nulos, representando, por um lado, oposição ao regime e, por outro, “efetivamente apatia, desinteresse e pouca preparação eleitoral”. As elevadas correlações negativas entre a votação obtida pela Arena e os votos nulos, bem como as altas correlações positivas entre algumas variáveis como a urbanização e os votos nulos, sugerem que esses votos, mais do que os brancos, representavam uma forma de oposição ao regime.

No livro *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*, analisando dados de eleições de 1945 a 1978, Soares (1984, p.15), mostra que os fatores macrosociológicos são as principais influências sobre o comportamento dos eleitores: “os dados disponíveis, tanto de *surveys* quanto ecológicos indicam que a posição de classe e a consciência de classe tiveram uma forte influência na determinação do comportamento de votação e das preferências eleitorais”.

A tendência de declínio dos partidos conservadores, observada no pré-1964, continuou especialmente a partir de 1976 (eleições municipais) e 1978, com o crescimento do MDB e a diminuição dos votos e das bancadas da Arena. Para o autor, essa tendência se manifestava a despeito das mudanças nas instituições políticas e partidárias e relacionou essa mudança à composição do eleitorado, “que seria cada vez mais urbano e mais jovem, com maior participação de votantes das classes menos favorecidas, devido à urbanização e à extensão do voto a esses setores” (SOARES, 1984, p.53).

Segundo o autor, são três clivagens que influem sobre a estrutura partidária: a de classe; rural *versus* urbana; e a familiar.

Em relação à clivagem rural *versus* urbana, os dados eleitorais relativos ao período de 1945 a 1962 indicam uma correlação positiva entre urbanização, por exemplo, e os votos do PTB, enquanto o PSD era um partido basicamente rural.

A clivagem familiar (ou intrafamiliar) é de fundamental importância para se compreender como se dá o comportamento eleitoral, especialmente em áreas rurais e mesmo municipais, onde determinadas famílias controlam os votos não apenas de seus membros, mas também de suas áreas de residência.

Essas clivagens são determinantes, mesmo quando ocorrem modificações no sistema partidário (como em 1965 e 1979), porque elas não se alteram, havendo, no caso, adaptações às novas formas de lutas político-partidárias (exemplo: nas áreas rurais, a reorganização das elites na Arena, entre 1965 e 1979, e mesmo no MDB, para o mesmo período).

Nessa obra, além de reafirmar a relevância dos aspectos socioeconômicos para a compreensão do comportamento eleitoral, o autor afirma que há também fatores institucionais, associados a fatores psicossociológicos, atitudinais e cognitivos: “a identificação *subjetiva* com uma classe social também é um determinante importante da preferência partidária”.

Em obra posterior, *A democracia interrompida*, Soares (2001a, p.315-316) retoma o tema da alienação eleitoral, afirmando mais especificamente sobre a abstenção, que:

No Brasil esse debate teve repercussão limitada fora do mundo acadêmico, mas era muito relevante dentro da ciência política brasileira. O que se pensava ser uma decrescente participação eleitoral, medida pela abstenção, foi tomado como um indicador-chave tanto da falência do sistema partidário quanto da necessidade de sua reformulação (...) esse debate foi ampliado, passando a incluir o crescimento da abstenção entre 1945 e 1962. A inclusão da abstenção, que crescera aceleradamente até 1958, gerou uma polêmica a respeito de uma despolitização que nunca aconteceu. Ironicamente, a meu ver, essa polêmica foi a respeito de um “fato” inexistente. Realmente, a abstenção cresceu rapidamente entre 1945 e 1955, tanto em termos absolutos quanto relativos, e baixou drasticamente em 1958, voltando a crescer entre 1958 e 1962. Entretanto, as características do registro eleitoral foram deixadas de fora. Não havia recadastramento automático, nem baixa automática de qualquer tipo de registro eleitoral. Portanto, quem se registrava como eleitor ficava como eleitor. Ora, um número considerável de eleitores morre cada ano, mas não havia baixa dessas mortes no registro eleitoral: os mortos continuavam registrados para votar e, segundo indicam alguns dados, certo número continuava votando. A maioria, contudo, não votava, mas continuava figurando na lista dos eleitores, aumentando artificialmente a abstenção. A polêmica original permaneceu válida, mas sua ampliação e a inclusão da abstenção ignoraram o recadastramento de 1958.

Em seguida, o autor salienta que o fator educacional é de fundamental importância em relação à participação eleitoral, sendo que os dados (abundantes), inclusive de pesquisas realizadas no Brasil, mostram que a participação política e eleitoral aumenta

com a educação. Assim, os novos eleitores participavam menos do que os antigos, além de cometerem mais erros, aumentando a taxa de votos nulos.

Para o autor, os votos em branco e os nulos não têm o mesmo significado que a abstenção, embora não trate nem da abstenção (e/ou tentativas de explicação) nem dos votos em branco. O que ele procura explicar são os votos nulos.

E grande parte dos votos nulos, segundo Soares, deve-se a erros, “sempre considerada possível mais ocasionalmente não levada a sério”, e à confluência de quatro fatores: a complexidade da cédula eleitoral; os relatórios verbais e não-sistemáticos dos mesários, que apontavam grande número de erros; à alta porcentagem de erros nas zonas eleitorais mais pobres; e à diferença entre os resultados das pesquisas de boca-de-urna (maiores) e os resultados oficiais (menores) de candidatos populistas nessas zonas.

Portanto, nas eleições em que a cédula eleitoral foi mais complexa, uma porcentagem desconhecida (mais que se julga elevada) dos votos nulos é devida a erro. Antes da cédula única, o erro deve ter sido menor.³⁶

Quanto à urbanização, o autor mostra que, nas eleições de 1970 (na qual a Arena teve uma expressiva vitória), a correlação entre os votos nulos e a urbanização foi mais alta do que entre o MDB e a urbanização. “Os resultados eleitorais sugerem que parte substancial da oposição ao governo militar preferiu votar em branco ou inutilizar o voto a votar num partido criado pelo próprio governo militar” (SOARES, 2001a, p.317).

³⁶ De 1945 (quando há um recadastramento eleitoral) até 1955, era permitida a confecção de cédulas pelos partidos e candidatos, que entregavam aos eleitores a quem cabia apenas colocar nas urnas, ou seja, o eleitor recebia as cédulas já impressas (no mais das vezes, pelos cabos eleitorais), com o respectivo nome dos candidatos. Isso significava realmente uma menor possibilidade de erros. Depois de 1955, foi estabelecida uma distância mínima entre a mesa apuradora e a cabine eleitoral e também foi estabelecido um novo título de eleitor, no qual constava, pela primeira vez, a foto do eleitor e a respectiva seção eleitoral. Quando houve o recadastramento, foram eliminados milhares de eleitores inscritos (duplo registro, mortes, etc.) e, conseqüentemente, nas eleições seguintes, a taxa de comparecimento foi maior e houve um decréscimo de eleitores: em 1955 havia 15.086.125 eleitores e, em 1958, 13.774.462, tendo a população crescido de 58.150.767 (em 1954) para 62.250.094 (em 1958).

Em 1962 foi introduzida a cédula oficial, ou seja, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral e, até 1986, quando houve um novo recadastramento, era comum a fraude e a não retirada dos mortos dos registros eleitorais, o que aumentava o número de eleitores “aptos” a votarem, aumentando artificialmente o número de eleitores.

A partir de meados dos anos 80, houve um crescimento expressivo de partidos e de eleitores (ampla liberdade de organização partidária, o voto facultativo para os que tinham entre 16 e 18 anos e a partir de 70 anos, o direito de votos aos analfabetos, etc.), e a informatização e o controle mais rígido da Justiça Eleitoral; Houve também mudanças na cédula eleitoral, tornando-se mais complexa: cabia ao eleitor escrever o nome ou o número do candidato e, a partir de 1996, o uso da urna eletrônica, que, nas eleições gerais de 2002, atingem praticamente os 100% dos eleitores. A introdução da urna eletrônica causou um impacto significativo, especialmente quanto aos votos nulos e em branco.

No conjunto, os dados analisados por Soares referem-se às eleições de 1945 até a década de 1970. Portanto, é preciso separar os dois períodos: de 1945 a 1964 e o das eleições de 1966 a 1978 (período em que ele analisa), havendo também uma variação no que diz respeito à determinação do voto. Se nos estudos anteriores existe a predominância dos fatores sociológicos como explicativos, o autor incorpora também, em sua análise, fatores psicossociológicos e a teoria da escolha racional.

É o caso do artigo *En búsqueda de la racionalidad perdida: algunos determinantes del voto en el Distrito Federal*, no qual Soares (2001, p.105, tradução nossa) defende a racionalidade como fator explicativo. “Sem dúvida, perdendo ou ganhando as eleições, não há como abandonar a racionalidade como fator explicativo”.

A pesquisa foi realizada pouco antes da eleição para governador em 1998, no Distrito Federal, através de uma amostra aleatória estratificada. O objetivo do autor é demonstrar que existe correlação entre avaliações de distintas políticas públicas, cuja magnitude não segue um padrão de relação com os níveis educativos “e constitui um excelente preditor das preferências do voto para a eleição a governador”. Para o autor, a investigação pré-eleitoral de 1998, no Distrito Federal, demonstra a existência dessa racionalidade.

Em relação ao período 1945-64, há também o importante estudo de Lima Junior (1983) que examina o funcionamento do sistema multipartidário e sua mudança ao longo do período estudado. “Na verdade, o que havia eram três subsistemas partidários claramente diferenciáveis: um sistema bipartidário, um sistema multipartidário moderadamente fragmentado e um sistema multipartidário altamente fragmentado” (LIMA JUNIOR, 1983, p.30).

Em relação especificamente aos votos em branco e nulos, o autor mostra seu crescimento em relação tanto às eleições presidenciais quanto a pleitos legislativos, o que “indica uma insatisfação crescente com o sistema partidário” (LIMA JUNIOR, 1983, p.56).

Outro aspecto diz respeito às diferenças entre eleições presidenciais e legislativas: os votos em branco e nulos representaram menores percentuais em eleições presidenciais, o que revela que a insatisfação com o sistema partidário foi mais claramente demonstrada nas eleições legislativas do que nas presidenciais (LIMA JUNIOR, 1983, p.56).

A tabela 3 apresenta os dados sobre abstenções, votos em branco e nulos relativos às eleições presidenciais de 1945 a 1960.

Tabela 3
Abstenções, votos brancos, nulos e alienação eleitoral nas Eleições Presidenciais no Brasil: 1945-1960

Anos	Abstenções	Votos brancos	Votos nulos	Alienação eleitoral
1945	1.446.201(18,48%)	70.328 (1,18%)	65.614 (1,09%)	21,76%
1950	3.200.160(27,94%)	211.433(2,56%)	145.473 (1,76%)	32,26%
1955	6.146.232(40,32%)	161.852(1,78%)	310.185(3,41%)	45,51%
1960	3.001.978(19,31%)	423.346(3,38%)	473.727(3,78%)	26,47%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Como se pode observar na Tabela 3, entre 1945 e 1955, houve crescimento progressivo da taxa de alienação eleitoral, especialmente da abstenção e dos votos nulos, passando de 21,76% em 1945, para 45,51%, em 1955 e diminuindo para 26,47% em 1960. A explicação para a redução no último ano é que, em 1958, houve um recadastramento eleitoral e foram eliminados do cadastro muitos eleitores que haviam morrido e continuavam na lista, assim como um controle maior por parte da Justiça Eleitoral, dos eleitores inscritos por municípios, reduzindo assim a possibilidade de ser inscrito em mais de um município, o que aumentava artificialmente o total de eleitores aptos a votarem.

Na eleição de dezembro de 1945, Eurico Dutra (PSD) foi eleito com 3.251.507 votos, enquanto a alienação eleitoral correspondeu a 1.582.430 eleitores.

Em 1950, a alienação eleitoral (3.557.665) foi quase igual ao número de votos obtidos pelo candidato vencedor, Getulio Vargas (3.849.040).

Em 1955, pela primeira vez, a alienação eleitoral (6.681.296) superou (mais do que dobro) o número de votos do candidato eleito, Juscelino Kubitschek (3.077.411), correspondendo ao maior índice, proporcional, registrado entre 1945 e 2002.

Nas eleições de 1960, Jânio Quadros obteve pouco mais de cinco milhões de votos, enquanto a alienação eleitoral chegou a quase quatro milhões.

O Período Pós-1964

As primeiras eleições diretas para presidente da República, depois do golpe de 1964, ocorreram em 1989, portanto, 29 anos depois da última eleição direta (1960). De 1965 – quando, através do Ato Institucional n.2, os partidos foram extintos e criados a Arena e o MDB – até 1989, a ditadura permitia (sob controle e constrangimentos legais) a realização de eleições para vereadores, prefeitos (exceção das consideradas “Áreas de Segurança Nacional”), deputados estaduais e federais e senadores. Os governadores passaram a ser eleitos a partir de 1982.

Nesse período, há dois momentos distintos: de 1966 a 1970, quando o partido governista (Arena) venceu as eleições em todo o país; e a partir das eleições de 1974, quando ocorreu um crescimento do MDB, partido de oposição.

No primeiro momento (1966 a 1970), houve expressiva taxa de alienação eleitoral (o que, para alguns autores, naquelas circunstâncias, era interpretado como voto de protesto) e, no segundo, nas eleições de 1974, 1976 (municipais) e 1978, registrou-se crescimento do voto oposicionista, com o MDB obtendo vitórias importantes.³⁷

Em termos de estudos sobre o comportamento eleitoral nesse período, destacam-se, como representativos, três livros importantes: *Os partidos e as eleições no Brasil*, organizado por Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier (1976), *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*, organizado por Fábio Wanderley Reis (1978) e *Voto de desconfiança*, organizado por Bolívar Lamounier (1980).

Deste conjunto de trabalhos, destacam-se as pesquisas e os textos de Bolívar Lamounier. No artigo *O voto em São Paulo, 1970-1978* o autor analisa o comportamento eleitoral na cidade de São Paulo, relativo às eleições de 1970, 1974 e 1978, para Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado, propondo-se a abordar e explicar os determinantes do comportamento político a partir de certas clivagens que se formam na sociedade. Para o autor, o comportamento eleitoral, enquanto manifestação da “opinião pública”, é um fenômeno em que se agregam diferentes interesses e percepções, sendo necessário identificar formas em que esta “opinião pública” se estrutura, “buscando estabelecer as diferentes linhas de clivagens que acabam por se encontrar no resultado das urnas uma expressão mais simples”.

³⁷ Para mais detalhes sobre esse processo, consultar Diniz (1990) e Abrúcio (1998), especialmente o cap.II.

Para fins de análise, Lamounier dividiu a cidade no que chamou de “regiões sócio econômicas”, agrupando distritos hierarquicamente segundo as condições de vida e serviços urbanos disponíveis, e constatou que os votos dados ao MDB e Arena “acompanham de perto a ordenação sócio-econômica das oito áreas”. A conclusão é de que a votação no MDB foi tanto maior quanto menor a renda familiar e quanto mais precárias, de um modo geral, as condições de vida das diferentes áreas (LAMOUNIER, 1980, p.30).

Em relação aos votos em branco e nulos, o autor considera que existe uma ênfase exagerada ao conteúdo de protesto, que tem contribuído para obscurecer duas outras questões: as restrições impostas pelo regime ao fluxo de comunicações durante as eleições e, independentemente delas, as dificuldades de uma parte da população no ato de votar.

Na análise dos dados das eleições legislativas de 1970 e 1978, Lamounier propõe que os votos em branco e nulos sejam decompostos: uma parte seria o protesto contra a ditadura (especialmente nas áreas urbanas e mais desenvolvidas); outra corresponderia à dificuldade de votar (deslocamento para as urnas, etc.) e uma terceira seria referente à desinformação. Afora isso, há de se considerarem os erros ao votar e a anulação deliberada do voto.

Sadek (1989) também se filia a essa concepção. Num estudo sobre a interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo, a autora faz uma retrospectiva das eleições em São Paulo de 1974 a 1986, mostrando as correlações entre o voto no MDB (e PMDB pós-reforma partidária de 1979) e fatores de ordem estrutural.

Analisando dados sobre grau de urbanização e população economicamente ativa, a autora verifica a correlação entre os votos no MDB e indicadores de desenvolvimento, com maior número de votos no partido em regiões mais desenvolvidas, populosas e urbanizadas do Estado.

Outro estudo que procura mostrar a relação entre situação socioeconômica, contexto político e comportamento eleitoral é o de Trindade e Cew (1975), na pesquisa sobre padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. Ao tratar das eleições de 1970 e 1972 no Rio Grande do Sul, utilizando dados agregados, os autores demonstram que os votos nulos e em branco – sem analisar a abstenção eleitoral, que sempre foi maior do que a soma desses dois tipos de votos -, tinham uma

tendência de crescimento, chegando a dobrar entre 1950 e 1962 (3,5% e 6,4%, respectivamente).

Depois de 1964, com a ditadura militar e a extinção dos partidos em outubro de 1965 e a formação do MDB e da Arena, nas primeiras eleições legislativas, em 1966, houve expressiva vitória da Arena. Em 1970 e 1972, a Arena também foi vitoriosa, elegendo a maioria dos deputados e vereadores, mas, para o autor, esta vitória “não pode ser dissociada do crescimento dos votos brancos e nulos que evoluiu de menos de 5% em 1968 para mais 15% em 1970, originários da campanha pela anulação do voto de segmentos da oposição gaúcha” (TRINDADE e CEW, 1978, p.161). O índice dos votos brancos e nulos nesta eleição foi de 18,1%.

O crescimento dos votos brancos e nulos, em quase $\frac{3}{4}$ dos municípios, era tipicamente do partido governista e não da oposição. Este fenômeno foi nítido, em 1976, em Porto Alegre e Caxias do Sul, onde a Arena cresce sem que o MDB decresça pela simples transferência dos votos brancos e nulos “nas eleições de 1976, embora o MDB mantenha quase o mesmo nível de votação de 1974, provavelmente o voto branco e nulo desta última eleição era provocado por eleitores da Arena que retornaram a votar na legenda nas últimas eleições municipais” (TRINDADE e CEW, 1978, p.162).

Havia, portanto, também um componente político, que tinha a ver com a conjuntura (a ditadura militar, a resistência da oposição, etc.), relacionada ao tipo de eleição que, no seu entender, “era crucial para compreender o fenômeno”.

Trindade (1978) em outro estudo analisa os padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul entre 1950 e 1974 e, examinando a distribuição dos votos pelas regiões do município de Porto Alegre, agregadas segundo critérios de homogeneidade socioeconômica, o autor mostra como havia diferenças expressivas na distribuição dos votos.

Nas eleições analisadas, os votos em branco e nulos evoluem de forma diferenciada entre os diversos bairros da região. Para ele, a maioria destes votos provém não dos bairros periféricos e suburbanos, mas sim dos bairros centrais de classes médias e altas: “o fenômeno dos votos nulos e brancos que nas eleições de 1966 e 1970 tendiam associar-se ao eleitorado do MDB ou dos bairros de classe baixa, nas eleições de 1974, ao contrário, esta tendência transfere-se significativamente para a Arena ou dos bairros de classe baixa e alta” (TRINDADE, 1978, p. 189).

Essa tendência também é verificada quando se classificam os municípios em termos da proporção de sua população nas áreas urbanas e rurais, no período de 1966 a 1974: quanto mais rural é a estrutura populacional dos municípios mais forte era a Arena, e, inversamente, quanto mais urbana mais forte o MDB.

Assim, o MDB poderia ser caracterizado como um partido essencialmente urbano (venceu eleições nesse período na maioria das cidades com população acima de 50 mil habitantes).

Essa é também a conclusão de Kinzo (1988) que analisa os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados e Senado de 1966 a 1978, por tamanho de cidade e região. O MDB obtinha mais votos nas áreas mais urbanizadas e industrializadas (Sul e Sudeste), enquanto os votos na Arena concentravam-se mais nas áreas rurais. Assim, para a autora, “O nível de urbanização - e possivelmente de industrialização - influencia o comportamento eleitoral” (KINZO, 1988, p.76).

O Modelo da Centralidade e a Tese da Sofisticação Política

No artigo Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro, Reis e Castro (1992), com base em dados coletados por ocasião das eleições de 1982, utilizam, para a compreensão do comportamento eleitoral, o modelo da centralidade e da consciência de classe. Os autores tentam estabelecer a relação causal entre a intensidade da participação política e o grau de “centralidade” de sua posição social. Para os autores:

O grau em que se revelam, tanto objetiva como subjetivamente, próximos ou integrados ao “núcleo” do sistema social geral em decorrência da posição ocupada numa série de variáveis, destacando-se a posição de classe ou o *status* socioeconômico (a dimensão “vertical” da centralidade) e a experiência urbana (sua dimensão “horizontal”): quanto mais alta a posição de classe e quanto maior a integração na vida das cidades, com sua contrapartida de alargamento do horizonte intelectual-psicológico e de maior exposição à informação de todo tipo, tanto maior a participação política” (REIS e CASTRO, 1992, p.89).

Esse modelo interpretativo combina características socioeconômicas, articuladas com a experiência urbana (a pesquisa apresenta dados a respeito do comportamento político em algumas capitais brasileiras nas eleições para governador de 1982). Para os autores, há dois perfis de comportamento político: um relativo às categorias sociais mais favorecidas economicamente, e outro referente às classes populares.

As classes populares, em geral, tendem a apresentar comportamento político heterogêneo (tanto votam em partidos e políticos mais identificados com esses setores,

como o oposto) e são exatamente esses setores os mais atingidos pelos processos de urbanização e industrialização (parte expressiva dos que votam nos centros urbanos provém das áreas rurais), ou seja, os autores destacam a combinação de indicadores socioeconômicos com a experiência urbana e/ou rural dos atores sociais.

Já os setores mais favorecidos são mais sofisticados politicamente, ou seja, têm maior grau de instrução, são mais informados e, assim, possuem uma percepção mais refinada e elaborada da política, estabelecendo correspondência entre sua visão de mundo e os posicionamentos político-partidários, embora nem sempre exista uma correlação linear entre nível de instrução e informação e comportamento político-eleitoral .

De qualquer forma, o modelo da centralidade se revela, para os autores, como fundamental para explicar o comportamento eleitoral.

Em 1994, em sua tese de doutorado *Determinantes do comportamento eleitoral. A centralidade da sofisticação política*, Castro retoma o tema e propõe como explicação para o comportamento eleitoral a tese da sofisticação política. Esse conceito, como salienta a autora, foi formulado inicialmente por W. Russel Neuman (1986) e é um construto que inclui algumas dimensões, como o interesse, o envolvimento político dos cidadãos, sua exposição aos meios de comunicação e o conhecimento e capacidade de conceituação política, personalidades políticas, etc., ou seja, “a sofisticação política diz respeito à capacidade dos atores do processo político de organizar suas idéias políticas em termos de construtos abstratos ou ideológicos” (CASTRO, 1994).

O objetivo central do estudo de castro (1994, p.1) é: “Identificar a cadeia causal seqüencial que explica o voto no Brasil”. E a hipótese é de que o comportamento eleitoral, como ação humana, é resultado de uma rede complexa de condicionantes. “Eleitores que vivem em contextos estruturais diferentes, em termos das dimensões político-institucionais e socioeconômica, fazem escolhas eleitorais distintas em função de seus atributos sociais, indicadores de situações e experiências de vida, relacionados com suas características políticas de caráter micro, principalmente seu interesse, envolvimento e informação política”.

A autora correlaciona dados relativos às opiniões dos eleitores sobre diversas questões, com sua preferência partidária, distinguindo os mecanismos de decisão dos eleitores quanto ao voto, segundo seu grau de sofisticação política.

Em defesa da tese da centralidade da sofisticação política, Castro (1994, p. 2), argumenta que, para explicar o comportamento eleitoral, é necessário levar em conta os fatores propostos pelas abordagens de estudos descritivos, sociológicos, psicossociológicos, a perspectiva institucional e as hipóteses derivadas da teoria da escolha racional, “considerando-se as críticas, do ponto de vista teórico e de sustentação empírica, feitas ao enfoque alternativo a partir de cada uma dessas abordagens”.

Uma teoria explicativa do voto, portanto, teria de incluir “variáveis macro-sociológicas, atributos sócio-demográficos, fatores políticos micros, preferências partidárias e sofisticação política” A conclusão teórica mais geral a que chega em relação aos estudos sobre o comportamento eleitoral é que há necessidade de se levar em conta diversos fatores:

É preciso reconhecer que todas as correntes teóricas têm contribuição a dar em uma teoria suficientemente ampla para explicar o voto no Brasil. Em lugar de um confronto entre correntes teóricas supostamente antagônicas, parece mais fecundo considerar a possibilidade de que fatores sociológicos e psicossociológicos, em relação complexa com contextos socioeconômicos e institucionais, sejam, todos eles, importantes para a explicação do comportamento eleitoral no país (CASTRO, 1994, p.107).

A conclusão da autora é a de que os dados sustentam uma proposição geral que pode ser assim formulada: quanto mais central a posição do indivíduo em termos objetivos, isto é, quanto mais alta sua posição na estrutura da sociedade, maior é sua centralidade subjetiva, do ponto de vista do interesse por política, do grau de informação e do envolvimento político (CASTRO, 1994, p.204)

Assim, a participação estaria condicionada à sofisticação política: quanto maior a sofisticação, maior a participação.

Nesse sentido, a autora critica os trabalhos que se circunscrevem a apenas a uma única perspectiva, como, por exemplo, os estudos sociológicos. Em que pese sua contribuição para a compreensão do comportamento eleitoral brasileiro, esses estudos fazem pouca ou nenhuma relação entre posição sócio-econômica e opção eleitoral, ou seja, as variáveis sociológicas não são suficientes para explicar o comportamento eleitoral.³⁸.

Os resultados de várias pesquisas mostram que os graus de desenvolvimento econômico, medidos pela industrialização e urbanização, por exemplo, relacionam-se

³⁸ A base empírica de seu trabalho correspondeu a dois *surveys*: uma pesquisa de opinião nacional realizada pelo Instituto Vox Populi, entre 27 e 31 de maio de 1989, nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, e entre 2 e 4 de junho de 1989, nas Regiões Norte e Centro Oeste, com 2.938 eleitores; e outra realizada pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, entre 9 e 28 de novembro de 1989, com 600 eleitores, além de dados do projeto “Pacto social e democracia no Brasil”, realizado por professores da UFMG.

com a distribuição de votos em certos momentos, mas que o crescimento maior ou menor de um partido em detrimento do apoio eleitoral a outros partidos não se relaciona necessariamente com aquele processo, durante todo o período analisado (CASTRO, 1994, p.85).

Uma crítica também aos estudos sociológicos está em Carreirão (2002, que, ao revisar criticamente a literatura sobre comportamento eleitoral no Brasil, refuta não apenas as teses que analisam o comportamento eleitoral apenas nessa perspectiva, mas também a da “sofisticação política”, de Castro (1994).

No primeiro caso, o entendimento é de que os estudos sociológicos, isoladamente, não conseguem dar conta da compreensão do comportamento eleitoral e o autor fundamenta seus argumentos ao analisar as eleições presidenciais de 1989 a 1998, propondo que um modelo explicativo do voto deveria incluir pelo menos quatro variáveis: as imagens políticas que o eleitor forma dos candidatos e/ou partidos; a avaliação do eleitor sobre o desempenho do governo em exercício; a avaliação que o eleitor faz de algumas das características pessoais dos candidatos em disputa, e o grau de escolaridade do eleitor (CARREIRÃO, 2002, p.197).

Quanto às críticas em relação à tese da sofisticação política, para o autor, o ponto crítico do trabalho de Castro consiste na análise diferente, de um lado, das relações de causalidade entre as posições políticas (diante de certos *issues*) atribuídas pelos eleitores de baixa sofisticação política aos candidatos e sua intenção de voto e, de outro, das relações de causalidade entre as percepções dos eleitores quanto aos interesses defendidos pelos candidatos e sua intenção de voto (CARREIRÃO, 2002, p.27).

Para os eleitores de baixa sofisticação política, não há relação de causalidade no sentido de que a concordância do eleitor às posições políticas de seu candidato levaria ao voto. É o eleitor que, tendo escolhido o candidato por outras razões, imputa a ele suas próprias posições.

Entretanto, ao analisar as relações entre as imagens formadas pelos eleitores dos candidatos (quanto aos interesses que defendem) e as intenções de voto, Carreirão (2002, p.28) afirma que:

A autora, utilizando a mesma metodologia usada para analisar a relação entre posição política e a intenção do voto, mesmo fazendo ressalvas em vários momentos, conclui por outro tipo de relação de causalidade: a percepção que o eleitor de baixa de sofisticação tem dos interesses defendidos pelo seu candidato (os interesses da maioria), mesmo sendo equivocada (pelo menos em maior grau do que a percepção dos eleitores mais sofisticados), leva a que atributos (como competência ou honestidade) ou propostas (ênfase no combate à inflação, ou à corrupção, por

exemplo), mas na hora de responder à questão do survey, “racionalize”, afirmando que seu candidato defende os interesses dos pobres, da maioria etc., além disso, pode nem haver “racionalização”, no sentido de dar uma (pretensa) coerência às repostas, pode ser que efetivamente o eleitor ache que seu mandato defende os pobres, mas não tenha escolhido o candidato por esse motivo.

A conclusão do autor é de que, entre as diversas possibilidades utilizadas pelo eleitor para definir sua escolha eleitoral, uma das mais importantes – pelo menos nas eleições presidenciais de 1989 e 1998 – corresponde à avaliação que ele fez do desempenho do governo em exercício, especialmente de sua política econômica, ou seja, “a avaliação do desempenho do governo na área econômica pesou mais, na avaliação global de seu desempenho, do que a avaliação do desempenho em outras áreas, em todo o período estudado” (CARREIRÃO, 2002, p.194).

Votos Nulos e Brancos: falência do sistema partidário? O primado do político

Em 1971, Schwartzman publicou o artigo Vinte anos de democracia representativa em Brasil, 1945-64, no qual procura interpretar o comportamento eleitoral no Brasil desse período, com uma base empírica mais consistente e com dados relativos não apenas às eleições presidenciais, mas também àquelas para as Assembléias Legislativas e Câmara dos Deputados.

No que diz respeito mais especificamente aos votos nulos e brancos, o autor mostra que há um paralelo entre o aumento da proporção de votos brancos e nulos nas eleições legislativas federais e o aumento da proporção de votos dados às alianças e coligações eleitorais, existindo entre os dois processos, uma inequívoca interdependência.

Para o autor, os dados evidenciam a falência do sistema político-partidário. Nesse período, os partidos caracterizavam-se por serem fracos e artificiais (basicamente criados pelas elites e mobilizados apenas em períodos eleitorais), muito mais propensos a cooptarem do que a representarem o eleitorado. O crescimento dos votos nulos e brancos expressava, em última instância, uma rejeição ao sistema partidário e eleitoral.

Ao fazer algumas correlações, tomando os Estados como unidades de análise e as respectivas taxas de votos nulos e brancos, o autor procura mostrar como esses votos (ou, no caso, “não-votos”) são manifestações do comportamento político “moderno”, de protesto contra o sistema político, característicos dos Estados mais desenvolvidos e das grandes cidades, especialmente as capitais.

Uma de suas teses centrais é a de que o Brasil herdou um sistema político que não funciona como “representante” ou “agente” de grupos e classes sociais determinadas, possuindo uma dinâmica própria e independente, que pode ser entendida ao se examinar a história da formação do Estado brasileiro.

O autor, numa perspectiva weberiana, “que distingue e trata de maneira diferenciada os sistemas de classes e de dominação política”, procura mostrar como o Estado brasileiro tem como característica histórica dominante a dimensão neopatrimonial, entendida como uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade, no qual o Estado todo-poderoso é gerido por uma burocracia “pesada”, em uma sociedade civil fraca e pouco articulada.

Sendo o Estado “todo-poderoso”, nada mais racional do que buscar seus favores e proteção, o que explicaria o processo de cooptação, que, para o autor, inviabiliza o sistema de representação político-partidário.

Schwartzman argumenta no sentido de mostrar como essa cooptação está muito mais presente nas áreas rurais (por serem mais fáceis de manipulação) do que nas urbanas, onde esse processo também existe, mas de outra forma, que ele chama de “paternalismo urbano e patronagem”.

No Brasil, segundo o autor, houve uma mudança estrutural como parte do processo de modernização, da passagem de uma sociedade tradicional (patrimonialista) para outra moderna e, nesse sentido, as mudanças nos níveis econômico, social e político estão inter-relacionadas, mas não haveria a determinação da dimensão econômica sobre as outras dimensões (social e política).

Analisando a crise institucional que antecede o golpe militar de 1964, o autor destaca, entre outros aspectos, seus “antecedentes históricos”, cujo centro da análise está o sistema político que se estrutura muito mais em termos de cooptação do que representação e isso tende a inviabilizar o sistema de representação, tendo como decorrência lógica e causal os votos nulos e brancos (o autor não leva em conta a abstenção eleitoral, por considerar que tem uma outra lógica).

Do ponto de vista do sistema partidário, houve um processo de desagregação que, em última instância, colocou em xeque a legitimidade do sistema político. Os eleitores do período analisado invalidavam seus votos como forma de protestar contra uma instituição representativa inadequada.

Essa tese foi contestada por Souza (1976), que, em seu livro *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*, discute entre outros aspectos relevantes, as principais teses sobre a crise institucional (político-partidária) que desemboca no golpe militar de 1964. Para a autora, ao contrário de Schwartzman, a hipótese interpretativa é a de que o caráter crítico da conjuntura do final do período estudado decorreu do simultâneo fortalecimento do Estado e do sistema partidário.

Os analistas da política brasileira têm em geral adotado o axioma da inviabilidade originária do sistema de partidos, procurando mostrar, ao longo do período, simplesmente que ele marchava célere para o colapso. Insistimos, ao contrário, na coexistência de tendências ao fortalecimento e à desagregação; ou, mais modestamente, na improbabilidade de interpretações unívocas e unicasais. Sem negar o enorme peso inibidor, para um sistema de partidos, representado pela centralização estatal e pela ideologia dos anos trinta – (...) procuramos mostrar, não obstante, a impossibilidade de ver a crise do regime de 1946 como mero desdobramento automático de virtualidades anteriores (SOUZA, 1976, p.167).

Para Souza (1976), o aumento de votos brancos e nulos, “expressando o desinteresse, senão o protesto, do eleitorado contra o sistema eleitoral-partidário” e considerando o crescimento da proporção de votos nulos e brancos de 1945 a 1964 nas eleições parlamentares (“insignificantes” em 1945, segundo a autora, e passando para quase 1/5 em 1962) serviram para alardear, na “literatura jornalística”, o diagnóstico da “falência” dos partidos, “ansiosos por um messias ou por um ditador esclarecido, o eleitorado estaria manifestando, assim, seu desinteresse, senão seu protesto, face à politicalha reinante nos legislativos”.

Embora reconheça nesse diagnóstico boa parcela de verdade, parece-lhe inegável seu caráter parcial e ideológico, levando à conclusão da inconsistência ideológica e programática dos partidos e falta de coesão do sistema partidário, o que, para a autora, é uma conclusão equivocada.

Souza procura demonstrar, em seu livro, que, reexaminando os dados disponíveis sobre os partidos e a participação eleitoral, os indícios de fragilidade e de desagregação existentes coexistem com os de fortalecimento e realinhamento do sistema partidário.

Nesse sentido, a autora critica a tese de Schwartzman de que os votos em branco e nulos indicam descontentamento contra um sistema político baseado mais na cooptação do que na representação. Quais são as principais críticas que a autora apresenta a esse modelo de interpretação?

Primeiro, os dados disponíveis não permitem uma interpretação unívoca e unicausal dos votos brancos e nulos como expressão de alienação e descontentamento

político. Segundo e mais decisivo, através dos dados disponíveis, não é possível também fazer inferências a todos os Estados e muito menos sobre a motivação do eleitorado. Um modelo satisfatório deveria, no dizer da autora, levar em conta a possibilidade de diversos “componentes” causais, sendo variável não somente o peso, como também o significado subjetivo de cada um em distintos contextos sociais ou regionais. A crítica da autora é também quanto ao paradigma teórico que destaca o papel determinante das estruturas estatais burocrático-patrimonialistas.

Reexaminando os dados disponíveis sobre os partidos e participação eleitoral, estamos procurando sugerir, precisamente, que os indícios de fragilidade e de desagregação coexistem com o de realinhamento e de realinhamento do sistema partidário. Privilegiar exclusivamente uma ou outra dessas duas perspectivas constitui assim, algo mais que miopia ideológica; revela incapacidade de apreender os processos de transformação do sistema partidário como processos objetivos, produzidos pela vigência efetiva de um sistema de representação eleitoral e partidária (SOUZA, 1976, p.162).

Dessa forma, “o excessivo privilégio dado a um dos lados do problema parece ter levado Simon Schwartzman (...) a aceitar como satisfatórias e evidentes por si mesmas interpretações apenas parciais sobre o ponto que aqui nos interessa, a saber, os votos brancos e nulos” (SOUZA, 1976, p.162).

Lavareda (1991), que também analisa esse período usando outras variáveis e dados, faz críticas à interpretação de Schwartzman. Para o autor, a tese é equivocada por várias razões, entre elas, a de que o aumento de percentuais de votos brancos e nulos nas eleições verifica-se de forma expressiva apenas em algumas categorias eleitorais. O fator explicativo é muito mais a perda de visibilidade desses espaços institucionais do que uma rejeição ao sistema político ou ao sistema partidário em especial.

Analisando os obstáculos e incentivos da legislação partidária e eleitoral pós- 1945 em relação à identificação partidária, Lavareda (1991) argumenta que as características das organizações partidárias, como a ausência de mecanismos de controle por parte dos partidos de seus representantes eleitos, a falta de fidelidade partidária e o fato de que o mandato pertence não ao partido mas ao eleito, dificultam a formação (e manutenção) das preferências partidárias.

Por outro lado, as regras eleitorais, como, por exemplo, a possibilidade de coalizões eleitorais e a introdução da cédula oficial, podem funcionar como incentivo à formação dessas mesmas preferências.

O comportamento eleitoral alienado é explicado, fundamentalmente, por fatores político-institucionais, como os diferentes tipos de disputa eleitoral (majoritário, proporcional) e o contexto político em que ocorrem os pleitos.

Para o autor, existem períodos críticos que implicam altas taxas de participação que alteram substancialmente o quadro partidário, provocando um realinhamento das forças políticas.

O que ele chama de “períodos críticos” são aqueles marcados por crise sócio econômica, polarização ideológica, etc., como ocorreu em 1964 no Brasil. Entretanto, os realinhamentos também acontecem ao longo do tempo, muitas vezes imperceptíveis, provocando os “deslocamentos de lealdades”.

Nesse sentido, tais períodos, possuem “raízes estruturais” e acompanham os processos sociais em curso na sociedade, o que vem a provocar “efeitos disruptivos por sobre os velhos alinhamentos partidários”. Isso não implica adotar a tese determinista dos processos políticos uma vez que existem “uma complexa rede de mediações entre tais mudanças e suas conseqüências políticas” (LAVAREDA, 1991, p.64).

Para o autor, é de fundamental importância identificar os nexos reais entre variáveis sócio econômicas e competição política, nos diversos níveis em que ela se manifesta: municipal, estadual e federal.

Em seu estudo, é evidenciada a diversidade de processos abrigados no mesmo sistema, e que operam nas diversas modalidades de pleitos, ressaltando-se a existência de determinados padrões de cultura política que correspondem, de certa maneira, aos vários níveis de desenvolvimento social, além da ausência no Brasil de grandes clivagens determinando o comportamento dos atores políticos; mas deve-se sempre estar atento sobre as possíveis conseqüências que o acelerado processo de desenvolvimento socioeconômico teve sobre o processo político e a dinâmica eleitoral em particular. As diferenças se fazem notar quando se avaliar este processo pelos Estados e regiões. O crescimento do eleitorado seria uma destas conseqüências, que tem a ver com urbanização, alfabetização, etc., que variam de região para região (LAVAREDA, 1991, p.71).

A variação dos votos nulos e brancos, que são para o autor “equivalentes funcionais da abstenção em sistemas de voto obrigatório”, estaria relacionada às

características específicas de cada pleito, sendo maior em disputas proporcionais e menor nas majoritárias.

Entre as variáveis analisadas, o voto obrigatório e o voto condicional para eleitores entre 16 e 18 anos e maiores de 70 anos (depois de 1988) atuaram de forma diferenciada, visto que o primeiro obriga a participação e o segundo (opcional) teria um efeito mais político, estimulando – mas não obrigando – a participação dos mais jovens.

O autor supõe que, entre as variáveis macro-estruturais, há a existência de uma forte correlação entre o comportamento alienado e o grau de urbanização e a migração. Nos centros urbanos, o eleitor deixa de ser “clientela cativa” e passa a enfrentar a complexidade de escolhas e seus “elevados custos de decisão”.

Preferência Partidária e Fatores Demográficos, Socioeconômicos, Políticos e Psicossociológicos

Lima Junior (1978) em seu texto, *Articulação de interesse, posição socioeconômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói*, avalia “o peso relativo dos diversos fatores de ordem demográfica, socioeconômica e política no condicionamento da preferência partidária”.

Nesse estudo, baseado em dados empíricos (eleitorais), são analisados, entre outros aspectos, os níveis de participação nas eleições de 1970 e 1974, nas quais houve expressiva taxa de votos nulos e em branco. Na interpretação do autor, esses “não-votos”, acrescidos da abstenção eleitoral, eram expressão do grau de insatisfação com o regime político e o sistema partidário vigente.

Os dados da pesquisa revelam que a maior parte dos votos em branco, nulos e abstenções, ou seja, a taxa de alienação eleitoral, concentrava-se geograficamente nos centros urbanos (capitais) e nas áreas mais industrializadas (Região Sul e Sudeste), expressando a importância de atributos geográficos e socioeconômicos. Parte se devia à insatisfação de setores mais esclarecidos da população com a ditadura militar, o mesmo ocorrendo com os votos válidos, no qual o MDB era o grande beneficiado, capitalizando os anseios de mudança e insatisfação, especialmente a partir de 1974.

Além desses fatores geográficos e socioeconômicos, há também aqueles de ordem política, ou seja, quando se trata da hierarquização para explicar o comportamento e a

consistência do voto, os fatores políticos são mais importantes: “o interesse pela política, a importância atribuída ao voto, a identificação partidária e a experiência eleitoral anterior são excelentes preditores do comportamento eleitoral” (LIMA JUNIOR, 1978, p.120).

No que se refere aos fatores socioeconômicos, a renda e a educação se relevam como melhores preditores da intenção de voto. No primeiro caso, quanto maior renda, maior participação eleitoral. No segundo, a importância recai sobre o “grau de escolarização do eleitor, tendo em vista que a educação revelou-se como melhor indicador socioeconômico da intenção do voto e, além disso, ela é o mecanismo através do qual preferências, interesses, informações, atitudes e valores individuais se estruturam” (LIMA JUNIOR, 1978, p.124).

Assim, embora os fatores políticos sejam importantes, não explicam, por si só, o comportamento eleitoral. Devem ser considerados também os fatores socioeconômicos (escolarização, renda, ocupação, etc.), que ajudariam a “discriminar” a composição do eleitorado de cada partido e a direção dada ao voto pelos eleitores.

Em relação aos fatores psicossociológicos, também devem ser considerados, em conjunto com os demais fatores, os aspectos subjetivos na determinação das escolhas eleitorais, como opiniões, atitudes e valores manifestados pelos eleitores.

Esses fatores atuam diferentemente conforme sejam considerados isoladamente ou conjuntamente com outros elementos, sendo que o peso que assumem na determinação do comportamento varia de acordo com o tipo de eleição em análise. “A configuração de fatores que condicionam o voto para prefeito é diferente na configuração determinante do voto para vereador” (LIMA JUNIOR, 1978, p.117).

Lima Junior, portanto, argumenta no sentido de que há uma conjunção de fatores, que podem determinar, de forma diferenciada, o comportamento eleitoral alienado em suas diversas manifestações. Se, por um lado, esse autor reforça os argumentos de Santos (1987) sobre a fraca correlação entre taxas de alienação e ação de governo, ciclos de progresso e retração econômica (como índice de inflação, PIB, etc.), por outro, no tocante às taxas de alienação eleitoral, afirma que não são apenas considerações de ordem individual-racional que devem ser levadas em conta, mas também fatores de ordem político-institucional.

A Teoria da Escolha Racional Aplicada ao Comportamento Eleitoral no Brasil

No Brasil, um dos principais autores que adotam essa perspectiva no estudo do comportamento eleitoral é Figueiredo (1990 e 1991).

Em *O voto obrigatório* (1990), o autor analisa o comportamento das taxas de abstenção na história eleitoral de 1945 a 1990. A média observada é de 17%, sendo que a maior taxa ocorreu em 1955, com 40,3%, e a menor em 1958, com 8% (segundo o autor, em virtude do recadastramento eleitoral naquele ano). No entanto,

estas taxas são parcialmente fictícias. Desde o ano de 1950 até o recadastramento eleitoral de 1958 prevaleceu a legislação que permitia o alistamento eleitoral *ex officio*, segundo a qual qualquer representante de partido podia “inscrever e registrar” eleitores nas juntas eleitorais. A consequência deste fato foi um aumento fictício do eleitorado, provocando com isto distorções nas estatísticas eleitorais. Portanto, o exame das razões reais das abstenções eleitorais sustenta-se nas conjunturas políticas após o recadastramento de 1958 (FIGUEIREDO, 1990, p.40).

Para o autor, as taxas de abstenção são parcialmente explicadas “pelo grau de eficiência que o eleitor atribui à sua participação na determinação do resultado eleitoral que ele deseja e nas consequências políticas de tal resultado”. Assim, dependendo das condições da competição eleitoral e da possibilidade de que o resultado eleitoral altere as políticas a serem postas em práticas pelos eleitos, os eleitores decidem se participam ou não e para quem darão seus votos (FIGUEIREDO, 1990, p.41).

O eleitor decide participar votando em algumas das alternativas apresentadas, avalia as alternativas políticas e escolhe aquela que mais se aproxima das suas aspirações de bem-estar social e que tem mais chance de vencer. Caso seu candidato(a) não tiver chance, ele redireciona seu voto para aquele que tiver maiores possibilidades de vitória.

Para Figueiredo, o efeito da tensão entre a efetividade e a não-efetividade do voto fica claro na flutuação da taxa de abstenção entre os anos 1966 e 1982.

Embora a curva de abstenções seja decrescente neste período, o que por si só indica um aumento na crença da efetividade do voto, vemos também que nas eleições municipais de 1972 e 1976 as taxas de abstenção não só caem como são inferiores às taxas decrescentes de abstenção nas eleições nacionais. Ou seja, o eleitorado foi, nas condições da época, capaz de distinguir em que tipo de eleição o seu voto era mais ou menos eficaz (...) Finalmente, cabe ainda ressaltar a taxa de 17% de abstenções nas eleições gerais de 1982, ano em que o jogo político eleitoral se abriu consideravelmente favorecendo, por isso, um aumento na crença da efetividade do voto entre os eleitores (FIGUEIREDO, 1990, p.41).

O autor destaca o sentido instrumental da participação eleitoral. A flutuação na taxa de abstenção está estreitamente relacionada às condições em que ocorre a competição política e à crença da efetividade do voto como mecanismo de mudança política.

Em *A decisão do voto*, Figueiredo (1991) sistematiza, de forma mais aprofundada, a compreensão dos fatores determinantes do voto e do não-voto.

O estudo é dividido em duas partes: na primeira, é feita uma revisão crítica das teorias explicativas do voto (teoria psicológica do comportamento eleitoral, o modelo de Michigan, teorias histórico-contextuais e a teoria sociológica), mostrando que são insuficientes para explicar o comportamento eleitoral; na segunda parte, utilizando a teoria da escolha racional (seus fundamentos, a formação de preferência do eleitorado, cálculo do voto, previsibilidade, etc.), argumenta-se que a decisão do voto é uma escolha racional.

No que diz respeito ao não-voto, o autor relaciona a variação das taxas de alienação eleitoral à crença na efetividade do voto, dentro de uma análise mais ampla em que destaca o sentido instrumental da participação eleitoral, procurando mostrar como a flutuação nessas taxas está ligada à competição política e à crença na efetividade do voto como “mecanismos de mudanças políticas”.

Para Figueiredo (1991, p.41), a participação política é eminentemente uma ação instrumental: as pessoas participam quando e se suas ações são compreendidas, por elas próprias, como sendo capazes de produzir um resultado desejado, isto é, participamos de eventos coletivos quando acreditamos que nossas ações terão alguma efetividade.

Ao discutir o cálculo estratégico do voto, procurando examinar as condições que incentivam os eleitores a se absterem ou participarem de uma eleição, o autor afirma que a participação eleitoral se dá em função da taxa de competitividade eleitoral, que leva os eleitores a concluir que a recompensa esperada máxima que a situação oferece pode tanto ser a participação como a opção de não participar.

Assim, o comportamento estratégico do eleitor é a solução apresentada por Figueiredo para resolver o paradoxo da participação. O problema se remete à compreensão do processo eleitoral como “um jogo de incertezas”, no qual o eleitor tem um comportamento político estratégico.

Utilizando as categorias da teoria dos jogos, o autor afirma que as decisões individuais são interdependentes, em que a decisão de cada participante interfere na dos demais, sem que estes se comuniquem entre si.

Os indivíduos formam uma preferência eleitoral (a partir de diversos fatores) e votam porque percebem a natureza competitiva da eleição.

O jogo de incertezas em que se constitui a disputa eleitoral leva o i-ésimo eleitor a compreender que seu voto é decisivo porque esteriliza o voto do j-ésimo eleitor-competidor, seja este último um “caroneiro” olsoniano ou um votante do candidato que é seu menos preferido. Ou seja, mesmo sem saber qual de fato será a proporção dos demais (n-1) eleitores competidores, ele sabe que se não participar ele não elimina um voto adversário (FIGUEIREDO, 1991, p.116).

Assim, o voto individual é decisivo porque esteriliza o voto do eleitor-competidor, ou seja, se o eleitor não participa, não elimina o voto adversário.

Em síntese, a flutuação nas taxas de participação eleitoral é função da interação entre a taxa de competição ou o estado de natureza da disputa, o ordenamento das preferências e as considerações estratégicas que cada eleitor faz sobre o comportamento dos demais eleitores.

Os eleitores, ao decidirem politicamente num processo eleitoral, organizam as alternativas possíveis numa escala preferencial, só então é que fazem suas escolhas, dentro de uma preferência estabelecida (...) Inicialmente, o eleitor avalia os ganhos possíveis que podem ser obtidos a partir da suposta ação governativa, no caso da eleição de cada time de candidatos. Em seguida, avalia as diferenças entre as utilidades esperadas de cada postulante, ou seja, a “diferença aritmética simples” entre as utilidades que se espera de cada postulante (FIGUEIREDO, 1991, p.101).

Outro autor importante, referência fundamental nos estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil, que analisa as flutuações das taxas de alienação eleitoral sob perspectiva da escolha racional é Wanderley Guilherme dos Santos. Em 1987, publicou o livro *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*, em que analisa, entre outros aspectos, as taxas de alienação eleitoral das eleições realizadas entre 1945 e 1982.

Nesse estudo, após o exame de dados nacionais agregados (por região), o autor conclui que:

- a mobilização ou, contrariamente, a elevação na taxa de alienação eleitoral independe da orientação do governo e dos ciclos de progresso/retração econômica;
- a ondulação na taxa de alienação parece ser determinada pelo “retorno esperado do voto” ou seja, quanto maior for a incerteza dos resultados eleitorais, tanto maior o peso da dimensão “retorno esperado do voto”, tanto maior o incentivo à alienação;
- infere-se que, no Brasil, quanto maior a incerteza do significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação (SANTOS, 1987, p.45).

O autor apresenta a hipótese de que, quanto maior a credibilidade do processo político formal, menor a taxa de alienação eleitoral e quanto maior a incerteza de que o desdobramento do processo político se fará de acordo com os resultados eleitorais, maior será o peso da dimensão “retorno esperado do voto”. As estimativas da eficiência do voto

são atribuídas à responsabilidade pela variação nas taxas de alienação eleitoral: “o sentimento de impotência diante do mundo e a crença de que o voto não irá alterar coisa alguma o destino que os aguarda tenderiam a elevar a taxa de absenteísmo dessa população” (SANTOS, 1987, p.42).

A noção de credibilidade é entendida como um conceito que busca captar a dimensão do “retorno esperado do voto” utilizado por Huntington e Nelson (1976), cumulativamente associada à dimensão do respeito aos resultados eleitorais. Para Santos, quanto maior a certeza de que o desdobramento do processo político se fará de acordo com os resultados eleitorais, tanto maior o incentivo à alienação.

No estudo de Huntington e Nelson (1976) sobre a participação política no chamado Terceiro Mundo, é defendida a tese da relação entre alienação individual e ausência de eficácia e competências políticas perceptíveis. Para os autores, é muito provável que aqueles que se sentem eficazes politicamente participem mais da política do que os que não se sintam assim. Analisando dados comparativos de diversos países, conclui-se que os indivíduos com *status* mais elevado tendem a participar mais ativamente da política havendo uma correlação positiva entre educação e comparecimento às urnas.

Segundo Santos (1987, p.42),

Huntington e Nelson sugerem a hipótese, bastante plausível, de que quanto mais atrasada a população, ou região, menos confiança terá a população no processo participativo, principalmente em sua face eleitoral. O sentimento de impotência diante do mundo e a crença de que o voto não irá alterar em coisa alguma o destino que as aguarda tenderiam a elevar as taxas de absenteísmo dessas populações, quando comparadas com às de populações economicamente mais desenvolvidas

Em seguida, o autor apresenta as taxas de alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 1945 a 1960, por região, mostrando como estas conformam à hipótese Huntington-Nelson, exceto para o valor da taxa do Sudeste em relação à do Nordeste na eleição de Getúlio Vargas. Em todos os demais casos, as taxas de alienação eleitoral no Norte, Nordeste e Centro-Oeste são superiores às registradas no Sul e Sudeste e, em dois casos de seis eleições (de 1945 a 1966), as taxas de alienação eleitoral do Sudeste foram claramente superiores às do Nordeste (SANTOS, 1987, p.69-71).

Como explicar? O autor sugere uma releitura dos dados à luz de hipóteses alternativas: quanto maior a credibilidade do processo político formal, menor a taxa de alienação eleitoral. Credibilidade é entendida aqui como um conceito que busca captar a importante dimensão “retorno esperado do voto”, utilizada por Huntington e Nelson,

associada a outra, designada de “institucionalização do respeito aos resultados eleitorais”, que é extremamente relevante na decisão de participar ou não eleitoralmente. “Quanto maior a incerteza de que o desdobramento do processo político se fará de acordo com os resultados eleitorais, tanto mais negativo será o peso da dimensão ‘retorno esperado do voto’ e, pois, tanto maior o incentivo à alienação” (SANTOS, 1987, p.72).

No entanto, o autor apresenta uma tabela, com dados para eleição de governador que “confunde um pouco o significado da evidência”, pois, em três oportunidades eleitorais, de um total de seis, as taxas de alienação eleitoral do Sudeste foram superiores às do Nordeste. E em um desses três casos (eleições de 1947), a taxa de alienação eleitoral da região Sul também foi maior do que a do Nordeste.

Para Santos, o absenteísmo eleitoral está negativamente associado à fracionalização eleitoral e parlamentar e ao número de partidos. Quanto menor à competição, maior será o incentivo do eleitor a se abster.

Embora vários autores argumentem que diferentes tipos de sistemas político-partidários influenciam de maneiras diferentes a taxa de participação política e o afluxo às urnas, estando, entre esses fatores, as regras eleitorais, Santos questiona a hipótese de que sistemas que optam pelo regime de voto obrigatório seriam mais participativos. Para ele a obrigatoriedade do voto não induziria necessariamente a maior participação, como se constata nas altas taxas de alienação eleitoral, presentes em quase todos os períodos no sistema parlamentar e o processo eleitoral, não decorrente do nível de participação eleitoral, mas da própria legislação.

Comparando o caso brasileiro com outros países onde o voto é obrigatório (como na Bélgica) e onde é voluntário (Finlândia), Santos conclui que a compulsoriedade legal do voto não tornou o eleitorado brasileiro mais participativo do que eleitorados de países mais desenvolvidos, independente do caráter obrigatório ou não do voto.

Os dados disponíveis indicavam que “a flutuação da taxa de alienação não dependia, ou parece não depender, nem do estado da economia, nem das oscilações da renda real disponível”. O autor propõe como fator explicativo um outro indicador, desta vez político: “quanto maior a credibilidade do processo político formal, menor será a taxa de alienação eleitoral” (SANTOS, 1987, p. 45).

Assim, caberia ao analista estabelecer as possíveis correlações entre determinada conjuntura e a expectativa do eleitor diante da mesma, que agiria como um ator racional, decidindo, a cada momento, os custos e benefícios de sua participação.

O pressuposto central de Santos resume-se, portanto, ao cálculo feito com base no valor do voto, envolvendo, em última instância, uma relação de custo-benefício.

Em outro trabalho *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*, Santos (2006), retoma o tema, ao tratar da expansão da arena eleitoral. Ao analisar o processo de crescimento populacional nas áreas rurais, a imigração, o crescimento das cidades e o impacto nos processos eleitorais, o autor mostra como, a partir de 1945, o país ingressa no que chama de “megaconversão eleitoral” e com “os habitantes transformando-se em cidadãos na posse de direitos de titularidade e participação no jogo político à velocidade incomparável” (mesmo em comparação a outros países). O país parte de um reduzido eleitorado, em 1945, para outro que, nas eleições de 2002, correspondeu a 68% da população.

Quanto à alienação eleitoral, o autor mostra que, diferentemente do que ocorre em vários países europeus, onde a percepção do crescimento do alheamento eleitoral é justificável, a taxa de comparecimento às urnas no Brasil é crescente em relação à população:

As análises brasileiras que advertem sobre a possibilidade de maiores taxas de alheamento tomam como base factual o período que vai de 1986 a 1998 (12 anos, equivalentes a quatro eleições nacionais) (...) a generalização de que estaria instalada de forma permanente no processo eleitoral brasileiro uma tendência a maiores taxas de abstenção não se apóia, até agora, nos fatos (SANTOS, 2006, p.66).

O crescimento do eleitorado não gera uma taxa de alheamento superior: “o argumento correto contempla não o decréscimo absoluto nas taxas de abstenção, mas a desvantagem de seu eventual crescimento, quando comparado ao crescimento do eleitorado” (SANTOS, 2006, p.67).

Outro aspecto analisado refere-se aos “tipos de conexões” que caracterizam as relações entre eleitorado, absentéismo (a negação do comparecimento) e rejeição (votos em branco e nulos): a porcentagem dos votos válidos sobre o total de eleitores e a associação refletida na proporção de votos válidos sobre o comparecimento, excluída, portanto, o total dos votos em branco e nulos.

Segundo o autor, a segunda conexão (votos válidos sobre o comparecimento) é a mais significativa, porque informa qual a decisão dos eleitores que compareceram (no

caso da abstenção não há como saber como votariam, caso comparecessem), ao mesmo tempo em que possibilita esclarecer a influência do voto eletrônico nos resultados eleitorais, mostrando que a porcentagem positiva de votos válidos em 2002 (92,4%), quando houve a universalização da votação eletrônica, foi a MENOR e não a MAIOR “de toda a história pregressa das eleições nacionais” e assim significa que deve ser vista com cautela a hipótese de que a redução na taxa de votos em branco e nulos tenha resultado exclusivamente na introdução do voto eletrônico (SANTOS, 2006, p.68).

Críticas à Teoria da Escolha Racional

Embora não seja objetivo do presente trabalho fazer uma longa discussão as limitações da teoria da escolha racional para a compreensão do comportamento eleitoral (e mais especificamente quanto à alienação eleitoral), destacam-se algumas críticas a dois autores que deram importante contribuição na aplicação da teoria da escolha racional sobre o comportamento eleitoral no Brasil: Marcus Figueiredo, especialmente em *A decisão do voto* (1991), e Wanderley Guilherme dos Santos, particularmente no livro *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira* (1987).

Castro (1994, p.52) critica Figueiredo porque o autor faz afirmações a respeito das motivações dos eleitores “sem de fato testá-las diretamente, mas deduzindo-as a partir das preferências partidárias expressas, e baseando-as somente em resultados eleitorais. Não traz evidências de que o eleitor faça um cálculo econômico ao tomar sua decisão”.

Para a autora, o principal problema da proposta de Figueiredo é também empírico: em condições de baixa informação e “estruturação ideológica” é no mínimo difícil imaginar que um eleitor, ao decidir se comparece para votar, faz um cálculo complicado, ponderando as chances de vitória dos diversos candidatos, as expectativas a respeito das tendências dos comportamentos dos demais eleitores, os custos da tomada de decisão e da ação de votar e sua própria preferência partidária, em situações institucionais supostamente conhecidas.

Quanto à participação eleitoral, a teoria explica apenas em parte: mesmo considerando a extensão do direito a voto para toda a população adulta, “constata-se, na maior parte das democracias vigentes no mundo, que parcelas em alguns casos bastante amplas dos votantes potenciais não participam do processo eleitoral”.

Como mostra Castro, a explicação dos graus de participação política proposta pela teoria da escolha racional foi criticada a partir da perspectiva sócio psicológica, do ponto de vista tanto lógico quanto empírico.

Nas pesquisas orientadas por esta perspectiva, as taxas de participação são maiores entre os eleitores de posição mais central na estrutura social, os mais interessados e informados politicamente. A questão que se coloca é: como explicar que esses (e outros tantos) eleitores compareçam para votar? Serão todos irracionais? E quanto à baixa participação, partindo das expectativas deduzidas da teoria da escolha racional, não seria problema a ser explicado?

Como diz Perea (1999), ao criticar esse modelo interpretativo, o seu principal problema está relacionado ao fato de que a probabilidade de o voto de um eleitor determinar o resultado de uma eleição é tão pequena, que, mesmo se os custos de votar fossem reduzidos, estes sempre pesariam mais do que os benefícios esperados e, assim, na maior parte dos casos o comportamento racional seria abster-se. No entanto, mesmo considerando o crescimento das taxas de alienação eleitoral nos países democráticos, muitos cidadãos votam sistematicamente, contrariando esta perspectiva.

Na análise que faz da teoria da escolha racional, Castro (1994, p.55), expõe algumas controvérsias teóricas e metodológicas entre essa corrente e a sociológica, concluindo que a solução mais promissora para as controvérsias teóricas está na integração entre as duas abordagens e não na afirmação do poder explicativo exclusivo de uma delas.³⁹

Quanto a Santos, uma das críticas mais fundamentadas foi feita por Lima Junior no artigo *Alienação eleitoral e seus determinantes* (1990). Esse autor, ao analisar as abstenções, votos nulos e brancos, embora considere o argumento de Santos da tese do “retorno esperado do voto” revele-se “bastante persuasivo”, concordando com ele de que a variação dos votos nulos e brancos está vinculada ao grau de importância atribuída a cada categoria específica da escolha dos eleitores, faz algumas importantes objeções.

A primeira é que a decisão final a ser tomada pelo eleitor envolve como votar, porém, antes, cabe-lhe decidir se vai, ou se pode comparecer às urnas, ou seja, as

³⁹ A autora desenvolve longamente seus argumentos no Cap.II (teorias sobre o comportamento eleitoral), mais especificamente no tópico “O comportamento eleitoral como escolha racional”, p 36-55.

condições de acesso às cabines eleitorais: “esse ponto não é trivial. A prevalência da mídia em eleições recentes como principal veículo de divulgação tem, com frequência, e a título jornalístico, chamado a atenção para os custos de deslocamentos do eleitor, dos fiscais das urnas, e da condução destes aos locais de apuração. Tem mostrado também o atraso da apuração como decorrência de longos e demorados percursos, grandes distâncias e meios de transporte deficientes ou inexistentes” (LIMA JUNIOR, 1990, p.69).

A segunda objeção a Santos é de natureza conceitual: não se podem tratar votos brancos e nulos como tendo a mesma causa e significado que a abstenção. São fenômenos distintos que merecem uma análise desagregada, pois representam, ainda que “grosseiramente”, indicadores do interesse e nível de participação e envolvimento da população no processo político eleitoral. O que o autor defende é o primado do político, ou seja, dos fatores político-institucionais.

Outra crítica feita a Santos é de Tostes (1995). Para ele, em defesa da tese de que, para se compreender os determinantes da alienação eleitoral é necessário se trabalhar com fatores de ordem tanto macro como micro, a abordagem do “retorno esperado do voto” é “reducionista”, por circunscrever-se à tese mais geral da teoria da escolha racional.

Sua crítica é que o autor, ao adotar o mesmo pressuposto da racionalidade, utiliza em suas análises apenas dados agregados (resultados eleitorais) para daí estabelecer correlações com o sistema político-institucional e, assim, acaba por incorrer também no erro do reducionismo, atribuindo ao eleitor uma racionalidade que julga identificar no comportamento dos eleitores em face do sistema político-eleitoral, passando de um plano macro de dados para o nível micro (TOSTES, 1995, p.91).

Embora essa perspectiva teórica seja relevante para o estudo do comportamento eleitoral, Blais, Young e Lapp (2000), operacionalizando estes conceitos no estudo do voto e da abstenção eleitoral, concluem que apesar de o modelo ser útil, tem uma explicação limitada tanto para o motivo de se votar como para o de não se votar.

Porto (1997) também critica a teoria da escolha racional. Embora constate “a expansão para diversas áreas das ciências sociais da metodologia desenvolvida pelos economistas neoclássicos baseadas no individualismo e na explicação do comportamento humano em termos da teoria da escolha racional”, essa ofensiva “não se estabelece sem resistência, mas o seu êxito tem sido crescente”.

Concordamos com o autor no sentido de que a teoria da escolha racional é insuficiente para a compreensão adequada dos fenômenos políticos. Ao analisar os meios de comunicação (“campo privilegiado para compreender os limites da teoria da escolha racional”), mais especificamente os efeitos da mídia no comportamento político, o autor procura demonstrar como o pressuposto de que os indivíduos tendem a agir sempre de forma racional com relação a fins (racionalidade instrumental) tem impedido a ciência política de registrar avanços mais significativos no estudo dos diversos aspectos do comportamento humano.

A Tese do Eleitor Não-Racional e a Explicação sobre Alienação Eleitoral

Entre os trabalhos que também questionam a tese da teoria da escolha racional, está o de Silveira (2001). O autor discute as principais modalidades da decisão do voto: identificação, clientelismo, racionalidade, delegação de voto e alienação eleitoral. Cada tópico desses são subdivididos (clientelismo partidário tradicional, personalista, etc.), e formulando a noção de um novo eleitor não-racional.

Para explicar as razões do voto, o autor procura analisar como os diferentes tipos de eleitores decidem seu voto e quais os fatores que mais influenciam na decisão do voto, do crescimento da volatilidade eleitoral, etc. O centro de suas reflexões é explorar a dimensão simbólica da escolha eleitoral, ou seja, a compreensão da decisão do voto deve levar em conta diversos fatores subjetivos; daí a formulação da tese de um novo eleitor não-racional, expressão dos novos tempos (da mídia eletrônica, das imagens e do *marketing* político).

No Brasil tem ocorrido uma desestruturação das antigas relações de lealdades com lideranças personalistas e de compromissos clientelistas, de declínio do voto orientado em função de identificação partidária, critérios políticos e ideológicos, alinhamentos classistas e inserção social. Essa é a explicação para o crescimento do “voto flutuante, volúvel e mudancista”, que estaria associado ao crescimento do “novo eleitor não-racional, contraditório do ponto de vista da lógica política, que decide seu voto de forma emocional, em função das características expressivas e da imagem dos candidatos, especialmente dos aspectos valorativos e simbólicos de caráter moral”.

Quanto à alienação eleitoral, os comportamentos definidos como tal diferenciam-se de acordo com os princípios orientadores: decisão racional tendo em vista valores; decisão em razão de desinformação; e escolha não-racional em função de sensibilidade, intuição e gosto (SILVEIRA, 2001, p.120).

Em relação à alienação em função de valores, “o eleitor rejeita participar do jogo eleitoral em função de uma avaliação negativa da política e dos políticos”; quanto à desinformação, o eleitor é

ignorante em relação aos problemas do mundo político e aos projetos e propostas dos partidos e dos candidatos (...) se auto-exclui do jogo político por não se vê reunindo as mínimas condições para participar e quanto a sentimento e gosto ele possui escasso saber político, repertório conceptual precário e certa volubilidade e disponibilidade em relação as alternativas políticas” (SILVEIRA, 2001 p.121-122).

O autor procura mostrar os limites da teoria da escolha racional, especialmente quanto às suas pretensões monistas, evidenciando que existem comportamentos orientados por outros elementos, como sensibilidade, confiança, solidariedade, etc., e vai se referir a um novo tipo de eleitor: o eleitor-racional.

No entanto, suas hipóteses baseiam-se mais em suposições do que em pesquisas com base empíricas consistentes. Os dados fundamentais de sua tese originaram-se na aplicação de 80 questionários - 62 em Porto Alegre (RS) e 18 em São Paulo(SP) - não permitindo assim, compreender a alienação eleitoral no Brasil.

Como diz Carreirão (2002, p.30), “a tese segundo o qual o novo eleitor não-racional decide seu voto com base em sua sensibilidade, intuição, gostos e emoção (...) é impossível testá-la empiricamente”. Na sua pesquisa refuta a tese de Silveira, “segunda a qual a maioria do eleitorado vota tendo como referência central os atributos morais dos candidatos a partir de uma visão essencialista e simplista da política (para a qual) a vitória dos íntegros e bons é suficiente para a solução dos problemas existentes. Não basta ter experiência e competência técnica para governar. Entre as diversas “propostas” utilizadas pelo eleitor para se guiar em sua escolha eleitoral, uma das mais importantes na escolha do presidente, no período de 1989-98, foi a avaliação do desempenho do governo em exercício e particularmente de sua política econômica (CARREIRÃO, 2002, p. 195).

A Tese da Centralidade como Determinante da Alienação Eleitoral

Tostes (1995) apresenta dados relativos à eleição presidencial de 1989, num estudo dedicado exclusivamente à alienação eleitoral. O autor se baseia no resultado de um *survey* realizado nas cidades de Presidente Prudente (SP), Juiz de Fora (MG), Taquatinga (DF) e Niterói (RJ).

E adotado como modelo de análise o da centralidade que tem como hipótese a correlação entre a posição que o indivíduo ocupa - tendo em vista indicadores sociais, políticos e econômicos - e o seu comportamento político.

Esses indicadores são: nível de instrução (um dos mais relevantes para o modelo da centralidade); identificação partidária; grau de interesse pela política; e grau de associativismo (maior participação, menor taxa de alienação).

A hipótese central do trabalho é a de que existe uma forte associação entre fatores socioeconômicos e políticos e o comportamento dos eleitores. A conclusão, após a aplicação dos questionários e análise dos dados, é a de que o comportamento do eleitor se mostrou positivamente associado aos principais indicadores que medem o grau de centralidade: escolaridade, nível de participação e de interesse por política, nível de informação, grau de associativismo, preferência e identificação partidária.

A ênfase do trabalho foi demonstrar que os atributos sociais, cognitivos e políticos dos eleitores são uma das dimensões importantes que devem ser consideradas quando se tenta explicar causalmente o comportamento político e, particularmente, o eleitoral. Percepção, atitudes e comportamento dos indivíduos passam, necessariamente, pela sua forma de inserção no mundo social, pelas relações e identidades que aí estabelecem (TOSTES, 1995, p.143).

No que diz respeito à parte empírica, foram aplicados 2.286 questionários (divididos pelas quatro cidades), através de uma amostragem probabilística aleatória padronizada. As entrevistas foram individuais, com 58 perguntas (questões abertas e fechadas), com análise estatística univariada e multivariada, resultando em 225 variáveis para análise.

Esse trabalho tem o mérito de ser a primeira e mais sistemática pesquisa sobre o tema feita no Brasil. Associando teoria (fundamentada no modelo da centralidade) e pesquisa empírica, é certamente uma contribuição inestimável. Entretanto, usando dados

de apenas quatro cidades de médio porte do Sul e Sudeste, não se pode, fazer as generalizações que o trabalho apresenta, ou seja, a alienação eleitoral e seus determinantes no país.

Uma Tipologia da Participação Eleitoral

Mattos Neto (1997), com base numa pesquisa realizada na eleição presidencial de 1989, construiu uma tipologia da participação eleitoral “capaz de englobar a diversificação da parcela do eleitorado que não participa” e mais especificamente do posicionamento assumido pelos entrevistados (2.420).⁴⁰

Esta tipologia combina duas dimensões do processo de participação política: uma objetiva/comportamental e outra subjetiva/atitudinal, objetivando avaliar o processo de participação e não-participação eleitoral. Para o primeiro caso (dimensão objetiva), tem-se a seguinte definição: votar (ou seja, escolher algum candidato) *versus* não votar (não votar, votar em branco ou anular o voto). Para o autor, “com as duas variáveis dicotomizadas, é possível construir-se um indicador de participação eleitoral, capaz de compor as duas dimensões desse processo”.

Quanto à dimensão subjetiva, verificou-se o grau de envolvimento subjetivo dos entrevistados com o mecanismo eleitoral (a pergunta foi: você votaria, mesmo se o voto não fosse obrigatório?).

Sobre a participação objetiva, os não-votantes são os eleitores mais jovens (de 16 a 25 anos), os que não trabalham, os que não têm posição em relação ao tipo de regime político, os de escolaridade intermediária e aqueles não têm partido político de preferência (MATTOS NETTO, 1997, p.114).

Isso significa dizer que, entre as variáveis utilizadas pelo autor para a construção da tipologia (sexo, atividade exercida, posição relativa ao regime de governo, idade, região de origem, classe social, renda, escolaridade, identidade partidária e interesse por política), sexo, classe social, renda, atividade, tipo de cidade e região geográfica não tiveram correlação estatística.

⁴⁰ Como informa Mattos Neto (1997, p.109), a pesquisa “Democratização e cultura política” foi coordenada por José Álvaro Moisés, do Núcleo de Pesquisa de Política Comparada (USP), junto com pesquisadores do Cedec e do Instituto Datafolha.

Em relação à variável de participação subjetiva, os não-participantes são as mulheres, os que exercem atividades manuais e oriundos da Região Nordeste e os que não têm identificação com os partidos.

Combinando cada componente da variável comportamental com os itens da variável atitudinal, foram encontrados quatro tipos de públicos em relação à participação eleitoral: o não-votante, que não votaria se o voto fosse facultativo e que não votou na eleição presidencial de 1989; o incongruente, que não votaria se o voto fosse facultativo, mas votou (incongruente porque não possui motivação subjetiva para a participação no jogo eleitoral); o crítico, que votaria mesmo que o voto fosse facultativo, mas não votou em função de algum tipo de discordância com relação ao funcionamento ou a outro aspecto do sistema político, e o votante, que votaria mesmo se o voto fosse facultativo.

A partir daí, traçou-se um perfil socioeconômico desses tipos de eleitores e depois a relação que cada um deles mantém com a democracia “e com temas políticos relacionados a ela”. Foram feitas várias correlações como, por exemplo, “os não-votantes e os incongruentes não dão importância ao Congresso e apresentam um grau de satisfação com a democracia abaixo da média geral, enquanto os votantes se posicionam mais favoravelmente à democracia, etc.”.

Desestruturação Social e Comportamento Eleitoral

Outros trabalhos importantes para a compreensão do comportamento eleitoral no Brasil, mais especificamente quanto à alienação eleitora, são os de Vittulo (2001 e 2002).

No primeiro trabalho (2001), ao analisar os níveis de participação e volatilidade eleitoral, o autor afirma:

Se observarmos a trajetória dos níveis de participação político-eleitoral nos estados brasileiros desde a reinstauração das instituições democráticas até nossos dias, podemos comprovar que existe uma preocupante curva ascendente no nível de ausentismo nas eleições, assim como um importante aumento do voto em branco e nulo. Também verificamos uma crescente volatilização nas preferências dos votantes e uma concomitante fragmentação das opções político-partidárias.

Nesse sentido, o autor se concentra “em questões mais estruturais, que incidem sobre as formas de integração social”, trabalhando com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Utilizando dados sobre abstenções, votos brancos e nulos nas eleições presidenciais de 1989 (1º e 2º turnos), 1994 e 1998 e para deputados federais de 1982, 1986, 1990, 1994 e 1998, Vitullo defende a existência de uma correlação significativa entre a abstenção ocorrida em cada ano eleitoral no Brasil e o IDH calculado por Estado (embora, saliente-se, o autor não apresenta dados relativos aos Estados).

Os valores mais baixos se produziram para as eleições presidenciais de 1994 e as de deputados federais em 1982 e 1986. Se, seguidamente, avaliarmos a correlação de percentagem de votos em brancos e o IDH (...) também podemos apreciar que os valores são, assim mesmo, significativos, salvo para um caso, o de 1982, ano em que todavia se tinha uma dinâmica própria dos tempos mais duros da ditadura militar, quando o voto em branco era utilizado como uma forma de expressar politicamente o descontentamento com o regime. No caso dos votos nulos (...) os valores são muito díspares, existindo muitos que mostram uma relação contrária a esperada, como é o caso das correlações negativas resultante do cruzamento do IDH e o número do 2º turno da eleição de 1989 e as eleições legislativas de 1986, 1990 e 1994 (VITULLO, 2002, p.240-214).

Nesse caso, diz o autor, “isso pode levar a pensar que não são os mesmos fatores sociais que ajudariam a explicar o comportamento abstencionista e o ato de anular o voto, como concluiu Lima Júnior (1990) ao estudar os fatores determinantes da alienação eleitoral no Brasil”, ou seja, “poderia chegar-se a afirmar, dada a grande variedade encontrada, que o voto nulo é utilizado também por certos setores como um ato consciente de protesto e não constitui tão somente um sintoma de alienação em relação ao mundo da política”.

Analisando os dados referentes às eleições presidenciais de 1989 a 1998, verifica-se um aumento da abstenção eleitoral (a participação diminuiu de 88,1% em 1989 para 78,5% em 1998). Da mesma forma, os votos brancos passaram de 1,6% no 1º turno da eleição de 1989 para 8,0% em 1998 e os nulos aumentaram de 4,8% para 10,7%, no mesmo período.

Na tentativa de explicar suas razões “sem pretender de forma alguma esgotar tão vasto tema”, o autor diz que “pode-se ensaiar algumas correlações entre as taxas de abstenção, votos nulos e brancos, por uma parte e fatores de índole social por outra, tratando de encontrar evidências que indiquem algum tipo de causalidade entre essas variáveis” e se concentra “em questões mais estruturais que incidem sobre as formas de integração social”, tendo como referência o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Não-Participação como Protesto Político?

Nicolau (2003, p.186), ao analisar a participação eleitoral no Brasil, afirma que:

Um tema frequentemente associado à participação política é o da taxa de votos inválidos (em branco e nulos). No entender de alguns analistas, os votos dados a partidos e candidatos devem ser entendidos como uma forma de não-participação, de protesto contra o sistema político ou métrica de credibilidade do processo político.

Ele contesta essa tese. Fazendo uma breve retrospectiva sobre o processo de ampliação do sufrágio nas democracias contemporâneas e, no caso do Brasil, do Império à República, com dados disponíveis sobre a evolução da participação eleitoral (evolução dos votos nulos e em branco nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas de 1945 a 1998), o autor afirma que, primeiro, ao se analisar a abstenção eleitoral, é preciso fazê-lo com cuidado, porque parte da abstenção é justificada e que essa taxa de justificativa é alta.

Segundo “as análises que lêem as taxas de abstenção nas eleições brasileiras como evidência exclusivamente de protesto contra o sistema político devem ser matizadas. Parece pouco razoável imaginar que eleitores que não votam e justificam o voto estejam protestando. Quando nada, para esses eleitores, ir às agências do correio no dia do pleito ou à zona eleitoral para justificar o voto é muito mais trabalhoso do que comparecer à seção eleitoral”. Os dados de 1996 mostram que, em 15 unidades da federação, havia mais eleitores inscritos do que adultos em idade de votar; daí a necessidade de, a exemplo do que ocorre em outros países, se calcular o comparecimento como proporção da população em idade de voto e não do cadastro de eleitores, relativizando a noção de protesto político.⁴¹

Outro aspecto diz respeito à comparação feita pelo autor entre a taxa de votos inválidos no Brasil e a de outras democracias, com dados das eleições legislativas em 53

⁴¹ A associação entre os votos nulos e brancos como protesto político foi muito recorrente no Brasil, especialmente durante a ditadura militar (eleições parlamentares). Mas, depois da ditadura, as taxas tanto de abstenções eleitorais quanto os votos nulos e em brancos continuaram expressivas e, portanto, entender apenas como protesto em relação à ditadura, por si só, não explica o fenômeno da alienação eleitoral. Em relação a essa tese (protesto político), McAllister e Makkai (1993), buscando compreender as causas dos votos brancos e nulos na Austrália – onde o voto é obrigatório, como no Brasil –, discutem a hipótese de que o não-voto era uma forma de expressão e protesto contra o processo eleitoral, às alternativas partidárias, os candidatos, ou uma combinação destes. Esse tipo de comportamento eleitoral, no qual o cidadão sai de sua casa e vai votar (para anular seu voto ou votar em branco) “ exige crítica e iniciativa, ou seja, maior sofisticação política, que estaria relacionada aos eleitores de maior grau de instrução”. No entanto, no caso da Austrália, com base em suas pesquisas, eles argumentam que esta hipótese não é confirmada: a taxa de votos não efetivos (brancos e nulos) é explicada pela proporção de imigrantes com poucos anos de residência no país e que, por estarem pouco familiarizados com o idioma e o complexo sistema eleitoral adotado no país, têm especial dificuldade no preenchimento da cédula.

países, entre 1996 e 2001: “observa-se que apesar da redução da taxa de votos inválidos ocorrida nas eleições de 1998, o Brasil ainda é um dos países com maior contingente de votos anulados – com uma taxa muito acima da média de outros países” (NICOLAU, 2003, p.292).

Quanto ao voto obrigatório, este é um aspecto relevante. Como mostra o autor, em países com voto compulsório, as taxas de participação são maiores, o que sugere que a obrigatoriedade do voto faz com que muitos votem, o que não fariam caso o voto fosse facultativo.

O Impacto do Voto Obrigatório

O voto obrigatório é uma medida institucional que estabelece um limite mínimo de participação política para os cidadãos, trazendo-os para o espaço público e assegurando que eles possam opinar a respeito de questões de seus interesses. Parece ser consensual, na literatura sobre o tema, o fato de que o voto obrigatório aumenta o comparecimento eleitoral (JACKMAN, 1987 e LANE e ERSSON, 1999).⁴²

No Brasil, o voto obrigatório foi implantado com o Código Eleitoral de 1932 e transformado em Norma Constitucional, a partir da Constituição de 1934, mantendo-se em todas as Constituições posteriores.

Para Figueiredo (1990, p.40):

Em países onde o voto não é obrigatório a taxa de abstenção varia fundamentalmente em função de dois fatores: a importância relativa da eleição sob observação e a taxa de competição política. A interação entre estes dois fatores faz com que a taxa de abstenção eleitoral varie enormemente em países como a França, Estados Unidos, Suíça e outros.

Historicamente, no caso brasileiro, o fato de o voto ser obrigatório não impediu que um grande número de cidadãos, inscritos nas juntas eleitorais, não tenham comparecido para votar. Tentaremos compreender algumas dessas razões na análise das eleições presidenciais de 1989 a 2002.

⁴² Há vários estudos nos poucos países europeus que ainda têm voto obrigatório, com é o caso da Austrália. MacAllister e Mackeras (1999) argumentam que o país possui um dos mais eficientes sistemas de voto obrigatório. Introduzi na década de 20, tem contribuído para a estabilidade do sistema partidário, no entanto, segundo o autor, apresenta uma desvantagem: um alto nível de votos inválidos, embora em pesquisa realizada pelos autores em 1996 tenha indicado que, caso o voto fosse facultativo, em torno de 80% dos entrevistados votariam, dados completamente distintos do Brasil, onde as pesquisas mostram que em média 50% dos eleitores inscritos não votariam caso o voto fosse facultativo.

No caso da pesquisa de Figueiredo (1990), o autor apresenta uma tabela sobre a “atitude ante a obrigatoriedade do voto” dos brasileiros, com dados (1982 a 1988)⁴³ que revelam que 1/3 dos eleitores não votaria se o voto não fosse obrigatório, o que vem a corroborar muitas outras pesquisas que mostram que, se o voto não fosse obrigatório, entre 1/3 e 50% do eleitorado não votaria.

Como resultado de outra pesquisa realizada pelo Idesp e por outros institutos em 1982 sobre voto obrigatório, diz Figueiredo (1990, p.39):

Observamos que, dentre os que declararam que não votariam, 43% apresentaram como razão para esta atitude a *não-efetividade do voto*. Os demais se distribuíam entre os que alegaram “falta de interesse” pela política em geral (25%) e outras respostas ambíguas e evasivas, que indicavam descrédito com a política ou com os políticos como meios de alterar a situação (...) As estimativas aqui apresentadas para a cidade de São Paulo coincidem com outros estudos feitos sobre a mesma atitude na Holanda e na Venezuela, países onde o voto também é obrigatório.

Para Vitullo (2002, p.234), um elemento a ser considerado a respeito da influência que a obrigatoriedade do voto pode ter sobre as taxas de participação eleitoral, para o caso brasileiro, refere-se ao fato de que há outros dois importantes grupos sociais para os quais a Constituição prevê o direito mas não a obrigação de votar: os cidadãos que têm entre 16 e 18 anos e os analfabetos, “grupos que estão entre os mais vulneráveis às políticas de ajuste e aos planos neoliberais implementados pelo governo federal nos últimos anos Tanto os menores de 18 como os analfabetos têm diminuído sua participação medida como proporção do universo total dos eleitores”.

O autor cita como exemplo o Estado do Rio Grande do Sul: os analfabetos “eram em 1994 6,0% do eleitorado, em 1996, 4,7%; em 1998, 4,5% e em 2000, 4,4% (tendo em conta que a taxa de analfabetismo nesta unidade da Federação é de 7,0%, o que equivale a dizer que praticamente 40% dos analfabetos do estado não exerceram seu direito de inscrever-se para votar)”.

No Brasil como um todo, 8% do padrão está formado por analfabetos, enquanto a taxa dos que não sabem ler nem escrever entre os que têm mais de 15 anos de idade aumenta para 14,7%, uma diferença de quase 7 pontos entre um valor e outro, ou dito de outra forma: 45% dos analfabetos brasileiros não estão sequer registrados para poder votar (VITULLO, 2002, p.235).

Elkins (2000) analisa as conseqüências da abolição do voto obrigatório no Brasil, Elkins (2000) utilizando um *survey* realizado pelo Instituto Datafolha, cujos dados foram coletados entre 16 e 18 de agosto de 1994, compreendendo 10.459 eleitores de 256 municípios (amostra aleatória estratificada para o país).

⁴³ Os resultados apresentados nesse estudo originam-se de uma pesquisa (Projeto História Eleitoral do Brasil) realizada pelo Idesp (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo).

Aplicando uma análise de regressão, o autor conclui que a escolaridade é um fator importante em relação ao voto, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, maior a probabilidade de votar, assim como a idade (quanto mais velho, maior probabilidade)

Em relação aos analfabetos, o autor diz que, a partir de 1988, com o direito de voto aos analfabetos, há um aumento da participação dos não-escolarizados, no entanto, não é correto afirmar que o analfabeto é especialmente participativo, mas sim que os que se registram para votar são mais motivados e votam mais, comparados ao restante da população registrada.

Para Nicolau (2003, p.292), há uma versão corrente que credita a alta taxa de votos anulados à obrigatoriedade do voto: “obrigados a comparecer para votar, os eleitores anulariam ou deixariam o voto em branco como forma de expressar seu descontentamento”.

De fato, diz o autor, a taxa de votos anulados é em média maior nos países que adotam o voto compulsório (7,4%) do que naqueles com voto facultativo (2,4%). “Mas as taxas conhecidas pelo Brasil, sobretudo nos anos 1990, estão muito acima de outras democracias, o que sugere que há algo de singular no processo de votação no Brasil”. A sugestão do autor é que isto é fruto não da obrigatoriedade do voto, mas da combinação de uma cédula complexa com altos contingentes de eleitores com baixa escolaridade.⁴⁴

O Voto deve ser Obrigatório ou Facultativo?

Não há consenso em relação a esta questão. Muitos autores defendem que o voto deve continuar a ser obrigatório no Brasil, enquanto outros argumentam no sentido contrário.

Kahn (1992), em estudo inteiramente dedicado ao voto obrigatório, reconstitui o debate no país desde o início do século XX. Entre outros aspectos, o autor mostra como os defensores do voto obrigatório no Brasil, como o então deputado Basílio de Magalhães

⁴⁴ Em relação à cédula eleitoral, Nicolau (2003, p. 293) afirma que as que foram utilizadas nas eleições gerais do Brasil, a partir de 1986, estavam entre as mais complexas do mundo. Além de ter que fazer um número relativamente alto de escolhas, o eleitor para votar em um candidato tinha que escrever o nome ou número deste na cédula. Para ele, em um país com alta taxa de analfabetismo, a complexidade da cédula foi e continua sendo responsável por altos contingentes de votos inválidos. Mas, se a complexidade da cédula eleitoral, associada a um alto contingente de eleitores com baixa escolaridade, certamente é um dos fatores que contribuem para aumentar o número de votos inválidos, por si só, como procuraremos demonstrar, não explica as taxas de alienação eleitoral.

(1924), argumentavam no sentido de que a obrigatoriedade do voto fazia com que as classes mais abastadas votassem e, em consonância com a maioria dos deputados e senadores da época, era contrário ao sufrágio universal, temendo que com isso houvesse uma participação maior das massas, aumentando assim sua influência eleitoral.

Os que defendiam o voto obrigatório também eram a favor da exclusão dos analfabetos do processo eleitoral.

Do ponto de vista legal, o voto obrigatório foi implantado através do Código Eleitoral de 1932 e incorporado à Constituição de 1934. Os analfabetos continuavam excluídos. Na Constituição de 1946, o voto obrigatório foi mantido, assim como a exclusão dos analfabetos, que só adquiriram seu direito de voto com a Constituição de 1988.

Com argumentos diferentes daqueles encontrados no início do século XX, muitos ainda continuam a defender a permanência do voto obrigatório. É o caso de Oliveira (1999), que analisando argumentos prós e contras a obrigatoriedade, defende a sua manutenção, afirmando que acabar com a obrigatoriedade do voto seria retirar da legislação “um dos poucos elementos equalizadores do sistema democrático brasileiro”:

Embora muitas vezes apresentada como uma norma pouco democrática, a obrigatoriedade do voto é uma medida institucional adotada em muitas democracias estáveis. E os motivos para essa adoção costumam obedecer a critérios políticos democratizadores, tais como conseguir a participação de grupos religiosos, minorias políticas ou, simplesmente, garantir a presença da maioria nas eleições.

Em seu artigo, Fernandes (1990), sociólogo marxista, também defende o voto obrigatório, pois constitui um “expediente pedagógico para politizar massas imensas, que não têm acesso à educação, à cultura e ao exercício dos direitos políticos na sociedade civil. Representa literalmente uma tentativa de difusão gradual da democracia de participação ampliada”.

Em outro artigo, publicado quatro anos depois, intitulado Voto: facultativo ou obrigatório? O autor volta a defender a obrigatoriedade do voto como “necessidade provisória”, dado que no Brasil existe um enorme atraso cultural, no qual os requisitos de cidadania não se difundem universalmente, por força da concentração social, racial e regional da riqueza, da educação e poder.

Para Fernandes (1990) “vivemos de fato sob uma democracia restrita (...) a obrigatoriedade do voto impõe-se como arma de dois gumes e como um ‘mal necessário’ até que a democracia alcance dinamismo próprio”.

Dirceu e Ianoni (1999) discutem esta questão, apresentando argumentos prós e contra a obrigatoriedade do voto e, embora não assumam explicitamente uma posição a respeito, adotam o que chamam de “posição pragmática”, indagando: “Neste momento, pelo menos, será mesmo oportuna a instituição do voto facultativo?”.

Uma defesa da obrigatoriedade do voto também é feita por Gonzalez *et al.* (1997, p.118), que, ao discutirem o voto obrigatório e a exclusão social no Brasil, afirmam que tanto os defensores do voto facultativo quanto os que defendem sua manutenção:

Se arvoram em verdadeiros guardiães da democracia, que se veria em perigo caso sua posição não fosse contemplada. Esta postura maniqueísta só pode ser justificada como discurso político, que precisa de um contraponto para se fortalecer; não resiste, no entanto, a uma análise mais aprofundada (GONZALEZ, *et al.* 1997, p.118).

Analisando as declarações de José Sarney e de Lula sobre o tema, o primeiro defendendo o voto obrigatório e o segundo, o voto facultativo, os autores estendem o debate para considerar como posições de esquerda e de direita. A primeira, que sempre lutou pela ampliação da base eleitoral, deveria, portanto, ser a favor do voto obrigatório e a direita, que sempre teve “a postura de evitar aquela ampliação temendo, justamente, um fortalecimento da esquerda”, deveria ser contra. Como compreender esse falso dilema?

Segundo os autores, a resposta está em Gramsci, para quem “a teoria da hegemonia”: “permite a compreensão de como a ideologia da classe (ou segmento de classe) dominante passa a ser defendida por setores e classes sociais que têm interesses históricos antagônicos àqueles”. Nesta perspectiva, a explicação dessa inversão de postura estaria na ausência de uma contra-hegemonia que permitisse neutralizar a ideologia dominante.

Do ponto de vista dos setores políticos e sociais que defendem a manutenção do status quo vigente, nada mais lógico do que defender que estes mesmos setores – potencialmente cooptáveis ideologicamente – participem politicamente (ainda que de forma compulsória) uma vez que seria relativamente fácil mantê-los sob a hegemonia da classe dominante (GONZALEZ, *et al.* 1997, p.119).

Os argumentos dos autores em defesa do voto obrigatório partem da distinção entre democracia como forma e democracia como conteúdo. No primeiro caso, os valores que podem estar em jogo são aqueles que não ameaçam os interesses das elites hegemônicas: “é justamente aí que consiste o erro dos segmentos de esquerda que defendem o voto facultativo, quando pensam que podem construir uma contra-hegemonia em um campo dominado pelos valores hegemônicos”.

O voto facultativo, segundo os autores, vai justamente ampliar a exclusão. Embora considerem “uma verdadeira democracia, que seja política, social e, sobretudo

econômica” algo quase utópico, é necessário ampliar a participação não apenas eleitoral, mas política, em sentido amplo. E a incorporação neste processo de todos os setores excluídos socialmente é um caminho necessário para reverter a atual situação. Quando o voto deixar de ser obrigatório, a esquerda será obrigada a ter um programa para incorporar estes setores na vida política (GONZALEZ, *et al.* 1997, p.120).

O fato é que, como é consensual na literatura sobre o tema, a obrigatoriedade do voto faz crescer o comparecimento às urnas. Segundo diversas pesquisas, caso no Brasil o voto não fosse obrigatório, algo em torno de 50% dos eleitores não votariam, embora seja difícil saber quantos indivíduos votam exclusivamente em função da obrigatoriedade do voto, mas certamente aumentaria a taxa de alienação eleitoral.⁴⁵

Um Modelo que Articula Fatores Político-Institucionais e Socioeconômicos

Power e Timmons (1995), analisam dados de votos inválidos e abstenções injustificadas de 12 eleições para senadores e deputados federais, de 1945 a 1990, propondo um modelo explicativo para o comportamento eleitoral, que incorpora fatores político-institucionais e socioeconômicos.

Na análise do contexto político-institucional, os autores estabelecem como variáveis o número de partidos no Congresso Nacional, as regras eleitorais e o impacto (ou não) do voto obrigatório nas taxas de participação eleitoral.

No primeiro caso, na eleição para a Câmara dos Deputados, os autores afirmam que no Brasil emprega-se um sistema “peculiar” com poucos exemplos no plano internacional, que é o sistema de representação proporcional de listas abertas. Nesse

⁴⁵Em 1982, o Instituto Datafolha e o Idesp (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Políticos de São Paulo) fizeram uma pesquisa em São Paulo e constatou-se que 43% dos entrevistados não votariam se o voto não fosse obrigatório. Em pesquisa posterior, intitulada “História do voto no Brasil”, realizada pelo Idesp na região do ABC paulista, os índices foram próximos da pesquisa anterior. Na pesquisa “Cultura política e democracia no Brasil”, coordenada por José Álvaro Moisés (USP), entre setembro de 1989 e março de 1993, na qual foram realizados vários *surveys* e entrevistadas 2.240 pessoas, em relação a eleição presidencial de 1989, 48,5% dos entrevistados afirmaram que não votariam se o voto não fosse obrigatório.

No dia 26 de agosto de 2006, o jornal *Folha de S.Paulo*, divulgou uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha e Rede Globo, em que foram entrevistados 6.278 eleitores de 272 municípios de 24 Estados e mais o Distrito Federal, em 21 e 22 de agosto de 2006, verificando-se que 49% não compareceriam às urnas se o voto fosse facultativo. Além disso, 18% dos eleitores ouvidos declararam a intenção de anular seu voto para deputado federal, o que significa, em relação à eleição de 2002, um aumento de 500%. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, consultar Khan (1992).

sistema cabe ao eleitor determinar a ordem dos candidatos que são apresentados numa lista pelos partidos políticos.

Para o Senado, o sistema é diferente: a eleição é majoritária (com bem menos candidatos) e com representação igual (três) por Estado da Federação.

Assim, há uma diferença importante, com implicações no que diz respeito ao voto: em relação ao Senado, votar é mais fácil, por ter menos candidatos concorrendo, enquanto para a Câmara existe uma cédula complexa e um sistema de representação proporcional de compreensão mais difícil, que torna mais trabalhoso o cálculo do eleitor. Além disso, há um grande número de candidaturas que o sistema permite, fazendo com que a opção dos eleitores em relação às alternativas exija maior sofisticação política e um alto grau de incerteza sobre o resultado final e seus favorecidos. Isso contribui para o aumento dos votos inválidos.

Quanto à participação eleitoral, ao examinarem as taxas de votos inválidos para esse período, os autores consideram as variáveis institucionais como causas possíveis da variação dos votos inválidos. Essas variáveis são: grau do sufrágio; o tamanho do mercado de partidos e candidatos; a complexidade da cédula eleitoral; e sistema eleitoral.

Nas eleições com menos candidatos e para cargos majoritários, a participação eleitoral é maior. Uma das descobertas mais importantes é que o número de partidos políticos em competição é diretamente proporcional a votos inválidos e, quanto à cédula eleitoral, esta certamente tem impacto significativo: quanto mais complexa, como é o caso das eleições proporcionais, maior número de votos inválidos.

No que se refere às características sócio econômicas, os autores selecionaram alguns indicadores-chave, que descrevem a variação nos níveis de desenvolvimento econômico em todos os Estados (níveis de alfabetização, percentual da população em áreas urbanas e rurais e número de mulheres na força de trabalho), concluindo que estes explicam apenas em parte os votos inválidos (crescimento econômico, por exemplo, é proporcional a votos inválidos e inversamente proporcional às abstenções). Entre os outros fatores que explicam os votos inválidos, está o “protesto político”, que não deve ser desconsiderado, mas também não pode ser tomado isoladamente. Da mesma forma, o voto obrigatório não é nem garantia de participação eleitoral, nem a causa única dos votos nulos e em branco.

Quanto ao sistema eleitoral, os autores afirmam que o “inusitado” sistema de representação proporcional de listas abertas gera características institucionais que funcionam como uma barreira, impedindo a incorporação efetiva de eleitores recém-alistados, contribuindo assim para ampliar a margem dos votos inválidos.

Ao se analisarem os votos para o Senado e a Câmara de Deputados, verificam-se outras diferenças. Nas eleições para a Câmara – representação proporcional de listas abertas –, por exemplo, os indicadores educação e *status* socioeconômico foram mais explicativos do que os modelos baseados em fatores institucionais (ao contrário do Senado).

Em relação especificamente à abstenção, os autores acrescentam ao modelo a variável extensão territorial e confirmam a hipótese de Lima Junior (1990a) que provou ser um fator positivo em todos os três modelos em que foi incluída, enquanto o direito de voto dado aos analfabetos, por exemplo, não exerceu efeito algum sobre as taxas de abstenção (POWER e TIMMONS, 1995, p.819, tradução nossa).

Em síntese, para os autores, a adoção do sistema de representação proporcional, no Brasil, enfraquece a autoridade dos partidos sobre os eleitos e levam os eleitores a votarem mais em candidatos do que em partidos, exacerbando um “individualismo selvagem”. Além disso, voto obrigatório não é garantia de participação eleitoral (até porque comprova-se o crescimento da alienação eleitoral mesmo com voto obrigatório).

Em relação aos votos inválidos, os autores concluem que:

- o protesto político e o *status* socioeconômico explicam apenas em parte, embora o crescimento econômico seja proporcional a votos inválidos;
- o aumento das mulheres da participação das mulheres no mercado de trabalho contribuiu positivamente para o crescimento dos votos inválidos;⁴⁶
- o aumento do número de partidos concorrendo numa eleição é diretamente proporcional a voto inválido.

⁴⁶ Faria (1978), analisando os votos nulos e brancos nas eleições de 1974 para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa em São Paulo, tem outra explicação. Para o autor, “A variável que se relaciona de forma mais estreita com estas duas variáveis (depois de controladas as outras variáveis independentes) é a taxa de participação das mulheres na PEA (População Economicamente Ativa). Aumentar esta taxa – controladas as outras variáveis – diminuiu a proporção de votos em branco e nulos” (Faria, 1978, p.234-235).

No próximo capítulo, apresentam-se os dados da pesquisa sobre a alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 1989 a 2002 e a pertinência (ou não) dos modelos explicativos apresentados.

CAPÍTULO V – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL (1989 A 2002) E A ALIENAÇÃO ELEITORAL

Antes da apresentação e análise dos dados das taxas de alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 1989 a 2002, é necessário esclarecer os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

O primeiro refere-se às variáveis analisadas. As variáveis dependentes são as taxas de abstenção, os votos em branco e os nulos e as independentes compreendem IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), IES (Índice de Exclusão Social), Região, extensão territorial e densidade eleitoral.

A taxa de abstenção corresponde à proporção do eleitorado que não votou, sobre o eleitorado inscrito, enquanto a taxa dos votos nulos e em branco é a proporção sobre o eleitorado votante (eleitorado efetivo).⁴⁷

O IDH faz parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ ONU) e mede o nível de desenvolvimento humano, utilizando como critérios três indicadores: educação, longevidade e renda. Na educação, os indicadores são alfabetização (taxa de alfabetização de adultos, pessoas com 15 ou mais anos de idade e a taxa de escolarização bruta que combinam os níveis primário, secundário e superior) e taxa de matrícula. Para a longevidade, o indicador é a esperança de vida ao nascer e, para a renda, corresponde ao PIB *per capita*. Assim, o IDH é uma média ponderada de três indicadores: um econômico, um educacional e um de saúde.

O IDH varia de zero a um, sendo que um índice entre zero e 0,499 significa baixo desenvolvimento humano, de 0,500 a 0,799 é considerado de médio desenvolvimento humano e mais de 0,800 equivale a desenvolvimento alto. Ou seja, países com IDH próximo a 1 (um) são os que têm melhores condições de vida (neste grupo estão incluídos, entre outros, Noruega, Suécia, Austrália, Dinamarca, Canadá e Holanda). O Brasil pertence ao grupo de países com médio desenvolvimento, ocupando, em 2002, a 17ª posição entre estes países e a 72ª posição entre todos os países.

⁴⁷ Os dados relativos à abstenção, votos em branco e nulos tiveram as seguintes fontes: Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br), banco de dados do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro) e o livro *Dados Eleitorais do Brasil: 1982-1996*, de Nicolau (1998).

O primeiro relatório de desenvolvimento humano foi publicado em 1990. No Brasil, o primeiro relatório é de 1996 com dados relativos à 1991, por Estado.⁴⁸ O IDH foi organizado por Estado e região.

O IES (Índice de Exclusão Social) foi criado por Pochmann e Amorim (2003) teve como base uma pesquisa nacional nos então 5.507 municípios brasileiros, tendo como parâmetro a metodologia do IDH.

O IES amplia os indicadores relativos ao IDH, incluindo sete dimensões: pobreza, emprego formal, desigualdade social, juventude (“vulnerabilidade juvenil”), alfabetização, escolaridade e violência (baseado em dados do Datasus, do Ministério da Saúde, mais especificamente quanto à incidência de homicídios para cada 100 mil habitantes).⁴⁹

Outra variável utilizada refere-se à extensão territorial, é a área total do Estado (km²). Já a densidade eleitoral é a relação entre o total de eleitores inscritos, dividido pela extensão territorial.

Os dados sobre extensão territorial e densidade eleitoral de cada Estado e Distrito Federal foram extraídos do *Anuário Estatístico* do IBGE (2005). No modelo estatístico deste estudo, para diminuir o coeficiente de variação (CV), os dados foram transformados em \sqrt{x} .

A opção foi trabalhar com dados agregados, o que apresenta vantagens e desvantagens. Certamente há importantes diferenças nas correlações de algumas variáveis, quando estimadas no plano individual ou no agregado. No caso do Brasil, não existem dados disponíveis para que se possam fazer inferências no plano individual (ou seja, não é possível saber quem votou nulo ou em branco e, no caso das abstenções, esses dados não são disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais).

⁴⁸ Em 2002, o PNUD disponibilizou no seu site (www.pnud.org.br) o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, com dados dos 5.507 municípios do país, relativos a 2001. Como traz dados por municípios, passa a ser denominado a partir de então de IDH-M. Foram os dados desses dois relatórios que utilizamos no presente estudo (ver dados, anexos, extraídos dos respectivos relatórios), sendo que, para cada ano eleitoral, utilizou-se o índice mais próximo do ano da eleição, ou seja: eleições de 1989 e 1994, o IDH de 1991, e para as eleições de 1998 e 2002, o IDH-M de 2001.

⁴⁹ Entre outros dados, a pesquisa revela que, dos 5.507 municípios brasileiros, apenas 200 apresentam um “padrão adequado de vida” e 42% (equivalente a 21% da população brasileira) estão em situação de exclusão social. Das regiões, a mais pobre é o Nordeste, que, contando com mais de 28% da população brasileira e pouco menos de 33% do total de municípios, do país, abriga 72,1% (1.651) do total (2.290) dos municípios com maior índice de exclusão de todo o país.

Esse é um aspecto importante: os estudos baseados na análise de dados agregados, para explicar o comportamento eleitoral (no caso, a não-participação eleitoral), devem evitar o que a literatura especializada chama de “falácia ecológica”, ou seja, fazer inferências no plano individual a partir de dados agregados.

Se, em princípio, a abstenção é um fenômeno que ocorre em nível individual, é possível analisar o fenômeno da alienação eleitoral a partir de dados agregados, considerando a variação das taxas de alienação eleitoral através de países, Estados e regiões. A análise de dados agregados, se manejados com cuidado, pode ser importante nos casos em que não existam dados individuais disponíveis ou estes resultam inadequados para a análise.

Justificativa do Uso de Algumas Variáveis

A inclusão da extensão territorial tem por objetivo verificar a pertinência da tese de Lima Junior (1990a) quanto à sua influência em relação às taxas de abstenção. O autor, utilizando o Método de Regressão pelos Mínimos Quadrados relativo ao 1º turno das eleições presidenciais de 1989, mostra que os determinantes do absentismo eleitoral, diferentemente dos votos em branco e nulos, são de natureza ecológica, “que facilitam, dificultam ou impedem o deslocamento do eleitor até às urnas”. Essa tese foi também comprovada por Reis (1991 e 1992)⁵⁰ e Power e Timmons (1995).

Quanto à densidade eleitoral, foi um indicador alternativo e complementar utilizado por Reis (1992), para a eleição presidencial de 1989, significando a relação entre extensão territorial com a população (em nosso caso, relativo aos Estados). Considerou-se um indicador pertinente e utilizou-se, aqui, em relação às quatro eleições presidenciais (1989 a 2002).

Alves (1999) também utilizou esse indicador para a eleição presidencial de 1994, afirmando que parece mais adequado porque pondera a extensão do território com a população de eleitores residentes e, desta forma, evita-se que Estados com territórios

⁵⁰ Reis (1991) analisa as taxas de abstenção e votos nulos e em branco nos dois turnos da eleição presidencial de 1989, a partir da construção de uma matriz de correlações (utilizando o coeficiente de Pearson) para verificar a existência da associação entre essas taxas com outros indicadores, como renda, grau de instrução, religião e cor chegando às mesmas conclusões de Lima Junior (1990) quanto à determinação da abstenção eleitoral.

extensos, mas ao mesmo tempo muito populosos, tornem-se casos destoantes, “prejudicando o ajustamento do modelo”.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, ao analisar os dados a partir de 1990 e as taxas de alienação eleitoral, percebeu-se uma ação entre as respectivas taxas e o IDH, por região (as regiões com menor IDH apresentavam taxas de alienação maiores). Esse índice foi utilizado também por Vitullo (2001 e 2002) para as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, e para deputados federais de 1982, 1986, 1990, 1994 e 1998. Acrescentamos a eleição presidencial de 2002, utilizando outro modelo estatístico (Método de Regressão pelos Mínimos Quadrados).

O uso do IES (Índice de Exclusão Social) amplia os indicadores e, juntamente com o IDH, possibilita estabelecer uma relação com as taxas de alienação eleitoral.

Para analisar o quanto da variação na taxa de votos em branco e nulos e abstenção (variáveis dependentes), nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002, pode ser explicada pela variação no IDH e IES (além de outras variáveis, como região, extensão territorial e densidade eleitoral) variáveis independentes ou explicativas, os dados foram submetidos à análise de Regressão pelo Método dos Mínimos Quadrados.

Inicialmente, calculou-se o coeficiente de correlação linear (r) entre as variáveis para verificar a existência ou não de uma relação linear entre elas. Em seguida, foram montados os modelos de regressão linear para cada um dos indicadores eleitorais (votos em branco, nulos e abstenção).

Partindo da hipótese de que a variação na taxa de votos em branco e nulos é dependente da variação nos indicadores socioeconômicos (IDH e IES) de cada Estado, e que a variação na abstenção depende principalmente da extensão territorial e da densidade eleitoral, o modelo de regressão inicialmente proposto incluía todas essas variáveis:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 ID + \beta_2 IS + \beta_3 R + \beta_4 ET + \beta_5 D + \epsilon_i$$

Onde:

. Y - é o indicador eleitoral (taxa de abstenção, votos em branco e nulos, taxa de alienação);

. β_0 - é o coeficiente linear (a) da regressão;

. $\beta_{1,2,3,4,5}$ - são os coeficientes de regressão (b) do modelo, para cada variável independente;

- . ID é o efeito do IDH;
- . IS é o efeito do IES;
- . R é o efeito da região;
- . ET é o efeito da extensão territorial;
- . DE é o efeito da densidade eleitoral e;
- . ϵ_i é o efeito do erro experimental aleatório.

Ao executar a análise de regressão, utilizou-se à opção *stepwise*, do pacote estatístico STATERRAPHICS 2.0, que usa como critério de inclusão para o primeiro fator no modelo aquele com mais alto coeficiente de correlação com a variável dependente. A partir daí, recalcula o coeficiente de correlação parcial e vai incluindo as variáveis com os mais altos coeficientes de correlação. Este procedimento foi realizado para cada uma das variáveis dependentes, sendo determinado o modelo de regressão para cada indicador.

Para a comparação do percentual médio de votos em branco e nulos e de abstenção entre as regiões e os respectivos IDH e IES, os dados foram submetidos à análise de variância (ANOVA), com comparação de médias pelo teste de Fisher's (diferença mínima significativa) a $P < 0,05$.

Para isso, as regiões geográficas foram classificadas em: **1** = Região Norte; **2**= Região Nordeste; **3**= Região Centro Oeste; **4**= Região Sudeste e **5**= Região Sul.

Para os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, os Estados foram distribuídos em quatro classes com os seguintes intervalos:

1= Estados com IDH entre 0,5 e 0,599:

IDH 1991- AL, BA, CE, MA, PB, PI, SE

2= Estados com IDH entre 0,6 e 0,699:

IDH 1991 - PE, RN, AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO, MT, ES, MG

IDH 2000 – AC, AL, BA, MA, PB, PI, SE

3= Estados com IDH entre 0,7 e 0,799:

IDH 1991- DF, GO, MS, RJ, SP, PR, SC, RS

IDH 2000 – AP, AM, PA, RO, RR, TO, CE, PE, RN, GO, MT, MS, ES, MG, PR.

4 = Estados com IDH entre 0,8 e 0,899:

IDH 2000 - RJ, SP, RS, SC, DF.

Quanto ao Índice de Exclusão Social - IES, os Estados foram distribuídos em quatro categorias, de acordo com os intervalos de classes propostos por Pochmann e Amorim (2003) (ver Anexo).

0 = Estados com IES entre 0,000 e 0,312: MA, PI, CE, PB, PE, AL, SE

1 = Estados com IES entre 0,313 e 0,381: BA, TO, AC, AM, RR, PA, AP

2 = Estados com IES entre 0,382 e 0,588: RO, MG, MS, GO, MT, ES, RN

3 = Estados com IES entre 0,589 e 1,000: SP, RJ, PR, SC, RS, DF

Todas as análises foram realizadas no programa estatístico STATGRAPHICS SYSTEM, versão 2.

Em relação às eleições presidenciais, os anos (1989, 1994, 1998 e 2002) foram analisados distintamente, com uma introdução a respeito das respectivas conjunturas eleitorais. O objetivo não é fazer uma extensa revisão da literatura publicada sobre o tema, mas situar, brevemente, o contexto das eleições para a compreensão dos dados que serão analisados relativos às taxas de votos em branco, nulos e abstenção eleitoral.⁵¹

Para fins analíticos, a abstenção foi separada dos votos nulos e em branco, por se entender, como o faz Lima Junior (1990a) e Reis (1991), que possuem lógicas diferentes.

Para Lima Junior (1990a), a abstenção é determinada por fatores de natureza ecológica (extensão territorial) e pelo grau de urbanização, enquanto os votos em branco e nulos dependem da extensão territorial, porém, diversamente do que ocorre com o absenteísmo, a relação é negativa (quanto maior a extensão territorial, menor a proporção dos votos em branco e nulos).

⁵¹ Para uma interpretação mais ampla a respeito do comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de 1989, com distintas interpretações, consultar Lima Jr. (1989, 1990a e 1993), Lamounier (1991), Figueiredo (1990), Sallum *et al.*(1990), Giannotti (1990), Oliveira (1990), Reis (1991), Kinzo (1992), Castro (1994), Silveira (2001), Singer (2000) e Carreirão (2002).

Para o autor, existem fatores de natureza ecológica e social que condicionam o comportamento eleitoral no Brasil, dificultando o processo decisório do eleitor e levando-o a optar por não comparecer às urnas ou por votar em branco ou anular o voto. O autor analisa dados a respeito da eleição presidencial de 1989. Verificar-se-á a pertinência dessa tese, analisando, conforme definido, mais três eleições presidenciais (1994, 1998 e 2002).

Eleições Presidenciais 1989

Conjuntura eleitoral

O final formal da ditadura militar ocorreu com o término do governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985) e a eleição, no Colégio Eleitoral, do presidente Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney.

A eleição de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, ao contrário do que acontecia no regime militar, que apenas servia para referendar o nome de um general do Exército, ocorreu depois de um amplo movimento conhecido como Campanha pelas Diretas, que tinha por objetivo o restabelecimento, pela via direta, das eleições presidenciais. Iniciado no princípio de 1984, o movimento empolgou o país, ocorrendo grandes manifestações, comícios, com a adesão de artistas, intelectuais e a presença de grandes massas populares, caracterizando-se como uma das maiores manifestações de massa na história política brasileira e de grande importância para o processo de redemocratização no país.⁵² Com comícios com a presença de mais de um milhão de pessoas, como foram os casos do Rio de Janeiro e São Paulo, em abril de 1984, não dava para ser ignorado pelo governo.

No entanto, o restabelecimento de eleições diretas para presidente da República (já vigorava para governadores desde 1982), dependia da votação pelo Congresso Nacional de uma Emenda à Constituição.

Pressionado pelo movimento das ruas e por parte do Congresso Nacional, o governo convocou o Congresso para votação da emenda (conhecida como Emenda Dante de Oliveira, por ter sido iniciativa do então deputado federal por Mato Grosso), para o dia 25 de abril de 1984.

Em meio a grandes expectativas, a emenda foi votada na Câmara dos Deputados: teve 298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções. No entanto, faltaram 113 deputados e, assim, por não atingir o quorum mínimo exigido, a emenda foi rejeitada (faltaram 22 votos para sua aprovação).⁵³

⁵² Para maiores detalhes sobre o Movimento pelas Diretas, consultar Kotscho (1984).

⁵³ O dia da votação na Câmara foi de apreensão. Foi decretado Estado de Emergência em Brasília. E o inusitado foi a presença do general Newton Cruz, que, montado num cavalo, chicoteava os carros que buzinavam em frente ao Congresso Nacional.

Decidido que o próximo presidente da República teria que ser, mais uma vez, eleito pelo Colégio Eleitoral, foi marcada para o dia 15 de janeiro de 1985 a data para sua votação.

Concorreram dois candidatos: Tancredo Neves, do PMDB, ex-ministro e governador de Minas Gerais (em meio a uma ampla articulação, envolvendo lideranças civis e militares); e o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, do PDS.

Tancredo Neves obteve 480 votos, contra 180 para Paulo Maluf, tornando-se, assim, o presidente da República.

O presidente eleito, no entanto, não tomou posse. Acometido de grave doença, morreu depois de uma prolongada internação, sendo o cargo assumido pelo seu vice, José Sarney.

O governo de José Sarney pode ser, resumidamente, dividido em dois momentos distintos: o que vai da sua posse em 15 de março de 1985 (em 22 de abril de 1985, com a morte de Tancredo é investido oficialmente como presidente da República) até as eleições de 1986; e depois das eleições.

No primeiro ano de governo, tendo como de sustentação no Congresso os partidos que haviam formado a Frente Liberal, PMDB e PFL (formado a partir de uma dissidência do PDS), um dos acontecimentos mais importantes talvez tenha sido a aprovação de uma Emenda Constitucional, em 10 de maio, que restabeleceu eleições diretas para as prefeituras de cidades consideradas, pelo regime militar, “Áreas de Segurança Nacional”, concedeu o direito de voto aos analfabetos e maiores de 16 anos e convocou uma Assembléia Nacional Constituinte (que se reuniu a partir de abril de 1987 e aprovou uma nova Constituição, em outubro de 1988).

O governo, no entanto, sem um plano econômico consistente, não conseguiu conter a inflação, que crescia a cada dia. O ano de 1985 terminou com uma inflação oficial de 225,16%.

Em 1º de março de 1986, com Dílson Funaro como ministro da Fazenda, foi lançado o Plano Cruzado, que estabeleceu uma ampla reforma monetária: substituiu a moeda (cruzeiro pelo cruzado), cortando três zeros; extinguiu a correção monetária, criando um índice de Preço ao Consumidor (IPC) para corrigir aplicações financeiras e poupanças; estabeleceu um congelamento de preços por um ano, assim como os salários (valor médio dos últimos seis meses, acrescido de um abono de 8%); e criou o que ficou

sendo chamado de “gatilho” que seria acionado toda vez que a inflação atingisse ou ultrapassasse os 20%.

Com o controle da inflação e o congelamento (artificial) dos preços dos produtos, Sarney atingiu altos índices de popularidade. Nas eleições para governador, em outubro de 1986, o PMDB, partido do governo, venceu em 22 dos então 23 Estados da federação (exceção foi o Estado de Sergipe).

No entanto, logo depois das eleições e proclamados os resultados das urnas, houve uma mudança substancial no plano econômico, com liberação dos preços (ficaram congelados, portanto, até a eleição) e crescimento progressivo da inflação.

A partir de então, o governo passou por um crescente desgaste, com sucessivas denúncias de corrupção,⁵⁴ perdendo, progressivamente, apoio em sua base parlamentar de sustentação. No início de 1988, já era grande o descontentamento, ampliado pelo fracasso de outros planos econômicos.⁵⁵ No final do ano, a inflação anual atingiu 1.037%.

O desgaste interno levou a uma divisão no então maior partido do país, o PMDB, quando expressivas lideranças saíram do partido e criaram o PSDB (José Serra, Franco Montoro, Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, entre outros).

Em março de 1989, com as eleições já marcadas para outubro, o PMDB lançou Ulysses Guimarães como candidato, que declarou uma posição de “independência” em relação ao governo. O PSDB lançou Mario Covas, o PDT Leonel Brizola, o PT, com apoio do PSB e PC do B, lançou Luiz Inácio Lula da Silva, o inexpressivo PRN, junto

⁵⁴ Em função das inúmeras denúncias de corrupção no governo, foram feitas várias tentativas de instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso. Como o governo tinha maioria nas duas Casas, foram poucas as que conseguiram ser instaladas. Uma das denúncias que tiveram maior repercussão foi a do escândalo de fraudes na licitação da ferrovia Norte-Sul, feitas pelo jornalista Jânio de Freitas, na *Folha de S. Paulo*, que antecipou os resultados da concorrência fraudada (em abril de 1987, com Luis Carlos Bresser Pereira no Ministério da Fazenda, o projeto foi cancelado). Houve muitas outras denúncias, como a que envolveu o diretor comercial da Petrobrás, acusado de extorquir banqueiros (exigindo pagamento de comissões no desconto de duplicatas emitidas pela subsidiária BR Distribuidora). Esse escândalo levou à criação de uma CPI. Outro escândalo de grande repercussão foi um relatório do senador Carlos Chiarelli (PFL/RS), que denunciou o governo e vários ministros de usarem verbas públicas para favorecer empresários.

⁵⁵ Além do Plano Cruzado I, houve o Plano Cruzado II, e com a substituição do ministro Dílson Funaro por Luis Carlos Bresser Pereira, em abril de 1987, houve mais dois planos, o Plano Bresser I e II (com a saída de Bresser Pereira e a entrada no Ministério da Fazenda de Mailson da Nóbrega, em 1989, houve ainda outro plano econômico, conhecido como Plano Verão e, como os demais, igualmente fracassado).

com o PST, PSC e PRT, lançou Fernando Collor e mais 17 partidos lançaram candidatos.⁵⁶

Em setembro de 1989, o Instituto Datafolha divulgou uma pesquisa, na qual 68% dos eleitores consideravam o governo Sarney ruim ou péssimo. A inflação chegava a quase 80% ao mês.

A campanha eleitoral se deu, portanto, num contexto de expressiva rejeição ao governo Sarney, a ponto de o candidato à Presidência pelo partido do presidente, Ulisses Guimarães, declarar sua “independência” em relação ao governo.

Desde o início da campanha eleitoral, os candidatos com maiores índices nas pesquisas eleitorais, eram os de oposição ao governo: Lula, Brizola, que lideram as pesquisas logo no início da campanha eleitoral, e o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, que aparecia, no início de março, com 9% das intenções de voto.

Fernando Collor, que havia sido eleito governador de Alagoas em 1986, passou a atacar sistematicamente o governo Sarney, com uma retórica oposicionista agressiva (inclusive em relação aos políticos em geral) e, uma campanha bem planejada (a figura do “caçador marajás” foi a peça-chave do *marketing*, que teve grande sucesso, além do apoio de parte expressiva da mídia (CONTI, 1999), que o projetou como uma espécie de “herói nacional”, com isso, passou a crescer nas pesquisas de intenção de votos, e no final de março, já liderava as pesquisas, mantendo-se até a data da eleição.

Analisando a estratégia de *marketing* adotada por Fernando Collor, Figueiredo (2003, p.65) afirma que “o eleitorado buscava uma ruptura completa – e, se possível, rápida – com tudo aquilo que pudesse ter conexão com o *status quo*. O candidato que melhor entendeu essa demanda – e incorporou com maior brilho e talento esse discurso – foi Fernando Collor de Mello, que prometeu, na ocasião, debelar a inflação com um único tiro”.

⁵⁶ Os partidos que concorreram às eleições e os respectivos candidatos são: PRN (Fernando Collor), PT (Lula), PDT (Leonel Brizola), PSDB (Mario Covas), PDS (Paulo Maluf), PL (Guilherme Afif Domingos), PMDB (Ulisses Guimarães), PCB (Roberto Freire), PFL (Aureliano Chaves), PSD (Ronaldo Caiado), PTB (Affonso Camargo), Prona (Enéas Carneiro), PSP (Marronzinho), PP (P.G.), PCN (Zamir), PN (Livia Maria), PLP (Eudes Mattar), PV (Fernando Gabeira), PMN (Celso Brant), PPB (Pedreira), PDC do B (Manuel Horta) e PMB (Corrêa).

Para Sallum Jr. *et al.*(1990) o "caldo de cultura" do fenômeno Collor foi a vontade de mudança social, aliada às "frustrações continuadas das expectativas", culminando com o fracasso da "Nova República": desorganização e/ou desmobilização político-partidária.

Um fator crucial para o êxito dessa empresa foi certamente, a possibilidade de praticamente monopolizar a mídia eletrônica para fins políticos até dois meses antes das eleições e ter presença dominante nos outros meios de comunicação de massa. Mesmo depois de iniciada a propaganda eleitoral gratuita, Collor manteve o domínio da mídia, particularmente porque o próprio sistema Globo de televisão e rádio fez parte, e, relevante, da "empresa político-eleitoral" mencionada (SALLUM JR. *et al.* 1990, p.80).

As eleições foram realizadas em outubro de 1989, depois de 25 anos de ditadura militar e 29 anos após as últimas eleições presidenciais pela via direta. A novidade em relação a esta eleição é que passou a vigorar um sistema de maioria absoluta em dois turnos (extensivo também para eleição de governadores).⁵⁷ Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva, com 28,5% e 16,1% dos votos válidos, respectivamente, disputaram o 2º. turno. Fernando Collor teve um total de 20.611.011 votos e Lula 11.622.673 votos.

⁵⁷ Entre 1945 e 1964, os presidentes e governadores eram eleitos segundo o sistema de maioria simples. Com o retorno das eleições diretas para governador em 1982, esse sistema foi mantido, assim como na eleição de 1986. Com a Constituição de 1988, foi estabelecido que o 2º turno será realizado, se nenhum dos candidatos obtiver no primeiro turno a maioria absoluta dos votos. Em relação ao Legislativo, continuaram a ter dois métodos: no Senado, a eleição continuou a ser por maioria simples e para as Câmaras baixas (federal, estadual e municipal), continuou a vigorar o método do sistema de representação proporcional de listas abertas.

Tabela 4
Distribuição dos votos na eleição presidencial no 1º turno, segundo candidatos
Brasil – 1989

Candidatos	% sobre total de votantes	% sobre total de votos válidos	Números absolutos
Fernando Collor	28,5	30,4	20.611.011
Luiz Inácio Lula	16,1	17,1	11.622.673
Leonel Brizola	15,5	16,5	11.168.228
Mario Covas	10,8	11,5	7.790.392
Paulo Maluf	8,3	8,8	5.986.575
Guilherme Afif	4,5	4,8	3.272.462
Ulisses Guimarães	4,4	4,7	3.204.932
Roberto Freire	1,1	1,1	769.123
Aureliano Chaves	0,8	0,8	600.838
Ronaldo Caiado	0,7	0,7	488.846
Affonso Camargo	0,5	0,5	379.286
Outros	2,3	2,5	1.732.283
Votos válidos	93,6	100,0	67.626.649
Branco/nulos	6,4		4.654.260
Abstenção			9.793.809
Eleitorado			82.074.718

Fonte: Singer (1999, p.63).

O eleitorado nesta eleição foi de 82.056.226, dos quais compareceram para votar 72.277.408 eleitores. A alienação eleitoral, no 1º turno, chegou a 14.442.984 eleitores (só de abstenção foi 9.793.809), correspondendo a um total de 18,3% em relação ao eleitorado inscrito.

Portanto, a alienação eleitoral só não foi maior do que a votação de Fernando Collor. Em relação ao 2º colocado, Luiz Inácio Lula da Silva, foram quase três milhões a mais e, com exceção dos votos de Mario Covas e Leonel Brizola, foi maior do que a soma dos votos dados a todos os outros 18 candidatos.

Mesmo considerando que foram as primeiras eleições presidenciais diretas depois de 29 anos, dos quais 21 anos de ditadura militar, a polarização ideológica e o uso intensivo do *marketing* eleitoral, a taxa de alienação eleitoral foi muito alta, com mais de

14 milhões de eleitores inscritos que votaram em branco, anularam o voto ou se abstiveram.

O segundo turno foi realizado em 17 de dezembro e Fernando Collor obteve 35.089.998 votos, contra 31.076.364 de Lula. Em termos absolutos, houve uma diminuição dos votos em branco e nulos e um aumento da abstenção (de 9.793.809 para 11.806.032). A alienação eleitoral aumentou para 15.900.371 e a taxa de alienação cresceu para 22%.

Não é objetivo deste trabalho explicar exaustivamente as razões da vitória de Fernando Collor, mas há dois aspectos importantes a salientar em relação a esta eleição.

O primeiro diz respeito ao papel mídia e do *marketing* político, como já foi destacado por diversos autores, foi fundamental para a vitória de Collor.⁵⁸ Segundo Kucinski (1998, p.106), “os barões da imprensa deram a contribuição decisiva à campanha da burguesia para derrotar Lula a qualquer preço”.⁵⁹

A mídia também influenciou a participação eleitoral, à medida que, em eleições com maior cobertura jornalística, há maior participação, ou seja, são fatores de mobilização política. Como diz Reis (1991, p.16), “as taxas de alienação eleitoral estão relacionadas significativamente com os indicadores de exposição aos meios de comunicação, comprovando o impacto destes veículos especialmente quanto à abstenção”.⁶⁰

O segundo aspecto refere-se à polarização ideológica, especialmente mais clara no 2º turno, que tornou a eleição mais concorrida, levando a disputa para dois turnos⁶¹: Lula,

⁵⁸ Quanto ao papel da mídia, em relação tanto à eleição, quanto ao processo de *impeachment de* Collor, consultar Rubim (1989), Fausto Neto (1994), José (1996), Conti (1999) e Kucinski (1998). Sobre o *marketing* político, ver Figueiredo (2000).

⁵⁹ Kucinski (1998), ao analisar a cobertura da mídia, destaca, entre outros aspectos, a fraude do último debate (2º turno) entre Lula e Collor pela rede Globo, que, para o autor, “foi decisiva na inversão da tendência eleitoral que mostrava Lula atropelando Collor nos últimos dias da campanha”. Mostra também a distorção da cobertura jornalística, especialmente do jornal *O Estado de S.Paulo* como, entre outros exemplos, a cobertura do seqüestro do empresário Abílio Diniz, procurando vincular o seqüestro ao PT (o mesmo fez o jornalista Boris Casoy, então na rede de Televisão SBT).

⁶⁰ As taxas de votos nulos e em branco para o autor, associam-se mais fortemente ao nível de instrução e renda (quanto maior o grau de instrução e renda, menores a quantidade de votos nulos e em branco), ou seja, a inserção na estrutura social condiciona o voto válido (REIS, 1991, p 16).

⁶¹ Se há um certo consenso em relação à polarização ideológica, não há o mesmo consenso em relação à explicação do voto. Para alguns analistas, houve um alinhamento ideológico, no qual a preferência e identificação partidárias foram um fator preditor do voto (SINGER, 2000), enquanto, para outros, o principal preditor do voto foi a avaliação que o eleitor fez do desempenho do governo em exercício, particularmente sua política econômica (CARREIRAO, 2003).

Brizola e Roberto Freire, representando a esquerda e os setores progressistas (se aliam no segundo turno); e Collor e seus aliados representando a direita e os setores conservadores.

Eleição mais polarizada e concorrida implica maior participação eleitoral, ou seja, o grau de competição de uma eleição tem impacto direto sobre a taxa de participação (embora o que procuraremos explicar não é a participação eleitoral, mas sim a não-participação, ou seja, as taxas de abstenção, votos em branco e nulos).

A Tabela 5 apresenta dados da correlação linear entre as taxas de votos em branco e nulos e abstenção e as variáveis do modelo (região, extensão territorial, densidade eleitoral e Índice de Desenvolvimento Humano).

Tabela 5
Coefficientes de correlação linear (r) entre taxa de votos em branco, nulos e abstenção, e as variáveis do modelo na eleição presidencial Brasil – 1989

Variáveis	Votos Nulos	Votos Brancos	Abstenção
IDH	-0,83 ^{**}	-0,91 ^{**}	-0,61 ^{**}
Região	-0,39 [*]	-0,40 [*]	-0,82 ^{**}
Ext. Territorial	-0,27 ^{ns}	-0,01 ^{ns}	-0,40 [*]
Dens. Eleitoral	-0,28 ^{ns}	-0,39 [*]	-0,76 ^{**}

- correlação significativa ao nível de $P < 0,05$; ** correlação significativa ao nível de $P < 0,01$; ns= não significativo.

Observa-se que existe uma correlação negativa alta entre IDH e os votos em branco, nulos e abstenções. Isso significa afirmar que, quanto menor o IDH, maior a taxa de votos brancos, nulos e abstenções.

A Região apresentou uma alta correlação negativa (-0,82) com a abstenção, ou seja, conforme explicitado na metodologia, na Região Norte (Região 1) foi maior do que nas demais.

A densidade eleitoral também registrou alta correlação negativa com a abstenção, ou seja, maior densidade, menor abstenção.

Votos brancos e nulos

Para os dados sobre votos em branco e nulos, as Tabelas 5, 6 e 7 apresentam os coeficientes de correlação entre as variáveis, a análise de regressão nas taxas entre as regiões e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

As taxas de votos em branco e nulos foram fortemente influenciadas pelo IDH, ou seja, quanto menor o IDH, maiores as taxas de votos em branco e nulos.

A região também apresentou correlação negativa com esses dois indicadores: quanto maior o número indicativo da região (1, 2, 3, 4 e 5), menores as taxas de votos em branco e nulos. Isso reflete as diferenças nos níveis de desenvolvimento socioeconômicos entre as regiões do país. O Nordeste (Região 1) apresentou taxas de votos em branco e nulos superiores às demais regiões.

Quanto à extensão territorial, não se verificou uma correlação significativa com as taxas de votos brancos e nulos. E a densidade eleitoral registrou correlação significativa apenas com as taxas de votos em branco (Tabela 5).

Tabela 6
Análise de Regressão pelo Método dos Mínimos Quadrados

Variável Dependente: taxa de votos nulos

R^2 : 0,68

R^2 ajustado: 0,67

Erro padrão: 1,47

Coefficiente F do modelo: 54,12

Significância de F: 0,0000

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	24,21	2,56	9,50	0,0000
IDH	-28,37	3,86	-7,36	0,0000

Modelo Regressão: $N = 24,21 - 28,37$ (IDH) onde: N= taxa de voto nulo.

O IDH é uma variável que, sozinha, mantidos os outros fatores constantes, explica 67% da variação nos votos nulos para presidente da República. A estatística F permite mais de 99% de índice de confiança na dependência linear da taxa de votos nulos em relação ao IDH. Cada aumento de 1 ponto no IDH corresponde a uma diminuição de 28 pontos percentuais na taxa de votos nulos.

Tabela 7
Análise de Regressão pelo Método dos Mínimos Quadrados

Variável Dependente: taxa de votos em branco

R²: 0,85

R² ajustado: 0,84

Erro padrão: 0,33

Coefficiente F do modelo: 69,26

Significância de F: 0,0000

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	9,13	0,64	14,28	0,0000
IDH	-11,46	1,08	-10,59	0,0000
Região	-0,13	0,06	2,12	0,0442

Modelo Regressão: $B = 9,13 - 11,46 (IDH) - 0,13 (R)$ onde:
B= taxa de votos em branco, R= região.

O modelo aplicado explica 84% da variação na taxa de votos em branco. A significância de F permite afirmar, com mais de 99% de certeza, que existe uma dependência linear da taxa de votos em branco em relação às variáveis explicativas (IDH e Região).

A variável que teve maior efeito relativo sobre a taxa de votos em branco foi o IDH. Para um decréscimo de 1 ponto no IDH, tem-se um aumento de 11 pontos percentuais na taxa de votos em branco, enquanto aumentando em um ponto na Região, significa um decréscimo de apenas 0,13% na taxa de votos em branco.

Ao se analisar a variação nas taxas de votos em branco e nulos entre as regiões, verificou-se que o percentual de votos nulos foi maior na Região Nordeste (8,54%)

(Tabela 8). As maiores taxas ocorreram na Bahia (10,6%), Rio Grande do Norte (10,0%) e Sergipe (9,45%) e as menores no Ceará (5,5%) e Piauí (7,2%).

Esses dados coincidem com os Estados com menor IDH, cuja média de votos nulos foi de 8,19%. De acordo com os dados do IDH –1991, sete Estados brasileiros estão incluídos na faixa de 0,5 a 0,599, sendo que cinco pertencem ao Nordeste (exceto PE e RN).

Quanto aos votos em branco, a Região Nordeste teve o maior índice (média de 2,50%), sendo a maior taxa nos Estados do Maranhão e Bahia, com 3,4%, a menor no Ceará, com 2%. Estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (de 0,5 a 0,699) apresentaram maiores taxas de votos em branco (2,15% e 2,03%), em comparação àqueles com maior IDH (1,15%). Esses índices abrangem todos os Estados do Nordeste, do Norte e ainda Mato Grosso, Espírito Santo e Minas Gerais.

As análises permitem afirmar que as taxas de votos em branco e nulos são determinadas pelo mesmo fator, o IDH, o que confirma a hipótese de que os fatores socioeconômicos são determinantes na explicação dessas taxas.

De maneira geral, percebeu-se que a variação nas taxas de votos em branco e nulos está fortemente associada a escolaridade, renda e expectativa de renda, indicando que a participação eleitoral aumenta à medida que cresce o *status* socioeconômico. Comportamento semelhante foi observado por Lima Junior (1990a) e Reis (1991).

Lima Junior (1990a) usando o método de Regressão pelos Mínimos Quadrados para analisar dados relativos ao 1º turno da eleição presidencial de 1989, argumenta no sentido de que os votos em branco e nulos têm um efeito negativo em relação à extensão territorial, ou seja, quanto maior a extensão territorial, menor a porcentagem de votos em branco e nulos.

Abstenção

Como se pode observar na Tabela 8, a variação na taxa de abstenção nestas eleições foi influenciada pelo IDH, região e densidade eleitoral. O modelo explica 81% da variação na taxa de abstenção, o que significa que os outros 19% são explicados por outras variáveis.

Tabela 8
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de abstenção

R²: 0,84

R² ajustado: 0,81

Erro padrão: 3,32

Coefficiente F do modelo: 38,95

Significância de F: 0,0000

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	47,30	6,61	7,15	0,0000
IDH	-23,69	10,87	-2,18	0,0398
Região	-2,46	0,71	-3,46	0,0021
Densidade Eleitoral	-4,42	1,02	-4,34	0,0002

Modelo Regressão: A = 47,30 -23,69 (ID) -2,46 (R) -4,42 (DE) onde:
A= taxa de abstenção, ID= IDH, R= região, DE= densidade eleitoral.

Das variáveis independentes, a que teve maior efeito relativo sobre a taxa de abstenção foi o IDH. Mantendo-se constantes as outras variáveis, a diminuição de 1 ponto no IDH implica aumento de 23 pontos percentuais na taxa de abstenção.

A segunda variável independente a influenciar a taxa de abstenção foi a densidade eleitoral. Para conseguir um decréscimo de 4,42% na taxa de abstenção seria necessário aumentar a densidade eleitoral em 1 eleitor/km². Das três variáveis explicativas do modelo, a região foi a que teve menor efeito relativo sobre a variável dependente.

A região também influenciou significativamente a variação na taxa de abstenção: quanto menor o número da região, maior a taxa de abstenção. A região 1 (Norte), por exemplo, onde se concentram os Estados com grande extensão territorial e menor densidade eleitoral, apresentaram uma taxa de abstenção maior do que aqueles pertencentes às Regiões Sudeste e Sul (regiões 4 e 5).

No que diz respeito à influência da extensão territorial observada em outros estudos, no presente trabalho, só entra no modelo quando se retira a variável densidade

eleitoral. Isso se deve ao fato de essa variável incluir a extensão territorial no seu cálculo, o que de certa forma já representa a influência do fator extensão territorial.

A Tabela 9 apresenta a média de abstenções, votos em branco e nulos, segundo regiões e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), podendo-se observar que, em relação à taxa de abstenção nas diversas regiões do país, esta foi significativamente maior na Região Norte (25,56%), onde o Estado de Tocantins teve a maior média, com 31,5%, e o Amapá a menor (22,2%). Essas taxas foram maiores, em média, nos Estados de maior extensão territorial, confirmando assim a hipótese de que a extensão territorial influencia as taxas de abstenção.

Tabela 9
Percentual de votos em branco, nulos e abstenção, nas eleições presidenciais, segundo Regiões e IDH
Brasil – 1989

Variável	No. de Estados	Votos nulos	Votos brancos	Abstenção
Região				
Norte (1)	7	5,08 ± 0,77 ^b	1,36 ± 0,23 ^b	25,56 ± 2,07 ^a
Nordeste (2)	9	8,54 ± 0,60 ^a	2,50 ± 0,24 ^a	15,81 ± 2,17 ^b
Centro Oeste (3)	4	3,74 ± 0,88 ^b	1,81 ± 0,28 ^b	17,36 ± 2,33 ^b
Sudeste (4)	4	4,14 ± 0,86 ^b	1,51 ± 0,25 ^b	12,91 ± 2,06 ^b
Sul (5)	3	3,58 ± 1,03 ^b	1,73 ± 0,35 ^b	16,64 ± 2,99 ^b
IDH				
0,5 – 0,599	7	8,19 ± 0,69 ^a	2,15 ± 0,34 ^a	22,55 ± 2,84 ^a
0,6 – 0,699	12	5,66 ± 0,52 ^b	2,66 ± 0,04 ^a	19,20 ± 1,60 ^a
0,7 – 0,799	8	3,23 ± 0,64 ^c	1,15 ± 0,21 ^b	11,22 ± 1,87 ^b

Médias seguidas de letras diferentes na mesma coluna, para cada variável, diferem entre si a $p < 0,05$ pelo teste de Fisher's. N = tamanho da amostra; ep= erro padrão.

Somando-se as taxas de votos brancos, nulos e abstenção, verifica-se que a maior média ocorreu no Nordeste (30,91%), seguido pelo Norte (27,03%). Isso porque o Nordeste apresenta as maiores taxas de votos em branco e nulos, assim como um percentual expressivo de abstenções, embora em menor proporção do que a Região Norte. Assim, pode-se afirmar que não é apenas um fator - a extensão territorial - que explica a abstenção, embora seja um aspecto importante. Nesta eleição, chama atenção o Estado do

Maranhão, no qual a não-participação eleitoral atingiu 43% dos eleitores inscritos, ou seja, quase metade dos aptos a votar.

Quanto ao IDH, observou-se um aumento na taxa de abstenção relacionado à sua diminuição. Os Estados com maior IDH (0,7 a 0,799) apresentaram taxa de abstenção de 11,21%, enquanto naqueles com menor IDH (0,5 a 0,599) a taxa foi de 22,54%. Na faixa mais baixa de IDH estão todos os Estados do Nordeste e, nas mais altas, encontram-se aqueles com menores índices de abstenção: Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

As análises permitem afirmar que a variação na taxa de abstenção, pelo menos em parte, é determinada pela extensão territorial e a densidade eleitoral. No entanto, reflete também a influência dos fatores socioeconômicos na participação eleitoral.

Assim, os resultados estão de acordo com os já referidos estudos de Lima Junior (1990) e Reis (1991), que também observaram a influência da extensão territorial nas taxas de abstenção nestas eleições.

Como visto nos dados apresentados sobre as taxas de abstenção entre as regiões do país, a maior ocorreu no Norte, que, além de possuir grandes extensões territoriais, apresenta baixa densidade populacional e eleitoral. Além disso, considere-se a necessidade dos deslocamentos dos eleitores, especialmente do interior dos Estados – com taxas superiores em relação às capitais -, sujeitos à precariedade das estradas, ao uso de barcos, etc. Isso de certa forma também dificulta o acesso às urnas, afetando o absenteísmo.⁶²

⁶² No referendo sobre a venda de armas e munições realizado em outubro de 2005, o jornal *Folha de S. Paulo*, de 23 de outubro de 2005, publicou uma matéria com o título “Seca pode ter levado abstenção a 50% no Amazonas”, informando que juízes eleitorais dos municípios mais atingidos pela seca no Amazonas, naquele ano, calculavam que a abstenção chegaria a mais de 50% “devido a falta de acesso”. O Estado do Amazonas possui 5.052 seções eleitorais, das quais 796, correspondendo a 748.292 eleitores, ficam em áreas rurais, cujo acesso é via rios e lagos, utilizando como meio de transporte barcos e rabetas (canoas com motor de popa). No Estado há áreas em que as pessoas podem levar até 12 horas de viagem para poder votar. Isso ocorre em outros Estados da Região Norte, como Acre, Rondônia, Amapá, Pará e Roraima.

Eleições Presidenciais 1994

Conjuntura eleitoral

Na eleição presidencial de 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito no 1º turno, com 34.377.198 votos, correspondendo a 54,3% dos votos válidos. No entanto, para compreender esse resultado, é necessário situar seus antecedentes e a conjuntura eleitoral.

Fernando Collor, que havia sido eleito em 1989, foi acusado de corrupção, e depois de uma intensa batalha jurídica e política, sofreu um processo de *impeachment* pelo Congresso Nacional, em setembro de 1992. Com o afastamento de Collor (que se licencia pouco antes da votação do *impeachment*), assumiu o governo seu vice, Itamar Franco, primeiro interinamente, em 02 de outubro de 1992, depois definitivamente, em 27 de dezembro de 1992.

A popularidade do governo de Itamar Franco, que começou em alta, manteve-se durante pelo menos o primeiro semestre de 1993. Logo no início do ano, reuniu-se com presidentes de 19 partidos, com o objetivo de estabelecer um “pacto de governabilidade”, obtendo um amplo apoio.

Em dia 21 de abril foi realizado um plebiscito para escolher a forma e o sistema de governo no país (conforme previa a Constituição de 1988). A votação foi precedida por debates, especialmente entre parlamentaristas e presidencialistas. Tal como havia ocorrido no plebiscito anterior (janeiro de 1963), venceram o sistema presidencialista, com 55% dos votos válidos, e o regime republicano, com 66% (deixaram de votar ou anularam o voto quase 30% do eleitorado).

Em maio de 1993, Itamar Franco, que em apenas sete meses havia nomeado quatro ministros da Fazenda, indicou o então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso para o cargo.

No campo econômico, o governo enfrentava dificuldades, em grande parte em função da herança econômica deixada por Fernando Collor. A inflação, que havia alcançado 1.100% em 1992, crescia, assim como o desemprego, enquanto caíam o prestígio e os índices de popularidade do governo. Em junho pesquisas de opinião indicavam que a maioria da população considerava seu governo regular ou ruim.

Outro aspecto que certamente contribuía para isso eram os escândalos no Congresso Nacional, como o que envolveu diversos parlamentares, acusados de manipulação de verbas no orçamento da União, beneficiando empreiteiras.

No final de 1993, com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (“A CPI do Orçamento”, ou a “CPI da corrupção” como ficou conhecida, iniciou um processo cujo resultado foi a cassação de alguns parlamentares (outros escaparam da cassação, renunciando ao mandato).

Pouco depois, em meados de 1993, uma equipe sob a liderança do Ministério da Fazenda, iniciou a elaboração de um plano econômico, que foi implantado a partir de dezembro e se revelou decisivo nas eleições de 1994: o Plano Real, no qual o ministro apareceu como seu idealizador e condutor.

A implementação progressiva do plano se deu a partir de dezembro de 1993, quando foi lançado o Plano de Estabilização Econômica. Em fevereiro de 1994, o congresso aprovou o Fundo Social de Emergência, que dava ao governo plena autonomia na arrecadação de fundos, visando o saneamento da Fazenda Pública. A partir do dia 1º de março, passou a vigorar a Unidade Real de Valor (URV), como indexador único da economia. Em julho, a URV foi extinta, assim como o cruzeiro real, sendo adotada uma nova moeda: o real.

Com o novo plano, houve queda da inflação, com crescimento da atividade econômica. O plano se revelou um sucesso e provocou a melhora da avaliação de desempenho do governo Itamar Franco.

Mesmo antes da entrada em vigor da nova moeda, a inflação já estava sob controle, diminuindo a cada mês. Com o plano em vigor, Itamar Franco lançou Fernando Henrique Cardoso como candidato à sua sucessão, numa coligação do PSDB/PFL, tendo o senador Marco Maciel (PFL/PE) como vice.⁶³ A partir da definição das candidaturas e seu lançamento, o tema central da eleição passou a ser a defesa da estabilização econômica.

Até então, Lula, que já havia lançado sua candidatura antes de Fernando Henrique Cardoso, liderava as pesquisas.

⁶³ Para uma análise das alianças eleitorais nas eleições presidenciais de 1994 a 200, consultar Ramos (2004).

No entanto, a partir de julho, com a consolidação do Plano Real, houve um crescimento expressivo das intenções de votos para Fernando Henrique Cardoso. Lula, que liderava as pesquisas de intenção de voto desde *o impeachment* de Collor em setembro de 1992, passou a registrar quedas freqüentes. Em outubro de 1994, as pesquisas já indicavam uma ampla maioria das intenções de voto a Fernando Henrique Cardoso: 78% contra 22% para Lula.⁶⁴

Entretanto, ao contrário do que ocorreu em 1989, à medida que se consolidava a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, que aparecia como idealizador e implementador do Plano Real, a campanha eleitoral praticamente inexistia nos meios de comunicação. Não houve debate ideológico e as discussões giraram basicamente em torno do plano de estabilização econômica.⁶⁵

Além do sucesso do plano, FHC também tinha amplo apoio na grande mídia, mas, como diz Miguel (2001), ao contrário de 1989, o apoio dos meios de comunicação foi apresentado de forma bem mais sutil. Albuquerque (*apud*, MIGUEL, 2001, p.44), analisando o papel do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, afirma que “sistematicamente foi sugerido que a candidatura Cardoso seria fruto de uma união de forças e lideranças políticas, estruturadas a partir de um consenso sobre os problemas do país e as soluções para eles”.

Por outro lado, o apoio político à candidatura Lula foi consistentemente depreciado pelo Jornal Nacional, “que preferiu acentuar os seus laços com o movimento sindical e, mais particularmente, com o grevismo que seria a sua característica fundamental: o dissenso e o conflito seriam, assim, marcas indelévels da candidatura Lula”.

Em 1º de setembro, o então ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, que havia sucedido Fernando Henrique Cardoso no cargo, durante uma conversa com o repórter da Rede Globo e sem perceber que estava sendo gravado e captado por antenas parabólicas, declarou que não tinha escrúpulos em manipular dados econômicos para favorecer a candidatura de Fernando Henrique.

⁶⁴ Além de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, concorreram a esta eleição: Orestes Quécia (PMDB), Enéas Carneiro (Prona), Leonel Brizola (PDT), Esperidião Amim (PPR), Carlos Gomes (PRN) e Hernani Fortuna (PSC).

⁶⁵ Para mais detalhes sobre os bastidores da campanha eleitoral e a história do Plano Real, consultar Expedito Filho (1994) e Dimenstein (1994).

Esse fato teve, inicialmente, grande repercussão, no qual o ministro teve de deixar o cargo. Para Almeida (1996, p. 117)

Depois da implantação da nova moeda e do caso Bisol, o “escândalo da parabólica”, envolvendo o ministro da Fazenda Rubens Ricupero, foi certamente o de maior impacto sobre as eleições e aquele que, após o início do crescimento de FHC a partir de maio, chegou a criar efetivamente problemas para a sua imagem e impacto negativo sobre o seu eleitorado durante um certo período.

No entanto, como mostra Miguel (2002), a Rede Globo esterilizou seus noticiários, eliminando qualquer referência ao incidente, que poderia ter impacto eleitoral, e “colocou a Rede Globo como *parte* da campanha de Fernando Henrique Cardoso”, na qual o favorecimento à sua candidatura se faz mediante o apoio ao plano econômico (plano real) “e a mesma bandeira que norteava sua campanha, a fé no Brasil”.

Como assinala Azevedo (2006), com o lançamento do Plano Real, durante o governo Itamar Franco (1992-94), a grande imprensa apoiou entusiasticamente as medidas econômicas de estabilização monetária. Este apoio, que se manteve até o final do governo Itamar e prolongou-se pelo mandato de Fernando Henrique Cardoso, estava em consonância com o forte apoio popular ao Plano Real. Para o autor, o apoio da imprensa logo se converteu numa adesão eleitoral aberta ou sutil, à candidatura de FHC e, ao contrário de 1989, o confronto se deu basicamente em torno do debate sobre o plano de estabilização monetária.

Do ponto de vista eleitoral, o comportamento da mídia, em geral, contribuiu para que a eleição fosse menos concorrida. Porto (1995) utilizando o conceito de Cenário da Representação Política, destaca alguns aspectos relevantes para explicar a vitória de Fernando Henrique Cardoso e o papel desempenhado pela mídia. Primeiro, o papel das novelas na Rede Globo, entre elas Pátria Minha. O autor analisa as novelas apresentadas entre junho de 1993 até a data da eleição e mostra que “FHC foi quem melhor se adaptou ‘às representações da política’ identificadas nas novelas”. Quanto à imprensa, de uma forma geral, criou um clima amplamente favorável a FHC, especialmente após a implementação do Plano Real, no qual o candidato aparece como o mais preparado e que daria continuidade à estabilização econômica.

O debate ideológico foi praticamente inexistente. Como diz Rodrigues (1995, p.72), “em 1994, mais do que nas eleições de 1990, na corrida pelo eleitor, o debate ideológico foi consideravelmente enfraquecido”

A luta para chegar ao poder por meio do voto elimina a política de classes e põe fim aos terrenos de caça reservados que, no passado, cada partido procurava manter. A

combinação da retração do fator ideológico com o predomínio da aritmética eleitoral resultou na ampliação das alianças partidárias. Trata-se de uma estratégia que situa como prioridade básica a maximização do número de votos à custa da redução dos coeficientes programático e ideológico, quer dizer, do enfraquecimento da *griffe* de cada partido.

Para Rodrigues o que ocorreu na disputa eleitoral de 1994 foi a predominância da estratégia maximizadora de votos, na qual a característica foi a fuga por parte dos candidatos “sobre as grandes questões da política nacional”, salientando aspectos a respeito dos quais, em princípio, todos estavam de acordo. Não houve, portanto, debate ideológico e programático, mas sim, através do uso extensivo do *marketing*, o que ele chamou de estratégia maximizadora do voto.

Realizada a eleição – a primeira eleição conjunta para senador, governador, deputados federais, estaduais e presidente de República – Fernando Henrique Cardoso ganhou no 1º turno, com 34.377.198 votos, representando 54,3% dos votos válidos.

Lula ficou em segundo lugar, com 17.126.291 votos (27%). Isso significou, em termos numéricos, pouco mais do que as abstenções (16.770.019) e menos do que a alienação eleitoral (somadas as abstenções com os votos nulos e brancos, totalizando 31.409.533).

Para Singer (2000), se a vitória de Fernando Henrique Cardoso, por um lado, deveu-se aos méritos do Plano Real (*surveys* realizados em maio, junho e setembro de 1994 indicavam a importância atribuída ao Plano Real na decisão do voto do eleitorado), por outro, isso não significou que não houvesse alinhamentos ideológicos: ao comparar coeficientes de associação entre escolaridade, renda, identificação ideológica, satisfação com o real e identificação partidária, o autor mostra que, além da satisfação com o Plano Real, a identificação partidária e ideológica se mostrou como bom preditor para o voto em 1994.

Tabela 10
Distribuição dos votos na eleição presidencial, no 1º turno, segundo candidatos
Brasil – 1994

Candidatos	% sobre total de votantes	% sobre total de votos válidos	Números absolutos
Fernando Henrique	44,0	54,3	34.377.198
Luiz Inácio Lula	21,9	27,0	17.126.291
Enéas Carneiro	5,9	7,4	4.672.026
Orestes Quéricia	3,5	4,4	2.773.793
Leonel Brizola	2,5	3,2	2.016.386
Esperidião Amin	2,2	2,7	1.740.210
Carlos Gomes	0,4	0,6	387.927
Almirante Fortuna	0,3	0,4	238.323
Total votos válidos	81,2	100,0	63.332.154
Branco/nulos	18,8		14.639.514
Total			77.971.668
Abstenções			16.770.019
Eleitorado			94.743.043

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Como se percebe em relação à eleição de 1989, o eleitorado cresceu de pouco mais de 82 milhões para 94.743.043 de eleitores inscritos. No entanto, o percentual de comparecimento diminuiu de 85,6% para 81,2%, entre 1989 e 1994. Fernando Henrique Cardoso teve 34.377.198 votos e alienação eleitoral foi de 31.409.557, ou seja, 1/3 do eleitorado inscrito.

Em relação aos resultados eleitorais, com a vitória no 1º turno de Fernando Henrique Cardoso, parece consensual na literatura o fato de que o desempenho econômico, com o sucesso do Plano Real, foi um fator decisivo do voto no presidente eleito.⁶⁶ Para Lima Junior (1995, p.102):

A vitória de Fernando Henrique Cardoso deve ser atribuída ao controle efetivo e eficiente da economia, quando da justaposição, senão simbiose, entre governo de fato, e candidato – posteriormente vitorioso – quando da condução e sustentação da estabilidade econômica. O calendário da reforma econômica e o calendário eleitoral, já quando do anúncio da entrada em vigor da nova moeda, cujos resultados positivos revertem-se inteiramente, em um primeiro momento, a intenção de voto e, sustentaram, posteriormente, a preferência pela candidatura do ex-Ministro da Fazenda, idealizador e condutor do Plano Real.

Entretanto, um aspecto relevante a ser considerado, que também explica o aumento na taxa de alienação eleitoral, é o fato de que foi uma eleição menos disputada

⁶⁶ Ver entre outros, Lima Junior (1995); Meneguello (1996); Kinzo (1996); Almeida (1996), Singer (2000) e Carreirão (2002).

do que a de 1989. Naquela ocasião, como visto anteriormente, houve 2º turno, no qual o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, teve chances reais de ganhar a eleição.

Em 1994, embora Lula tenha liderado as pesquisas eleitorais no início do processo sucessório, à medida que houve um crescimento significativo de Fernando Henrique Cardoso, embalado pelo sucesso do Plano Real, as expectativas de vitória, já no 1º turno, foi se consolidando, levando, entre outros aspectos, a um “arrefecimento” da própria militância petista, ou seja, não houve, como em 1989, o mesmo empenho em relação à candidatura de Lula que era, naquele momento, a única alternativa viável em termos eleitorais.

Para Silveira (1998, p.99):

Após o *impeachment* de Collor e o fracasso do seu governo, a maior parte do eleitorado mostrou-se mais receosa em relação a mudanças, rupturas e novas propostas. Nas eleições presidenciais de 1994, buscou agir de forma prudente, apoiando um candidato confiável, seguro, que desse continuidade aos projetos que estavam dando certo. A imagem de Fernando Henrique Cardoso como político capaz, inteligente, honesto e previsível estava fortemente associada à imagem do Plano Real como proposta séria e viável de redução da inflação e restabelecimento da ordem econômica necessária para o desenvolvimento.

Alves (1999), analisando os determinantes da participação eleitoral no Brasil nas eleições de 1994, tanto para presidente da República, quanto para governadores e deputados federais, conclui que a identificação partidária, a taxa de eleitores analfabetos e a densidade eleitoral explicam, em conjunto, parte da variação nas taxas de abstenção entre os Estados. Já as taxas de votos em branco e nulos, tanto para presidente da República como para governador, são explicadas pelo nível de escolarização do eleitorado e, no caso da Câmara dos Deputados, “dependem em grande parte do número de partidos oferecidos no mercado eleitoral de cada estado”.

A autora, concordando com Lima Junior (1990), Reis (1991) e Power e Timmons (1997), analisa separadamente a abstenção dos votos brancos e nulos e, tomando os Estados como unidade de análise, pretende verificar o quanto da variação destas taxas é explicada pela variação nas variáveis independentes.

Os indicadores de participação eleitoral utilizados são: abstenção, taxas de votos em branco e nulos – proporção de votos sobre o total de comparecimento - para presidente da República, governador e deputados federais; taxa de eleitores analfabetos, competitividade (nas eleições para governador); densidade eleitoral (eleitorado dividido

pela extensão do território em km²); número de partidos e identificação partidária (proporção de votos nas legendas sobre o total de votos válidos).

Feitas as correlações quanto à abstenção, a identificação partidária, o índice de alfabetização e a densidade eleitoral revelaram igual nível de significância, “considerado satisfatório para os nossos propostos” (ALVES, 1999, p.58), excluída, portanto, a variável “competitividade”. Para a autora, com base em seu modelo, a abstenção baseia-se na ação conjunta dessas três variáveis.

Em seguida, ela utiliza o modelo de regressão (método dos mínimos quadrados), no qual as três variáveis citadas acima são incluídas como “variáveis independentes”. Para a taxa de abstenção (variável dependente), o modelo explica apenas 37,7% da variação, o que significa que outras variáveis não sugeridas pela teoria devem influir sobre a abstenção. De qualquer forma, das três variáveis, a que tem o maior efeito sobre a taxa de abstenção é a taxa de eleitores analfabetos.

Quanto aos votos brancos e nulos para presidente da República, o indicador com maior coeficiente de correlação (63%), dentro dos padrões propostos, foi o nível educacional, ou seja, quanto mais alto o número de eleitores analfabetos, maiores as taxas de votos em branco e nulos (o mesmo também vale para governador).

Na presente pesquisa, usando o mesmo modelo (análise de regressão pelos mínimos quadrados), mas com outras variáveis, chegou-se a conclusões semelhantes. Os coeficientes de correlação entre as variáveis IDH, Região, extensão territorial e densidade eleitoral e as taxas de votos brancos e nulos e abstenção são apresentados na tabela 11.

Tabela 11
Coefficientes de correlação linear (r) entre taxa de votos em branco e nulos, taxa de abstenção, IDH, Região, extensão territorial e densidade eleitoral, na eleição presidencial.
Brasil – 1994

Variáveis	Votos nulos	Votos brancos	Abstenção
IDH	-0,60 ^{**}	-0,78 ^{**}	-0,51 ^{**}
Região	-0,17 ^{ns}	-0,26 ^{ns}	-0,74 ^{**}
Ext. Territorial	-0,10 ^{ns}	-0,08 ^{ns}	0,50 ^{**}
Dens. Eleitoral	-0,17 ^{ns}	-0,31 ^{ns}	-0,57 ^{**}

* correlação significativa ao nível de P<0,05; ** correlação significativa ao nível de P<0,01; ns= não significativo

Votos brancos e nulos

Feita a correlação linear entre as taxas de votos brancos e nulos com o IDH, extensão territorial e densidade eleitoral, verifica-se que o IDH foi o fator de maior influência sobre as mesmas. Quanto menor o IDH, maior a taxa de votos brancos e nulos. As demais variáveis não tiveram nenhum efeito significativo.

Na distribuição geográfica, como será visto adiante, a taxa de votos brancos e nulos apresenta maior índice na Região Nordeste, evidenciando a existência de uma relação entre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e essas taxas, o qual, embora não seja o único fator explicativo, é o fator mais importante, entre as variáveis estabelecidas.

Tabela 12
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de votos nulos

R²: 0,48

R² ajustado: 0,44

Erro padrão: 2,38

Coefficiente F do modelo: 11,26

Significância de F: 0,0004

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	26,38	4,04	6,44	0,0000
IDH	-29,56	6,43	-4,60	0,0001
Densidade Eleitoral	1,3	0,55	2,34	0,0277

Modelo Regressão: $N = 26,38 - 29,56ID + 1,3DE$ onde:
N= taxa de voto nulo, ID= IDH., DE= densidade eleitoral

Na análise de regressão, na qual constavam todas as variáveis, verificou-se que apenas o IDH e a densidade eleitoral aparecem como fatores explicativos. No entanto, pelo modelo, essa variação, em relação ao voto nulo, explica apenas 44%, o

que significa afirmar que 66% são causados por outros fatores não incluídos no modelo, além dos socioeconômicos e da densidade eleitoral.

Nesta eleição, em todos os Estados, houve aumento dos votos nulos, o que expressa também uma rejeição às alternativas partidárias existentes (acrescente-se que, como afirmado anteriormente, foi uma eleição menos concorrida, com apenas um turno, e não houve, como em 1989, uma cobertura mais ampla do processo eleitoral por parte da mídia). Essa rejeição às alternativas partidárias não explica todos os votos nulos, mas certamente uma parcela significativa. Outros fatores como erros, apatia, etc. também contribuíram.

Em relação aos dados da pesquisa, pode-se afirmar, com base no modelo proposto, que, das variáveis independentes, a que teve maior efeito relativo sobre a taxa de votos nulos foi o IDH. Cada 1 ponto de aumento no IDH corresponde a uma diminuição de cerca de 29 pontos percentuais na taxa de votos nulos, enquanto cada aumento de 1 eleitor/km² corresponde a uma redução de 1,3 ponto percentual a taxa de votos nulos.

Tabela 13
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de votos em branco

R²: 0,71

R² ajustado: 0,69

Erro padrão: 2,06

Coefficiente F do modelo: 29,8

Significância de F: 0,0000

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível de significância
Constante (a)	40,59	4,04	10,06	0,0000
IDH	-51,15	6,97	-7,33	0,0000
Região	1,12	0,39	2,85	0,0088

Modelo Regressão: $B = 40,59 - 51,15IDH + 1,12R$ onde:
B= taxa de votos brancos, R= região.

Feita a análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados, verifica-se que, em relação aos votos brancos, o modelo explica 69% da variação nas taxas, sendo que o IDH apresentou o maior efeito relativo. Mantendo-se constantes as outras variáveis, a diminuição de 1 ponto no IDH significa aumento de 51 pontos percentuais na taxa de votos brancos. A cada um ponto de acréscimo no número da região, ocorre crescimento de cerca de 1 ponto percentual na taxa de votos brancos (Tabela 15).

Ao se analisar a variação nas taxas de votos nulos e brancos, entre as regiões do país, observa-se que a proporção de votos nulos foi significativamente maior no Nordeste (12,86%) em relação às demais regiões (Tabela 15). Entre os Estados da Região Nordeste, as maiores taxas ocorreram em Alagoas (16,3%), Piauí (15,4%), Sergipe (14,4%) e Bahia (13,9%).

O mesmo aconteceu para os votos brancos. As maiores taxas estão no Nordeste (13,74%), sendo que as mais elevadas ocorreram nos Estados do Maranhão (19,2%), Bahia (13,9%) e Rio Grande do Norte (13,7%).

Quanto à variação no IDH, as taxas de votos brancos e nulos foram maiores nos Estados com menor IDH, sendo que todos os Estados do Nordeste estão incluídos na faixa mais baixa de IDH.

Pelas análises realizadas, pode-se afirmar que a variação nas taxas de votos nulos e brancos é determinada, principalmente, pela variação no IDH. Pode-se então aceitar a hipótese de que os fatores socioeconômicos são determinantes da variação das taxas de votos brancos e nulos, ou que explicam a variação nesses dois indicadores de participação eleitoral.

A variação nas taxas de votos nulos e brancos comportou-se de maneira semelhante aos dados de 1989, ou seja, foram fortemente influenciadas pela escolaridade, renda e expectativa de vida (IDH) do eleitorado.

Abstenção

A taxa de abstenção nessas eleições foi significativamente influenciada pelas variáveis IDH, região, extensão territorial e densidade eleitoral (Tabela 14).

O IDH, que é a variável referente à educação e *status* socioeconômico, exerceu forte influência sobre a taxa de abstenção: quanto menor o IDH, maior a taxa de abstenção.

As variáveis que medem a influência dos fatores ecológicos, como extensão territorial e densidade eleitoral, comportaram-se como esperado, ou seja, quanto maior a extensão territorial, maior a taxa de abstenção e quanto menor a densidade eleitoral, maior a taxa de abstenção.

A região também exerceu influência significativa sobre a taxa de abstenção: quanto maior o número representativo da região (regiões 1, 2, 3, 4 e 5), menor a taxa de abstenção.

Assim, podemos verificar que a taxa de abstenção é influenciada pela extensão territorial e nível socioeconômico.

Tabela 14
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de abstenção

R²: 0,65

R² ajustado: 0,63

Erro padrão: 3,83

Coefficiente F do modelo: 22,93

Significância de F: 0,0000

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível de significância
Constante (a)	26,98	1,87	14,39	0,0000
Região	-3,08	0,58	-5,34	0,0000
Extensão Territorial	5,71 ⁻⁶	2,04	2,79 ⁻⁶	0,0101

Modelo Regressão: $A = 26,98 - 3,08R + 5,71^{(-6)}ET$ onde:
A= taxa de abstenção, R= região, ET= extensão territorial.

A variação na taxa de abstenção, nessas eleições, foi explicada pela variação na extensão territorial e na região. O modelo obtido explica 63% da variação na taxa de abstenção, sendo que outros fatores não avaliados, explicam os outros 37%.

Das variáveis independentes, no modelo, a que teve maior efeito relativo sobre a variação na taxa de abstenção foi à região. Mantendo-se constantes as outras

variáveis, o aumento em 1 ponto no número representativo da região corresponde a uma diminuição de 3 pontos percentuais na taxa de abstenção.

Quanto à extensão territorial, observou-se que cada 1 ponto (km²) de aumento na extensão do território consegue um acréscimo de 0,0000057 ponto percentual na taxa de abstenção.

Em relação ao IDH, a taxa de abstenção foi maior nos estados com menor IDH, sendo que os estados da região Sul e Sudeste são os com maiores IDH e menores taxas de abstenção (Tabela 15).

Entre as regiões, a taxa de abstenção foi significativamente mais alta no Norte (26,35%) e Centro-Oeste (23,49%, onde se encontram os Estados com maior extensão territorial, refletindo seu efeito na variação da taxa de abstenção).

Portanto, tal como em 1989, a extensão territorial revelou-se um fator importante para explicar a taxa de abstenção.

Tabela 15
Percentual de votos brancos, nulos e abstenção, nas eleições presidenciais, segundo regiões e IDH
Brasil – 1994

Variável	No. de Estados	Votos nulos	Votos brancos	Abstenção
Região				
Norte (1)	7	7,19 ± 0,76 ^b	8,40 ± 1,27 ^b	26,35 ± 1,88 ^a
Nordeste (2)	9	12,86 ± 0,67 ^a	13,74 ± 0,73 ^a	17,63 ± 2,03 ^c
Centro Oeste (3)	4	8,52 ± 1,01 ^b	6,90 ± 1,12 ^b	23,49 ± 2,52 ^{ab}
Sudeste (4)	4	9,08 ± 1,01 ^b	7,70 ± 1,14 ^b	17,43 ± 2,24 ^c
Sul (5)	3	6,33 ± 1,17 ^b	8,17 ± 0,82 ^b	19,63 ± 3,19 ^{bc}
IDH				
0,5 – 0,599	7	12,70 ± 0,86 ^a	13,50 ± 0,97 ^a	24,21 ± 1,94 ^a
0,6 – 0,699	12	8,41 ± 0,73 ^b	9,15 ± 0,83 ^b	22,38 ± 1,71 ^a
0,7 – 0,799	8	7,66 ± 0,86 ^b	7,09 ± 0,97 ^b	15,06 ± 1,05 ^b

Médias seguidas de letras diferentes na mesma coluna, para cada variável, diferem entre si a p<0,05 pelo teste de Duncan. N = tamanho da amostra; ep= erro padrão.

Como se pode verificar na Tabela 15, mais uma vez, a taxa média de abstenção é maior do que a soma dos votos nulos e brancos e mais expressiva nas regiões de maior extensão territorial.

Os dados também mostram que os votos nulos e brancos são maiores no Nordeste – cuja soma é a única superior à abstenção –, sendo que o fator explicativo é, fundamentalmente, entre as variáveis definidas, o IDH. Sete dos nove Estados que estão na faixa entre 0,5 e 0,599 do IDH, ou seja, o menor índice de desenvolvimento humano, pertence à Região Nordeste. Já os oito que estão na faixa de maior IDH (0,7 a 0,799) são Estados do Sul e Sudeste (mais o Distrito Federal).

Em relação à abstenção, verifica-se que esta é maior na Região Norte, seguida pelo Centro-Oeste, ou seja, nos Estados com maior extensão territorial, tal como ocorreu na eleição de 1989. No entanto, como já afirmado, não se trata de um fator isolado, pois o IDH também é uma variável importante dentro desse modelo, assim como outros fatores podem contribuir, com graus variados, para estas taxas.

Consideradas em conjunto, verifica-se que as proporções de votos nulos, brancos e abstenções diminuem à medida que aumenta o IDH, evidenciando a relação entre as taxas e esta variável.

Alienação eleitoral

O primeiro aspecto a ser considerado quanto à alienação eleitoral, nestas eleições, é o seu crescimento em todos os Estados e regiões em relação àquelas de 1989: passou de 31,85% para 43,07% no Norte, 29,6% para 48 %, no Nordeste, de 20,1% para 38,7%, no Centro-Oeste, de 13,7% para 35,2%, no Sudeste e de 12,2% para 28,6%, no Sul.

Em termos numéricos, foram 16.793.932 abstenções (17,7%), 7.193.510 votos brancos e 7.444.608 votos nulos, ou seja, um total de 31.470.472, quase o dobro dos votos dados ao segundo colocado, Luiz Inácio Lula da Silva (17.112.155).

Nos 27 Estados brasileiros, em apenas dois (Rio Grande do Sul, com Antonio Britto, e Paraná, com Jaime Lerner) os governadores eleitos tiveram mais votos do que o total da alienação eleitoral. Nos demais 25 Estados, todos os candidatos eleitos, inclusive aqueles no primeiro turno, tiveram menos votos do que o total da alienação eleitoral. Foram os casos do Acre, Amazonas, Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

Pernambuco, Rio Grande do Norte, Tocantins e São Paulo (para citar como exemplo, de um eleitorado de 18.414.283, a alienação eleitoral foi de 6.734.681. Mario Covas, eleito com 56,1% dos votos válidos, obteve 6.574.517 votos).⁶⁷

Há casos em que a alienação eleitoral correspondeu a mais do que o dobro dos votos do governador eleito. São os casos do Maranhão (Roseana Sarney, teve 541.005 votos no 1º turno e a alienação eleitoral foi de 1.468.202), Pará (só de abstenção foram 32% do total de eleitores inscritos) e Rondônia (de um eleitorado de 692.067, o comparecimento foi de 69,4%, dos quais 6,1% foram de votos nulos e 8,6% de votos brancos). Portanto, para este último Estado, somada a abstenção (30,6%) com os votos nulos e brancos, verifica-se que a alienação eleitoral foi de 45,3% nas eleições presidenciais, 52,3% para governador, 69,3% para a Câmara dos Deputados e 56,1% para a Assembléia Legislativa.

Como se pode verificar, os votos brancos e nulos, a exemplo de 1989, tiveram maior incidência na Região Nordeste (média de 12,86%), o que comprova a influência decisiva do IDH: nos Estados com maior IDH, as taxas de alienação eleitoral foram menores e naqueles com menor IDH, ocorreram as maiores taxas.

Assim, em termos de alienação eleitoral, o Nordeste apresenta as maiores taxas (48,12%), correspondendo a praticamente metade dos eleitores da Região, o 2º maior eleitorado do país, com 25.434.565 eleitores inscritos, ou seja, 12.079.556 eleitores ou se abstiveram ou votaram em branco ou anularam o voto, significando mais do que a soma dos votos dados aos nove governadores eleitos na Região (que tiveram, somados todos os votos, 8.395.173).

A variação nas taxas de votos brancos e nulos e abstenção comportou-se de forma semelhante entre os dois anos eleitorais até agora analisados (1989 e 1994), ou seja, foi influenciada pelos mesmos fatores. Assim, o aumento observado nas taxas dos indicadores de participação eleitoral em 1994 (abstenção, votos nulos e brancos) em relação a 1989 deveu-se a outros fatores.

Que fatores foram esses? Primeiro, uma eleição menos disputada, com basicamente apenas dois candidatos com chances eleitorais, sendo que as chances de

⁶⁷ Para se ter uma idéia em termos comparativos, apresentamos em anexo um quadro com as taxas de alienação eleitoral para eleições de 1986-2002 (deputados federais, deputados estaduais, governadores e presidente da República). Nesta eleição, por exemplo, a taxa de votos brancos e nulos para a Câmara dos Deputados foi de 15,3% maior do que para governador, que, por sua vez, teve um percentual 7% maior do que a taxa de alienação eleitoral para presidente da República (média nacional).

vitória no 1º turno do candidato oficial, Fernando Henrique Cardoso, consolidaram-se pelo menos três meses antes da eleição. Além disso, como fator também importante, ao contrário de 1989, não foi feita uma cobertura ampla pela mídia do processo eleitoral (não houve sequer debates entre os candidatos favoritos na televisão), embora, como mostraram vários autores, isso não significasse imparcialidade da mídia. Outro fator que certamente influenciou foi o descrédito mais geral quanto aos partidos e políticos, depois da experiência de Fernando Collor/Itamar Franco (1990-1994).

Como se pode verificar pelas tabelas, houve aumento na taxa de alienação eleitoral, em especial dos votos nulos. Se, em 1989, em relação aos votos nulos, o modelo explica 67%, no qual o IDH se apresenta como fator mais importante para explicar esta taxa, em 1994, ele explica apenas 44%, ou seja, 56% devem-se a outros fatores, alguns dos quais apontamos acima, inseridos no quadro mais geral da crise de representação política.

Eleições Presidenciais 1998

Conjuntura eleitoral

Nas eleições gerais de 1998, havia 106.053.106 eleitores inscritos, um crescimento de pouco mais de 15% em relação à 1994.

O fato relevante nesta eleição foi a aprovação, em 1997, da Emenda da Reeleição, que permitia, pela primeira vez na história republicana brasileira, que o presidente em exercício pudesse ser candidato novamente. A Emenda foi aprovada na Câmara dos Deputados, em primeiro turno, no dia 28 de janeiro de 1997, com 336 votos a favor, 17 contra e 6 abstenções, e confirmada pelo Senado, também em primeiro turno, no dia 21 de maio de 1997, com 63 votos a favor e 6 contra.⁶⁸

Com a aprovação da Emenda Fernando Henrique Cardoso, candidatou-se à reeleição, numa coligação com o PMDB, PFL, PTB e PPB.

Lula lançou-se mais uma vez candidato pelo PT, em aliança com PDT, PSB, PCB e PC do B. Eram também candidatos Ciro Gomes (PPS), Enéas Carneiro (PRONA), Ivan Frota (PMN), Alfredo Sirkys (PV), José Maria de Almeida (PSTU), João de Deus Barbosa (PT do B), José Maria Eymael (PSDC) Thereza Ruiz (PTN), Sérgio Bueno (PSC) e Vasco Azevedo Neto (PSN).

Como diz Carreirão (2002, p.143), entre a eleição de 1994 e o período pré-eleitoral em 1998, não houve mudanças substanciais na conformação das principais forças político-eleitorais no país: de um lado, o governo FHC, apoiado agora por uma coligação ampliada (...); de outro o principal líder da oposição, Lula, numa coligação mais abrangente do que a de 1994. A novidade da campanha eleitoral, apontada pelo autor, era a candidatura de Ciro Gomes, pelo PPS, “cujas chances, naquele momento, eram vistas quase unanimemente como pequenas”.

⁶⁸ Pouco depois da aprovação da Emenda da Reeleição, pela Câmara dos Deputados, o jornal *Folha de S. Paulo*, divulgou conversas gravadas em fitas cassetes, em que se demonstrava a compra de votos para a aprovação da Emenda. A matéria teve ampla repercussão. A oposição tentou criar uma CPI da compra de votos, mas o governo tinha maioria nas duas Casas e a inviabilizou. O jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de S. Paulo*, publicou, a partir de 13 de maio de 1997, uma série de matérias com o título “O mercado do voto”, relatando, entre outros aspectos, os bastidores da compra de votos para a Emenda da Reeleição. Por essas matérias lhe foi conferido o Prêmio Esso de jornalista de 1997.

Tal como havia ocorrido na eleição presidencial de 1994, o principal aspecto da campanha de Fernando Henrique Cardoso foi o Plano Real e, desta vez, a ênfase foi na preservação da estabilidade econômica possibilitada pelo plano.

Mesmo considerando que as políticas sociais do governo foram seu ponto mais vulnerável, como mostravam as pesquisas qualitativas e de intenção de voto, havia uma avaliação positiva do Plano Real e o sentimento difuso de simpatia popular dificultou as mobilizações contrárias ao governo (SALLUM *et al.*, 1999).

A ênfase da campanha eleitoral de Fernando Henrique foi a questão do desemprego, considerada a maior preocupação do brasileiro. O *slogan* publicitário da campanha foi: “quem venceu a inflação vai acabar com o desemprego”.

Como mostra Miguel (2001), da mesma forma que em 1994, o debate ideológico esteve ausente. O principal adversário do FHC, Lula, não tinha um plano de governo alternativo e se propunha a revisar as privatizações em curso e dar continuidade aos “aspectos positivos do plano real”.

Mesmo assim, em março de 1998, as pesquisas de intenção de votos indicavam que havia um empate técnico entre Lula e Fernando Henrique, que coincidiu com um declínio da popularidade de FHC (conjugação de alguns fatores, como uma seca prolongada no Nordeste, com saques freqüentes, epidemia da dengue, baixo índice de reajuste do salário mínimo em maio e mais uma grave crise financeira internacional).

No entanto, a partir de maio, houve um crescimento expressivo das intenções de votos em FHC. Lula, que em maio de 1994 tinha 45% das intenções de voto, em maio de 1998 possuía apenas 30%. A partir daí, Fernando Henrique Cardoso esteve sempre à frente nas pesquisas, mantendo-se até a eleição em 15 de novembro, quando venceu já no 1º turno, com 53,05% dos votos válidos.

Saliente-se que Fernando Henrique Cardoso foi reeleito com mais votos do que aqueles obtidos em 1994, porém houve um crescimento de 10,7% no eleitorado e, assim, proporcionalmente, teve menos votos do que na eleição anterior.

Para alguns autores, como Carreirão (2002), tal como ocorreu em 1994, o principal preditor do voto em FHC foi a avaliação que o eleitor fez do desempenho do governo e, particularmente, de sua política econômica: as pesquisas de intenções de voto mostravam a avaliação positiva do governo em todas as faixas de escolaridade.

Entretanto, outros autores discordam dessa avaliação, como é o caso de Lima Junior (1999, p.16):

É plausível admitir a centralidade do papel do Real na manutenção da inflação baixa, que, assim pode ser vista, na ausência de desgaste da imagem presidencial, como condição necessária da reeleição. O governo, sabe-se hoje, foi extremamente cauteloso, evitando qualquer medida, pronunciamento ou decisão econômica que pudesse arranhar a imagem do presidente. As idéias de continuidade e de uma boa administração, futuramente centradas no plano “Brasil em ação”, foram cuidadosamente elaboradas. Mesmo assim, creio que isto não bastaria, não seria condição suficiente para que Cardoso se reelegesse.

O que o autor propõe é valer-se de outros indicadores (como região, idade, educação e renda) que, juntamente com a evolução das intenções de voto, se remetem a fatores de natureza mais estrutural e social.

De qualquer forma, parece ser consensual o fato de que, mais uma vez, o Plano Real teve importância significativa no comportamento eleitoral. Sua avaliação positiva, mesmo com os problemas enfrentados pelo governo (que vão desde as acusações da compra de votos para a Emenda da Reelection, casos de corrupção, crescimento do desemprego, etc.), levou à vitória, mais uma vez, no 1º turno, Fernando Henrique Cardoso.

Em relação ao papel da mídia nestas eleições, para alguns analistas, foi uma eleição que “não existiu”, como assinala Rubim (2004, p.16): “um pleito silenciado pela mídia, especialmente da mais influente rede de televisão, a Globo, que, sob pretexto de manter uma imparcialidade, eliminou a disputa eleitoral de seu noticiário”.

Miguel (2002), analisando a cobertura da eleição pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, afirma:

Todos os candidatos foram excluídos da telinha, inclusive o presidente da República (...) No auge da campanha, o mais importante noticiário da emissora, o Jornal Nacional, dedicou menos de 5% de seu tempo à disputa eleitoral como um todo, incluindo tanto a presidência da República quanto os governos estaduais e os cargos legislativos (...) o esvaziamento da cobertura eleitoral pela Rede Globo, em seu telejornal, era perfeitamente congruente com a estratégica traçada por Fernando Henrique para sua reeleição. O governo buscou desinflar o processo sucessório, transformando-o num simples ritual de recondução do presidente ao cargo (MIGUEL, 2002, p.65).

O autor salienta também como, ao contrário do que ocorreu nas eleições anteriores, em 1998 *nenhuma* emissora de televisão sequer *cogitou* promover debates entre os candidatos à presidência (grifos do autor).

Kucinski (1998, p.117), também analisa o papel da mídia (“a sagração de FHC: a mídia no primeiro turno presidencial de 1998”), destacando que durante todo o período

eleitoral “os meios de comunicação trabalham no sentido de minimizar a importância de Lula e das pesquisas, sem perder a oportunidade de desqualificá-lo e ao PT”.

Em síntese, em relação ao papel da mídia nestas eleições, dois aspectos são relevantes: o apoio à candidatura Fernando Henrique Cardoso e a ausência de uma cobertura mais ampla do processo eleitoral.

Tabela 16
Distribuição dos votos na eleição presidencial, no 1º turno, segundo os candidatos Brasil – 1998

Candidatos	Total de votos	%
Fernando H. Cardoso	35.936.382	53,064
Luiz Inácio Lula da Silva	21.475.211	31,711
Ciro Gomes	7.426.187	10,966
Enéas Carneiro	1.447.089	2,137
Alfredo Sirkys	212.983	0,314
Thereza Ruiz	166.138	0,245
José Maria	202.659	0,299
Vasco Neto	109.003	0,161
José M. Eymael	171.831	0,245
Sergio Bueno	124.569	0,137
Ivan Frota	251.336	0,371
João de Deus	198.915	0,294
Branco	6.688.371	8,680
Nulos	8.887.091	10,669
Abstenções	22.802.823	21,543

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br).

A Tabela 16 mostra que a alienação eleitoral foi maior do que os votos dados ao candidato vitorioso em 1º turno, Fernando Henrique Cardoso, que obteve 34.377.198, contra 35.936.382 de alienação. Só a abstenção foi maior do que os votos dados ao candidato que ficou em segundo lugar, Luiz Inácio Lula da Silva.

A tabela 17 apresenta a correlação linear entre as taxas de votos brancos, nulos e abstenções, com as variáveis definidas no modelo, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), região, extensão territorial e densidade eleitoral.

Tabela 17

Coeficiente de correlação linear (r) entre as taxas de votos brancos, nulos, e abstenção, IDH, região, extensão territorial e densidade eleitoral, na eleição presidencial Brasil – 1998

Variáveis	Votos Nulos	Votos Brancos	Abstenção
IDH	-0,71 ^{**}	-0,62 ^{**}	-0,61 ^{**}
Região	-0,39 [*]	-0,10 ^{ns}	-0,49 ^{**}
Ext. Territorial	-0,41 [*]	-0,05 ^{ns}	0,50 ^{**}
Dens. Eleitoral	0,14 ^{ns}	-0,33 ^{ns}	-0,38 ^{ns}
IES	-0,64 ^{**}	-0,48 [*]	-0,65 ^{**}

* correlação significativa ao nível de $P < 0,05$; ** correlação significativa ao nível de $P < 0,01$; ns= não significativo

Votos brancos e nulos

Para esta eleição, como mencionado na metodologia, acrescentou-se outra variável socioeconômica, o Índice de Exclusão Social (IES).

Verifica-se, através da análise do coeficiente de correlação linear, que a taxa de votos brancos foi fortemente influenciada pelo IDH e o IES. Quanto maior o IDH ou IES, menor a taxa de votos brancos. As demais variáveis não apresentaram uma correlação significativa com a taxa de votos brancos.

Já a taxa de votos nulos, além da alta correlação com o IDH e o IES, também apresentou correlação significativa com a região e a extensão territorial (Tabela 21), ou seja, quanto maior a extensão territorial, maior a taxa de votos nulos.

No que se refere à região, o maior percentual de votos nulos foi observado no Nordeste (Tabela 21).

Quanto aos indicadores socioeconômicos, as maiores taxas de votos nulos e brancos, foram observadas nos Estados com menores índices de IDH (0,6 – 0,6999) e de IES (0,000 – 0,312).

Tabela 18
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de votos nulos

R²: 0,66

R² ajustado: 0,63

Erro padrão: 1,79

Coefficiente F do modelo: 23,24

Significância de F: 0,0000

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível de significância
Constante (a)	43,89	4,86	9,03	0,0000
IDH	-45,72	6,71	-6,81	0,0000
Densidade Eleitoral	0,02	0,01	3,27	0,0033

Modelo Regressão: $N = 43,89 - 45,72IDH - 0,02DE$ onde:

N= taxa de voto nulo, DE= densidade eleitoral.

A variação na taxa de votos nulos foi influenciada pela variação no IDH e densidade eleitoral. O modelo explica 63% da variação na taxa de votos nulos.

A variável independente que teve maior efeito relativo sobre a taxa de votos nulos foi o IDH. Para cada 1 ponto de decréscimo no IDH, tem-se um acréscimo de 45 pontos percentuais na taxa de votos nulos.

A densidade eleitoral teve menor efeito sobre a variação na taxa de votos nulos. Para se conseguir um acréscimo de 0,02 ponto percentual na taxa de votos nulos, seria necessário aumentar a densidade eleitoral em 1 eleitor/km².

Tabela 19
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de votos em branco

R²: 0,57

R² ajustado: 0,54

Erro padrão: 2,64

Coefficiente F do modelo: 16,00

Significância de F: 0,0000

Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	53,77	8,08	6,66	0,0000
IDH	-67,54	12,05	-5,61	0,0000
Região	1,67	0,52	3,20	0,0038

Modelo Regressão: $B = 53,77 - 67,54IDH + 1,67R$ onde:

B= taxa de votos em branco, R= região.

Em relação à variação na taxa de votos em branco, observa-se no modelo, que 54% são explicados pela variação no IDH e região, e os outros 46% restantes são explicados por outros fatores. A significância de F permite afirmar com mais de 99,9% de confiança que há uma dependência linear da taxa de votos brancos em relação ao IDH e à região.

Das variáveis independentes, a que teve maior efeito relativo sobre a taxa de votos brancos foi o IDH. Para um decréscimo de 1 ponto no IDH, tem-se um aumento de 67 pontos percentuais na taxa de votos brancos, enquanto o acréscimo de 1 ponto na região significa aumento de 1 ponto percentual na taxa de votos brancos (Tabela 19).

A maior taxa de votos em branco e nulos ocorreu no Nordeste (13,8%) e nos Estados com os menores IDH (0,6 – 0,699) e IES (0,000 – 0,312), sendo que todos os Estados do Nordeste, encontram-se nestas faixas dos índices, o que evidencia a relação do IDH /IES com estas taxas.

As análises permitem afirmar que a variação nas taxas de votos brancos e nulos é determinada pelo mesmo fator, o IDH, que foi a variável que exerceu maior efeito na variação de ambos indicadores de participação eleitoral.

Comportamento semelhante foi observado nas variações das taxas de votos brancos e nulos nas eleições presidenciais de 1989 e 1994.

Abstenção

A variação na taxa de abstenção foi determinada pela variação no IES e na extensão territorial. O modelo proposto explica apenas 56% da variação na taxa de abstenção. Os demais 44% são explicados por outras variáveis.

Das duas variáveis significativas no modelo, a que teve o maior efeito sobre a variação da abstenção foi o IES. Mantendo-se constantes as outras variáveis, a diminuição de 1 ponto no IES implica um aumento de 17 ponto percentual na taxa de abstenção (Tabela 20).

Quanto à influência da extensão territorial, seu efeito relativo sobre a variação na taxa de abstenção foi menor do que o do IES. Para se obter um

acréscimo de 0,0000056 ponto percentual na taxa de abstenção, é necessário aumentar a extensão territorial em 1 km² (Tabela 20).

Tabela 20
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de abstenção

R²: 0,59
R² ajustado: 0,56
Erro padrão: 3,43
Coeficiente F do modelo: 17,24
Significância de F: 0,0000
Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	28,24	1,97	14,36	0,0000
IES	-16,90	3,80	-4,45	0,0002
Extensão Territorial	5,65 ⁽⁻⁶⁾	1,80 ⁽⁻⁶⁾	3,14	0,0044

Modelo Regressão: $A = 28,24 - 16,90IES + 5,65^{(-6)} ET$ onde:
A= taxa de abstenção, ET= extensão territorial.

Na Tabela 21, observa-se as taxas de abstenção entre as regiões do país, sendo que as maiores ocorreram no Norte e Nordeste, mas com valores semelhantes àquelas verificadas no Centro-Oeste e Sudeste. O menor percentual foi encontrado na Região Sul (menor extensão e maior densidade eleitoral).

Em relação ao IDH, apenas os Estados que apresentaram valores entre 0,8 e 0,899, ou seja, os índices mais altos (Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal), registraram as menores taxas de abstenção.

Nos Estados com menores IDH (0,6 – 0,6999), ocorreram as maiores taxas de votos nulos, brancos e abstenção. Quanto aos votos brancos e nulos, tal como verificado em 1989 e 1994, a incidência maior foi no Nordeste.

Para o IES, nos Estados pertencentes à maior faixa (0,589 – 1,000) - que correspondem também àqueles com maiores IDH -, a taxa de abstenção foi significativamente menor que nos demais.

Como o IES é um indicador socioeconômico que inclui variáveis referentes à qualidade de vida (desigualdade social, concentração de renda e emprego formal), pode-se supor que o “custo do voto” afetou também o absentéismo nestas eleições, uma vez que o IES foi a variável que apresentou o maior efeito sobre a taxa de abstenção.

Já a extensão territorial não exerceu influência significativa nos votos em branco e nulos. O percentual mais expressivo correspondeu à abstenção, ou seja, embora esses índices sejam mais expressivos nas Regiões Norte e Nordeste, o que ficou evidente é que as taxas são maiores nos Estados com maiores extensões territoriais, acima de 500 mil km² (46,21%).

Tabela 21
Percentual de votos em branco, nulos e abstenção, nas eleições presidenciais, segundo regiões, IDH e IES
Brasil – 1998

Variável	Nº de Estados	Votos nulos	Votos brancos	Abstenção
Região				
Norte	7	10,51± 0,79 ^b	5,64 ± 1,18 ^b	24,64 ± 1,82 ^a
Nordeste	9	13,80 ± 0,69 ^a	12,03 ± 0,98 ^a	24,40 ± 1,60 ^a
Centro Oeste	4	8,40 ± 1,04 ^b	6,45 ± 1,77 ^b	21,45± 2,40 ^{ab}
Sudeste	4	10,43± 1,04 ^b	6,47 ± 1,25 ^b	19,60± 2,41 ^{ab}
Sul	3	7,83 ± 1,20 ^b	6,90 ± 0,21 ^b	17,43± 2789 ^b
IDH				
0,6 – 0,699	7	14,26± 1,23 ^a	11,69 ± 1,27 ^a	25,23 ± 1,27 ^a
0,7 – 0,799	15	10,16± 0,42 ^b	7,57 ± 0,87 ^b	23,24 ± 1,34 ^a
0,8 – 0,899	5	8,88 ± 0,97 ^b	4,98 ± 1,03 ^b	16,68 ± 1,93 ^b
IES				
0,000 – 0,312	7	14,16± 1,27 ^a	11,34 ± 1,13 ^a	25,54 ± 1,18 ^a
0,313 – 0,381	7	11,24± 0,59 ^b	6,54 ± 1,69 ^b	23,47 ± 2,42 ^a
0,382 – 0,588	7	9,30± 0,46 ^b	8,99 ± 1,09 ^{ab}	23,00 ± 1,71 ^a
0,589 – 1,000	6	8,95± 0,79 ^b	5,35 ± 0,91 ^b	17,42 ± 1,06 ^b

Médias seguidas de letras diferentes na mesma coluna, para cada variável, diferem entre si a $p < 0,05$ pelo teste de Fisher's. N = tamanho da amostra; ep= erro padrão.

Alienação eleitoral

O principal aspecto a ser destacado nesta eleição, quanto à alienação eleitoral, é seu expressivo crescimento, superando os votos dados a Fernando Henrique Cardoso, que obteve 35.936.382 votos. A taxa de alienação foi de 40,2%, totalizando 38.351.547 eleitores que ou votaram em branco, ou se abstiveram ou anularam o voto.

Em termos de alienação eleitoral, mais uma vez a região Nordeste teve o maior percentual (52,6%), significando mais da metade dos 28.538.613 eleitores inscritos se abstiveram (7.699.324), ou votaram em branco (2.524.139) ou anularam o voto (2. 812. 807). O menor valor ocorreu no Sudeste (32,4%).

O aumento da alienação eleitoral não foi apenas em relação à eleição presidencial. Para governadores e deputados federais e estaduais, o índice foi muito expressivo, tanto em comparação a 1994 quanto, especialmente a 1989. Na eleição presidencial, vários Estados registraram alienação eleitoral superior a 50% do eleitorado inscrito (Bahia, Maranhão, Alagoas, Paraíba e Pernambuco), todos da região Nordeste. Com mais de 40% de alienação ficaram Piauí, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rondônia, Amazonas, Acre e Tocantins. Acima de 30% foram Minas Gerais, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo e, acima de 20%, os demais Estados: Amapá, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Esses dados revelam que, em 17 dos 27 Estados da Federação, a taxa de alienação eleitoral foi superior a 40%.

Quanto à eleição para governador, nos Estados onde os governadores foram reeleitos (Ceará, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Tocantins e Paraná), apenas em Tocantins o governador reeleito teve mais votos do que a alienação eleitoral.

No Maranhão, por exemplo, Roseana Sarney obteve 1.005.755 votos e o somatório dos votos brancos, nulos e abstenção foi de 1.461.153 votos. Jaime Lerner, que em 1994 foi um dos poucos governadores eleitos com mais votos do que a taxa de alienação eleitoral, nesta eleição teve 2.031.241 votos, para uma alienação eleitoral de 2.493.005.

Em relação à Câmara dos Deputados, em sete Estados, o índice de alienação eleitoral superou 50%: Maranhão (56,2%), Bahia (55,0%), Piauí (54,8%), Paraíba (53,7%), Pará (53,1%), Mato Grosso (52,6%) e Sergipe (51,6%). Em onze Estados foi superior a 40%: Pernambuco (49,8%), Rio Grande do Norte (44,7%), Minas Gerais (43,7%), Rondônia (43,3%), Paraná (42,2%), Alagoas (41,8%), Goiás (41,4%), Espírito Santo (41,1%), Amazonas (40,9%), Ceará (40,7%) e Mato Grosso do Sul (40,7%).

Todos os demais Estados, tiveram índices acima de 30%, com exceção do Amapá (17,4%), Distrito Federal (22,3%) e Roraima (27,2%).

Quanto à Assembléia Legislativa, a Bahia registrou índice de alienação eleitoral de 54,5%, dez Estados superaram os 40% (Pará, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Mato Grosso e Minas Gerais); doze Estados ficaram acima de 30% (Amazonas, Acre, Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Norte, São Paulo, Santa

Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo), o Distrito Federal e Rio Grande Sul superaram os 20%, e a menor taxa foi observada no Amapá, com 17,0%.

O que explica um aumento tão significativo das taxas de alienação eleitoral em todas as eleições (presidencial, para governador, deputados federais e estaduais)? Em relação às taxas em si, procurou-se relacioná-las a determinadas variáveis (IDH, IES, extensão territorial e densidade eleitoral), para compreender os votos brancos, nulos e abstenções. Mas, quanto ao seu aumento em relação à eleição anterior, outros fatores contribuíram. Primeiro, uma eleição menos disputada, em que não houve polarização ideológica (como em 1994) e o presidente-candidato foi reeleito no 1º turno. Segundo, não houve, como mostraram vários autores, uma cobertura mais ampla da mídia que estimulasse a uma maior participação eleitoral e, terceiro, tal como ocorreu nas eleições anteriores (1989 e 1994), uma parte dos não-votos, além dos fatores aludidos, expressa uma rejeição às alternativas partidárias em disputa que, a exemplo de 1989 e 1994, se insere no quadro mais geral da crise de representação política.

Eleições Presidenciais 2002

Conjuntura eleitoral

Como já foi exaustivamente analisado, o mais relevante nas eleições presidenciais de 2002 foi a vitória do candidato do PT (em coligação com PCB, PC do B, PMN e PL), Luiz Inácio Lula da Silva, que havia sido derrotado nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.⁶⁹

No curso da campanha eleitoral, a novidade foi a ascensão da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, nas pesquisas eleitorais. No dia 1º de novembro de 2001, foi ao ar, em rede nacional, o programa do PFL no horário eleitoral gratuito, no qual ela foi o grande destaque, com uma bem planejada inserção.

Pouco depois, a mídia já destacava o crescimento de intenções de voto numa possível candidatura à presidência, alcançando o segundo lugar nas pesquisas de opinião. Como diz Carvalho (2004, p.142) “de coadjuvante nos acordos e alianças partidárias o PFL, surpreso, descobre que tem uma estrela para disputar a presidência da República”.

No entanto, a descoberta de R\$ 1,5 milhão em dinheiro vivo no escritório da empresa Lunus, da qual era sócia, junto com o marido, foi um golpe fatal na sua candidatura. O episódio teve ampla repercussão e a inviabilizou como candidata.⁷⁰

A exposição na mídia, permitida pela legislação eleitoral com intervalos regulares, aumentou os índices de intenção de votos de todos os candidatos. Com o início da propaganda eleitoral, José Serra (coligação PSDB, PMDB e PFL) subiu de 8% em fevereiro, para 22% em março, nas pesquisas. Ciro Gomes passou de 11% para 18%, e Lula de 32% para 43%.

Desde o início da campanha eleitoral, Lula mantém-se à frente nas pesquisas. Desta vez, cuidou melhor do *marketing* eleitoral, contratando os serviços profissionais de Duda Mendonça e sua equipe, que, entre outros aspectos, mostraram Lula e o PT como mais preparados para a presidência. Adotando um discurso moderado (“Lulinha paz e

⁶⁹ Os candidatos nestas eleições foram, além de Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra, Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS, PDT e PTB), José Maria (PSTU) e Rui Pimenta (PCO).

⁷⁰ Carvalho (2004) faz uma análise desse processo, no artigo *Como se faz e desfaz um “fenômeno eleitoral”*: o caso Roseana, discutindo o que é um “fenômeno eleitoral”, que, segundo a autora “não pode ser dissociados dos processos de midiática da política”, e analisa os programas de Roseana apresentados na TV, o papel do *marketing* e da mídia e depois como se deu o processo de “desconstrução” do fenômeno Roseana: da apreensão de documentos na empresa Lunus numa operação da Polícia Federal à repercussão na imprensa e a forma como foi noticiada.

amor”), de grande eficácia, Lula ficou em primeiro lugar, com 39.455.233 votos, seguido por José Serra, com 19.705.445 votos, Anthony Garotinho, com 15.180.097 votos e Ciro Gomes, com 10.170.882 votos.

Tabela 22
Distribuição dos votos na eleição presidencial, no 1º turno, segundo candidatos Brasil – 2002

Candidatos	Votação	%
Lula	39.454.692	46,44
José Serra	19.705.061	23,20
Garotinho	15.179.879	17,87
Ciro Gomes	10.170.666	11,97
José Maria	402.232	0,47
Rui Pimenta	38.619	0,05
Total Votos	94.804.126	
Votos Válidos	84.951.144	89,61
Branco	3.873.720	3,03
Nulos	6.976.107	7,36
Abstenções	20.449.690	17,74

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br)

No 2º turno, o PT e partidos aliados mantêm a mesma estratégia de *marketing*. Lula se manteve à frente desde o início da campanha eleitoral e venceu a eleição com um total de 52.793.364 votos, representando 61,27% dos votos válidos, enquanto José Serra teve 33.370.734 votos (38,73%).

Tabela 23
Distribuição dos votos na eleição presidencial, no 1º turno, segundo candidatos Brasil – 2002

Candidatos	Votação	%
Lula	52.793.364	61,27
J. Serra	33.370.734	38,73
Total de votos	91.664.259	
Válidos	86.164.103	94,0
Branco	1.727.760	1,88
Nulos	3.772.138	4,12
Abstenção	23.589.188	20,47

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Como se pode verificar nas Tabelas 22 e 23, houve diminuição dos votos nulos e brancos entre o 1º e o 2º turnos, que passaram, respectivamente de 3,03% e 7,36% para 1,88% e 4,12%.

Do ponto de vista do sistema partidário, um aspecto, em particular, foi destacado por Nicolau (2003) nestas eleições: a continuidade da alta fragmentação do sistema partidário, processo esse que, segundo o autor, caracteriza o sistema partidário brasileiro pelo menos desde o fim dos anos 80.⁷¹

Em relação à mídia, vários aspectos podem ser destacados, como o papel da televisão e do *marketing* político, o que Rubim(2004) chama de “visibilidade”, ou seja, “as eleições de 2002 no Brasil foram, sem dúvida, vividas sob o signo da visibilidade”, a cobertura dos jornais (ALDÉ, 2004) e até o uso do medo como estratégia política (CHAIA, 2004).⁷²

De forma geral, como diz Carvalho (2004, p.159), “em contraste com o que ocorrera nas campanhas presidenciais de 1994 e 1998, é nítida uma maior busca das principais redes de TV em interferir mais ativamente da campanha, com a pretensão óbvia de influenciar o seu curso”. A autora cita o exemplo da série de entrevistas com os principais candidatos, realizadas pela TV Globo em julho de 2002, em que “o tom costumeiramente ‘frio’ foi substituído pelo ostensivamente provocativo”.

O uso do medo como estratégia política é abordado por Chaia (2004, p.29), cujo objetivo é “analisar como esta estratégia política de criar um clima de medo, constante nos pleitos eleitorais, após o período de redemocratização no Brasil, foi utilizada para combater a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva do partido dos Trabalhadores, desde as eleições diretas de 1989 até as eleições de 2002”.

A autora analisa “algumas propagandas eleitorais, as falas dos atores políticos engajados na disputa eleitoral, as falas na imprensa escrita, durante os períodos eleitorais de 1989, 1994, 1998 e 2002”.

Em relação à eleição de 2002, Chaia (2004, p.43) mostra como esta estratégia não deu o resultado esperado: “desta vez, o medo não foi assimilado pelo eleitorado”, e

⁷¹ Esta fragmentação é muito mais expressiva em relação às eleições para a Câmara dos Deputados, uma vez que, na disputa presidencial, o número de candidatos é bem mais reduzido. Sobre a fragmentação eleitoral nestas eleições, em especial dos votos para a Câmara dos Deputados, consultar Santos, A. (2003).

⁷² Para uma análise mais ampla desses temas e do papel da mídia nestas eleições, consultar Rubim (org), 2004.

conclui afirmando que “Lula venceu apesar das pressões do mercado, do contra-ataque orquestrado pelo candidato da situação”. E, claro, o medo que seus adversários tentaram construir através da mídia.

Miguel (2004), que havia analisado o papel da mídia nas eleições de 1998 (“praticamente banidas do noticiário”), aborda desta vez “a descoberta da política da campanha de 2002 na rede Globo”

Esta nova “descoberta da política” pelo maior conglomerado brasileiro de comunicações – e, em sua esteira, pelo restante da mídia no país – foi, em si mesma, um dos fenômenos mais importantes do processo eleitoral de 2002 (MIGUEL, 2004, p.91).

Certamente, como mostra o autor, não apenas a cobertura da Globo foi maior e mais isenta do que em relação às eleições anteriores (em 1989, apoiando explicitamente a candidatura de Fernando Collor, e em 1994 e 1998, a de Fernando Henrique Cardoso), como parece ter sido também o comportamento da imprensa de uma maneira geral.

Abordando a cobertura dos jornais nas eleições presidenciais, Aldé (2004, p.106) afirma que “as eleições gerais de 2002 encontraram uma imprensa mais disposta a investir no assunto eleitoral como fato noticiável do que o visto nas corridas presidenciais de 1994 e 1998”.

Ao analisar os quatro maiores jornais do país, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, a autora mostra que, embora a cobertura tenha sido ampliada em relação às eleições anteriores (1994 e 1998), há diferenças substanciais entre estes veículos de informação. Em 1994 e 1998, o real dominou a pauta jornalística e a imprensa contribuiu para o “presente bom”: estabilidade econômica, um ambiente eleitoral extremamente favorável a FHC e as eleições propriamente ditas “mobilizaram o mínimo de cobertura nos principais jornais e telejornais” (ALDÉ, 2003, p.94).

Em 2002, *O Estado de S.Paulo* assumiu explicitamente o apoio à candidatura de José Serra (PSDB), sendo, portanto, o noticiário mais governista entre os estudados pela autora, enquanto a *Folha de S.Paulo*, destacava-se como o mais imparcial (mais crítico em relação a todas as candidaturas). Já o jornal *O Globo* “teve uma cobertura menos regular, vinculada aos fatos de cada quinzena, e portanto, favorecendo ora um, ora outro”. *O Jornal de Brasil*, por sua vez, fez “uma cobertura rala, significativamente menos densa e volumosa que a dos outros jornais” (ALDÉ, 2004, p.124).

Enfim, diferentemente dos anos anteriores, a autora mostra como na eleição presidencial de 2002, desde o começo, ela foi assunto relevante nas páginas políticas dos grandes jornais, conquistando espaço, “mobilizando positivamente o noticiário” e, com isso, “contribuindo para o envolvimento do eleitorado em geral com o andamento do processo político”.

Figueiredo (2003) destaca o comportamento da televisão. Se, em 1989, houve um apoio velado da grande mídia à candidatura de Fernando Collor, em 2002 foi diferente. Houve maior equilíbrio, no qual, segundo o autor, “o país assistiu à maior exposição de candidatos a presidente da República da sua história”.

Uma série interminável de entrevistas, além de vários debates foram a marca registrada da campanha. O espaço dado aos principais candidatos foi, em geral, equivalente. A Rede Globo inovou e realizou entrevistas individuais no Jornal Nacional, que conta com uma das maiores audiências da televisão mundial. Os jornalistas acuraram todos os candidatos nas entrevistas do Jornal Nacional da Rede Globo, distribuindo democraticamente perguntas embaraçosas para todos eles.

Enfim, a disputa eleitoral em 2002 para presidente da República contou com maior cobertura na mídia, desta vez, de forma mais isenta do que nas eleições anteriores. Essa cobertura, com exposição dos candidatos e acompanhamento do processo eleitoral (pesquisas, debates etc.), certamente contribuiu para uma maior participação eleitoral.

A seguir analisam-se os dados da pesquisa (coeficiente de correlação linear e análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados), relativos aos votos em branco, nulos e abstenções nestas eleições, usando como variáveis as regiões do país, extensão territorial, densidade eleitoral e os respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Exclusão Social (IES).

Tabela 24

Coefficiente de correlação linear (r) entre taxa de votos em branco, nulos e abstenções, IDH, região, extensão territorial e densidade eleitoral, na eleição presidencial Brasil – 2002

Variáveis	Votos nulos	Votos brancos	Abstenção
IDH	-0,76 ^{**}	-0,38 [*]	-0,61 ^{**}
Região	-0,33 ^{ns}	0,20 ^{ns}	-0,63 ^{**}
Ext. Territorial	-0,26 ^{ns}	-0,24 ^{ns}	0,44 [*]
Dens. Eleitoral	-0,23 ^{ns}	0,39 [*]	-0,43 [*]
IES	-0,62 ^{**}	-0,25 ^{ns}	-0,67 ^{**}

* correlação significativa ao nível de P<0,05; ** correlação significativa ao nível de P<0,01; ns= não significativo

Votos brancos e nulos

A taxa de votos nulos apresentou alta correlação negativa com o IDH e IES, significando que, quanto maior o IDH ou IES, menor a taxa de votos nulos. As demais variáveis (região, extensão territorial e densidade eleitoral) não apresentaram correlação significativa com a taxa de votos nulos.

Em relação à taxa de votos em branco, esta correlacionou-se significativamente com o IDH e com a densidade eleitoral. Quanto menor o IDH, maior a taxa de votos brancos e quanto maior a densidade eleitoral, maior a taxa de votos brancos (Tabela 24).

Quanto à variação nas taxas de votos nulos e brancos entre as regiões e os indicadores socioeconômicos, IDH e IES, verificou-se que estas são maior no Nordeste (12,18% e 3,68% respectivamente) e nos Estados com menor IES (11,86% e 3,70%)(Tabela 28), o que demonstra a relação entre estas taxas e o nível socioeconômico.

Em relação ao IDH, apenas a taxa de votos nulos variou com o aumento deste índice, sendo significativamente maior nos Estados com IDH de 0,6 a 0,6999. Quanto as taxas de votos em branco, não houve diferença estatística significativa entre as faixas do IDH, embora, como os dados demonstram, há uma tendência para maior taxa de votos em branco na faixa de IDH menor (tabela 28).

Tabela 25
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de votos nulos

R²: 0,67
R² ajustado: 0,64
Erro padrão: 2,32
Coeficiente F do modelo: 24,37
Significância de F: 0,0000
Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	47,08	5,81	8,10	0,0000
IDH	-51,63	7,81	-6,61	0,0000
Extensão Territorial	-3,04 ⁽⁻⁶⁾	1,20 ⁽⁻⁶⁾	-2,53	0,0183

Modelo Regressão: N = 47,08 -51,63ID -3,04⁽⁻⁶⁾ ET onde:
N= taxa de voto nulo, ID= IDH., ET= extensão territorial

Em relação às taxas de votos nulos, o modelo de regressão proposto explica 64% da variação. A significância de F permite afirmar que existe uma relação linear entre a taxa de votos nulos e as variáveis explicativas, IDH e, em menor medida, a extensão territorial.

O IDH foi a variável que teve maior efeito relativo sobre a variação na taxa de votos nulos. Para um decréscimo de 1 ponto no IDH, tem-se um aumento de 51 pontos percentuais na taxa de votos nulos.

A variável extensão territorial exerceu menor efeito relativo sobre a taxa de votos nulos. Para cada 1 km² de aumento na extensão territorial, ocorre uma diminuição de 0,0000003 ponto percentual na taxa de votos nulos.

Tabela 26
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de votos em branco
 R^2 : 0,59
 R^2 ajustado: 0,54
 Erro padrão: 0,71
 Coeficiente F do modelo: 11,33
 Significância de F: 0,0001
 Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível significância
Constante (a)	12,58	2,20	5,73	0,0000
IDH	-16,30	3,23	-5,05	0,0000
Região	0,48	0,16	3,04	0,0059
Densidade Eleitoral	0,43	0,20	2,16	0,0412

Modelo Regressão: $B = 12,58 - 16,30 ID + 0,48 R + 0,43DE$ onde:
 B= taxa de votos em brancos, ID= IDH, R= região, DE= densidade eleitoral.

Pelos dados apresentados, pode-se afirmar, com base no modelo proposto, que 54% da variação na taxa de votos brancos é explicada pela variação no IDH, região e densidade eleitoral. O IDH foi a variável que exerceu o maior efeito sobre a taxa de votos brancos. Cada decréscimo de 1 ponto no IDH corresponde a um aumento de 16 pontos percentuais na taxa de votos brancos.

O acréscimo em 1 ponto na região significa o aumento de 0,48 ponto percentual na taxa de votos brancos, enquanto para se obter um aumento de 0,43 ponto percentual nesta taxa seria necessário aumentar a densidade eleitoral em 1 eleitor/ km².

As análises permitem concluir que as variações nas taxas de votos nulos e em branco foram determinadas pelo mesmo fator, o IDH, pois esta foi a variável que teve o maior efeito relativo sobre esses indicadores de participação eleitoral.

Pode-se então aceitar a hipótese de que os fatores socioeconômicos são os principais determinantes da variação dos votos brancos e nulos.

Abstenção

A variação na taxa de abstenção é explicada pela variação no IES e extensão territorial, excluindo-se, portanto, a densidade eleitoral, que não exerceu influência. O modelo explica 54% dessa variação, o que significa afirmar que os demais 46% são explicados por outros fatores. Mais adiante, serão propostos alguns fatores explicativos.

O IES foi a variável que teve o maior efeito relativo sobre a taxa de abstenção. Para um decréscimo de 1 ponto no IES, tem-se um aumento de 11 ponto percentual na taxa de abstenção.

Tabela 27
Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados

Variável Dependente: taxa de abstenção

R²: 0,58
R² ajustado: 0,54
Erro padrão: 2,14
Coeficiente F do modelo: 16,47
Significância de F: 0,0000
Nº de observações: 27

Variável independente	β	Erro padrão	Valor t	Nível de significância
Constante (a)	22,62	1,22	18,47	0,0000
IES	-11,06	2,36	-4,68	0,0001
Extensão Territorial	2,92 ⁽⁻⁶⁾	1,12 ⁽⁻⁶⁾	2,61	0,0154

Modelo Regressão: $A = 22,61 - 11,06IE + 2,92^{(-6)}ET$ onde:
A= taxa de abstenção, IE= IES , ET= extensão territorial.

A extensão territorial também influenciou, embora em menor escala. Para cada 1 km² acrescido na extensão territorial, consegue-se um aumento de cerca de 0,0000003 ponto percentual na taxa de abstenção.

Quanto às variações entre as regiões, IDH e IES (Tabela 28), a taxa de abstenção foi maior no Norte e Nordeste, nos Estados com IDH de 0,6 a 0,699 e de 0,7 a 0,7999, que incluem Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe, no primeiro caso, e Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná, no segundo.

Nos Estados com IES de 0,000 a 0,588, a taxa de abstenção foi maior, incluindo Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

De acordo com os dados analisados, pode-se afirmar que a variação na taxa de abstenção nestas eleições foi explicada, em parte, pela variação na extensão territorial e, principalmente, no IES, pois esta foi a variável que teve maior efeito sobre a taxa de abstenção, semelhante ao que ocorreu na eleição presidencial de 1998.

Assim, pode-se aceitar a hipótese de que existe uma relação entre a taxa de abstenção e a extensão territorial. No entanto, outros fatores também são importantes, como os socioeconômicos.

**Tabela 28: Percentual de votos em branco, nulos e abstenções, nas eleições presidenciais, segundo regiões, IDH e IES
Brasil – 2002**

Variável	Nº de Estados	Votos nulos	Votos brancos	Abstenção
Região				
Norte	7	6,76 ± 1,51 ^b	1,63 ± 0,19 ^c	20,21 ± 0,97 ^a
Nordeste	9	12,18 ± 0,80 ^a	3,68 ± 0,27 ^a	20,01 ± 0,86 ^{ab}
Centro Oeste	4	5,25 ± 0,53 ^b	1,93 ± 0,18 ^{bc}	18,38 ± 1,29 ^{ab}
Sudeste	4	5,60 ± 0,58 ^b	2,88 ± 0,38 ^a	16,35 ± 1,29 ^{bc}
Sul	3	5,50 ± 0,58 ^b	2,80 ± 0,23 ^{ab}	14,23 ± 1,49 ^c
IDH				
0,6 – 0,699	7	12,29 ± 1,10 ^a	3,27 ± 0,37 ^{ns}	20,43 ± 0,97 ^a
0,7 – 0,799	15	7,13 ± 0,83 ^b	2,47 ± 0,28	19,11 ± 0,59
0,8 – 0,899	5	4,76 ± 0,23 ^b	2,42 ± 0,37	14,70 ± 0,65
IES				
0,000 – 0,312	7	11,86 ± 0,96 ^a	3,70 ± 0,35 ^a	19,60 ± 1,06 ^a
0,313 – 0,381	7	7,81 ± 1,88 ^b	1,81 ± 0,32 ^b	20,77 ± 1,14 ^a
0,382 – 0,588	7	6,97 ± 0,91 ^b	2,66 ± 0,28 ^b	18,70 ± 0,82 ^a
0,589 – 1,000	6	5,05 ± 0,35 ^b	2,48 ± 0,31 ^b	14,95 ± 0,59 ^b

Médias seguidas de letras diferentes na mesma coluna, para cada variável, diferem entre si a $p < 0,05$ pelo teste de Duncan. N = tamanho da amostra; ep= erro padrão.

Alienação eleitoral

Uma das principais características da eleição presidencial de 2002 foi a diminuição da taxa média nacional de alienação eleitoral em relação a 1994 e 1998 (mas com uma média superior à eleição de 1989). Como visto, de um total de pouco mais de 115 milhões de eleitores aptos a votarem, mais 31 milhões ou se abstiveram (17,8%) ou votaram em branco ou anularam o voto: a alienação foi de 28,2%.

Mesmo tendo diminuído, proporcionalmente, em relação a 1994 e 1998, tal como ocorreu naquelas eleições, a taxa de alienação em vários Estados, superou o número de votos dados aos governadores eleitos. É o caso, entre outros, do Rio Grande do Norte. Na eleição para presidente, a alienação eleitoral neste Estado foi de 33,3% e para governador 34,7%, ou seja, de um total de 1.091.382 eleitores, 337.515, 65.661 votaram em branco e 202.476 anularam o voto, o que dá um total de 606.652. Isso significa mais do que os votos dos dois candidatos que disputaram o 2º turno (Wilma de Faria, que teve 492.756 votos, e Fernando Freire, com 404.865 votos). A candidata eleita (Wilma de Faria) ganhou no 2º turno com 820.541 votos, correspondendo a 61,04% dos votos válidos. Foi eleita com menos votos do que a taxa de alienação eleitoral.

No entanto, mesmo que a taxa de abstenção tenha aumentado em relação às eleições de 1998, houve redução das taxas de votos brancos e nulos. Um dos fatores explicativos pode ter sido a adoção da urna eletrônica em todos municípios do país, dificultando o voto em branco e/ou nulo, o que explica uma parte dessas taxas (embora, como salientado, há outros fatores, como os socioeconômicos, que também são relevantes).

Em que medida os fatores socioeconômicos são não apenas relevantes como também determinantes? Primeiro, como os dados demonstram, a Região Nordeste, tal como ocorreu nas eleições anteriores, manteve-se com os maiores índices de votos brancos e nulos (3,68% e 12,8%, respectivamente) e possui os menores índices de desenvolvimento humano e maiores taxas de exclusão social.

Quanto à abstenção eleitoral, o comportamento também foi semelhante ao que ocorreu nas eleições anteriores – o que mostra a existência de um padrão de comportamento –, ou seja, foi maior na Região Norte (20,21%), nos sete Estados do Nordeste com menor IDH e IES e nos Estados com mais de 500 km².

A alienação eleitoral como os dados demonstram, foi maior na Região Nordeste (35,53%), seguida pelo Norte, portanto, com menores IDH e maiores índices de exclusão social, ou seja, as regiões menos desenvolvidas do país.

Análise Comparativa das Quatro Eleições Presidenciais

Numa análise comparativa entre as quatro eleições presidenciais, observa-se que, em relação aos votos brancos, houve crescimento expressivo de 1989 para 1994, mantendo-se em 1998 e diminuindo em 2002 (de 8,16% para 2,67%).

Quanto aos votos nulos, houve aumento entre 1989 e 1998, diminuindo (mas bem menos, quando comparados aos votos brancos) em 2002: de 10,98% para 8,03%.

Sobre a abstenção eleitoral, observa-se sua incidência expressiva em 1989 (17,7%), crescendo nas eleições seguintes (21,03% em 1994 e 22,54% em 1998), para diminuir em 2002, mesmo assim a um patamar superior ao da eleição de 1989.

As taxas de abstenção verificadas nas quatro eleições presidenciais analisadas foram maiores na Região Norte (de maior extensão territorial). Como já mencionado, esses dados são compatíveis com a tese de Lima Junior (1990a), que, analisando a eleição presidencial de 1989, procura mostrar como os determinantes do absentéismo eleitoral, diferente do voto nulo e branco, são fatores de natureza ecológica, “que facilitam, dificultam ou impedem o deslocamento do eleitor até as urnas”.

Tabela 29
Percentual médio ($x \pm ep$) de votos em branco, votos nulos e abstenções, nas eleições presidenciais
Brasil – 1989-2002

Anos	Votos brancos	Votos nulos	Abstenções
1989 – 1º turno	1,89	5,59	17,07
1994	9,82	9,46	21,03
1998	8,16	10,98	22,54
2002 – 1º turno	2,67	8,03	18,64

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Entretanto, também existem outros fatores, que contribuem para explicar as taxas de abstenção. Como procurou-se demonstrar, fatores socioeconômicos também estão

presentes, assim como outros que não foram incluídos no modelo de análise aqui apresentado (ausência por motivos de doença, falecimentos, viagens, etc.).

Finalmente, em relação à alienação eleitoral, observa-se aumento de 24,51% para 40,80%, entre 1989 e 1994 - o que significa que quase a metade dos inscritos ou se abstiveram, ou anularam o voto ou então votaram em branco – e para 42,02% em 1998, diminuindo para 29,24% em 2002.

Como afirmado anteriormente, alguns fatores são relevantes para explicar essa queda nas taxas de alienação eleitoral (especialmente os votos em branco e nulos), como o fato de ser uma eleição mais concorrida, com disputa em dois turnos, uma maior e mais isenta cobertura da mídia do processo eleitoral e a introdução da urna eletrônica a partir das eleições de 1998.⁷³

⁷³ A urna eletrônica foi usada pela primeira vez em 1996 em 57 municípios com mais de 200 mil habitantes e foi ampliada em 1998 para praticamente todos os municípios. Nas eleições de 2002, foi totalmente informatizada. Analisando alguns dados relativos às eleições de 1994 e 1998, em que houve uma diminuição dos votos inválidos, Nicolau (2003,p.292) diz que “esses dados indicam que provavelmente o voto eletrônico estimulou mais eleitores a votar (redução dos votos em branco), facilitou a votação e reduziu a taxa de votos inválidos por erro (redução dos votos nulos)”. Isso talvez explique um decréscimo das taxas de 1994 e 1998 de 41,2% para 20% e as menores taxas foram justamente nos Estados onde todos os eleitores votaram na urna eletrônica. E, aspecto importante, a urna eletrônica não oferece, como a cédula eleitoral, a opção clara e direta para o eleitor anular o voto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a alienação eleitoral (votos brancos, nulos e abstenções), nas eleições presidenciais de 1989 a 2002. A motivação principal para a realização desta pesquisa foi, em primeiro lugar, sua expressividade numérica: na eleição presidencial de 1989, de um total de 82.056.226 eleitores aptos a votarem, 14.442.984 ou se abstiveram (18,7%) ou anularam o voto ou votaram em branco, significando mais do que a votação obtida, no 1º turno, pelo candidato que ficou em segundo lugar, Luiz Inácio Lula da Silva.

Na eleição presidencial de 1994 houve crescimento da alienação eleitoral: dos 94.743.043 eleitores inscritos, 31.409.557 se abstiveram ou votaram em branco ou nulo. O candidato eleito, no 1º turno, Fernando Henrique Cardoso, obteve 34.377.198 votos e, mais uma vez, a alienação eleitoral superou a votação no candidato que ficou em segundo lugar, Luiz Inácio Lula da Silva, com 17.126.291 votos (só a abstenção correspondeu a 16.770.014 eleitores).

Já em 1998, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito com menos votos do que o total da alienação eleitoral (35.936.382 contra 38.378.285, entre abstenções, votos brancos e nulos) e a abstenção (22.802.285 eleitores) foi superior aos votos do segundo colocado, Luiz Inácio Lula da Silva (21.475.211).

Em 2002, registrou-se decréscimo na taxa de alienação, especialmente em relação aos votos em branco e nulos, mas esta ainda foi maior do que a de 1989, ou seja, 29,34% (contra 24,55% daquele ano), representando um total de 31.299.517, entre votos brancos, nulos e abstenções (Lula teve, no 1º turno, 39.455.233 votos). Tal como nas três eleições presidenciais anteriores, a taxa de alienação eleitoral superou a votação dada ao segundo colocado (José Serra, com 19.705.061 votos, no 1º turno).

Em segundo lugar, como justificativa (e estímulo) para a realização da pesquisa, constatou-se, diante de sua expressividade numérica e ao fazer uma revisão da literatura tanto internacional quanto em termos do Brasil, a inexistência de estudos e pesquisas sistemáticas sobre o tema (em geral, aparece como parte de trabalhos mais gerais sobre o sistema eleitoral e partidário).

Para analisar os dados da pesquisa e confirmar a hipótese aqui apresentada, tornou-se necessário contextualizá-los. Nesse sentido, no primeiro capítulo, foi feita uma

revisão da bibliografia sobre comportamento eleitoral, abordando os primeiros estudos, alguns modelos e/ou teorias (Columbia e Michigan, teoria da escolha racional, etc.) e, por meio de dados comparativos entre países da Europa, procurou-se mostrar como um dos componentes da alienação eleitoral – a abstenção eleitoral – tem não apenas crescido de forma significativa na maioria desses países, mas também se tornado objeto de estudo e reflexão. Consta ainda uma análise sobre a América Latina, com o objetivo de indicar como esta questão é também relevante e que tem hoje uma expressiva literatura sobre o tema.

No segundo capítulo, partiu-se do princípio de que existe uma crise dos partidos e da representação política e que a alienação eleitoral não pode ser compreendida sem inseri-la nesse quadro mais geral, ou seja, os dados também expressam uma descrença e deslegitimação nos partidos políticos.

No terceiro e quarto capítulos, analisou-se esta questão no Brasil, fazendo uma revisão da literatura a respeito do comportamento eleitoral, da crise dos partidos e da representação política, além do papel da mídia no processo eleitoral.

Finalmente, o capítulo cinco apresenta os resultados da pesquisa. Conforme definido na metodologia, aplicou-se o modelo de regressão linear pelo método dos mínimos quadrados, analisando a alienação eleitoral e separando, analiticamente, a abstenção e os votos nulos e brancos.

Os dados da pesquisa confirmaram a hipótese proposta de que as condições socioeconômicas (expressas nos Índices de Desenvolvimento Humano e Índices de Exclusão Social) explicam, em grande parte, os votos nulos e brancos, enquanto a abstenção é explicada, também em grande parte, pela extensão territorial, embora, como salientado, não sejam fatores isolados. Para cada eleição, é necessário incorporar outros fatores, que já foram mencionados.

No entanto, deixou-se claro que, nas análises das eleições presidenciais do período 1989 a 2002, as variáveis estabelecidas para o estudo não são as únicas possíveis e tampouco, por si só, explicam as taxas de alienação eleitoral. O que se procurou demonstrar é que estas são relevantes, mas precisam ser analisadas juntamente com outros fatores, ou seja, não é possível compreender a alienação eleitoral a partir de um único modelo e/ou teoria. É necessário incorporar vários fatores, o que foi feito neste trabalho, definindo-se algumas variáveis explicativas (Índice de Desenvolvimento Humano – para

as eleições de 1989 a 2002 –, Índice de Exclusão Social – para as eleições de 1998 e 2002 –, extensão territorial e densidade eleitoral).

Além dessas variáveis explicativas, tentou-se mostrar que outros fatores também são importantes para compreender a taxa de alienação eleitoral: aspectos institucionais (o voto obrigatório); conjunturais (eleições mais concorridas, como em 1989 e 2002, com dois turnos, são mais participativas e, portanto, com menor taxa de alienação eleitoral); e também a mídia, que tem papel importante, especialmente em relação à cobertura do processo eleitoral (quanto maior cobertura, maior participação eleitoral – pelo menos no que se refere aos anos analisados na pesquisa).

Da mesma forma, apenas o fator extensão territorial não explica toda a abstenção (com suas diferenças, como mencionado na introdução), mas, na análise dos dados agregados, esta variável aparece como fator relevante (as maiores taxas ocorreram justamente nos Estados e regiões de maior extensão territorial – Centro Oeste e Norte).

A título de comparação, já que não fizeram parte da análise deste estudo, apresentam-se os dados referentes ao 1º. turno da eleição presidencial de 2006. A abstenção eleitoral foi de 16,74%, correspondendo a 21.079.537 eleitores inscritos, um pouco menor do que em 2002 (17,74%), quando 20.449.690 eleitores não compareceram à votação. Em termos de Estados e região, a maior taxa ocorreu em Rondônia (20,50%) e Mato Grosso (20,13%) e a menor registrada nas Regiões Norte e Centro Oeste foi no Estado do Amapá (14,28%). Considerando-se apenas as regiões, a média do Centro Oeste (três Estados) foi de 18,23% e a do Norte correspondeu a 17,74%.

Os votos nulos representaram 5,6%, correspondendo a 5.956.449 e ficando abaixo da taxa de 2002 (7,3% ou 6.976.107 votos). O Nordeste registrou as maiores taxas, com uma média de 8,25%, com o maior valor verificado na Bahia (10,21%) e o menor em Sergipe (7,42%). A taxa desse último Estado só foi menor do que as observadas em Minas Gerais (8,19%) e Goiás (8,76%), ou seja, a menor taxa de votos nulos no Nordeste foi superior à de todos os demais Estados da Federação.

Os votos brancos corresponderam a 2.865.883 (2,73%), valor semelhante ao de 2002 (2.873.720), mas proporcionalmente inferior, já que a taxa daquele ano foi de 3,3%.

Esses dados mostram que não se confirmaram as expectativas de que especialmente os votos nulos cresceriam muito em relação às eleições anteriores, em função da sucessão de escândalos que atingiram o governo e parlamentares de

praticamente todos os partidos, a partir de 2005, e com ampla repercussão na mídia (o último deles, pelo menos até a realização da eleição, o chamado “escândalo do dossiê”, que envolveu assessores do governo e militantes do Partido dos Trabalhadores na compra de um “dossiê” com o objetivo de “prejudicar a candidatura do prefeito de São Paulo José Serra ao governo do estado”, certamente contribuiu para a realização do 2º turno). As pesquisas que antecederam a eleição previam um aumento das taxas de votos nulos e brancos devido ao crescente ceticismo da população em relação aos partidos e políticos de uma forma geral, ou seja, um descrédito na política institucional. Entretanto, como visto, isso não se confirmou. O que explica?

Talvez a propaganda do Tribunal Superior Eleitoral e outras entidades, nos meios de comunicação, especialmente na televisão, contra o voto nulo, tem surtido efeito, mas certamente outros aspectos devem ser levados em conta. A mídia, ao que parece, embora importante, não é o único fator. Como observou Lima (2006b), no artigo *Mídia partidária e o interesse público*, “independente de qual seja o vencedor das eleições do próximo dia 26 de outubro, será inevitável que se faça uma série de reflexão sobre o papel de centralidade que a grande mídia vem ocupando ao longo de todo o processo eleitoral”. Para o autor, “se é verdade que ao longo de boa parte da crise política – que nos acompanha desde maio de 2005 – havia um claro descolamento entre o ‘enquadramento’ da cobertura da grande mídia e a opinião da maioria dos brasileiros, há indícios fortes de que a situação se alterou às vésperas do primeiro turno em relação a parcela significativa da população”. Essa cobertura, por parte da grande imprensa, “parece ter sido determinante para a decisão do voto que provocou a realização do segundo turno”. No diagnóstico do autor, “não será difícil mostrar que essa cobertura buscou inequivocamente favorecer a um dos candidatos a presidente da República” e cita a matéria da revista *Carta Capital* (18/10/2006): “A trama que levou ao segundo turno (...) levanta sérias questões sobre o comportamento ético e profissional de importantes jornalistas da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, Rádio Jovem Pan e Rede Globo”.

Em que pesem esses fatores, relevantes na análise do processo eleitoral, parece inegável que, como em 1989 e 2002, houve também grande cobertura por parte da mídia de maneira geral (o que não significa afirmar com mais ou menos isenção), com matérias diárias nos principais noticiários televisivos sobre o dia-a-dia da campanha eleitoral, com a agenda dos candidatos, entrevistas, etc., contribuindo para uma maior participação eleitoral, ou seja, foi uma eleição também disputada – embora com ampla vantagem

inicial do presidente/candidato –, com a realização de dois turnos (o que não ocorreu em 1998 quando Fernando Henrique Cardoso foi reeleito).

De qualquer forma, embora as taxas de alienação eleitoral não tenham aumentado em relação à eleição de 2002, esta continuou a ser expressiva em 2006, correspondendo a mais de 30 milhões (mais precisamente 30.001.869) de eleitores inscritos que ou se abstiveram, ou votaram em branco ou anularam o voto.

E, mais importante, analisados os dados relativos ao 1º turno, por Estado e região, confirma-se a hipótese aqui colocada, tal como nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002: os votos brancos e nulos, mais uma vez, são maiores nas regiões com menor IDH e maior IES (Nordeste, seguido pelo Norte) e a abstenção foi superior nos Estados com maior extensão territorial (Norte e Centro Oeste).

Outros fatores, como se procurou mostrar, não podem ser desconsiderados na análise, devendo ser inseridos no quadro mais geral da descrença nos partidos e nos políticos (fator que contribui tanto para a abstenção como, principalmente, para os votos brancos e nulos) e da representação política.

Como visto, esta não é uma questão específica do Brasil. Há um crescimento substancial especialmente das abstenções na Europa, Estados Unidos e grande parte da América Latina. Portanto, o que se coloca são os limites da própria democracia representativa e a necessidade de se repensar a participação política. A qualidade da democracia pode ser medida a partir do nível de participação política de cada sociedade.

O que se coloca em questão é, portanto, os limites da democracia representativa. Porém, é necessário estabelecer algumas diferenças. Não é a mesma coisa uma democracia representativa européia e outra em países da América Latina, embora ambas possam apresentar altas taxas de abstenção (e de alienação eleitoral, de uma maneira geral).

No primeiro caso (Europa), são democracias consolidadas e, em relação à América Latina, há o que Puhle (2006) chama de “democracias defeituosas”, no sentido de que são regimes políticos em transformação, que não se caracterizam como democracias consolidadas, mas, ao mesmo tempo, também não são regimes autocráticos pelo fato de que, basicamente, funcionam com eleições livres, cujos governos foram eleitos legitimamente, ou seja, são regimes não-autoritários, que levam a cabo processos eleitorais, porém não são plenamente democráticos do ponto de vista econômico e social.

O que se constata, no contexto latino-americano, é que não ocorre o aprofundamento da democracia social, ou seja, da melhoria da situação de vida da população. Os países, de maneira geral, não têm conseguido conter o crescimento da pobreza e da exclusão social, o que certamente provoca impacto no processo eleitoral, porque os partidos políticos, como afirma Baquero (2001), não conseguem se institucionalizar como agregadores eficientes e alternativos das demandas populares e se constituem enquanto mecanismos eficientes e legítimos de intermediação política.

Por outro lado, se baixa participação eleitoral, em qualquer desses regimes democráticos (defeituosos ou não), pode não ser um problema para a estabilidade de um sistema político, como quer os defensores da teoria elitista da democracia (Schumpeter, 1984; Lipset, 1967) – e os exemplos citados são sempre os Estados Unidos e a Suíça, que têm baixo comparecimento às urnas e são democracias estáveis – e se não há evidências empíricas que estabeleçam um vínculo estreito entre instabilidade política e baixa participação eleitoral, certamente altos níveis de alienação eleitoral (abstenções, votos nulos e brancos) podem gerar questionamentos quanto à legitimidade dos governos, à medida que apenas um percentual limitado do eleitorado participa do processo que é a essência da democracia representativa: as eleições.

Uma baixa participação produz desigualdade política se a população votante não for representativa de todo o eleitorado. Quanto maior o percentual de abstencionistas e dos que votam em branco e anulam o voto, maior espaço haverá para que os menos favorecidos do ponto de vista social também sejam excluídos do ponto de vista político.

Outro aspecto diz respeito ao voto obrigatório. No nosso entendimento – e com base em diversas pesquisas –, se o voto não fosse obrigatório no Brasil (e vale também para os demais países com voto obrigatório da América Latina), certamente a abstenção eleitoral seria maior e, portanto, os governos seriam bem menos legítimos do que já são.

Este trabalho procurou, dentro de seus limites e possibilidades, contribuir para a compreensão de um aspecto importante do comportamento eleitoral: a alienação eleitoral, especialmente em relação às eleições presidenciais. Esperamos que esse objetivo tenha sido alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da Federação*. Os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo/Hucitec, 1998.

AMORIM NETO, Octavio. De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira. *Opinião Pública*, Campinas/Unicamp/Cesop, v.8, n.1, p.251-274, 2002.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. *Lua Nova*, São Paulo, n.26, 1992.

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. In: RUBIM, Antonio Canelas (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*. Ensaios sobre mídia, cultura e política. Salvador/São Paulo: UFBA, Hacker Editores, 2004.

ALDRICH, John. H. Rational choice and turnout. *American Journal of Political Science*, vol.37, n.1, 1993.

ALLISTER, Ian; TONNI, Makkai. Institutions, society or protest? Explaining invalid votes in Australian elections. *Electoral Studies*, n.12, mar 1995.

ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro*. São Paulo: Casa Amarela, 1996.

ALVES, Ana Fernanda Batista. *Determinantes da participação eleitoral no Brasil: eleições de 1994*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio. De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v. 8, n.1, outubro de 2002.

ANTUNES, Ricardo. Voto nulo? Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/064/64esp_antunes.htm. Acesso em: 18/9/2006.

ANZOLA, Libardo. Sarmiento. Un siglo de izquierda e abstención. Disponível em <http://colombia.indymedia.org/novos/2006/07/46756.php>. Acesso em: 30/07/2006.

ARAÚJO, Caetano Ernesto. *Partidos políticos: há futuro para o monopólio da representação?* Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, fev. 2004 (Texto para Discussão, 1).

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://pnud.org.br>. Acesso em: 3/09/2005.

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: UFMG, 1996.

AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v. 12, n.1, 2006.

BAERT, Patrick. Alguns limites das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.35, 1997.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde Oliveira. Identidade, oposição e pragmatismo. O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.10, n.2, 2004.

BALLIVIÁN, Salvador Romero. La elección presidencial de 2002 en Bolívia. *Alceu*, Rio de Janeiro, v.3, p.144-186, jan/jun, 2003.

BAQUERO, Marcello. O desencanto com a democracia: análise do comportamento eleitoral dos gaúchos nas eleições de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.2, n.2, 1995.

_____. A Desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos O; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *A construção da democracia na América Latina*. Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: La Salle/ UFRGS, 1998.

_____. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In: BAQUERO, Marcello (Org.) *Desafios da democratização na América Latina*. debates sobre cultura política. Porto Alegre: La Salle/UFRGS, 1999.

_____. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (Porto Alegre, RS). *Reinventando a sociedade na América Latina*. Cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: UFRGS, 2001a.

_____. Cultura política participativa e desconstrução democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15, n.4, out/dez. 2001b.

_____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.21, nov. 2003.

_____. *A promoção dos partidos políticos via capital social*. Versão preliminar, 2005. Mimeo.

_____. Democracia inercial e capital social na América Latina. Trabalho apresentado no 3º Congresso Latino-Americano de Ciência Política. Campinas, 4 a 6 de setembro de 2006.

BASTOS, Aurélio Wander. O poder e as leis: a dominação eleitoral na Primeira República. In: BASTOS, Aurelio W.; DINIZ, Eli; CARVALHO, José Murilo (Orgs.). *O Balanço do Poder: formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1990.

BENNET, Stephen; RESNICK, David. The implications of nonvoting for democracy in the United States. *American Journal of Political Science*, v.34, n.3, p.771-802, 1990.

BERKOVICZ, Grégory. Autour du vote blanc. In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L'abstention électorale. Apaisement ou épuisement?* Paris: François-Xavier de Guibert, 2002.

BIOCIO, Robert; MANNHEIMER, Renato. Relationships between citizens and political parties. In: KLINGEMANN, Hans; FOCHS, Dieter(Orgs.). *Citizens and the state*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

BLAIS, André; DOBRZYNSKA, Agnieszka. Turnout in electoral democracies. *European Journal of Political Research*, n.33, p. 239-261, 1998.

BLAIS, André; CARTY, R. Does proportional representation Foster turnout? *Journal of Political Research*, n.18, p. 167-181, 1990.

BLAIS, André; MASSICOTTE, Louis; YOSHINAKA, Antoine. Deciding who has the right to vote: a comparative analysis of election laws. *Electoral Studies*, v.. 20, p. 41-62, 2001.

BOHRER, Robert E.; PACEK, Alexander C.; RADCLIFF, Benjamin. Electoral participation, ideology and party politics in post-communist Europe. *The Journal of Politics*, vol.62, n.4, p.1161-1172, nov.2000.

BORON, Atílio. *A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes/Clacso, 2001.

_____. Os novos leviatãs e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADLER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo II : que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes/Clacso,1999.

BORSANI, Hugo. *Eleição e economia*. Instituições políticas e resultados macro-econômicos na América Latina (1979-1998). Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

BOUDON, Lawrence. Los partidos y la crisis de representación en América Latina: los casos de Colombia, México e Venezuela. *Contribuciones*, Buenos Aires, n.157, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOUVERESSE, Jacques. Abstention et participation: les déclinaisons politiques de l'absence. In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L'Abstention électorale:.. apaisement ou épuisement?* Paris: François-Xavier de Guibert, 2002.

CAMPO, Esther del; RAMOS, Maria Luisa. La paradoja partidista: institucionalización y representación en los partidos políticos latinoamericanos. *América Latina Hoy*, agosto, año, 1997, vol.16 (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca), Espanha. Disponível em: www.redalyc.org. Acesso em: 2/04/2006.

CANEDO, Leticia Bicalho(Org.). *Sufrágio Universal e a Invenção Democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CANTARINO, C. O que os brasileiros pensam sobre a democracia? *Comciência*, São Paulo: n.67, julho, 2005. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagem/2005/07/04.shtml>. Acesso em: 30/07/2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: Cebrap, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Florianópolis:UFSC, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria Dalva. Participação política, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). *Dados*, Rio de Janeiro, v.47, n.1, 2003.

CARRION, Amparo M. Democracias pendientes e representación política en America Latina: algunas ideas en voz alta. In: MAYA, M. (Org.). *Desarrollo y democracia*. Venezuela: Nueva Sociedad,1991.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Sistemas eleitorais e partidos no Império. In: BASTOS, Aurélio; DINIZ, Eli; CARVALHO, José Murilo (Orgs.). *O balanço do poder*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1990.

CARVALHO, Nelson Rojas. *Concentração e dispersão do voto: um estudo da geografia eleitoral e dos padrões de competição política*. Dissertação (Mestrado em Ciencia Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1996.

CARVALHO, Orlando. *A crise dos partidos nacionais*. Belo Horizonte: UFMG,1950

_____. *Ensaio de sociologia eleitoral*. Belo Horizonte: UFMG, 1958.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. Como se faz e desfaz um “fenômeno eleitoral”. O caso Roseana. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*. Ensaio sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker; Salvador: Centro de Estudos Avançados em Cultura, UFBA, 2004.

CASSEL, Carol; LUSKIN, Robert C. Simple explanation of turnout decline. *American Political Science Review*, vol. 82, n.4, Dec.1988.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Participação e comportamento político. *Caderno do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte: UFMG, n.7, setembro de 1985.

_____. Sujeito e Estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.20, 1992.

_____. *Determinantes do comportamento eleitoral*. A centralidade da sofisticação política. Tese (doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CERVI, Emerson Urizzi. Comportamento eleitoral volátil e reeleição: as vitórias de Jaime Lerner no Paraná. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.19, novembro de 2002.

CHAIA, Vera. Um mago do marketing político. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v.3, set./dez. 1996.

_____. Escândalos políticos e mídia: casos na vida política brasileira. In: Encontro Anual da COMPÓS (Associação nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), Brasília, 2000a.

_____. Escândalos políticos: parte do jogo? In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (Orgs.). *Mídia e política*. São Paulo: Educ/Neamp, 2000b.

_____. Cassações bastam? In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (Orgs.). *Mídia e política*. São Paulo: Educ/Neamp, 2000c.

_____. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In: RUBIM, Antonio Carlos Allbino Canela (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*. Ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker; Salvador: Centro de Estudos Avançados de Cultura, UFBA, 2004.

CHAMORRO, Carlos. Apatia política, rechazo a candidatos y falta de cédulas. Disponível em: <http://www.confidencial.com.ni/2000-235/deportada.html>. 2001. Acesso em: 02/09/2003.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. O discurso competente e outras falas. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

CLARK, Harold; STEWART, Marianne. The decline of parties in the minds of citizens. *Annual Review of Political Science*, vol.1, p.357-378, jun, 1998.

CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CREWE, Ivor. Electoral participation. In: BUTLER, D. *et al* (Orgs). *Democracy at the Polls. A Comparative Study of Competitive National Election*. Washington: The American Enterprise Institute, 1981, p.216-263.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1987.

_____. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DALTON, Russel; FLANAGAN, J. Scott C.; BECK, Paul. *Electoral change in advanced industrial democracies realignment or dealignment?* Princeton: Princeton University Press, 1984.

DAVA, Javier Duque. Partidos divididos, dirigencia fragmentada. Los partidos liberal y conservador colombianos. 1974-2006. *Convergência. Revista de Ciências Sociais*, Bogotá, Año 13, n.41, p.173-209, 2006.

DECAUMONT, François. L'abstentionnisme dans les élections nationales sous la V. République. In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L' Abstention Électorale: apaisement ou épuisement?* Paris: Françoise-Xavier de Guibert, 2001.

DENTERS, S. Voter turnout in dutch. In: VIRÓS, Rosa; FONT, Joan Font (Orgs.). *Electoral abstention in Europe*. Barcelona. Institut de Ciencias Politiques I Socials, 1995.

DIAS, André Luiz Vieira. Identificação partidária e decisão do voto no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2002.

DIAS, Márcia Ribeiro. *Questões para a democracia: redimensionando os espaços entre a representação e a participação política*. 2004. Disponível em: <http://www.internationalbudget.org/resources/library/orcamentopart.pdf>. Acesso em: 20/10/ 2005.

DIAS, Márcia Ribeiro; ALBUQUERQUE, Afonso. *Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil: considerações preliminares*. Trabalho apresentado no III Encontro da Associação Nacional de Ciência Política, Niterói, julho de 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias de. *A história real: a trama de uma sucessão*. São Paulo: Ática/Folha de S. Paulo, 1994.

DINIZ, Eli. O ciclo autoritário: a lógica partidário-eleitoral e a erosão do regime. In: BASTOS, Aurélio Wander; DINIZ, Eli; CARVALHO, José Murilo (Orgs.). *O balanço do poder: formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1990.

DIRCEU, José; IANONI, Marcos. *Reforma política, instituições e democracia no Brasil atual*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

DI TURNO, Sadio Garavini. Fragmentación electoral y sistema político, 1998. Disponível em: <http://www.analitica.com/archivo/vam1998.01/mensual/pinterna/pint3.htm>. Acesso em: 24/01/2005.

- DOWS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.6, n.1, 2000.
- ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, 1989.
- _____. *Peças e engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- EPSTEIN, Edward. Apatia e alheamento político numa sociedade paralisada: os limites da nova democracia chilena. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.7, n.1, 2001.
- EXPEDITO FILHO. *Nos bastidores da campanha*. Fernando Henrique Cardoso: crônica de uma vitória. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- FALCÃO, Joaquim (Org.). *Nordeste: eleições*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.
- FARA, Carlos. El “voto bronca”: causa o consecuencia? *Contribuciones*, Buenos Aires n.2, 2002.
- FAUSTO NETO, Antonio. Vozes do impeachment. In: MATTOS, Heloíza (Org.). *Mídia, eleição e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.
- FERNANDES, Florestan. Voto obrigatório. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, seção Tendências de Debates, 15/10/1990.
- _____. Voto: facultativo ou obrigatório? *Folha de S. Paulo*. São Paulo, seção Tendências e Debates, 7/02/1994.
- FERREIRA, Marcelo Costa. *As múltiplas formas de participação política e seus determinantes socioeconômicos. Brasil(1988-1995)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IUPERJ - Rio de Janeiro, 1997.
- _____. A participação política e os seus determinantes sócio- econômicos: as regiões metropolitanas brasileira, 1988-1996. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.5, n.2, 1999.
- _____. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, vol.6, n.2, 2000.
- FIGUEIREDO, Marcus. O voto obrigatório (comportamento do eleitor brasileiro). *Cem anos de eleição presidencial*. São Paulo: Textos Idesp, n.36, 1990.
- _____. *A decisão do voto*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1991.

_____. Teorias axiomática e empiria. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.20, 1992.

_____. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares: 1946-1982. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu(MG), 1995a.

_____. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares (1950-1998). *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.3, n.3, 1995b.

FIGUEIREDO, Rubens (Org.). *Marketing político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

_____. 2002: uma eleição fenomenal. *Cadernos Adenauer* (Eleições e partidos). São Paulo, ano IV, n.1, 2003.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Comunicação e política*. Edifica-se uma tradição? Trabalho apresentado no VIII COMPÓS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação). Belo Horizonte, UFMG, junho 1999.

FREI, Eugenio Ortega. Los partidos políticos chilenos: cambio y estabilidad en el comportamiento electoral, 1990-2000. *Revista de Ciência Política*. Santiago, Chile. v.22, n.2. 2003. Disponível em: www.redalyc.org. Acesso em: 05/06/2005.

FREIRE, André; MAGALHÃES, Pedro. *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002a.

_____. A abstenção nas eleições legislativas e presidenciais: o caso português em perspectiva comparativa. Comunicação apresentada no colóquio “Eleições e Democracia”, Fundação Luso-Americana. Lisboa, 1 e 2 de fevereiro de 2002b.

GARAY, Marcelo Varnoux. La Ciencia política en Bolívia: entre la reforma política y la crisis de la democracia. In: *Revista de Ciência Política*. Santiago, Chile. v. 25, n.1, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 05/06/2005.

GARRETON, Manuel Antonio (Org.). *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Santiago: Clacso y Flacso, 1993. Mimeo.

_____. Revisando las transiciones democráticas en América Latina. *Nueva Sociedad*, México, n.148, p.20-29, mar/abril, 1997.

GARRIGOU, Alain. *Histoire sociale du suffrage universel en France, 1848-2000*. Paris: Coleção Points, Le Seuil, 2002.

_____. *Qual o sentido do voto?* 2006. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/en/blue/2002/04/24624.shtml>. Acesso em: 17/07/ 2006.

GAXIE, Daniel (Org.). *Explication du vote*. Un bilan des études électorales en France. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989.

- GIANNOTTI, José Arthur. Tráfico de esperanças. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.26, p.25-38, 1990.
- GÓMEZ, Juan Carlos Arenas; ESCOBAR, Juan Carlos. Un balance de los estudios sobre partidos políticos en Colombia. *Estudios Políticos*. Medellín, n.23, p.81-100, 2003.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Strufp; CASTRO, Henrique Carlos; PEREIRA, Sonia O.; FAGUNDES, Milton. Voto obrigatório e exclusão social. Uma análise heterodoxa. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- GRAY, Mark; CAUL, Mike. Declining voter turnout in advanced industrial democracies: 1950-1997. *Comparative Political Studies*, v.33, n.9, p.1091-1122, nov 2000.
- GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GREEN, D.; SHAPIRO, P. *Pathologies of rational choice theory. A critique of application in political science*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- HANSEN, John Mark; ROSENTONE, Steven J. *Mobilization, participation and democracy in America*. New York: MacMillan, 1993.
- HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- HINCAPIÉ, Maria Teresa Uribe. El malestar com la representaciión política en Colombia de hoy. *Estudios Políticos*, Medellín, n.6, p.11-26, 1995.
- HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- HUNEEUS, Carlos. As eleições do Chile: Continuidade ou mudança? *Política Externa*. São Paulo, v.14, n.4, p.43-62, mar/abr/mai 2006.
- HUNTINGTON, Samuel P.; NELSON, Joan M. *No easy choice. Political participation in developing countries*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- INTERNATIONAL IDEA (Institute for Democracy and Electoral Assistance). Voter turnout from 1945 to 1997. Disponível em: www.idea.int/voter . Acesso em: 24/05/2005.
- JACKMAN, Robert W. Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. *American Political Science Review*, v. 81, n.2, 1987.
- JACKMAN, R.W.; MILLER, R.A. Voter turnout in the industrial democracies during the 1980s. In: NORRIS, Pippa (Org.). *Elections and voting behaviour: new challenges*, New Perspective, Dartmouth, Asgate, p. 305-330, 1995.

JACOB, Romero César; HESS, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Villlete. Eleições presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral? *ALCEU*, Rio de Janeiro, v.3, jan/jun. 2003.

JAMISON, Giselle; POWER, Timothy J. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.11, n.1, 2005.

JARA, Felipe Hevia de la. A institucionalização da participação cidadã: análise dos marcos legais da participação na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo.(Orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. Salvador/São Paulo: Edufba/Hucitec, 1996.

JUSTEL, Manuel. *La abstención electoral en España, 1977-1993*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológica/ Siglo Veintiuno de España Editorial,1995.

KATZ, Richard S.; MAIR Meter (Orgs.). *How parties organize: chance and adaptation in party organizations in western democracies*. London: Sage Publications,1994.

KHAN, Túlio. *O voto obrigatório*. Dissertação(Mestrado em Ciência Política).São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Apatia política e credo democrático. *Lua Nova*, São Paulo, n.39, 1997.

_____. *As bases de autenticação do regime autoritário*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

HERSENT-Lechatreax, Blaise. Du vote blanc. In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L'abstention électorale*. Apaisement ou épuisement? Paris: François-Xavier de Guibert, 2002.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1984a.

_____. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1984b.

_____. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. A eleição presidencial de 1989: o comportamento eleitoral em uma cidade brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.32, n.3, 1992.

_____. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n.54, fev. 2004.

_____. Os partidos no eleitorado: percepção pública e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.20, n.57, fev. 2005.

_____. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real. In: PINTO, Céli; GUERRERO, Hugo. *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre:UFRGS, 1996.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of western european party systems. In: KLINGERMANN, Hofferbert R.; BURGE, Ian Burge. *Party, policies and democracy*. London: Westview, 1994.

_____. The catch-all party. In: MAIR, Peter (Org.). *The western european party system*. Oxford: Oxford University Press, p.50-60, 1990.

KORNBLITH, Mirian. Crisis y transformación del sistema político venezolano: nuevos y viejas reglas del juego. In: ALVAREZ, A. *El sistema político venezolano: crisis y transformación*. Caracas: IEP-UCV, 1996, p 1-31.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil*. Diário da campanha pelas Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

LAGOS, Marta. A máscara sorridente da América Latina. *Opinião Pública*. Campinas, Unicamp/Cesop, v.6, n.1, 2000.

LAGUNA, Juan Hernandez Bravo. Abstención activa. Disponível em: www.ucm.es/eurotheo/diccionario/A/abstencionactiva.html. Acesso em: 29/07/2004.

LAMOUNIER, Bolívar. Presidente Prudente. O crescimento da oposição num reduto arenista. In: REIS, Fabio Wanderley (Org.). *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo, 1978a.

_____. O comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In : LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo, Cebrap; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978b.

_____. O voto em São Paulo (1970-1978). In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Voto de desconfiança*. Eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. São Paulo, Cebrap; Petrópolis, Vozes, 1980.

_____. A representação no Brasil: mapeamento de um debate. *Lua Nova*, São Paulo, n.7, 1982.

_____. *Partidos e Utopias*. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. *De Geisel a Collor: O balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LANCELOT, Alain. *L'abstencionnisme électoral en France*. Paris: Armand Colin/ Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1968.

LANE Jan-Erik; ERSSON, Svante. *Politics and society in Western Europe*. London: Sage, 1999.

LAWSON, Kay; MERKL, Peter. *When parties fail*. Emerging alternative organizations. Princeton: Princeton University Press, 1998.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LEBRETON, Gilles. Le parti du vote blanc: le parti du néant? In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L'abstention électorale*. Apaisement ou épuisement? Paris: François-Xavier de Guibert, 2002.

LECHNER, N. Os novos perfis da política – um esboço. In: BAQUERO, Marcello(Org.). *Cultura política e democracia*. Os desafios das sociedades modernas. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard; NORRIS, Pippa. *Comparing democracies*. Thousand Oaks: Sage Publics, 1991.

LEIRAS, Marcelo. Instituciones de gobierno, partidos y representación política en las democracias de América Latina: una revisión de la literatura reciente. *Revista Contribuciones*, Buenos Aires, v.1, 2002.

LESSA, Renato. Democracia e Instituições democráticas. Um comentário sobre os casos argentino e brasileiro. Disponível em: www.upd.oas.org/courses/documentos/aspSmartUpload/Files/Renato%Lessa.doc. Acesso em: 15/05/2006.

LIJPHART, Arend. Unequal participation: Democracy's unresolved dilemma presidential address. *American Political Science Review*, vol.91, n.1, 1997.

_____. *Modelos de democracia*. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Eduardo Martins. Sistemas multipartidários e eleitorais democráticos em perspectiva comparada, 1945-1998 (o plano federal). Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

LIMA, Venício A. de. Televisão e política. Hipóteses sobre a eleição presidencial de 1989. *Comunicação e Política*, São Paulo, n.11, 1990.

_____. Os mídia e o cenário de representação da política. *Lua Nova*, São Paulo, n.38, 1996.

_____. *Mídia*. Teoria e política. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. *Mídia*. Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2006a.

_____. Mídia partidária e o interesse público. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em: 6/10/2006.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, Fabio Wanderley (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____. *Os partidos políticos brasileiros*. A experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. Nota de pesquisa: Alienação eleitoral e seus determinantes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.14,1990.

_____. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. As eleições gerais de 1994: resultados e implicações político-institucionais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n.1, 1995.

_____. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Partidos, eleições e poder legislativo. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Política (vol. III). São Paulo: Sumaré, 1999a.

_____. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.14, n.40, 1999b.

LIMA JUNIOR, Olavo B.; ANASTÁCIA, Fátima. A participação política: ampliação do mercado eleitoral e as distorções do sistema de representação. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 1998.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1987.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LIPSET, Seymour. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.

LOPES, Denise Mercedes N. *A confiança nas instituições políticas: o caso latino-americano*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.

MAIGON, Thaís; SONNTAG, Heinz R. Entre la abstención y la normalidad. Las elecciones locales y regionales de 1995 en Venezuela. *Politeia* (Institut de Estudios Políticos, Universidad Central de Venezuela), n.19, 1996.

MAIR, Peter.(Org.). *The West European party system*. Oxford University Press, 1990.

_____. Party organizations: from civil society to the State. In: KARTZ, Richard; MAIR, Peter (Orgs.). *How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies*. London: Sage Publications, 1994.

_____. Há um futuro para os partidos? *Política Democrática* (Revista de Cultura de Política do Instituto Astrojildo Pereira) , São Paulo, ano 1, n. 0, 2000.

MAIR, Peter; BIEZEN, Ingrid Van. Party membership in twenty european democracies, 1980-2000. *Party politics*, vol.7, n.1, p.5-21, 2001.

MAINWARING, Scott. Partidos políticos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.29, 1991.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.29, 1995.

_____. *The principle of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press,1997.

_____. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, Porto Alegre: Mercado Aberto,1999.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. *Lua Nova*, São Paulo, n.67, 2006.

MARK Gray; CAUL, Miki. Decling voter turnout in advanced industrial democracies, 1950-1997. *Comparative Political Studies*, n.331, p.1091-1122, 2000.

MARTINEZ, Gutemberg. Los partidos politicos en la lucha por la confianza, problemas de representación y participación en América Latina y de resto del mundo. *Contribuciones*, Buenos Aires, n.1, 2000.

MARTINEZ, Maria Antonia. La representación politica y la calidad de la democracia. *Revista Mexicana de Sociología*, México, Año 66, n.4, out/dez, p. 661-710, 2004.

MATTOS, Heloíza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.

MATTOS NETO, Mario. Democracia e participação eleitoral no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

MCALLISTER, Ian; MAKKAI, T. Institutions, society or protest? Explaining invalid votes in Australian elections. *Electoral Studies*, v.12, n.1, 1993.

MCALLISTER, Ian; MACKERRAS. Compulsory voting, party stability and electoral advantage in Austrália. *Electoral Studies*, n.18, p. 217-233, 1999.

MELLA, Polanco Marcelo. Representación política, liderazgos y participación em América latina: una propuesta para la comprensión realista de la democracia. Ponencia presentada en el V Simposium Internacional de Liderazgo, Valparaíso, novembro, 2005. Universidad Mundial y Universidad Católica de Valparaíso. Documento de Trabajo n.80, marzo 2005. Disponível em: <http://www.raec.clacso.edu.ar:8080/raec/author/pmmella>. Acesso em: 04/09/ 2006.

_____. La autonomia del sujeto y la representación política em la actualidad. *Entelequia. Revista Interdisciplinar*, n.1, p. 127-140, 2006. Disponível em: <http://www.eumed.net/entelequia/es.art.php?a=01a10>. Acesso em : 20/08/2006.

MELO, Carlos Ranulfo. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v.43, n.2, 2000.

_____. Migração partidária na Câmara dos Deputados: causas, conseqüências e possíveis soluções. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANUCHI, Paulo; KERCHE, Fabio Kerche (Orgs.). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MENEGUELLO, Raquel. *Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Eleitorado e reforma. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo ; KERCHE, Fabio (Orgs.). *Reforma política e Cidadania*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Percepção pública do Congresso Nacional. O paradoxo da democracia brasileira. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagem>. Acesso em: 14/07/ 2005.

MERRIAM, Charles E.;GOSNELL, Harold. *Non-voting: causes and methods of control*. Chicago: University of Chicago Press, 1924.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político*. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. São Paulo: Imprensa Oficial,Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. *Política e mídia no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.

_____. Representação política em 3D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.51, 2003a.

_____. A eleição visível: a rede Globo descobre a política em 2002. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.46, n.2, 2003b.

_____. A democracia e a crise de representação política: a *accountability* e seus impasses. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, set/2004a.

_____. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v. 10, n. 1, 2004b.

MOLINA, José E. Comportamiento electoral en Venezuela. Câmbios y continuidad. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas, v.6, n.3, pp. 45-68, 2002.

MOISES, José Álvaro. *Cidadania e participação*. São Paulo: Marco Zero/Cedec, 1990.

_____. A escolha democrática em perspectiva comparada. *Lua Nova*, São Paulo, n.33, 1994.

_____. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. A desconfiança das instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.11, n.1, 2005a.

_____. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, São Paulo, n.65, 2005b.

_____. A avaliação das instituições democráticas e a qualidade da democracia no Brasil. Trabalho apresentado no 20º Congresso Mundial da IPSA –Fukuoka, Japão, julho de 2006.

MONEDERO, Juan Carlos. Representación política. Diccionario crítico de Ciências Sociales. In: REIS, Roman (Org.). Publicação eletrônica da Universidade Complutense de Madri, 2002. Disponível em: http://www.ucs.es/info/eurotheo/diccionario/R/representacion_politica.html. Acesso em: 15/05/2006.

MUSTAPIC, Ana Maria. Argentina: la crisis de representación y los partidos políticos. *América Latina Hoy*, n.32, p.163-182, 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 5/06/2005.

NADALES, Antonio J. Porras (Org.). *El debate sobre la crisis de la representación política*. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

NADALES, Antonio Porras; GARCIA, Pedro de Vega. Introducción: el debate sobre la crisis de la representación política. In: NADALES, Antonio Porras (Org.). *El debate sobre la crisis de la representación política*. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

NARUD, Hanne Marthe; VALEN, Henry. Decline of electoral turnout. The case of Norway. *European Journal of Political Research*, vol.29, n.2, p. 235-256, 1996.

NAVIA, Patrício. Participación electoral en Chile, 1988-2001. *Rev.Cienc.Politic.* Santiago, v 24, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 5/06/2005.

NICOLAU, Jairo Marconi. As distorções na representação dos Estados na Câmara dos Deputados brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v.40, n.3, 1977.

_____. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM/Revan, 1998a.

_____. A volatilidade eleitoral na eleição para a Câmara dos Deputados brasileira(1982-1994). Trabalho apresentado no XXII Congresso Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, outubro, 1998b.

_____. *Participação eleitoral e os votos em brancos e nulos no Brasil: notas de pesquisa .O processo eleitoral no Brasil democrático: 1982-1998)*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999 (Série Estudos, 104).

_____. A participação eleitoral no Brasil. In: VIANNA, Luis Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Fapesp, Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Notas sobre as eleições de 2002 e o sistema partidário brasileiro. *Cadernos Adenauer* (Eleições e partidos), Rio de Janeiro, ano IV, n.1, 2003.

NIE, Norman H.; VERBA, Sidney; PETROCIK, John. The changing american voter. A Twentieth Century Fund Study. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

NOHLEN, Dieter. *La reforma electoral en América Latina: seis contribuciones al debate*. Costa Rica: Centro Interamericano de Asessoría y Promoción Electoral/Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1987.

_____. *Sistemas electorales y partidos políticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

NORRIS, Pippa (Org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. *La participación ciudadana: México desde una perspectiva comparativa*. Disponível em: www.pippanorris.com. Acesso em: 10/09/ 2005.

NOVAES, Carlos Alberto. A dinâmica institucional de representação. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.38, 1994.

NOVARO, Marcos. O debate contemporâneo sobre representação política. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.42, 1998.

_____. Crisis de representación, neopopulismo y consolidación democrática 2004. Disponível em: <http://www.politica.com.ar>. Acesso em: 30/05/2005.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.31, 1991.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário*. Primeiras conclusões. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o Welfare State Keinesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.26, n.1, 1983.

OLLER, Dolores. El declive de la política: la crisis del espacio e del sujeto político. *Frontera*, n.25, enero-marzo, 2003. Disponível em: <http://www.atrío.org/FRONTERA/25/25-11-DOLORS.pdf>. Acesso em: 20/04/2006.

OLIVEIRA, Francisco. O marajá superkitsch. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.26, 1990.

OLIVEIRA, Luzia Helena H. Voto obrigatório e equidade: um estudo de caso. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.13, n.4, 1999.

OLIVEIRA, Paulo Salles (Org.). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

PALMA, Roberto Valdez. Credibilidad de los partidos políticos en Bolívia. *Contribuciones*. Buenos Aires, n.1, 2002.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido*. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANFICHI, Aldo; DAMMERT, Juan Luis B. Oportunidades e limitações da participação cidadã no Peru. A mesa de concertação para a luta contra a pobreza. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). *A Disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PANORAMA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA de 2004. Disponível em: <http://www.ciberamerica.org/Cibeamerica/Areas/Sociedad/inicio.htm>. Acesso em: 3/03/2006.

PARÂMIO, Ludolfo. Frustración de los electores y crisis de la democracia. *Circunstancias*. Revista de Ciências Sociais del Instituto de Investigación Ortega y Gasset, n.2, 2003.

_____. *Sin confianza no hay democracia: electores e identidades políticas*. 2005. Disponível em: <http://www.iesam.csic.es/doctrab1/dt.9803.htm> Acesso em: 01/08/ 2005.

PAQUINO, Gianfranco. Abstenção. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PECAUT, Daniel; SORJ, Bernardo (Orgs.). *Métamorphoses de la representation politique au Brésil et en Europe*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1991.

PEREA, Eva Anduiza. *Indivíduos o sistemas? Las razones de la abstención en Europa Occidental*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/ Siglo XXI, 1999.

_____. Individual characteristics, institutional incentives and electoral abstention in western europe. *European Journal of Political Research*, 41(5), p. 643-673, 2004.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *La democracia en América Latina*, 2004. Disponível em: <http://www.democracia.undp.org>

PINTO, José Neumann. *Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989.

PITKIN, Hanna. *El concepto de representación*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

_____. Representação: palavras, instituições e idéias. *Lua Nova*, São Paulo, n.67, 2006.

PIZZUTI, Lucas. Resultado das eleições europeias. Abstenção e desconfiança. Disponível em: www.ler-qi.org/jornal/voz_10/eleicaoeuropa.htm. Acesso em: 5/01/ 2005.

POCHMAM, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, v.1, 2003.

PONT, Raul. A democracia representativa e a democracia participativa. Palestra realizada no Seminário Internacional sobre Democracia Participativa. Porto Alegre, 11 de novembro de 1999. Disponível em: <http://www.tni.org/newpol-docs/pont-p.htm>. Acesso em: 15/07/2005.

PORTO, Mauro. Telenovelas e política: o CRP da eleição presidencial de 1994. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, 1995.

_____. Dilemas da racionalidade: o caso dos efeitos da mídia no comportamento político. In: CAMINO, Leôncio (Org.). *Estudos sobre o comportamento político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

_____. La crisis de confianza en la política y sus instituciones: los medios y la legitimidad de la democracia en Brasil. *América Latina Hoy*, volume 25, p. 23-33, 2000. Disponível em: www.redalyc.org. Acesso em: 10/08/2006.

PORTO, Mauro; VASCONCELOS, Rodrigo F.; BASTOS, Bruna Barreto. A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: uma análise do Jornal Nacional e do Horário Eleitoral. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Eleições presidencial de 2002 no Brasil*. Ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, Salvador: UFBA, 2004.

PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil: da Colônia a quinta República*. Brasília: Senado Federal, 1978.

_____. *Dicionário do voto*. São Paulo: Giordano, 1995

_____. *A mentirosa urna*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

POWER, Timothy; TIMMONS, Robert. Compulsory voting, invalid ballots and abstention in Brazil. *Political Research Quarterly*, n.48, 1995.

POWER, Timothy; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop. Vol. XI, n.1, p. 64-93, março 2005.

POWELL, G. Bingham. American voter turnout in comparative perspective. *American Political Science Review*, vol. 80, n.1, p.17-43, 1986.

PRZEWORSKY, Adam. *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Democracia y representación. *Revista del CLAD*, Caracas, n.10, 1998.

PUHLE, Hans-Jungen. *Problemas de consolidación democrática y “democracias defectuosa”*. Disponível em: www.top.org.ar/documentos/PUHLE%20Hans%20Jurgen%20-%20Problemas%20de%20consolidacion%20democratica.pdf. Acesso em: 20/08/2006.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia*. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Bowling alone*. The collapse and revival of american community. New York: Simons & Schuster, 2000.

_____. *Capital social e democracia*. 2005. Disponível em: [http:// www.broudel.org.br](http://www.broudel.org.br). Acesso em: 05/01/2006.

RAMOS, Paola Novaes. *Partidos aliados em eleição presidencial no Brasil: análise das coligações vencedoras em 1994, 1998 e 2002*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

_____. *Alheamento eleitoral: legitimidade democrática e o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções*. Brasília, 2006, mimeo.

REIS, Antonio Carlos Alkimin. A participação eleitoral e seus correlatos socioeconômicos. In: LIMA JUNIOR, Olavo B.(Org.). *Sistema eleitoral*. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

_____. *A participação eleitoral no Brasil (1988-1989)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Eleições para presidente e governadores no Brasil (1995-2002)*. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu, MG, outubro de 2005.

REIS, Fabio Wanderley (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____. Identidade, política e teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.6, 1988.

REIS, Fabio W.; CASTRO, Mônica Mata Machado. Regiões, classe e Ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n.26, 1992.

RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)/Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Brasília, 1996. Disponível em: [http:// www.http://pnud.org](http://www.http://pnud.org). Acesso em: 3/03/2005.

RESPUELA, Sofia. Democracia delegativa? *Cuadernos del CLAEH*, n.61, 2ª. série, Año 17, Montevideo, 1992. Disponível em: http://www.politica.com.ar/Filosofia_politica/Nuevos%20Filopol/respuela_delegativa.html., Acesso em: 24/07/ 2006.

REYNA, Roberto. El colapso de la representación política. *Desafios Urbanos*, n.39. Disponível em: http://www.cecopal.org/desafios/Des_notas/Apertura39.html. Acesso em: 08/08/2005.

REYNIÉ, Dominique e Bruno Cautrés. *L'opinion européenne*. Paris: Presses des Sciences Politiques, 2001.

RIAL, Joan. La representación política en cuestión. *Contribuciones*, Buenos Aires, n.1, 1998.

RICCCI, Rudá. O ocaso dos partidos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, seção Tendências e Debates, 18/09/2006.

RIZA, William Restrepo. Problemas de la representación política en Colômbia. *Estudios Políticos*, Medellín, n.15, julio-diciembre, 1999.

ROBERT, Kenneth M.; WIBBELS, Eric. Party systems and elections and volatility in Latin American: a test of economics, institutional and structural explanations. *American Political Science Review*, vol.93, n.3, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Os nulos, os brancos e as abstenções. *Folha de S Paulo*, São Paulo, seção Tendências e Debates, 17/10/1990.

_____. Disputas eleitorais nas democracias de massas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, seção Tendências e Debates, 16/08/1994.

_____. As eleições de 1994: uma apreciação geral. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.38, n.1, p.71-92, 1995a.

_____. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.41, 1995b.

_____. *Partidos, ideologia e composição social*. Um estudo da bancada partidária na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUEZ, Florisabel; MENDEZ, Silvia Castro. Partidos y asamblea: representación em crisis. *Revista Parlamentaria*, San Jose (Costa Rica), vol.7, n.2, p. 285-305, agosto de 1999.

ROSARIO, Fausto. La abtención electoral no alarma a cientistas sociales. Disponível em: http://www.pciudadana.com/articulos_analisis/art_2002/05132002por_fausto_rosario2.htm. Acesso em: 15/01/2003.

ROSENTONE, S.; HANSEN, J. *Mobilization, participation and democracy in American*. New York: Macmillan, 1993.

ROUVILOIS, Frédéric. Les idéologies de l'abstention. In: BOUTIN, Christophe; ROUVOLLOIS, Frédéric (Orgs.). *L'abstention électorale*. Apaisement ou épuisement? Paris: François-Xavier de Guibert, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação, espaço público e eleições presidenciais. *Comunicação e política*. Rio de Janeiro, v.9, n. 2/3/4, 1989.

_____. Mídia e política: transmissão de poder. In : MATTOS, Heloíza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Visibilidades e estratégias nas eleições presidenciais de 2002: política, mídia e cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*. Ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, Salvador: UFBA, 2004.

RUBIM, Antonio Albino C.; AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e política no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n.43, 1998.

SADEK, Maria Teresa. A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: SADEK, Teresa (Org.). *Eleições de 1986*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.

SAEZ, Manuel Alcântara; FRIEDENBERG, Flavia. Los partidos políticos en América Latina. *América Latina Hoy*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, n.27, p.17-35, 2001.

SALUM, Brasílio; GRAEFT, Eduardo; LIMA, Elisabeth Gomes. Eleições presidenciais e crise do sistema partidário. *Lua Nova*, São Paulo, n.20, 1990.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato. *Dados*, Rio de Janeiro, v.40, n.3, 1997.

SANTOS, André Marrenco. Partidos de carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano IV, n.1, 2003.

SANTOS, André M.; PINTO, Celi Regina (Orgs.). *Partidos no cone sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Crise castigo: partidos e gerais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

_____. Paradoxos do voto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.20, Ano 7, 1992.

_____. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *Votos e partidos*. Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2002.

_____. *O cálculo do conflito*. Estabilidade e crise na política brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ, Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. *Horizonte do desejo*. Instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

_____. *O ex-Leviatã brasileiro*. Do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editora UNB, 1982.

_____. *Homo Videns*. Televisão e pós-pensamento. Bauru: Editora Sagrado Coração, 2001.

SCARROW, Susan. Parties without members? In: RUSSEL, Dalton; WATTENBERG, Martin (Orgs.). *Parties whitout partisans*. Oxford University Press, 2001.

SCHLEGEL, Rogério. *Informação e desconfiança nas instituições no contexto latino-americano*. Trabalho apresentado no 3º Congresso da Alacip (Associação Latino-Americana de Ciência Política). Campinas, SP, 4 a 6 de setembro de 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. Vinte años de democracia representativa no Brasil. *Revista Latino-americana de Ciencia Política*, v.2, n.1, abril de 1971.

_____. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988

SCHIMITT, H.; Holberg, S. Political parties in decline? In: KLINGERMAN, Fuchs (Org.). *Citizen and state*. University Oxford Press, 1998.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. A dimensão simbólica da escolha eleitoral. In: FIGUEIREDO, Rubens (Org.). *Marketing político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Konrad Adenauer-Stitung, 2000.

_____. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: Edipucs, 2001.

SIMÃO, Azis. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.1, 1956.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

SOARES, Gláucio Ari Dillon. Classes sociais, *strata* sociais e as eleições presidenciais de 1960. *Sociologia*, Rio de Janeiro, n.23, setembro de 1961.

_____. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.9, 1964.

_____. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

_____. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984a.

_____. O futuro da democracia na América Latina. Rio de Janeiro: *Dados*, 27(3), 1984b.

_____. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001a.

_____. En Búsqueda de la racionalidad perdida: algunos determinantes del voto en el Distrito Federal, Brasil. *América Latina Hoy*, diciembre, v.029. Universidad de Salamanca, Espana, p. 81-108., 2001b. Disponível em: <http://www.redalyc.uaemex.mx>. Acesso em: 20/03/ 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-64*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

TCACH, César. Argentina 1983: Restauración o refundación de la democracia? *Idéias*, Campinas, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Ano 6(2)/ 7(1), 1999/2000.

_____. Abstención, voto protesta y rebelión social en la Argentina. In: SANTOS, André Marrenco; PINTO, Celi Regine Jardim (Orgs.). *Partidos no Cone Sul: Novos ângulos de pesquisa*. São Paulo: Konrad Adenauer, Porto Alegre: UFRGS, 2002

STAMATTO, Maria Inês. Legitimidade do sistema partidário. O voto nulo e o voto em branco. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1984.

SUBILEAU, Françoise. L'abstentionnisme: apolitisme ou stratégie? In: MAYER, Nonna. (Org). *Les Modèles explicatifs du vote*. Paris: L'Harmattan, 1997.

SUBILEAU, Françoise; TOINET, Marie-France Toinet. L'abstentionnisme en France et Aux Etats-Unis: méthodes et interprétations. In: GAXIE, Daniel (Org.). *Explication du vote*. Un bilan des études électorales en France. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989.

TELAROLI, Rodolfo. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TORRE, Juan Carlos. América Latina, el gobierno de la democracia em tiempos difíciles. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.7, out/dez, 1991.

_____. Notas sobre la crisis de representación partidária en Argentina. Conferência proferida no XXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu, MG, 2002.

TORRES, Leônidas. Trágica abstención. Disponível em: www.analitica.com/va/politica/opinion/7444508.asp. Acesso em: 01/05/ 2004.

TOSTES, Adriano. *Alienação eleitoral e seus determinantes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMG, Belo Horizonte, 1995.

TRANSPARENCY International. Global Corruption Barometer, 2004. Disponível em: <http://www.transparency.org>. Acesso em: 04/12/2005.

TRINDADE, Hélió. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974). In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (Orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo, Cebrap, Rio de Janeiro: Ppaz e Terra, 1978.

TRINDADE, Hélió; CEW, Judson. Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul. In: REIS, Fabio Wanderley (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, São Paulo, n.67, 2006.

VALDÉS, Roberto L. Blanco. Ley de bronce, partidos de hojalata: crisis de los partidos y legitimidad democrática en la frontera del fin de siglo. In: NADALES, Antonio Porrás (Org.). *El debate sobre la crisis de la representación política*. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

VERBA, Sidney. The citizen as respondent: sample surveys and american democracy presidential address. *American Political Science Review*, v.90, n.1, 1996.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry; NIE, Norman H. Race, ethnicity and political resources: participation in the United States. *British Journal Political Science*, n.23, p.453-497, 1993.

VERBA, Sidney; NIE, Norman; PETROCİK, John. *The changing american voter*. New York: McFraw-Hill, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. Revista do Livro/Monteiro Lobato, São Paulo, s/d.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sergio. A evolução da abstenção eleitoral em Portugal: o caso português em perspectiva comparada. Lisboa, ISCTE, Janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/agenda/comportamentoeleitoral/pdf/Viegas.pdf>. Acesso em: 10/08/2006.

_____. A abstenção nas eleições legislativas de 2002. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/ceapp/conferencias/portugalavotos/viegasfaria/aabstencaoeleitoralde2002.pdf>. Acesso em: 10/08/2006.

VILAMALA, Josep. M. Rennó. La representación política: transfuguismo como estratégia política. In: NADALES, Antonio Porrás (Org.). *El debate sobre la crisis de la representación política*. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

VIRÓS, Rosa; FONT, Joan (Orgs). *Electoral abstention in Europe*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques I Socials, 1995.

VITULO, Gabriel. Reflexiones sobre la calidad de la democracia brasileña. *Nuestro Mundo*, Buenos Aires, n.1, 2001.

_____. Participación electoral, comportamiento político e desestructuración social en Argentina e Brasil. In: BETINA, Levy (Org.). *Crisis e conflictos en el capitalismo latinoamericano*. Lecturas políticas. Buenos Aires: Clacso, 2002, p.223-247.

_____. *Além da transitologia e da consolidologia: um estudo da democracia argentina realmente existente*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

_____. *El lugar del conflicto en la teoría democrática contemporânea*. Trabalho apresentado no 3º Congresso da Alacip (Associação Latino-Americano de Ciência Política). Campinas, Unicamp, 04 a 06 de setembro de 2006.

WALLENSTEIN. M. O colapso da democracia no Brasil : seus determinantes econômicos. *Dados*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, 1980.

WATTEMBERG, Martin. The decline of party mobilization. In: RUSSEL, Dalton; WATTENBERG, Martin(Org.). *Parties without partisans*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WILHELM, Ricardo. P. Efecto político de la abstención y de los votos nulos. Disponível em: http://www.electoral.cl/estudios/Efecto_%20pol%EDtico_%20abstenci%F3n.html. Acesso em: 04/01/2006.

WHITAKER, Brian. Desconfiança nos políticos é mundial. *O Estado de S. Paulo*, 18/09/2005.

YEBRA, Covadonga Meseguer. Sentimientos antipartidistas en el cono sul? Un estudio exploratorio. *América Latina Hoy*, Universidad de Salamanca, Espanha, marzo, n.18, 1998. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 20/05/2006.

ZOVATO, Daniel. Valores, percepción y actualidad hacia la democracia: una visión centroamericana comparada. *Revista Actualidad Econômica* n. 307, año XVIII, Colômbia, 2004. Disponível em: http://www.actualidad.co.cr/307/57.daniel_zovatto.html. Acesso em: 10/08/2006.

_____.Latinobarómetro 2004. Disponível em: <http://www.observatorioelectoral.org>. Acesso em: 19/08/2005.

ZUCCO JR. César. Presidencialismo, estrutura do Estado e comportamento partidário na América Latina. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados sobre Alienação eleitoral – 1989-2002 - Eleições presidenciais

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/ Banco de dados do IUPERJ (Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro) e Dados Eleitorais do Brasil , organizado por Jairo Nicolau (1994).

Eleições Presidenciais – 1989 - 1º turno

E s t a d o s	Nulos	Branco s	Abst enção	Alienação
Acre	6,9	1,9	23,2	32,0
Amazonas	3,5	1,5	25,6	30,6
Amapá	3,9	1,2	22,2	27,3
Pará	4,5	1,8	25,6	31,9
Rondônia	5,8	1,6	25,1	32,5
Roraima	1,9	0,9	26,3	29,1
Tocantins	6,7	2,4	31,5	39,2
Alagoas	8,1	2,8	20,1	31,0
Bahia	10,6	3,4	20,1	34,1
Ceará	5,5	2,0	16,1	23,6
Maranhão	8,0	3,4	31,6	43,0
Paraíba	8,5	2,8	16,5	27,8
Pernambuco	8,9	3,0	14,7	28,6
Piauí	7,2	3,0	19,5	29,7
Rio Grande Norte	10,0	2,5	13,8	26,3
Sergipe	9,4	2,7	13,0	25,1
São Paulo	3,1	0,9	5,7	9,7
Santa Catarina	3,4	1,0	7,6	12,0
Distrito Federal	2,4	0,6	8,7	11,7
Goiás	5,0	1,6	13,8	20,4
Mato Grosso	4,9	1,9	22,7	29,5
Mato Grosso Sul	3,5	1,5	13,8	18,8
Rio Grande Sul	1,8	1,1	5,9	8,8
Paraná	4,2	1,2	10,4	15,8
Rio de Janeiro	2,4	0,7	6,8	9,9
Espírito Santo	5,3	1,6	9,7	16,6
Minas Gerais	5,6	2,1	11,0	18,7

Eleições Presidenciais – 1994

E s t a d o s	Nulos	Branco s	Abstenção	Alienação
Acre	7,6	11,6	21,6	40,8-
Amazonas	7,3	5,9	27,5	40,7
Amapá	4,5	4,8	27,8	37,1
Pará	8,7	11,8	32,0	52,5
Rondônia	6,1	8,6	30,6	45,3
Roraima	5,4	4,4	22,1	31,5
Tocantins	10,7	11,5	31,6	53,6
Alagoas	16,3	13,3	15,4	45,0
Bahia	13,9	13,9	26,7	54,5
Ceará	7,8	12,8	22,0	42,6
Maranhão	11,3	19,2	30,5	61,0
Paraíba	11,8	13,6	22,5	47,9
Pernambuco	13,7	13,5	21,1	48,3
Piauí	15,4	11,6	22,2	49,2
Rio Grande Norte	11,1	13,7	15,9	40,7
Sergipe	14,4	21,1	17,4	43,9
Minas Gerais	10,0	10,8	16,3	37,1
Espírito Santo	7,9	8,0	17,2	46,9
Rio de Janeiro	8,9	6,1	15,2	30,2
São Paulo	9,5	5,9	11,4	26,8
Distrito Federal	7,0	4,0	13,9	24,9
Goiás	8,8	9,4	19,1	37,3
Mato Grosso	10,2	7,4	26,8	44,4
Mato Grosso Sul	18,1	6,8	18,4	33,3
Paraná	7,1	9,7	17,4	34,2
Santa Catarina	6,4	6,9	13,2	26,5
Rio Grande Sul	5,5	7,9	11,9	25,3

Eleições Presidenciais - 1998

E s t a d o s	Nulos	Branços	Abstenção	Alienação
Acre	12,1	7,3	24,9	44,3
Amazonas	9,6	5,1	29,1	43,8
Amapá	11,2	1,3	13,6	26,1
Pará	9,3	7,0	33,3	49,6
Rondônia	8,8	7,9	30,0	46,7
Roraima	11,7	1,6	21,6	34,9
Tocantins	10,9	9,3	20,0	40,2
Alagoas	21,1	6,3	28,2	55,6
Bahia	13,9	14,2	31,8	59,5
Ceará	11,2	14,3	23,3	42,8
Maranhão	12,7	13,5	31,0	57,5
Paraíba	15,4	13,2	24,6	53,2
Pernambuco	14,1	10,8	25,6	50,5
Piauí	11,7	13,8	24,4	49,9
Rio Grande Norte	11,2	14,7	19,0	44,9
Sergipe	12,7	13,2	21,7	47,6
Minas Gerais	10,4	9,4	19,9	39,7
Espírito Santo	9,1	6,9	21,8	37,8
Rio de Janeiro	12,0	3,3	20,2	35,5
São Paulo	10,2	6,3	16,5	33,0
Distrito Federal	8,0	1,8	15,5	22,3
Goiás	9,2	10,0	20,6	39,8
Mato Grosso	7,4	8,2	29,0	44,6
Mato Grosso Sul	9,0	5,8	20,7	35,5
Paraná	9,3	7,2	21,1	37,6
Santa Catarina	7,3	6,5	16,3	30,1
Rio Grande Sul	6,9	7,0	14,9	28,8

Eleições Presidenciais – 2002 – 1º turno

E s t a d o s	Nulos	Branços	Abstenção	Alienação
Acre	7,4	1,4	21,5	30,3
Amazonas	5,5	1,4	21,8	28,7
Amapá	3,6	1,1	18,0	22,7
Pará	1,7	2,4	22,2	26,3
Rondônia	7,2	2,1	21,4	30,7
Roraima	7,6	1,1	16,0	25,1
Tocantins	14,3	1,9	20,6	36,8
Alagoas	10,9	3,7	21,2	35,8
Bahia	14,6	3,4	25,3	43,3
Ceará	8,3	2,6	19,7	30,6
Maranhão	16,5	3,5	24,0	44,0
Paraíba	12,7	4,4	17,9	35,0
Pernambuco	10,7	5,2	21,3	37,2
Piauí	12,9	2,6	15,8	31,3
Rio Grande Norte	12,0	3,8	17,6	33,4
Sergipe	11,0	3,9	17,3	32,2
Minas Gerais	7,0	3,5	17,1	27,6
Espírito Santo	6,0	2,9	17,6	26,5
São Paulo	5,1	3,3	16,0	24,4
Rio de Janeiro	4,3	1,8	14,7	20,8
Distrito Federal	4,4	1,4	16,3	22,1
Goiás	6,8	2,2	17,0	26,0
Mato Grosso	4,8	2,1	22,2	29,1
Mato Grosso Sul	5,0	2,0	18,0	25,0
Paraná	6,5	2,8	16,2	25,5
Santa Catarina	5,5	2,4	13,5	21,4
Rio Grande Sul	4,5	3,2	13,0	20,7

ANEXO 2

Dados sobre alienação eleitoral, de 1986-2002 – para deputados estaduais, deputados federais, governador e presidente da República, por estado.

ACRE

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	141.837	90,2		2,6		10,7		9,8		23,1	
	Câmara				5,8		19,6		9,8		35,2	
	Assembléia				6,2		15,8		9,8		31,8	
1989	Presidente	182.797	76,8	74,7	6,9	4,2	1,9	1,5	23,2	25,3	32,0	31,0
1990	Governo	197.709	79,7		21,9		Juntos		20,3		42,2	
	Câmara				9,2		31,7		20,3		61,2	
	Assembléia				8,1		21,7		20,3		50,1	
1994	Presidente	263.162	78,4		7,6		11,6		21,6		40,8	
	Governo				4,4		13,5		21,6		39,5	
	Câmara				16,4		16,8		21,6		54,8	
	Assembléia				10,4		8,3		21,6		40,38	
1998	Presidente	318.955	75,1		12,1		7,3		24,9		44,3	
	Governo				7,5		10,8		24,8		43,1	
	Câmara				7,5		6,4		24,8		38,7	
	Assembléia				4,7		3,6		24,8		33,1	
2002	Presidente	369.786	78,5	64,8	7,4	3,1	1,4	1,0	21,5	35,2	30,3	39,3
	Governo				9,2		1,2		21,5		31,9	
	Câmara				2,6		1,5		21,5		25,6	
	Assembléia				2,8		1,4		21,5		25,7	

AMAZONAS

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação		
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	
1986	Governo	651.292	86,8		3,5		8,2		13,2		24,9		
	Câmara				6,8		24,6		13,2		44,6		
	Assembléia				6,3		19,7		13,2		39,		
1989	Presidente	842.083	74,4	73,4	3,5	2,4	1,5	1,5	25,6	26,6	30,6	30,5	
1990	Governo	885.001	86,8		3,5		8,2		13,2		24,9		
	Câmara				75,8		9,3		28,9		24,2		62,4
	Assembléia				75,8		8,5		21,6		24,2		54,3
1994	Presidente	1.106.006	72,5		7,3		5,9		27,5		40,7		
	Governo				72,5		4,1		14,3		27,5		45,9
	Câmara				72,5		16,7		13,7		27,5		57,9
	Assembléia				75,8		8,5		21,6		24,2		54,3
1998	Presidente	1.368.084	70,9		9,6		5,1		29,1		43,8		
	Governo				70,9		9,2		6,4		29,1		44,8
	Câmara				70,9		5,6		6,2		29,1		40,9
	Assembléia				70,9		4,8		5,2		29,1		39,1
2002	Presidente	1.524.727	78,2	70,3	5,5	2,4	1,4	1,2	21,8	29,7	28,7	33,3	
	Governo				78,2		7,7		1,3		21,8		25,4
	Câmara												
	Assembléia				78,2		1,4		1,9		21,8		25,1

AMAPÁ

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	84.459										
	Câmara		90,1		6,3		1,9		9,9		18,1	
	Assembléia											
1989	Presidente	118.144	77,8		3,9		1,2		22,2		27,3	
1990	Governo	135.939	77,9		15,6		JUNTOS-		22,1		37,7	
	Câmara		77,9		8,5		20,9		22,1		51,5	
	Assembléia		77,9		6,3		13,4		22,1		41,8	
1994	Presidente	197.171	72,2		4,5		4,8		27,8		37,1	
	Governo		72,2		2,5		17,3		27,8		47,6	
	Câmara		72,2		16,0		14,5		27,8		58,3	
	Assembléia		72,2		8,2		6,2		27,8		42,2	
1998	Presidente	1,1	86,4		11,2		1,3		13,6		26,1	
	Governo		86,4	83,8	8,4	1,8	1,1	0,3	13,6	16,2	23,1	18,3
	Câmara		86,4		2,1		1,7		13,6		17,4	
	Assembléia		86,4		2,1		1,3		13,6		17,0	
2002	Presidente		82,0	82,0	3,6	2,5	1,1	0,6	18,0	18,0	22,7	21,1
	Governo											
	Câmara											
	Assembléia		85,4		1,8		1,0		14,6		17,4	

PARÁ

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo		88,4		5,2		23,4		11,6		40,4	
	Câmara		88,4		8,4		30,3		11,6		50,3	
	Assembléia		88,4		7,1		26,6		11,6		45,3	
1989	Presidente		74,4		4,5		1,8		25,6		31,9	
1990	Governo	2.309.791	73,6		16,8		Juntos		26,4		43,2	
	Câmara		73,6		9,7		33,9		26,4		70,0	
	Assembléia		73,6		7,8		26,2		26,4		60,4	
1994	Presidente	2.783.131	68,0		8,7		11,8		32,0		52,5	
	Governo		68,0		6,2		27,6		32,0		65,8	
	Câmara		68,0		23,1		20,6		32,0		75,7	
	Assembléia		68,0		17,9		15,3		32,0		65,2	
1998	Presidente	3.220.778	66,7		9,3		7,0		33,3		49,6	
	Governo		66,7	59,5	7,5	3,7	1,4	1,3	33,3	40,5	42,2	45,5
	Câmara		66,7		9,1		10,7		33,3		53,1	
	Assembléia		66,7		7,1		7,4		33,3		47,8	
2002	Presidente	3.569.333	77,8	72,5	1,7	2,4	2,4	1,0	22,2	27,5	26,3	30,9
	Governo		72,5	72,5	2,7	2,7	0,9	0,9	27,5	27,5	31,0	31,0
	Camara											
	Assembléia		77,8		1,9		2,5		22,2		26,6	

RONDÔNIA

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	447.541	89,0		5,0		15,3		11,0		31,3	
	Câmara		89,0		7,9		23,4		11,0		42,3	
	Assembléia		89,0		7,1		22,2		11,0		40,3	
1989	Presidente		74,9		5,8		1,6		25,1		32,5	
1990	Governo	588.691	73,0		24,5		Juntos		20,3		44,6	
	Câmara		73,0		12,7		32,1		27,0		71,8	
	Assembléia		73,0		10,9		25,8		27,0		63,7	
1994	Presidente	692.067	69,4		6,1		8,6		30,6		45,3	
	Governo		69,4		5,2		16,5		30,6		52,3	
	Câmara		69,4		21,2		17,5		30,6		69,3	
	Assembléia		69,4		14,1		11,4		30,6		56,1	
1998	Presidente	836.179	70,0		8,8		7,9		30,0		46,7	
	Governo		70,0	62,6	7,1	3,4	14,6	0,8	30,0	37,4	51,7	41,6
	Câmara		70,0		11,1		11,3		30,0		52,4	
	Assembléia		70,0		7,4		5,9		30,0		43,3	
2002	Presidente	882.545	78,6	72,7	7,2	6,5	2,1	1,6	21,4	27,3	30,7	35,4
	Governo		78,6	72,2	8,0	2,5	2,4	0,5	21,5		31,9	
	Câmara		78,6		2,3		2,8		21,4		26,5	
	Assembléia		78,6		21,4		2,8		2,3		26,1	

RORAIMA

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo		Não teve									
	Câmara		88,3		4,2		1,0		11,7		16,9	
	Assembléia		Não teve									
1989	Presidente		73,3		1,9		0,9		26,3		29,1	
1990	Governo	86.226	79,7		8,6		Juntos		20,3		28,9	
	Câmara		79,7		6,7		17,3		20,3		44,3	
	Assembléia		79,7		5,9		14,1		20,3		40,3	
1994	Presidente	119.888	77,9		5,4		4,4		22,1		31,5	
	Governo		77,9		3,5		11,1		22,1		36,7	
	Câmara		77,9		11,7		8,1		22,1		41,9	
	Assembléia		77,9		9,3		6,5		22,1		37,9	
1998	Presidente	170.620	78,4		11,7		1,6		21,6		34,9	
	Governo		78,4	74,9	7,5	1,5	1,4	0,5	21,6	25,1	30,5	27,1
	Câmara		78,4		3,1		2,5		21,6		27,2	
	Assembléia		78,4		1,9		1,8		21,6		25,3	
2002	Presidente	208.524	84,0	81,9	7,6	5,5	1,1	1,5	16,0	18,1	25,1	25,1
	Governo		84,0	81,9	10,5	2,5	1,0	0,5	16,0	18,1	27,5	21,1
	Câmara											
	Assembléia		84,0		2,8		1,4		16,0		20,2	

TOCANTINS

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	O estado ainda não existia										
	Câmara											
	Assembléia											
1989	Presidente		68,5	65,6	6,7	3,0	2,4	1,8	31,5	34,4	39,2	39,3
1990	Governo	498.963	74,6		14,9		Juntos		25,4		40,3	
	Câmara		74,6		6,0		31,6		25,4		63,0	
	Assembléia		74,6		6,0		23,3		25,4		54,7	
1994	Presidente	648.073	68,4		10,7		11,5		31,6		53,6	
	Governo		68,4		4,8		17,3		31,6		53,7	
	Câmara		68,4		14,5		17,3		31,6		63,4	
	Assembléia		68,4		11,1		12,9		31,6		55,6	
1998	Presidente	624.344	79,9		10,9		9,3		20,0		40,2	
	Governo		80,0		5,1		15,1		20,0		40,2	
	Câmara		79,9		7,8		9,4		20,0		37,2	
	Assembléia		79,9		7,2		6,5		20,0		33,7	
2002	Presidente	785.397	79,4		14,3		1,9		20,6		36,8	
	Governo		79,4		9,4		2,4		20,6		32,4	
	Câmara											
	Assembléia		79,4		2,7		2,2		20,6		25,5	

ALAGOAS

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	973.747	93,0		4,0		12,4		7,0		23,4	
	Câmara											
	Assembléia				7,1		31,3		7,0		45,4	
1989	Presidente		79,0		8,1		2,8		20,1		31,0	
1990	Governo	1.304.271	77,9		25,2		Juntos		22,1		47,3	
	Câmara											
	Assembléia		93,0		7,1		31,3		7,0		45,4	
1994	Presidente	1.156.990	84,6		16,3		13,3		15,4		45,0	
	Governo		84,6		10,7		25,5		15,4		51,6	
	Câmara		84,6		28,1		21,1		15,4		64,6	
	Assembléia		77,9		14,7		24,9		22,1		61,7	
1998	Presidente	1.383.600	71,8		21,1		6,3		28,2		55,6	
	Governo		71,8		26,1		7,4		28,2		61,7	
	Câmara		71,8		6,6		7,0		28,2		41,8	
	Assembléia		71,8		6,4		6,4		28,2		41,0	
2002	Presidente	1.600.092	78,8		10,9		3,7		21,2		35,8	
	Governo											
	Câmara											
	Assembléia		78,8		3,4		3,6		21,1		28,1	

BAHIA

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	4.819.792	94,5		4,3		8,0		5,5		17,8	
	Câmara		94,5		5,5		33,6		5,5		44,6	
	Assembléia		94,5		6,1		32,5		5,5		44,1	
1989	Presidente	5.393.861	79,9	75,2	10,6	5,3	3,4	2,3	20,1	24,8	34,1	32,4
1990	Governo	6.019.317	78,6		31,6		Juntos		21,4		53,0	
	Câmara				15,2		35,3		21,4		71,9	
	Assembléia				14,2		31,8		21,4		67,4	
1994	Presidente	7.031.624	73,3		13,9		13,9		26,7		54,5	
	Governo				9,4		27,0		26,7		63,1	
	Câmara				25,3		18,3		26,7		70,3	
	Assembléia				26,9		18,6		26,7		66,2	
1998	Presidente	7.932.228	68,2		13,9		14,2		31,8		59,5	
	Governo				9,8		26,2		31,8		67,8	
	Câmara				11,8		11,4		31,8		55,0	
	Assembléia				12,0		10,7		31,8		54,5	
2002	Presidente	8.568.602	74,7	70,5	14,6	4,9	3,4	1,6	25,3	29,5	43,3	36,0
	Governo				11,6		4,9		25,5		41,8	
	Câmara				3,1		3,9		25,3		32,3	
	Assembléia				3,7		4,1		25,3		33,1	

CEARÁ

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação		
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	
1986	Governo	2.690.314	94,4		4,0		10,9		5,6		20,5		
	Câmara				5,1		25,1		5,6		35,8		
	Assembléia				6,5		22,9		5,6		34,1		
1989	Presidente	3.351.606	83,9	81,6	5,5	3,4	2,0	1,6	16,1		23,6	23,4	
	Governo	3.491.994	82,9		18,7		Juntos		17,1		35,8		
	Câmara				9,3		31,0		17,1		57,4		
	Assembléia				9,0		26,0		17,1		52,1		
1994	Presidente	4.006.533	78,0		7,8		12,8		22,0		42,6		
	Governo				5,3		15,6		22,0		42,9		
	Câmara				19,5		18,2		22,0		59,7		
	Assembléia				15,3		18,2		22,0		51,6		
1998	Presidente	4.301.930	76,7		11,2		14,3		23,3		42,8		
	Governo				7,2		17,0		23,3		47,5		
	Câmara				9,3		10,2		23,3		40,7		
	Assembléia				8,9		8,5		23,3		40,7		
2002	Presidente	4.805.259	80,3	77,0	8,3	3,9	2,6	2,0	19,7	23,0	30,6	28,9	
	Governo				77,0	11,1	3,4	4,3	1,3	19,7	23,0	35,1	27,7
	Câmara					2,7		3,3		19,7		25,7	
	Assembléia					3,1		3,5		19,7		26,3	

MARANHÃO

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Brancos		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	1.726.827	88,1		4,4		11,2		11,9		27,5	
	Câmara				5,2		29,3		11,9		46,4	
	Assembléia				6,2		25,8		11,9		43,9	
1989	Presidente	2.144.352	68,4	69,0	8,0	3,8	3,4	2,4	31,6	31,0	43,0	37,2
1990	Governo	2.256.792	72,0		19,9		JUNTO		28,0		47,9	
	Câmara				9,4		40,9		28,0		78,3	
	Assembléia				8,4		30,4		28,0		66,8	
1994	Presidente	2.615.445	69,5		11,3		19,2		30,5		61,0	
	Governo				6,3		30,6		30,5		67,4	
	Câmara				17,5		22,0		30,5		70,1	
	Assembléia				13,3		14,7		30,5		58,5	
1998	Presidente	2.987.233	68,9		12,7		13,5		31,0		57,5	
	Governo				7,7		18,3		31,0		57,0	
	Câmara				11,2		14,0		31,0		56,2	
	Assembléia				8,4		7,4		31,0		46,8	
2002	Presidente	3.391.814	76,0	65,7	16,5	4,1	3,5	1,6	24,0	34,3	44,0	40,0
	Governo				14,2		4,0		24,0		42,2	
	Câmara				2,5		3,4		24,0		29,9	
	Assembléia				3,0		3,2		24,0		30,2	

PARAÍBA

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Brancos		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	1.464.338	94,5		2,3		8,1		5,5		16,4	
	Câmara				4,4		32,0		5,5		41,9	
	Assembléia				4,9		29,4		5,5		39,8	
1989	Presidente	1.756.417	83,5	81,8	8,5	4,3	2,8	1,9	16,5	18,2	27,8	24,4
1990	Governo	1.810.996			20,9		Juntos		18,1		39,0	
	Câmara				10,2		35,6		18,1		63,9	
	Assembléia				9,9		28,9		18,1		56,9	
1994	Presidente	2.091.506	77,5		11,8		13,6		22,5		47,9	
	Governo				8,3		22,0		22,5		52,8	
	Câmara				22,0		19,0		22,5		63,5	
	Assembléia				18,4		17,8		22,5		58,7	
1998	Presidente	2.223.259	75,4		15,4		13,2		24,6		53,2	
	Governo				12,8		22,3		24,6		59,7	
	Câmara				15,6		13,5		24,6		53,7	
	Assembléia				13,6		9,8		24,6		48,0	
2002	Presidente	2.322.068	82,1	81,6	12,7	6,8	4,4	2,0	17,9	18,4	35,0	27,2
	Governo				11,2	6,9	5,2	1,6	17,9	18,4	34,3	26,9
	Câmara				3,3		6,3		17,9		27,5	
	Assembléia				3,4		5,6		17,9		26,9	

PERNAMBUCO

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	3.150.552	94,2		2,1		10,1		5,8		18,0	
	Câmara				5,9		29,6		5,8		41,3	
	Assembléia				6,1		28,5		5,8		40,4	
1989	Presidente	3.764.143	85,3	84,0	8,9	4,2	3,0	2,1	14,7	16,0	26,6	22,6
1990	Governo	3.885.434	83,7		25,2		Juntos		6,3		41,5	
	Câmara				12,5		33,4		16,3		62,2	
	Assembléia				13,0		32,5		16,3		61,8	
1994	Presidente	4.467.948	78,9		13,7		13,5		21,1		48,3	
	Governo				11,0		22,8		21,1		54,9	
	Câmara				28,0		19,4		21,1		68,5	
	Assembléia				22,7		18,9		21,1		62,7	
1998	Presidente	5.119.100	74,4		14,1		10,8		25,6		50,5	
	Governo				11,6		14,4		25,6		51,6	
	Câmara				10,7		13,5		25,6		49,8	
	Assembléia				10,0		12,0		25,6		47,6	
2002	Presidente	5.396.667	78,7	75,9	10,7	3,7	5,2	2,2	21,3	24,1	37,2	30,0
	Governo				12,1		7,4		21,3		40,8	
	Câmara				2,9		7,3		21,3		31,5	
	Assembléia				3,2		7,1		21,3		31,6	

PIAUI

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	1.087.921	94,5		3,8		9,7		5,5		19,0	
	Câmara				5,1		19,7		5,5		30,3	
	Assembléia				6,5		18,5		5,5		30,5	
1989	Presidente	1.334.282	80,5	79,7	7,2	3,7	3,0	2,0	19,5	20,3	29,7	26,0
1990	Governo	1.410.051	83,4		20,6		Juntos		16,6		37,2	
	Câmara				8,0		27,3		16,6		51,9	
	Assembléia				8,2		20,5		16,6		45,3	
1994	Presidente	1.631.161	77,8		15,4		11,6		22,2		49,2	
	Governo				7,5		25,8		22,2		55,5	
	Câmara				18,3		18,9		22,2		59,9	
	Assembléia				15,3		14,4		22,2		51,9	
1998	Presidente	1.781.150	75,6		11,7		13,8		24,4		49,9	
	Governo			73,4	7,0	3,3	17,6	,1	24,4	26,6	49,0	31,0
	Câmara				16,8		13,6		24,4		54,8	
	Assembléia				10,2		9,1		24,4		43,7	
2002	Presidente	1.848.292	84,2	78,0	12,9	4,5	2,6	1,2	15,8	2,0	31,3	27,7
	Governo				10,6		2,6		15,8		21,2	
	Câmara				2,5		2,9		15,8		21,2	
	Assembléia				3,0		3,0		18,8		21,8	

RIO GRANDE DO NORTE

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	1.068.940	96,0		3,0		6,7		4,0		13,7	
	Câmara				4,3		21,3		4,0		29,6	
	Assembléia				4,9		22,9		4,0		31,8	
1989	Presidente	1.298.088	86,2	84,2	10,0	5,2	2,5	1,6	13,8	15,8	26,3	22,6
1990	Governo	1.331.039	85,7		17,2		Juntos		14,3		31,5	
	Câmara				10,4		36,9		14,3		61,6	
	Assembléia				9,6		30,3		14,3		54,2	
1994	Presidente	1.491.112	84,1		11,1		13,7		15,9		40,7	
	Governo				8,1		17,7		15,9		41,7	
	Câmara				21,4		19,8		15,9		57,1	
	Assembléia				18,4		17,2		15,9		51,5	
1998	Presidente	1.728.975	81,0		11,2		14,7		19,0		44,9	
	Governo				8,1		13,2		19,0		39,2	
	Câmara				12,5		13,2		19,0		44,7	
	Assembléia				10,6		9,2		19,0		38,8	
2002	Presidente	1.917.382	82,4	79,3	12,0	9,8	3,8	2,5	17,6	20,7	33,4	33,0
	Governo			79,3	12,9	9,6	4,2	2,0	17,6	20,7	34,7	32,3
	Câmara				2,7		4,9		17,6		25,2	
	Assembléia				3,0		4,5		17,6		25,1	

SERGIPE

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	631.902	95,9		3,4		5,6		4,1	1	13,1	
	Câmara				5,4		25,9		4,1		35,4	
	Assembléia				5,1		21,4		4,1		30,6	
1989	Presidente	776.071	87,0	85,6	9,4	5,6	2,7	2,2	13,0	14,4	25,1	22,2
1990	Governo	803.041	86,4		28,7		Juntos		13,6		42,3	
	Câmara				14,3		30,7		13,6		58,6	
	Assembléia				13,6		20,3		13,6		47,5	
1994	Presidente	942.246	82,6		14,4		12,1		17,4		43,9	
	Governo				11,5		12,3		17,4		41,2	
	Câmara				21,7		18,1		17,4		57,2	
	Assembléia				16,2		13,0		17,4		46,6	
1998	Presidente	1.081.138	78,3		12,7		13,2		21,7		47,6	
	Governo			75,6	13,1	5,4	9,4	1,2	21,6	24,4	44,1	31,0
	Câmara				15,5		14,9		21,6		51,6	
	Assembléia				6,4		6,4		28,2		41,0	
2002	Presidente	1.147.933	82,7	82,3	11,0	7,5	3,9	2,1	17,3	17,7	32,2	27,3
	Governo				12,9	5,8	4,2	1,6	17,3	17,7	34,4	25,1
	Câmara				3,5		5,2		17,3		26,0	
	Assembléia				3,2		4,5		17,3		25,0	

SÃO PAULO

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Brancos		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	16.010.572	96,5		3,2		8,3		3,5		15,0	
	Câmara				7,5		15,4		3,5		26,4	
	Assembléia				7,5		16,4		3,5		27,4	
1989	Presidente	18.500.980	94,3	92,5	3,1	5,4	0,9	1,1	5,7	7,5	9,7	14,0
1990	Governo	28.727.014	91,5		21,2		Juntos		8,5		29,7	
	Câmara				14,1		28,6		8,5		49,2	
	Assembléia				13,2		27,5		8,5		49,2	
1994	Presidente	20.774.991	88,6		9,5		5,9		11,4		26,8	
	Governo				9,4		14,4		11,4		35,2	
	Câmara				30,1		12,0		11,4		53,5	
	Assembléia				28,1		13,1		11,4		52,6	
1998	Presidente	23.321.034	83,5		10,2		6,3		16,5		33,0	
	Governo			82,2	7,2	5,7	7,5	2,0	16,5	17,8	31,2	25,5
	Câmara				9,9		10,0		16,5		36,4	
	Assembléia				9,5		9,6		16,5		35,6	
2002	Presidente	26.655.553	84,0	83,8	5,1	3,3	3,3	2,1	16,0	16,2	24,4	21,6
	Governo			83,4	5,0	3,0	4,1	1,7	16,0	16,2	25,1	20,9
	Câmara				3,5		5,5		16,0		25,0	
	Assembléia				3,4		5,8		16,0		25,2	

SANTA CATARINA

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Brancos		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	2.302.270	96,5		3,4		15,7		3,5		22,6	
	Câmara				5,6		17,3		3,5		26,4	
	Assembléia				5,6		16,2		3,5		25,3	
1989	Presidente	2.729.916	92,4	90,3	3,4	4,6	1,0	1,2	7,6	9,7	12,0	15,5
1990	Governo	2.769.517	89,7		25,5		Juntos		10,3		35,8	
	Câmara				15,6		27,4		10,3		53,3	
	Assembléia				14,3		22,2		10,3		46,8	
1994	Presidente	3.157.290	86,8		6,4		6,9		13,2		26,5	
	Governo				5,0		15,3		13,2		33,5	
	Câmara				21,9		19,0		13,2		54,1	
	Assembléia				18,7		11,7		13,2		43,6	
1998	Presidente	3.516.811	83,7		7,3		6,5		16,3		30,1	
	Governo				6,4		11,2		16,3		33,9	
	Câmara				10,4		10,1		16,3		36,8	
	Assembléia				8,8		6,4		16,3		31,5	
2002	Presidente	3.817.974	86,5	84,8	5,5	6,0	2,4	1,8	13,5	15,2	21,4	23,0
	Governo			84,8	4,4	5,9	3,1	1,4	13,5	15,2	21,0	22,5
	Câmara				2,3		4,8		13,5		20,6	
	Assembléia				2,0		4,1		13,5		19,6	

DISTRITO FEDERAL

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	732.780										
	Câmara		94,2		6,0		8,2		5,8		20,0	
	Assembléia											
1989	Presidente	857.330	91,3	88,7	2,4	4,5	0,6	0,8	8,7	11,3	11,7	16,6
1990	Governo	893.659	86,9		15,1		Juntos		13,1		28,2	
	Câmara				12,5		17,0		13,1		42,6	
	Assembléia				11,6		15,3		13,1		40,0	
1994	Presidente	1.062.247	86,1		7,0		4,0		13,9		24,9	
	Governo				6,9		9,1		13,9		29,9	
	Câmara				20,8		11,0		13,9		45,7	
1998	Assembléia	1.267.932			16,1		10,1		13,9		40,1	
	Presidente		84,5		8,0		1,8		15,5		25,3	
	Governo			84,0	5,1	1,8	1,7	0,6	15,5	16,0	22,3	18,4
2002	Câmara	1.518.437			2,9		3,9		15,5		22,3	
	Assembléia				3,1		3,3		15,5		21,9	
	Presidente		83,7	86,3	4,4	3,3	1,4	1,4	16,3	13,7	22,1	18,4
2002	Governo	1.518.437		86,3	3,7	2,3	1,7	0,9	16,3	13,7	21,7	16,9
	Câmara				1,9		2,8		16,3		20,2	
	Assembléia				1,5		2,4		16,3		20,2	

GOIÁS

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	2.161.539	93,9		4,0		10,4		6,1		20,5	
	Câmara				5,6		21,5		6,1		33,2	
	Assembléia				5,8		21,7		6,1		33,6	
1989	Presidente	2.199.95	86,2	80,9	5,0	3,5	1,6	1,2	13,8	19,1	20,4	23,8
1990	Governo	2.244.631	83,5		15,8		Juntos		16,5		32,3	
	Câmara				8,4		32,9		16,5		57,8	
	Assembléia				7,3		28,1		16,5		51,9	
1994	Presidente	2.622.097	80,9		8,8		9,4		19,1		37,3	
	Governo				6,8		19,1		19,1		45,0	
	Câmara				22,3		18,8		19,1		60,2	
1998	Assembléia	2.948.932			16,5		14,6		19,1		50,2	
	Presidente		79,4		9,2		10,0		20,6		39,8	
	Governo				5,7		11,1		20,6		37,4	
2002	Câmara	3.365.848			10,1		10,7		20,6		41,4	
	Assembléia				8,3		7,8		20,6		36,7	
	Presidente		83,0	77,8	6,8	3,2	2,2	1,5	17,0	22,2	26,0	26,5
2002	Governo	3.365.848		76,7	6,5	2,6	2,5	0,7	17,0	23,8	26,0	27,1
	Câmara				2,5		4,0		17,0		23,5	
	Assembléia				2,4		3,6		17,0		23,0	

MATO GROSSO

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	826.886	89,2		3,9		14,6		10,8		29,3	
	Câmara				5,3		30,6		10,8		46,7	
	Assembléia				5,0		28,6		10,8		46,7	
1989	Presidente	1.027.972	77,3	72,8	4,9	3,1	1,9	1,3	22,7	27,2	29,5	31,6
1990	Governo	1.089.650	75,7		27,2		Juntos		24,3		51,5	
	Câmara				12,2		34,0		24,3		70,5	
	Assembléia				10,5		26,4		24,4		61,2	
1994	Presidente	1.279.042	73,2		10,2		7,4		26,8		44,4	
	Governo				6,2		23,2		26,8		5,2	
	Câmara				23,1		17,7		26,8		67,6	
1998	Assembléia	1.516.451			15,6		12,9		26,8		55,3	
	Presidente		71,0		7,4		8,2		29,0		44,6	
	Governo				5,9		12,7		29,0		47,6	
	Câmara				12,5		11,3		29,0		52,6	
2002	Assembléia	1.730.022			10,2		7,4		29,0		46,6	
	Presidente		77,7	71,5	4,8	2,4	2,1	1,2	22,2	28,5	29,1	32,1
	Governo				6,3		2,9		22,2		31,4	
	Câmara				2,1		3,5		22,2		27,8	
	Assembléia			2,0		3,1		22,2		27,3		

MATO GROSSO DO SUL

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	820.246	93,6		2,2		10,2		6,4		18,8	
	Câmara				4,8		21,2		6,4		32,4	
	Assembléia				4,9		18,2		6,4		29,5	
1989	Presidente	1.002.232	86,2	82,8	3,5	3,0	1,5	1,2	13,8	17,2	18,8	21,4
1990	Governo	1.024.928	83,9		18,2		Juntos		16,1		34,3	
	Câmara				10,7		33,3		16,1		60,1	
	Assembléia				8,7		24,5		16,1		49,3	
1994	Presidente	1.161.043	81,6		18,1		6,8		18,4		33,3	
	Governo				5,4		17,5		18,4		41,3	
	Câmara				20,3		16,6		18,4		55,3	
1998	Assembléia	1.256.907			14,8		10,8		18,4		44,0	
	Presidente		79,3		9,0		5,8		20,7		35,5	
	Governo			74,4	7,7	3,3	11,8	1,0	20,7	25,6	40,2	29,9
	Câmara				10,1		9,9		20,7		40,7	
2002	Assembléia	1.411.773			8,6		7,0		20,7		36,3	
	Presidente		82,0	79,3	5,0	2,5	2,0	1,3	18,0	20,7	25,0	24,5
	Governo				6,4	2,4	2,4	0,9	18,0	20,7	26,8	24,0
	Câmara				1,9		3,4		18,0		23,3	
	Assembléia			2,0		3,2		18,0		23,2		

RIO GRANDE DO SUL

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branços		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	4.988.106	96,6		2,9		10,3		3,4		16,6	
	Câmara				5,4		17,0		3,4		25,8	
	Assembléia				4,7		16,1		3,4		25,8	
1989	Presidente	5.700.461	94,1	91,5	1,8	4,6	1,1	1,5	5,9	8,5	8,8	11,8
1990	Governo	5.750.046	90,9		22,3		Juntos		9,1		31,4	
	Câmara				11,6		30,9		9,1		51,6	
	Assembléia				10,4		26,0		9,1		45,5	
1994	Presidente	6.296.021	88,1		5,5		7,9		11,9		25,3	
	Governo				4,7		14,3		11,9		30,9	
	Câmara				20,8		16,5		11,9		49,2	
	Assembléia				15,8		13,7		11,9		41,4	
1998	Presidente	6.846.077	85,1		6,9		7,0		14,9		28,8	
	Governo			74,4	4,8	3,3	9,3	1,0	14,9	25,6	29,0	29,9
	Câmara				7,0		9,6		14,9		31,5	
	Assembléia				6,3		7,5		14,9		28,7	
2002	Presidente	7.352.139	87,0	85,4	4,5	3,7	3,2	2,2	13,0	14,6	20,7	20,5
	Governo				4,1	3,1	3,8	1,7	13,0	14,6	20,9	19,4
	Câmara				1,6		5,5		13,0		20,1	
	Assembléia				1,7		5,3		13,0		20,0	

PARANÁ

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branços		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	4.316.029	95,3		4,5		14,8		4,7		24,0	
	Câmara				8,4		17,3		4,7		30,4	
	Assembléia				7,2		17,1		4,7		29,0	
1989	Presidente	5.045.626	89,6	87,1	4,2	4,4	1,2	1,2	10,4	12,9	15,8	18,5
1990	Governo	5.112.793	86,0		28,6		Juntos		14,0		42,6	
	Câmara				18,4		30,3		14,0		62,7	
	Assembléia				16,4		25,5		14,0		55,9	
1994	Presidente	5.746.397	82,6		7,1		9,7		17,4		34,2	
	Governo				5,9		14,5		17,4		37,8	
	Câmara				24,6		16,6		17,4		58,6	
	Assembléia				20,6		12,0		17,4		50,0	
1998	Presidente	6.384.210	78,9		9,3		7,2		21,1		37,6	
	Governo				9,3		13,5		21,1		43,9	
	Câmara				11,6		9,5		21,1		42,2	
	Assembléia				10,3		8,0		21,1		39,5	
2002	Presidente	6.663.381	83,8	81,5	6,5	6,5	2,8	2,0	16,2	18,5	25,5	27,0
	Governo				3,9	8,0	3,9	2,5	16,2	18,5	24,1	
	Câmara				2,4		5,5		16,2		24,1	
	Assembléia				2,3		4,8		16,2		23,3	

RIO DE JANEIRO

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação		
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	
1986	Governo	7.143.491	96,0		3,6		6,3		4,0		13,9		
	Câmara				5,6		19,3		4,0		28,9		
	Assembléia				5,9		19,2		4,0		29,1		
1989	Presidente	8.196.547	93,2	91,3	2,4	3,3	0,7	0,9	6,8	8,7	9,9	12,5	
1990	Governo	8.277.296	90,1		24,0		Juntos		9,9		33,9		
	Câmara				14,3		20,7		9,9		44,9		
	Assembléia				14,9		20,8		9,9		45,6		
1994	Presidente	9.129.373	84,8		8,9		6,1		15,2		30,2		
	Governo				8,9		11,4		15,2		35,5		
	Câmara				81,7		28,2		9,5		18,3		56,0
	Assembléia				81,7		24,1		7,7		18,3		50,1
1998	Presidente	9.971.830	79,8		12,0		3,3		20,2		35,5		
	Governo			77,2	12,9	3,5	4,3	1,1	20,2	22,8	37,4	27,4	
	Câmara				5,3		5,3		20,2		30,8		
	Assembléia				5,6		5,2		20,2		31,0		
2002	Presidente	10.213.518	85,3	83,1	4,3	3,8	1,8	1,9	14,7	16,9	20,8	22,6	
	Governo				5,7		2,5		14,7		22,9		
	Câmara				3,4		4,0		14,7		22,1		
	Assembléia				3,2		3,9		14,7		21,8		

ESPIRITO SANTO

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	1.159.546	95,6		3,6		8,9		4,4		16,9	
	Câmara				5,0		22,3		4,4		31,7	
	Assembléia				5,5		21,1		4,4		31,0	
1989	Presidente	1.407.159	90,3	87,5	5,3	4,1	1,6	1,4	9,7	12,3	16,6	18,0
1990	Governo	1.710.729	86,7		34,0		Juntos		13,3		47,3	
	Câmara				18,3		32,8		13,3		64,4	
	Assembléia				16,6		25,0		13,3		54,9	
1994	Presidente	1.710.729	82,8		7,9		8,0		17,2		46,9	
	Governo				6,8		18,1		17,2		42,1	
	Câmara				23,2		18,5		17,2		58,9	
	Assembléia				16,9		12,8		17,2		46,9	
1998	Presidente	1.916.884	78,2		9,1		6,9		21,8		37,8	
	Governo				7,8		13,4		21,8		43,0	
	Câmara				8,2		11,1		21,8		41,1	
	Assembléia				6,7		7,6		21,8		36,1	
2002	Presidente	2.146.425	82,4	77,9	6,0	2,8	2,9	2,0	17,6	22,1	26,5	26,5
	Governo				9,5		4,5		17,6		31,6	
	Câmara				2,1		4,4		17,6		23,5	
	Assembléia				2,1		3,8		17,6		23,5	

MINAS GERAIS

Ano	Eleição	Eleitorado	Comparecimento		Nulos		Branco		Abstenção		Alienação	
			1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno	1º Turno	2º Turno
1986	Governo	7.966.609	95,4		5,2		14,6		4,6		24,4	
	Câmara				5,9		26,8		4,6		37,3	
	Assembléia				6,1		28,2		4,6		38,9	
1989	Presidente	9.433.103	89,0	85,1	5,6	4,4	2,1	1,6	11,0	14,9	18,7	20,9
1990	Governo	9.492.555	85,9		32,8		Juntos		14,1		46,9	
	Câmara				17,0		30,9		19,1		62,0	
	Assembléia				15,7		27,3		14,1		57,1	
1994	Presidente	10.559.739	83,7		10,0		10,8		16,3		37,1	
	Governo				9,1		23,1		16,3		48,5	
	Câmara				23,8		21,2		16,3		61,3	
	Assembléia				19,2		19,6		16,3		55,1	
1998	Presidente	11.815.183	80,1		10,4		9,4		19,9		39,7	
	Governo		80,1	76,1	9,4	5,5	17,2	1,7	19,9	23,9	46,5	31,1
	Câmara				11,3		12,5		19,9		43,7	
	Assembléia				10,5		11,1		19,9		41,5	
2002	Presidente	12.680.589	82,9	80,5	7,0	3,9	3,5	1,9	17,1	19,5	27,6	25,3
	Governo				7,7		5,2		17,1		30,0	
	Câmara				3,4		5,3		17,1		25,8	
	Assembléia				3,7		5,4		17,1		26,2	

ANEXO 3

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL

Índice de Desenvolvimento Humano		Índice de Exclusão Social	
NORTE	1991	2000	2000
Rondônia	0,715	0,735	0,404
Acre	0,665	0,697	0,321
Amazonas	0,797	0,713	0,332
Roraima	0,749	0,746	0,381
Pará	0,668	0,723	0,328
Amapá	0,781	0,753	0,332
Tocantins	-	0,710	0,339
NORDESTE			
Maranhão	0,512	0,636	0,197
Piauí	0,502	0,656	0,247
Ceará	0,506	0,700	0,289
R.G. do Norte	0,574	0,705	0,386
Paraíba	0,466	0,661	0,312
Pernambuco	0,577	0,705	0,257
Alagoas	0,500	0,649	0,220
Sergipe	0,633	0,682	0,309
Bahia	0,609	0,688	0,328
SUDESTE			
Minas Gerais	0,779	0,773	0,588
Espírito Santo	0,816	0,765	0,505
Rio de Janeiro	0,838	0,807	0,649
São Paulo	0,850	0,820	0,700
SUL			
Paraná	0,827	0,787	0,639
Santa Catarina	0,842	0,822	0,739
R.G. do Sul	0,871	0,814	0,709
CENTRO-OESTE			
Mato G. Sul	0,826	0,778	0,535
Mato Grosso	0,769	0,773	0,472
Goiás	0,760	0,776	0,549
Distrito Federal	0,858	0,844	0,850

Fontes: IDH _ Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, Brasília, 1996 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 2000 (Disponível em <http://pnud.org.br>) e IES: Atlas da Exclusão Social no Brasil. Marcio Pochmann e Ricardo Amorim(Orgs). São Paulo: Cortez, 2003.